



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

RAFAEL DIAS TOITIO

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A "RESPONSABILIDADE"
DAS EMPRESAS:**
um estudo da ideologia da Fundação Bradesco

Londrina
2011

RAFAEL DIAS TOITIO

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A "RESPONSABILIDADE"
DAS EMPRESAS:**

um estudo da ideologia da Fundação Bradesco

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Ariovaldo de Oliveira Santos

Londrina
2011

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

T646e Toitio, Rafael Dias.

Educação profissional e a "responsabilidade" das empresas: um estudo da ideologia da Fundação Bradesco / Rafael Dias Toitio. – Londrina, 2011. 172 f. : il.

Orientador: Ariovaldo de Oliveira Santos.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2011.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia do trabalho - Londrina – Teses. 2. Responsabilidade social da empresa – Teses. 3. Educação profissional – Teses. 3. Hegemonia – Teses. I. Santos, Ariovaldo de Oliverira. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 316.334.2

RAFAEL DIAS TOITIO

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A "RESPONSABILIDADE" DAS
EMPRESAS:
UM ESTUDO DA IDEOLOGIA DA FUNDAÇÃO BRADESCO**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ariovaldo de Oliveira Santos
Universidade Estadual de Londrina

Prof. José Mario Angeli
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Marcos Tadeu Del Roio Universidade
Estadual Paulista

Londrina, ____ de ____ de ____.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais. E a toda minha família.

Ao Ary, pela orientação rigorosa. E ao José Mario, meu primeiro orientador nesse trabalho, que tem grande responsabilidade sobre as ideias aqui defendidas.

Aos professores Marcos Del Roio e Elsio Lenardão, por aceitarem o convite para compor a banca examinadora (de defesa e de qualificação, respectivamente) e por terem dado ricas e importantes contribuições, não apenas para essa dissertação, mas também para trabalhos futuros.

Aos colegas do Grupo de Estudos de Política na América Latina (GEPAL), pelo trabalho coletivo, seja nas discussões teóricas, seja na organização do Simpósio. E à amizade dos professores Eliel e Renata.

Ao professor José Flávio e aos colegas do Grupo de Estudos Marxistas, pelas discussões teóricas consistentes e rigorosas do pensamento marxiano.

Aos amigos da minha sala do mestrado; Dani, Mari e Rafa, em especial.

Aos colegas, professores e funcionários que conheci na PUC-SP, onde fiz algumas disciplinas no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, por meio do convênio Procad/Capes; e, em especial, ao professor Lúcio Flávio.

Aos funcionários da Secretaria de Pesquisa e Pós-graduação do CCH/UEL e, mais especificamente, ao Cláudio.

À amizade das professoras Simone e Martha.

Aos amigos que compartilharam um teto comigo em Londrina, que me aguentaram e cuidaram de mim.

Aos novos amigos e companheiros que me acolheram em Londrina e aos amigos e companheiros, de ontem e hoje, de Uberlândia. Em ambos os casos não citarei nomes para não correr o risco de ser injusto ao esquecer alguém, mas os amigos do lado esquerdo do peito sabem quem são.

E às inúmeras pessoas que, de forma indireta ou direta, me ajudaram na construção deste trabalho

E na gente deu o hábito De caminhar pelas
trevas De murmurar entre as pregas De
tirar leite das pedras De ver o tempo correr
(Chico Buarque - "Rosa dos ventos")

OITIO, Rafael Dias. **Educação profissional e a "responsabilidade" das empresas:** um estudo da ideologia da Fundação Bradesco. 2011. 172 p. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

RESUMO

A pesquisa em questão tem como objeto o programa de educação profissional desenvolvido pela Fundação Bradesco, que é voltado sobretudo para as classes subalternas, nas regiões onde atua. Mais especificamente, analisaremos a produção do discurso ideológico e político do programa em questão e, em consequência, da própria Fundação, entendendo a educação profissional como um momento privilegiado da formação objetiva e subjetiva do trabalhador, onde técnica e política estão ligadas inexoravelmente. Em torno disso, tentaremos responder as seguintes problematizações: qual o real significado político-ideológico do projeto pedagógico de tal programa? Há um intuito, por parte da Fundação Bradesco, de formar não apenas tecnicamente, mas também eticamente indivíduos oriundos das classes subalternas e, dessa forma, participar ativamente na direção moral e intelectual da sociedade brasileira? Qual o conteúdo ético-político dessa formação? A partir desse estudo de caso, procuraremos reconstituir, parcialmente, o processo de consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil, enfatizando, sobretudo, os aspectos ideológicos e a construção do projeto hegemônico, que tem obtido êxito na desorganização e conformação dos projetos das demais classes. Para tanto, discutiremos a intervenção do empresariado sobre a questão social, a partir da década de 1990, como um momento de avanço das classes dominantes na "guerra de posições" e, além disso, como esse processo, no caso da Fundação Bradesco, se expressou em princípios e conteúdos mediadores dos processos pedagógicos da mesma.

Palavras-chave: Formação profissional. Responsabilidade social empresarial. Sustentabilidade. Hegemonia neoliberal. Estado.

TOITIO, Rafael Dias. **Professional education and "responsibility" of enterprises: a study of the Bradesco Foundation ideology.** 2011. 172 p. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ABSTRACT

The object of this research is the professional education program developed by the Bradesco Foundation, which is designed especially for the lower classes in regions where it operates. More specifically, we analyze the production of ideological and political discourse of the program in question and consequently the Foundation itself, understanding the professional education as a privileged moment of objective and subjective formation of the worker, where technique and politics are inexorably linked. Having that in mind, this research tries to answer the following problematizations: what is the real political and ideological significance of the pedagogical project of such program? Is there an intention on the part of the Bradesco Foundation to train individuals from the lower classes not only technically but also ethically, and thus participating actively in the intellectual and moral direction of Brazilian society? What is the ethical-political content of this training? From this study of case we will seek reconstructing, in part, the consolidation of neoliberal hegemony in Brazil, emphasizing above all the ideological aspects and the construction of the hegemonical project which has been successful in the disorganization and conformation of the projects of other classes. We discuss the involvement of businessmen in social issues from the 1990s as a breakthrough moment of the ruling classes in the "war of positions" and, furthermore, how this process, in the case of Bradesco, expressed in mediating the principles and contents of the same pedagogical processes.

Key words: Professional education. Corporate social responsibility. Sustainability. Neoliberal hegemony. State.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Recursos financeiros aplicados (em milhões de Reais)..... | 100 |
|---|-----|

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 - Evolução do número de alunos - Atendimento nas escola..... | 100 |
|--|-----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------------|---|
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BM&F Bovespa | Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros |
| CEBDS | Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável |
| CEFET | Centro Federal de Educação Tecnológica |
| CNI | Confederação Nacional da Indústria |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| ET | Escola Técnica |
| ETF | Escola Técnica Federal |
| FEBRABAN | Federação Brasileira de Bancos |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FIC | Formação Inicial e Continuada |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| Gife | Grupo de Institutos, Fundações e Empresas |
| GM | General Motors |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| OCDE | Organização Mundial do Comércio |
| ONG | Organização Não Governamental |
| ONU | Organizações das Nações Unidas |
| OSCIP | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público |
| OSFL | Organizações Sem Fins Lucrativos |
| PL | Projeto de Lei |
| PLAFOR | Plano Nacional de Educação Profissional |
| PNBE | Pensamento Nacional de Bases Empresariais |
| PROEJA | Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos |
| PROJOVEM | Programa Nacional de Inclusão de Jovens |
| SER | Responsabilidade Social Empresarial |
| SENAI | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial |
| SESI | Serviço Social da Indústria |
| SESC | Serviço Social do Comércio |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| CAPÍTULO I - TRABALHO, EDUCAÇÃO UNITÁRIA E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR | 39 |
| 1.1 A RELAÇÃO ENTRE PROCESSO DE TRABALHO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL D TRABALHO ABSTRATO | 41 |
| 1.1.1 De Encontro aos Fundamentos: a Subsunção do Trabalho ao Capital..... | 41 |
| 1.1.2 Processo de Trabalho e Formação Profissional no Século XX | 51 |
| 1.2 QUAL FORMAÇÃO ESTÁ POSTA AO TRABALHADOR HOJE?..... | 71 |
| CAPÍTULO II - A "RESPONSABILIDADE" DA ORGANIZAÇÃO BRADESCO: NEXOS PARA O ENTENDIMENTO DA CONSTITUIÇÃO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL | 77 |
| 2.1 REPRODUÇÃO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA | 77 |
| 2.2 HEGEMONIA DO CAPITAL FINANCEIRO E NOVAS FORMAS DE COOPTAÇÃO..... | 82 |
| 2.3 NEOLIBERALISMO E A "RESPONSABILIDADE SOCIAL" | 93 |
| CAPÍTULO III - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E HEGEMONIA NA FUNDAÇÃO BRADESCO | 114 |
| 3.1 IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO NA FUNDAÇÃO BRADESCO | 114 |
| 3.2 EDUCAÇÃO INTEGRAL OU CINDIDA? | 118 |
| 3.3 O CONCEITO DE "SUSTENTABILIDADE" NO PROCESSO PEDAGÓGICO | 127 |
| 3.4 DECADÊNCIA IDEOLÓGICA E "RESPONSABILIDADE SOCIAL" | 132 |
| 3.5 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: MANUTENÇÃO E MUDANÇA | 137 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 146 |
| REFERÊNCIAS | 150 |
| ANEXOS | 157 |

INTRODUÇÃO

A organização da educação, seja técnica ou geral, sempre foi objeto de disputa entre os diferentes projetos e concepções das classes sociais, por se tratar de um momento privilegiado na formação política e cultural dos elementos de cada grupo social. O Estado, produto histórico dos conflitos sociais e políticos, atualmente vem se afastando de suas responsabilidades sociais, o que tem precarizado e debilitado a educação pública, abrindo caminho para que setores da sociedade civil, principalmente os das forças hegemônicas, elaborem um “tipo” de educação que se enquadra em seus interesses. Assim, à medida que os organismos de representação da classe trabalhadora renunciam cada vez mais dos projetos anticapitalistas, ficando na defensiva diante à política neoliberal, a classe dominante avança no processo de construção e promoção da educação por dois caminhos: fortalecendo o ensino privado, em detrimento da educação pública, e fazendo disso um negócio lucrativo; e, além disso, por meio de fundações e institutos empresariais, desenvolve programas de formação básica e profissional, de cunho assistencialista.

A maioria das análises referentes à formação profissional do trabalhador elegeu como objeto de estudo a educação profissional desenvolvida pelas centrais sindicais (CUT, Força Sindical etc.), pelo sistema “S” (SENAI, SESI e IEL, subordinados ao CNI) ou pela rede pública. Mas (quase) nada se pronunciou a respeito dos programas de educação profissional desenvolvidos gratuitamente por fundações e institutos empresariais. A pesquisa em questão tem como objeto o *programa de educação profissional desenvolvido pela Fundação Bradesco* voltado essencialmente para as classes subalternas nas regiões onde atua. Mais especificamente, analisaremos a *produção do discurso ideológico e político* do programa em questão e, em consequência, da própria Fundação. Em torno disso, tentaremos responder as seguintes problematizações: qual o real significado político-ideológico do projeto pedagógico de tal programa? Há um intuito, por parte da Fundação Bradesco, de formar não apenas tecnicamente, mas também eticamente indivíduos oriundos das classes subalternas e, dessa forma, participar ativamente na direção moral e intelectual da sociedade brasileira?

Concebemos a educação profissional desenvolvida pela Fundação Bradesco – assim como outros programas educacionais – como um momento em que práticas, concepções e racionalidades são produzidas e podem (ou não) ser interiorizadas pelo público em questão. Em outras palavras, na educação profissional não há espaço para neutralidade. Toda ação pedagógica é política no sentido que encerra uma determinada concepção de mundo e, no

caso da educação profissional, procura sempre formar um determinado tipo de trabalhador, com um nexó psico-físico adequado, objetiva e subjetivamente, a certo processo de produção. Assim, a formação dos trabalhadores deve ser concebida como lócus de hegemonia, isto é, de disputa pela direção intelectual e moral da sociedade. Tal disputa se expressa no embate hegemônico entre os projetos classistas que, em última instância, se resumem nos projetos marxista e liberal (DIAS, 2006). Não que inexistam outros projetos de sociedade que representam outros grupos sociais que intervêm política e moralmente na realidade social. Mas esses dois projetos são a expressão mais bem acabada das classes fundamentais do capitalismo (trabalho assalariado e capital) e que, dado a centralidade política e material dessas classes, acabam por absorver os projetos político-ideológicos dos demais grupos e classes sociais.

Sem desconsiderar os processos e determinações do capitalismo mundial, a dissertação em questão pensa seu objeto a partir da realidade brasileira. Mais especificamente, o pensa a partir do contexto do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, tratados aqui como uma unidade indissolúvel, uma mesma processualidade (DIAS, 1999) que gerou um movimento de grande ofensiva contra os grupos e classes subalternas. No entanto, o caráter ofensivo do processo foi e é escamoteado pela necessidade das frações dominantes de garantir a hegemonia sobre as demais classes. Entre outras conseqüências, esse processo de disputa hegemônica gerou mudanças significativas na educação dos trabalhadores e na forma de o empresariado intervir nos dilemas da questão social: elementos essenciais para analisarmos o programa de educação profissional da Fundação Bradesco. A partir desse estudo de caso, procuraremos reconstituir, parcialmente, o processo de consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil, enfatizando, sobretudo, os aspectos ideológicos. Para tanto, assumiremos uma perspectiva que parte da totalidade social para explicar uma particularidade concreta, entendendo, nesse sentido, que a História e as relações sociais se desenvolvem a partir da contradição entre capital e trabalho, sendo este a categoria central. Assim, buscaremos evidenciar as mediações que se estabelecem entre a totalidade e a particularidade concreta, procurando revelar as múltiplas determinações que agem sobre esta.

Em relação aos aspectos e procedimentos técnicos da pesquisa, estes se desdobraram em três “momentos”, a saber: pesquisa documental, de campo e bibliográfica. No que tange à pesquisa documental, analisamos, sobretudo, os relatórios anuais de atividades da Fundação Bradesco e das Organizações Bradesco, no período de 2007 a 2009, e os textos presentes em seus sítios virtuais. Nossa proposta inicial abarcava também a análise dos currículos, materiais didáticos e documentos dos cursos de educação profissional oferecidos

pela Fundação. Porém, o acesso a esse material nos foi negado, o que comprometeu parte de nossa investigação, principalmente, para descobrir qual o tipo de trabalhador é formado pela Fundação. Já em relação à pesquisa de campo, esta foi realizada no núcleo administrativo-pedagógico da Fundação Bradesco, em Osasco (SP), onde se lançou mão de entrevistas mediante questionário e, também, uma entrevista com a responsável em educação profissional do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Das entrevistas realizadas na Fundação, apenas uma foi concedida com a permissão para gravar. As transcrições das entrevistas estão em anexo. A pesquisa bibliográfica se desenvolveu a partir de dois eixos temáticos: a educação profissional e a “responsabilidade social empresarial”. Faremos parte da discussão bibliográfica ainda nessa introdução, mas antes cabe tecer algumas observações sobre a Fundação Bradesco.

Criada em 1956 sob a liderança de Amador Aguiar, o fundador do Bradesco, a Fundação Bradesco foi pensada para desenvolver um programa de educação, geral e técnica, voltado para crianças, jovens e adultos. Atualmente, constitui a maior rede privada de ensino gratuito do Brasil, sendo a iniciativa mais importante dentre as diversas ações de “responsabilidade social” das Organizações Bradesco. Em 2009, com investimento de R\$ 237,7 milhões, a instituição realizou 431.937 atendimentos, 108.825 dos quais em suas 40 escolas próprias e outros 323.112 por intermédio da Escola Virtual, Centros de Inclusão Digital (CIDs) e Programas em Colaboração Estratégica com outras entidades públicas e privadas. A Fundação emprega cerca de 2,7 mil funcionários e, em 53 anos de atuação, proporcionou ensino gratuito a mais de 3,452 milhões de alunos¹. De acordo com sua estrutura administrativa, a Fundação está íntima e inexoravelmente ligada às Organizações Bradesco: o presidente da Fundação é o mesmo presidente do Conselho Administrativo do Bradesco, Lázaro de Mello Brandão. Além disso, a Fundação é um dos controladores do Bradesco (Anexo 3), isto é, ela é acionista do Bradesco e, com recurso patrimonial próprio, mantém o desenvolvimento de suas atividades. Dessa forma, garante os recursos e a legitimidade necessários para as suas atividades, tendo por trás um dos líderes do setor financeiro privado no país. O lucro do Bradesco, no primeiro semestre de 2010, foi de cerca de R\$ 4,5 bilhões e é o segundo maior da história dos bancos brasileiros de capital aberto². Dentre as empresas que compõem as Organizações Bradesco, destacamos: Bradesco

¹ Para ver o balanço patrimonial da Fundação Bradesco, consultar o Anexo 5.

² Esse levantamento foi realizado pela Economática, que considerou nessa análise apenas o lucro contável, o que é encaminhado oficialmente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O desempenho do banco só perde para o alcançado pelo Itaú Unibanco no primeiro semestre de 2009, quando o banco lucrou R\$ 4,586 bilhões, segundo a consultoria. Mas se fosse considerado o lucro líquido ajustado informado pelo banco, de R\$ 4,602 bilhões, o Bradesco passaria a ter o maior lucro da história dos bancos brasileiros de capital aberto. Disponível em <http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/07/lucro-do-bradesco-no-semester-e-o-2-maior-da-historia-diz-economica.html>. Acesso em ago. 2010.

Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (intermediadora na compra e venda de ações de empresas que participam do mercado acionário), Bram-Bradesco Asset Management (administradoras de recursos de terceiros do País), Bradesco Securities (intermediação de compra e venda de ações nos EUA), Bradesco Seguros, Bradesco Vida e Previdência, sendo que, nesse segmento, o Bradesco ocupa a posição de liderança no mercado de previdência privada³.

Nas sessões que seguem, dedicaremos nosso trabalho para discutir os principais conceitos com os quais iremos operacionalizar nossa análise no decorrer da exposição. Esse esforço é necessário para explicitar a nossa perspectiva analítica dos conceitos e categorias que serão “manipulados”. Nossa proposta é dar coerência a tais conceitos e categorias, que são fundamentados no interior das ciências sociais e humanas de modo diverso e, muitas vezes, contraditório. Assim, pretendemos dar conteúdo e nexos ao nosso instrumental de análise de forma a nos posicionar frente às diferentes abordagens metodológicas, seja no interior do nosso referencial teórico, o marxismo, seja para nos contrapor às teorias de origem recente que abdicam da noção de totalidade social e que ficaram conhecidas como teorias pós-modernas.

1. Pós-modernidade e decadência ideológica

No caderno 11 dos Cadernos do Cárcere, Antonio Gramsci sugeriu como a ciência, longe de constituir um elemento descolado e independente da vida social, acompanha o movimento desta de forma a exprimir sempre uma concepção de mundo e, por isso, um compromisso (político) com a realidade: “não obstante todos os esforços dos cientistas, a ciência jamais se apresenta como nua noção objetiva; ela aparece sempre revestida por uma ideologia” (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 175). A ciência, nesse sentido, é “uma superestrutura, uma ideologia” (idem, ibidem). Com o cuidado de não cairmos numa visão economicista ou mecanicista da totalidade social, não podemos desprezar o fato de que, como superestrutura, a ciência sofre, com as devidas mediações, as determinações engendradas pela estrutura econômica. Nessa perspectiva, as intensas mudanças ocorridas nos processos de produção e nas relações de trabalho, em resposta à crise do capital na década 1970, levantaram todo um debate no interior das ciências humanas e sociais acerca da centralidade do trabalho na

³ Disponível em www.bradesco.com.br. Acesso em ago. 2010. Ver Anexo 1.

sociedade atual, o que levou muitas abordagens a repensar seus referenciais teórico-metodológicos no intuito de compreender o processo até então em curso. A expansão do setor de serviços, a revolução tecnológica e a automação, a redução do operariado fabril, a diminuição do emprego “estável”, o desemprego, a “flexibilização” nas relações de trabalho e emprego, a reestruturação produtiva e a “precarização” das condições de trabalho são exemplos de transformações objetivas que levaram muitos teóricos a decretar o fim da centralidade do trabalho na constituição da vida social.

O desafio das ciências sociais de oferecer uma explicação para as referidas transformações levou ao aparecimento de interpretações que afirmam o fim da sociedade moderna e industrial, assentada no trabalho como fonte de toda riqueza material e espiritual. Com efeito, as teorias cujos conceitos são fundados e pensados a partir da categoria trabalho, em particular o marxismo, estariam ultrapassadas, uma vez que a complexificação da sociedade e das formas de ser do trabalho não mais possibilitaria pensar a realidade social a partir dessa categoria, pois não mais forneceria “um significado preciso e compartilhado pela população trabalhadora e seus interesses e atitudes sociais e políticas” (OFFE, 1992, p. 176). Um novo modo de produção estaria supostamente nascendo e dando origem a uma sociedade pós-industrial, pós-moderna, do conhecimento, da informação. Uma sociedade em que o trabalho e o capital, as variáveis básicas da sociedade industrial, são substituídos pela informação e o conhecimento, o que levaria a crer que a teoria do valor de Marx (e de outros, como Ricardo e Smith) estaria ultrapassada (KUMAR, 1997, p. 51). A perspectiva teórica fundamentada no trabalho e nas classes sociais, agora considerada obsoleta, não conseguiria mais explicar os processos e fenômenos sociais. Nasciam, assim, as teorias pós-modernas.

Em geral, o pós-modernismo pode ser entendido como a conjugação da arte pós-moderna (heterogeneidade dos estilos e recorrência à cultura de massa) com a filosofia pós-estruturalista (com ênfase no caráter fragmentário, heterogêneo e plural da nova realidade, com base no pensamento de Deleuze, Derrida e Foucault) e a teoria da sociedade pós-industrial (elaborada por autores como Daniel Bell e Alain Touraine)⁴. Essa simbiose se configurou, segundos seus ideólogos, como manifestação de uma nova vida social, mais complexa, caótica, fragmentada e construída por diversos “atores”, que não poderia ser mais entendida a partir de uma perspectiva que afirmasse a totalidade social, a universalidade do capital e a estruturação da sociedade em classes. Assim, no intuito de interpretar e representar

⁴ O pós-modernismo é um movimento amplo que abarca distintos campos: artes, literatura, arquitetura, filosofia, psicologia e ciências sociais. Nossas observações se referem, em geral, às ciências sociais e às teorias sobre a sociedade pós-industrial.

as especificidades e diferenças das muitas “realidades” sociais em permanente formação, a tendência teórica em questão nega os sistemas, as unidades, a uniformidade. E afirma a legitimidade e a pluralidade das diversas histórias⁵, perspectivas, vozes e conhecimentos, apagando a ideia de sujeito social e substituindo-a por “atores” sociais, que buscam não um projeto societal comum, mas a realização de uma “história”, “trajetória”, “representação” própria, conforme suas especificidades ou, no máximo, de seu grupo ou contexto local (mulheres, negros, homossexuais, povos colonizados, espaços de solidariedade, gueto etc.). A concepção de classe trabalhadora como coletividade e sujeito da transformação social é destruída pela exaltação do individualismo e a história não é mais concebida como um processo, mas “é dissolvida num caleidoscópio de representações expressas em discursos que não pretendem mais que se apresentar logicamente articulados” (NETTO, 2002, p. 96).

No movimento pós-moderno, há uma aceitação quase que total do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico, como se isso fosse tudo que existisse⁶. Prepondera o múltiplo e a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os arranjos móveis ao sistema. Faz-se o ataque explícito à metalinguagem, metanarrativa ou metateoria que tentariam conectar e representar todas as coisas. Esquemas interpretativos “totalizantes” como de Marx e Freud estariam ultrapassados por não abarcarem a pluralidade e a diversidade, as quais devem ser exaltadas uma vez que todos os grupos têm o direito de falar por si mesmos, com sua própria voz, e de terem aceitado essa voz como autêntica e legítima. Tais ideias atraíram os vários movimentos sociais surgidos a partir dos anos 1960 (grupos feministas, gays, étnicos e religiosos, autonomistas regionais etc.), bem como os desiludidos com a luta pelo comunismo, que capitularam diante as circunstâncias históricas. Mas deixaram aberta, em especial diante da rejeição deliberada de qualquer teoria holística do capitalismo, a questão do

⁵ “Nestes tempos que alguns batizaram de pós-modernos, predomina, em certos ambientes acadêmicos, uma visão da história - bem como das demais ciências sociais - como mera construção ou representação, sob o signo de diversos poderes (entendidos à maneira de Nietzsche) evacuadores de saberes alternativos. Tais disciplinas são entendidas como algo a abordar só hermeneuticamente. Em outras palavras, não haveria história e, sim, histórias “de” e “para” determinados grupos definidos por dadas posições - constituindo, estas, “lugares de onde se fala” -, o que significa que, ao escrever, um historiador dirigir-se-ia, na realidade, a um destes grupos, aquele que partilhe com ele as premissas que constroem o seu discurso. Existiria, então, uma história das mulheres, uma história dos negros, uma história dos homossexuais, uma história construída em torno de interesses ecológicos, em relação a Chipre, uma história grega e outra turca etc.” (CARDOSO, s./d.).

⁶ “Isto supõe uma sociedade fragmentada em subculturas, numa ausência de horizontes holísticos, coletivos, bem como da possibilidade de qualquer tipo de mobilização global. Daí todo o esforço feito desde 1974 e ampliado em 1989 para destruir um “grande objeto” da história como a Revolução Francesa: estuda-se a revolução no cotidiano, como festa, como ritual, como cultura, ao mesmo tempo em que ela é descaracterizada *como revolução social*. Na verdade, trata-se, neste caso, somente de uma parte do esforço maior no sentido de demonstrar que *todas* as revoluções são grandes equívocos, já que só realizam, com enorme custo, o que de todo modo aconteceria ou já estava acontecendo. Alguns pretendem, mesmo, que tal situação seja irreversível: daí, como vimos, falar-se na “morte da História”, na “morte das ideologias” (entenda-se: ideologias dotadas de premissões globais) - após ter-se proclamado a “morte do homem” como sujeito (CARDOSO, s./d.).

caminho pelo qual as lutas localizadas poderiam compor um ataque progressivo, e não regressivo, às formas centrais de exploração e repressão capitalista (HARVEY, 2007).

Com isso, os pós-modernos acabam por mistificar as transformações sociais e escamotear a exploração econômica e a dominação política⁷. Para eles, a produção assentada na grande indústria estaria dando lugar à expansão dos serviços e a maior preponderância do consumo, a partir de uma lógica produtiva fundamentada na nova base tecnológica, a microeletrônica, que possibilitou a compressão do espaço-tempo, o aceleração e efemeridade do consumo e da produção. No entanto, esquece os apologetas que o mero crescimento do setor de serviços não nega, por exemplo, nada do que Marx descobriu a respeito do funcionamento do capital industrial, o qual não se confunde com indústria ou produção material, mas é definido como aquele capital que aciona meios de produção e força de trabalho com o fim de gerar e realizar mais-valia. Assim, o que define o capital industrial e o trabalho produtivo é o critério de valorização por meio das relações sociais capitalistas (CARCANHOLO & BARUCO, 2009, p. 134-135). O excedente do capital industrial, que passou a controlar os serviços (e também a agricultura), emprega trabalho produtivo e produz mais-valia, de modo crescente. Além disso, o aceleração do consumo e da produção também não contraria a lógica do capital industrial, pelo contrário, a redução do tempo de rotação do capital, seja na esfera produtiva, seja na esfera do consumo, seja no comércio, seja nas finanças, é uma característica do modo de produção capitalista. Se o capitalismo acelerou, a partir da segunda metade do século XX, esse processo, não foi para negar, mas sim afirmar a sua lógica de valorização (idem, ibidem). Já em 1968, Lukács escrevia:

O fato de que a indústria de bens de consumo e os serviços tenham assumido o caráter de grande empresa capitalista, com o conseqüente interesse dos capitalistas pelos proprietários enquanto compradores de mercadorias, foi apresentado na propaganda como se a teoria da mais-valia tivesse se tornado obsoleta. Na realidade, contudo, trata-se, no plano econômico, do recuo da mais-valia absoluta em favor da mais-valia relativa, ou seja, de um processo que não apenas estava previsto na teoria marxiana da mais-valia, mas era também definido como substituição da subsunção meramente formal da produção a categorias capitalistas pela subsunção real (LUKÁCS, 2008, p. 96).

Destarte, as mudanças ocorridas no capitalismo não inauguraram uma outra sociedade, e sim uma nova fase em que as relações capitalistas se alargaram e se fortaleceram.

⁷ A crítica feita pelos teóricos pós-modernos a essa “nova” sociedade – longe de abarcar os elementos estruturais que conformam relações assimétricas de apropriação e utilização do conhecimento socialmente produzido – se baseia em teorias como a de Foucault, para quem a íntima relação entre os sistemas de conhecimento (“discursos”) codificam técnicas e práticas para o exercício do controle e do domínio sociais em contextos localizados particulares (HARVEY, 2007). O poder estaria pulverizado, não tendo mais sentido falar em poder de classe, seja na produção (onde o conhecimento e a ciência endossam o poder do capital), seja no Estado (em que a burguesia domina as demais classes e grupos subalternos) seja, até mesmo, nas superestruturas da sociedade civil (onde os aparelhos da classe dominante possuem maior força de direção).

Mas o pensamento pós-moderno não está preocupado em decifrar os processos reais da vida social, e sim de encobri-los e mistificá-los na mesma medida em que se atém, em suas análises, na superficialidade das mudanças ocorridas nas últimas décadas. Como manifestação de uma forma sócio-histórica determinada, as teorias pós-modernas se limitam a estabelecer debates “críticos” sob perspectivas fragmentadas, sempre negando a unidade e a totalidade da vida social. A ordem vigente é um *a priori* inquestionável e insuperável, não cabendo, portanto, destruí-la ou transformá-la radicalmente, mas deve-se buscar somente aperfeiçoá-la. Até mesmo porque a restrição ao fragmento (indivíduo, região, localidade, comunidade, raça, gênero, ecologia etc.) impede a formação de um posicionamento crítico frente a sociabilidade capitalista, que desse conta do movimento total do capital, a favor de manifestações pontuais, específicas contra os problemas e conflitos de nossa sociedade (CARCANHOLO & BARUCO, 2009).

Um dos intelectuais precursores da elaboração teórica da “nova sociedade” é o conservador Daniel Bell e sua obra “O advento da sociedade pós-industrial”, publicado em 1973, em que o autor estuda a realidade dos EUA. Bell defende o aparecimento da sociedade pós-industrial que, diferentemente da sociedade industrial que é organizada em torno do eixo da produção e da maquinaria, se basearia na expansão dos serviços e no conhecimento teórico e na informação como elementos-chave e propulsores da economia, de onde se irradiaria o poder. O elemento que teria propiciado essa transformação foi a combinação explosiva entre o computador e telecomunicações, que teria possibilitado um sistema unificado do conhecimento (KUMAR, 1997, p. 49). Na “sociedade pós-industrial”, uma nova ética baseada nos princípios comunitários e de desmassificação estaria surgindo onde se estaria se produzindo um “*terceiro setor*”, uma área não lucrativa que permanece fora do mundo dos negócios e do governo (BELL, 1973, p 302).

Com um tom pretensamente crítico, Bell reflete sobre o poder corporativo e a “responsabilidade social” das empresas que, até meados do século XX, eram fonte de preocupação devido ao elevado grau de poder concentrado nas mãos das grandes corporações. O autor cita o exemplo da General Motors que costumava gastar milhões de dólares em gases lacrimogêneos, armas e assassinos profissionais para combater a organização do trabalho. Entretanto, durante a década de 1950, houve uma modificação nas atitudes do público frente às empresas, e destacamos dois motivos dados pelo autor: uma sensação generalizada de paz social mantida, em parte, pela mobilização dos sentimentos da sociedade contra um inimigo externo (lê-se o socialismo); e o desenvolvimento de novas fronteiras tecnológicas em que as empresas assumiram a iniciativa (id., ib., p. 303 *et al*). Assim, frente à “ameaça” socialista, a

sociedade capitalista ocidental revisava aos poucos suas atitudes em relação aos trabalhadores, meio ambiente, organizações políticas etc. Uma nova prática se desenvolvia que, aparentemente, estava mais ligada aos interesses “autenticamente” humanos do que aos do capital. E essa prática, evidentemente, se refletia sobre o modo de conceber a empresa capitalista que buscava recuperar a sua legitimidade, ocultando seu interesse desenfreado por lucro.

Segundo Bell, a defesa da existência da empresa não mais se baseava apenas no direito natural da propriedade privada e, com o tempo, também não bastava que ela desempenhasse seu papel de fornecer quantidades cada vez maiores de bens ao povo. Assim, a empresa deveria seguir as metas globais da sociedade e seria, então, a instituição integral de um esquema constituído pela relação entre os “custos sociais” e os “custos privados”, isto é, as empresas não poderiam sobrepor seus interesses particulares acima dos efeitos danosos à sociedade. Quando isso não fosse possível, ela deveria ser penalizada e procurar outros meios e formas de produção. Bell, utilizando uma linguagem financista e positivista, faz todo um percurso para demonstrar a importância de tornar legítima a empresa, desde que ela haja de acordo com os interesses e metas estabelecidas política e socialmente.

A importância da empresa capitalista, para o autor, tem relação com sua função estruturadora de funções e significados sociais. Com Durkheim, Bell reflete sobre uma sociedade que está em “anomia” graças ao esfacelamento do modo de vida tradicional (assentado na família, religião, campo etc.) e a conseqüente sensação de desenraizamento e desorientação dos indivíduos. Com Elton Mayo, cientista social da Harvard Business School, Bell afirma como a empresa forneceria às pessoas uma sensação de afinidade e de comunidade de propósitos que haviam perdido, constituindo, assim, um novo esteio social para “exigências” humanas de segurança, justiça e estima. A empresa não poderia mais ser pensada apenas simplesmente como um “instrumento econômico” dado as mudanças sociais ocorridas. Bell passa, então, a tomar uma posição apologética da empresa capitalista, que é agora considerada um instrumento central para transformar a sociedade num sistema de poderes pluralistas. A “responsabilidade social” dela é tida como “um fato sócio-psicológico fundamental com referência aos vínculos humanos” (1973, p. 325). A empresa é concebida como um universo social, com obrigações sociais para com seus “membros” (trabalhadores e acionistas), mesmo que ainda permaneça a necessidade de produtividade e de lucro. Bell argumenta que é preciso achar um equilíbrio entre as necessidades sociais e as da empresa e nos fala sobre a formação de uma nova ética.

A nossa sociedade teve como base as premissas do individualismo e da racionalidade de mercado, e nela os diversos fins ambicionados pelos indivíduos poderiam ser mais bem interpretados através da liberdade do comércio. Estamos agora passando para uma ética comunitária, sem que a comunidade já esteja inteiramente definida (BELL, 1973, p. 335).

A visão entusiasta e apologética de Bell encobre o fato de que a empresa capitalista é uma propriedade privada que vive e se expande a partir da exploração do trabalho alheio e isso é determinante para que ela estabeleça constantes relações de concorrência, seja por meios legais ou não, que traga benefícios sociais ou não. Esse apologeta chega até mesmo ao absurdo de dizer que

Os verdadeiros proprietários estão direta e psicologicamente envolvidos com os destinos da empresa; e esta descrição ajusta-se melhor aos empregados da corporação que a seus acionistas. Para esses empregados, a sociedade anônima é uma instituição social onde eles vivem. Política e moralmente, não se poderia pensar na possibilidade de suas existências ficarem á mercê de um especulador financeiro. [...] Se o valor do ativo da empresa depende, acima de tudo, da capacidade de seu pessoal administrativo, mais do que de máquinas ou de coisas – o que é verdadeiro sobretudo com relação às indústrias com bases científicas, nas comunicações e nas assim chamadas ‘indústrias do conhecimento’ – a propriedade é de qualquer forma de menos importância (1973, p. 331).

Esquece Bell que a empresa age de acordo com os imperativos de valorização do capital e que os trabalhadores são jogados na rua tão logo não sejam mais necessários. O processo de “reestruturação produtiva”, que enxugou postos de trabalho e substituiu trabalho vivo por trabalho morto, é um exemplo de “consciência” e “responsabilidade” das empresas, do qual a “indústria do conhecimento”, como as empresas de telecomunicação, faz parte.

O conceito de “*responsabilidade social empresarial*” (RSE) foi certamente debatido e desenvolvido durante décadas. Mas é a partir dos anos 1970 que o conceito começa a ganhar força, a ponto de, na década de 1980 e 1990, se tornar uma ideologia, numa concepção de mundo constituidora da realidade. Tal conceito se desenvolve em um momento que as ciências sociais perdiam parte de sua capacidade crítica e, cada vez mais, negava as análises fundamentadas na perspectiva de totalidade, como categoria-chave para apreender o movimento das relações sociais. Isto é, o desenvolvimento do conceito de RSE integra um processo epistemológico maior de formação do pensamento pós-moderno, que seria expressão do surgimento de uma nova sociedade, adjetivada como pós-capitalista, pós-industrial ou, pelo menos, de uma nova fase da sociedade capitalista, o capitalismo cognitivo ou informacional. A epistemologia pós-moderna é parte de um movimento de resignação frente ao *status quo*, resultado (e também impulsionadora) da chamada “crise de paradigmas” desenvolvida no interior das ciências humanas a partir dos anos 1970. Tal “crise” deu, nesse sentido, origem a essa guinada ideológica de intelectuais e correntes teóricas que passam a

fazer críticas pontuais à ordem e remediadoras das contradições, quando não considerações apologéticas dotadas de um cínico conformismo. A dominância da cultura pós-moderna, até mesmo sobre intelectuais que subjetivamente se sentem comprometidos com a luta contra o domínio do capital, resulta, segundo Netto (2002), da ausência, após o fracasso das jornadas de maio de 1968, de qualquer movimento social visível que se apresente como uma ameaça real à ordem do capital.

A força com que essa ambiência cultural se impôs na Europa Ocidental e na América do Norte, caracteristicamente no último quartel do século XX, e daí expandindo-se para as periferias culturalmente colonizadas, indica que ela mantém com os quadros sociais contemporâneos vínculos de múltipla causalidade e de múltiplas determinações – o que, liminarmente, impede que se a considere um epifenômeno ideológico (NETTO, 2002, p. 100).

Com o fim da URSS e a difusão do neoliberalismo pelo globo, essa recente guinada ideológica ganha um fôlego renovado que, por certo, não é a primeira da história do capitalismo, mas sim uma atualização vigorosa do que Lukács denominou de *decadência ideológica* da burguesia.

Com base no debate que Marx estabeleceu com os pensadores de sua época, Lukács (1968) desenvolveu o conceito de decadência ideológica como o processo de decomposição da produção intelectual e ideológica burguesa, expresso na vulgarização da economia e da filosofia clássicas, não mais fecundada pelas contradições do desenvolvimento social, as quais, pelo contrário, era preciso mitigar, de acordo com as necessidades econômicas e políticas da burguesia. O marco histórico da guinada ideológica burguesa são os acontecimentos de 1848, quando a “burguesia domina o poder político e a luta de classe entre ela e proletariado se coloca no centro do cenário histórico” (idem, *ibidem*, p. 50). Os impulsos revolucionários burgueses do século XVIII se esgotaram nas primeiras décadas do século XIX, graças ao início da organização proletária que colocou em risco a permanente, mas (até então) controlável mobilização operada pela burguesia na luta política. As transições sociais forjadas a ferro e fogo deram lugar ao desejo de transições pacíficas (BIANCHI, 2001, p. 19). A burguesia abre mão da “revolução permanente” que, para ampliar o leque de conquistas políticas demandadas pela expansão do capital, passa aos poucos a disputar a hegemonia com as demais classes e grupos sociais e a realizar, principalmente após 1871, mudanças “pelo alto”, revoluções passivas que assimilariam parte das reivindicações das classes trabalhadoras, mantendo-as, todavia, na subalternidade.

Frente à ascensão da luta de classes, os intelectuais burgueses passam a ser parte ativa na luta pela direção intelectual e moral da sociedade. Cessam a elaboração de trabalhos teóricos e literários baseados nas contradições da realidade e começam a se ater somente nas

aparências e na superficialidade, o que leva, segundo Lukács, à conversão do racionalismo burguês na antítese das concepções que originalmente lhe foram dadas. O racionalismo burguês passa, assim, a cumprir papel apologético da divisão capitalista do trabalho, característica cada vez mais acentuada e, conseqüentemente, cada vez mais deformadora dos indivíduos submetidos a ela (PINASSI, 2004, p. 145).

A burguesia conquistara o poder político, na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquiriu, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética (MARX, 2006, p. 24).

A recente onda apologética que tomou conta das ciências humanas é também reflexo, no plano do pensamento, das contradições econômicas e políticas, mas agora no contexto do capitalismo oligopolizado e mundializado, que se consolidou nas últimas quatro décadas e determinou a forma e o conteúdo teórico-filosófico do movimento conhecido como pós-modernismo. É sobretudo expressão da marcha expansionista do capital que, cada vez mais, se faz totalidade e é, ao mesmo tempo, produção de mercadorias, de relações de classes e de formas de consciência moral. A produção e reprodução de capital subordina e assimila a si, progressivamente e em escala mundial, todo espaço e todo sentido da vida, individual e coletiva, tornando-a funcional à produção de si como lucro ampliado (FINELLI, 2003).

A resignação pós-moderna equivale, deliberadamente ou não, à defesa do neoliberalismo já que, enquanto este possui pretensões totalizantes e hegemônicas, aquele é funcional a essa característica globalizante do capitalismo justamente por indispor-se contra qualquer prática a partir da totalidade e instituir uma racionalidade limitada ao micro, à heterogeneidade e ao fragmento. Assim, a aparente contradição político-ideológica entre pós-modernidade e neoliberalismo não é mais que a expressão da lógica fetichista do capital, que combina, de forma dialética, a preponderância da vida cotidiana, o culto à identidade micro e aos guetos com a expansão totalizante e mundializada dos mercados globais (CARCANHOLO & BARUCO, 2009). Diante de tal capitulação, o que resta, aos “atores” no mundo “pós-moderno”, é agir de forma essencialmente pragmática.

Mas se, como insistem os pós-modernistas, não podemos aspirar a nenhuma representação unificada do mundo, nem retratá-lo com uma totalidade cheia de conexões e diferenciações, em vez de fragmentos em perpétua mudança, como poderíamos aspirar a agir coerentemente diante do mundo? A resposta pós-moderna simples é de que, como a representação e a ação coerentes são repressivas ou ilusórias (e, portanto, fadadas a ser autodissolventes e autoderrotantes), sequer

deveríamos tentar nos engajar em algum projeto global. O pragmatismo [...] se torna então a única filosofia de ação possível (HARVEY, 2007, p. 55).

É nesse contexto que se configura o conceito de RSE e, também, o de “terceiro setor” em que o pragmatismo dá conteúdo à prática de organizações e de indivíduos, de modo a formar uma cultura do “possibilismo” e dançar conforme a música do capital. A nova versão da decadência ideológica burguesa tem, no âmbito das ciências sociais (aplicadas ou não), expressão significativa nas conceituações de RSE e “terceiro setor”. Este teve sua teoria melhor elaborada e foi largamente embasada pela noção de “sociedade do conhecimento” de Bell, ou de “atores” sociais de Touraine, ou até mesmo, de “ação comunicativa” e de “mundo da vida” de Habermas. Já o conceito de RSE, que bebeu e muito das teorias sobre o “terceiro setor” no que tange ao contexto e configurações dessa nova fase do capitalismo, já não recebeu o mesmo tratamento teórico, devido à contradição gritante entre “responsabilidade social” e a atuação orgânica das empresas. No entanto, sob um discurso superficial, os trabalhos sobre RSE têm aumentado e ganhado ampla divulgação em congressos e encontros de universidades e de institutos empresariais, a partir da produção de teses de fundamentação simples e pragmática, que procura mitigar as contradições. Faz-se uma apologia à mediocridade por meio de trabalhos produzidos, não por teóricos que procuram desenvolver uma análise minimamente consistente às ações “responsáveis” das empresas, mas por filisteus ligados à área de gestão e negócios, cujas produções bibliográficas (não apenas sobre RSE mas também sobre “recursos humanos”, marketing, organização empresarial, motivação de trabalhadores etc.), juntamente com os cobiçados best-sellers sobre auto-ajuda, são, provavelmente, a manifestação mais emblemática da decadência ideológica de nosso tempo.

O problema é que tais trabalhos, elaborados no âmbito mais prático da academia e diretamente ligado aos interesses do capital, ganharam embasamento teórico a partir de uma regressão vulgar das ciências sociais. Quando Bell (1973) afirma, por exemplo, que a “responsabilidade social” da empresa é um “fato sociopsicológico fundamental” com referência aos vínculos humanos e a uma nova ética comunitária e que os trabalhadores são os verdadeiros proprietários da empresa (o que remete à noção de funcionário “colaborador”, “associado”), há aqui um retorno ao positivismo e ao empirismo superficial, incapaz estabelecer uma única mediação com o movimento global do capital, o que evidenciaria a real função da empresa capitalista. Contudo, a apologética é essencial às necessidades capitalistas, que agora forma a “empresa-cidadã” e seu papel em relação à questão social. A concepção de RSE, elaborada em parte no interior da academia, se difundiu para o discurso e prática de empresas, mídia, governo e instituições de ensino, se convertendo em “técnicas sociais”

capazes de modelar relações e comportamentos sociais (IANNI, 2003, p. 22). Nesse sentido, podemos afirmar que Daniel Bell é um intelectual orgânico da classe capitalista: sua teoria, juntamente com de outros teóricos, encobre os antagonismos sociais ao anunciar, por um lado, o surgimento de uma nova ética empresarial baseada na comunidade e no bem estar dos trabalhadores e, de outro, o nascimento de uma “sociedade do conhecimento”, mais democrática devido a um suposto acesso igualitário à informação, que seria não apenas “pós-industrial” mas, também, pós-ideológica: “o fim da ideologia encerra o livro de uma era, a era das fórmulas 'esquerdistas' simples para a mudança social. [...] 'ideologia' já é, por bons motivos, uma palavra *irremediavelmente* obsoleta” (BELL, 1965 apud MÉSZÁROS, 2004, p. 109, grifo do autor). Como se ideologia fosse um instrumento apenas dos “esquerdistas”, Bell lança mão justamente do “poder da ideologia”, como consciência prática, no empenho de instaurar o pensamento único, conservador e enaltecendo da ordem. Não cabe mais, agora, tratar dos problemas universais próprios da ordem burguesa, mas devemos ficar restritos à defesa do capitalismo e, quando muito, analisar a resolução de conflitos menores. A noção de “desideologização” tem, nesse sentido, o concreto matiz de estabelecer o mercado como o modelo universal de toda práxis humana, ocultando o fato de que toda ideologia serve para travar a luta no interior dos conflitos que surgem no terreno econômico-social e, dado que toda sociedade de classe produz continuamente estes conflitos, tem lugar nela uma permanente batalha ideológica (LUKÁCS, 2008, p. 101).

A recente onda de mistificação e manipulação do real, que se expressou nas novas formas de intervenção social e política erigidas, no Brasil, sobretudo nos anos 1980, configuraram o assim chamado “terceiro setor”, tão defendido por Bell. Esse setor seria composto por organizações não governamentais (ONGs), organizações sem fins lucrativos (OSFL), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), “empresas cidadãs”, instituições filantrópicas e religiosas, associações, comunidade, família, voluntários, entre outros. Um balaio de gato que abarca toda e qualquer ação de caráter privado, “não-estatal” e que age de acordo com o interesse “público”. Um “setor” que, segundo a apresentação de seus ideólogos, deve ser o lócus do desenvolvimento da democracia, da participação popular visando a resolução dos problemas e contradições sociais. Um espaço onde as políticas de proteção social – muitas vezes débeis mas – universais oferecidas pelo Estado são substituídas pela ação privada, aleatória e focalizada de agentes e organizações. Uma prática que não apenas abarca, mas também dá legitimidade à prática da RSE.

Como o conceito de “terceiro setor” é identificado com o de “sociedade civil”, faz-se necessário problematizar tal conceito na medida em que ele serve a interesses

determinados. Além disso, definiremos qual acepção de sociedade civil utilizaremos, sobretudo para analisar o desenvolvimento da RSE e, mais especificamente, a atuação da Fundação Bradesco no interior dessa esfera.

2. Sociedade civil e “terceiro setor”

As categorias sociedade civil e “terceiro setor” passaram a ser largamente utilizadas por uma extensa bibliografia nas ciências sociais e humanas, surgida no Brasil nos anos 1980 e 1990, que tratava de questões relativas a participação popular, descentralização política, “novos” movimentos sociais, democratização etc. Sociedade civil e “terceiro setor”, na maioria das vezes identificados, foram teorizados de maneira abstrata e indeterminada, cujo conteúdo se baseava na tese de que se estaria configurando um “espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social” (CARDOSO, 2005, p. 8). O surgimento desse espaço estaria relacionado com as transformações na sociedade capitalista, onde a era industrial estaria dando lugar à era informacional e o “terceiro setor” seria um novo ramo da economia que ajudaria a combater o crescente desemprego, causado pela revolução tecnológica, mas a partir da oferta de trabalhos voltados para o bem-estar e o fortalecimento político da sociedade (RIFKIN, 2005)⁸. Tal “setor” seria formado pelas organizações voltadas para a defesa de direitos de grupos sociais específicos (mulheres, negros, índios, homossexuais etc.) ou de proteção ao meio ambiente, instituições filantrópicas, associações de voluntariado, institutos e fundações empresariais etc. Em suma, o “terceiro setor”, ou “sociedade civil”, seria uma nova esfera pública mas não-estatal, de iniciativas privadas com sentido público (CARDOSO, 2005), isto é, um espaço que deveria ir para além das iniciativas do mercado e do Estado.

Mercado, “primeiro setor” e, Estado, “segundo setor”. Aquele relacionado à livre troca entre indivíduos. Este à regulação social e econômica. Mas na transição dos anos 1980 para os 1990, o fim do chamado “socialismo real” e a expansão do neoliberalismo, tais “setores” poderiam ser facilmente traduzidos como capitalismo e socialismo. O primeiro deve ser enaltecido e fortalecido nos discursos e práticas políticas pois sobreviveu para contar o

⁸ “Quem está desempregado em São Paulo não é necessário [ficar] no mercado, que já está automatizando-se; tampouco é necessário no governo, que já está reduzindo-se; portanto, o caminho a ser seguido deve ser o estabelecimento de uma parceria institucional oficial entre governo e Terceiro Setor” (RIFKIN, 2005, p. 21). De fato, há uma expansão dos trabalhos realizados no interior das organizações do “terceiro setor”, mas é uma alternativa limitadíssima para repor as perdas de postos em função do desemprego estrutural. Cumpre, antes, um papel de funcionalidade em relação ao sistema, que não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados (ANTUNES, 2005).

“fim da história”. Em detrimento do segundo, que virou sinônimo de estatismo e, em consequência, de burocracia, ineficiência e burocratismo. Mas o socialismo e a luta da esquerda acenderam nas classes populares um sentimento reivindicatório por maior igualdade e justiça social. Dessa forma, foi necessário construir um novo espaço de resolução das “exclusões” e conflitos. Um espaço que aliasse eficiência com preocupação social. Constituiu-se, assim, uma “terceira via”, um “terceiro setor”, onde os “atores” podem se comprometer voluntariamente com as questões sociais e se organizarem na forma de redes, sem qualquer tipo de hierarquias, conflitos e autoritarismos. Onde todos lutam pelo bem comum através da ajuda mútua. Um novo “setor” em que impera a democracia e a ação cidadã. Onde as novas tecnologias podem democratizar o acesso às informações e ao conhecimento. Onde sindicatos e empresas podem desenvolver juntos programas de responsabilidade social. Onde a ação privada de agentes e organizações visam o fortalecimento do público, que no caso é “não estatal”. Onde o voluntariado seria um novo pilar para a construção de uma sociedade radicalmente melhor. Uma história linda de um lugar tão real quanto o “País das Maravilhas” de Alice.

A identificação da ideia de “terceiro setor” com o conceito de sociedade civil teve a ver com a possibilidade de teorizar sobre esse “novo” espaço social, a partir da utilização do conceito de sociedade civil de forma indeterminada e imprecisa, como o conjunto de associações privadas, de interesse público e de orientação progressista, que fariam contraponto ao Estado. A sociedade civil é, assim, concebida como o espaço de fortalecimento da cidadania e de aumento da participação e descentralização políticas (NOGUEIRA, 2005). Agora a prática “cidadã” está relacionada, sobretudo, com a participação ativa nas organizações e associações “públicas não-estatais”, como forma de descentralizar a organização das ações sociais, deixando ao Estado a função de manter a economia forte e dinâmica para o capital. Nesse ínterim, Gramsci foi (e é) um dos autores mais utilizados para embasar a discussão sobre o desenvolvimento desse “novo setor”.

O conceito foi recuperado na América Latina no período das lutas contra o autoritarismo (como, aliás, também no Leste europeu). A literatura hegeliana de esquerda foi instrumental nesse sentido, tendo Gramsci como principal referência. O marxismo de linhagem italiana contribuiu, assim, para que a intelectualidade de esquerda reconsiderasse a questão da autonomia da sociedade civil, com suas inúmeras instituições, ante o Estado. Ocorre, no entanto, que o uso recente trouxe uma importante transformação no escopo do conceito original. Fala-se hoje de organizações da sociedade civil (OSCs) como um conjunto que, por suas características, distingue-se não apenas do Estado mas também do mercado (FERNANDES, 2005, p. 26-27).

No entanto, a concepção apologética do autor esquece de mencionar que, mesmo que tenha sido ressignificado por essa nova literatura, o original conceito gramsciano de

sociedade civil continua vivo e atual na medida em que os fundamentos do sistema capitalista não mudaram, que a chamada “era informacional” ou do “conhecimento” não é mais que uma reatualização e expansão das relações industriais e que a sociedade civil é, antes de tudo, um espaço constituído pelas contradições de classe e que está longe de ser aquilo que é propalado pelas visões românticas e idílicas ligadas à discussão sobre o “terceiro setor”. Este uso instrumental do referido conceito destrói a noção de totalidade no pensamento gramsciano, de forma a setorializar a realidade social e separar o inseparável: Estado e (principalmente) mercado não configuram planos desligados da e exteriores à sociedade civil. Para contrapor à noção atualmente hegemônica de sociedade civil, faz-se necessário recuperar a teoria do marxista sardo em sua organicidade: o que significa, por um lado, combater as leituras liberais e (neo)positivistas do conceito, enfatizando a permanência das relações de classe que estruturam nossa sociedade; e, por outro, significa debater com os próprios intérpretes de Gramsci que ignoram a “historicidade” na construção de seu pensamento, e restringem a sociedade civil à esfera da superestrutura. Resgatar hoje a concepção de Gramsci sobre sociedade civil se faz imprescindível se quisermos entender como o capital tem conseguido garantir, do cotidiano a toda vida social e de maneira relativamente estável, sua hegemonia, mesmo gerando uma forte ofensiva contra as classes trabalhadoras.

Isso nos leva a fazer breves considerações de caráter metodológico. O termo sociedade civil aparece em Gramsci repetida vezes nos Cadernos de modo autônomo e, aparentemente, com mais de um significado. Por isso, no intuito de evitar equívocos e fazer uma leitura orgânica da obra de Gramsci deve-se levar em conta o caráter fragmentário de sua obra, as fontes que ele recorre e o tempo de sua produção, bem como a sua totalidade (BIANCHI, 2008). Além disso, deve-se ter em mente que seus conceitos foram retirados da história e eram sempre ajustados aos contextos e circunstâncias históricas específicas, concretas. Dessa forma, o significado dos conceitos se desenvolve quando postos em contato com determinada situação que eles ajudam a explicar e não abstraídos dela (COX, 2007). A este método Gramsci atribui o nome de “filologia vivente”.

Dito isso, passemos à análise do conceito de sociedade civil que Gramsci examina juntamente com o conceito de Estado, a partir da categoria de Estado integral ou Estado ampliado. O autor amplia o conceito de Estado pelo fato de que “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2007, v. 3, p. 244). No Caderno 12, onde o autor trata da

criação e da função dos intelectuais, aparece um importante debate sobre a relação entre sociedade política e sociedade civil:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários". Seria possível medir a "organicidade" dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como "privados") e o da "sociedade política ou Estado", planos que correspondem, respectivamente, à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de "domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico". Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os "prepostos" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (idem, 2006, v. 2, p. 20-21).

A partir destas duas citações, podemos asseverar que Gramsci apreende a relação entre Estado e sociedade civil a partir da perspectiva da totalidade social e não a partir de um viés que fragmenta e "setorializa" a realidade. Ou seja, o conceito de Estado ampliado apreende o nexos dialético de unidade-distinção entre Estado e sociedade civil, de forma que a ampliação do conceito de Estado sugere a compreensão da nova relação entre política e economia no século XX (LIGUORI, 2007). Isso porque Gramsci vive uma fase em que o Estado e a sociedade civil estão mais complexos: o surgimento dos partidos de massa, dos grandes sindicatos e da comunicação em massa eram sintomas de uma sociedade civil que crescia e se desenvolvia; o Estado soviético, o Estado fascista, o início do keynesianismo e da consolidação das democracias liberais, evidenciava o alargamento do papel do Estado. Assim, a complexificação da relação entre Estado e sociedade civil levou a uma maior imbricação e associação entre essas duas esferas.

Apesar do desenvolvimento de uma nova relação entre política e economia (o Estado cada vez mais passa a regulamentar as questões econômicas), isso não implicou por parte de Gramsci uma negação da tese da determinação do econômico "em última instância", uma vez que ele analisa com mais profundidade o nível superestrutural, mas sempre seguindo a teoria e o método desenvolvido por Marx. O trabalho de Gramsci procura, assim, combater

tanto as teorias positivistas do Estado como as concepções instrumentalistas, valorizando o método dialético.

Embora seja certo que, para as classes fundamentais produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno), o Estado só é concebível como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção, disso não deriva que a relação de meio e fim seja facilmente determinável e que assuma o aspecto de um esquema simples e óbvio a primeira vista (GRAMSCI, 2006, v. 1, p. 427).

Sem deixar de considerar tais ressalvas, o Estado é, em última instância, expressão das contradições sociais surgidas essencialmente no terreno econômico. Nessa perspectiva, o Estado *stricto sensu*, ou a sociedade política, de Gramsci é o mesmo Estado que teorizou Marx e Lênin, isto é, o aparelho coercitivo, burocrático e governamental encarregado pela administração direta e do exercício legal da coerção para disciplinar os grupos que não consentem. Se o entendimento do conceito de sociedade política é relativamente tranquilo, o mesmo não vale para o de sociedade civil, que é um pouco mais problemático e polêmico. Podemos dizer que há, em Gramsci, pelos menos dois “sentidos” para sociedade civil que são aparentemente distintos.

O primeiro pode ser ilustrado na passagem acima, sobre os intelectuais, em que sociedade civil é entendida como o conjunto de organismos vulgarmente chamados “privados” que têm a função de organizar o consenso. São responsáveis pela disputa por hegemonia, ou seja, pela direção moral e intelectual da sociedade por meio da elaboração e difusão de idéias, valores e concepções de mundo. O termo privado diz respeito à adesão voluntária, e não coercitiva, dos indivíduos ao aparelho e está entre aspas porque são organizações aparentemente “privadas”, porque na realidade fazem plenamente parte do Estado no sentido amplo, o que nos permite falar em “Estado ampliado” (LIGUORI, 2007). Nesse primeiro sentido, a sociedade civil é considerada uma esfera superestrutural e está associada às formas de exercício e afirmação da direção moral e intelectual de uma classe sobre o conjunto da sociedade. Quer esclarecer a articulação e a manutenção das instituições políticas e ideológicas e a possibilidade de instauração de uma nova ordem social e política (BIANCHI, 2008). Essa é a acepção mais aceita e difundida.

O segundo sentido pode ser encontrado, entre outras passagens, no Caderno 13 onde o autor discute sobre “Alguns aspectos teóricos e práticos do 'economicismo’”.

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberismo é uma “regulamentação” de caráter estatal,

introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, modificar a distribuição da renda nacional (GRAMSCI, 2007, v. 3, p. 47).

Se nesse escrito a concepção de sociedade civil aparece como o lócus da atividade econômica, o terreno das relações materiais imediatas e da propriedade privada (BIANCHI, 2008), não podemos afirmar, entretanto, que existe uma ambiguidade na teoria gramsciana no que tange ao conteúdo do conceito de sociedade civil, uma vez que os dois “sentidos” expostos se complementam, ou melhor, formam uma “unidade” coerente, se analisados de modo a considerar as fontes teóricas que orientaram Gramsci, bem como o contexto histórico para o qual tal conceito foi desenvolvido. Em relação às fontes que inspiraram o conceito gramsciano de sociedade civil, citamos essencialmente duas: Marx e Hegel. No “Prefácio” de 1859, Marx escreve que as

relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil” (*bürgerliche Gesellschaft*), seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*) deve ser procurada na Economia Política (1978, p. 129).

O Prefácio de 1859, que Gramsci conhece muito bem e considera um texto essencial da “filosofia da práxis”⁹, resume os fundamentos do materialismo histórico marxiano e, por isso, devemos afastar, em sua análise, todo tipo de determinismo e de leitura vulgar. Nessa perspectiva, em relação à sociedade civil, esta não se resume para Marx às relações materiais, estando presente também elementos da superestrutura. Como lembra a reflexão de Valentino Guerratana, citada por Liguori (2008, p. 44), na afirmação de que “a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na Economia Política” não se deve identificar a parte com o todo, isto é, a estrutura de sustentação, a “anatomia” da sociedade civil, não é o mesmo que os elementos que tal estrutura sustenta e a ela são funcionais. Além disso, Gramsci conhece também outras obras de Marx que aparecem o conceito de sociedade civil,

⁹ Gramsci traduziu esse texto de Marx no cárcere, utilizando-o diversas vezes nos Cadernos. Curioso é o fato de que, ao traduzir a expressão “*bürgerliche Gesellschaft*”, que para os alemães significa sociedade civil e sociedade burguesa ao mesmo tempo, pois mantém unido o que quase todas as línguas separaram, Gramsci primeiramente traduz como “sociedade burguesa”, em seguida, cancela a expressão e substitui por “sociedade civil” (LIGUORI, 2007). Isso demonstra o conhecimento de Gramsci em relação à acepção de sociedade civil para Marx: como a totalidade das relações materiais de vida.

como em “O 18 Brumário”, em que o autor inclui no interior da sociedade civil as organizações e os movimentos associativos de grupos sociais e cidadãos¹⁰ (MONAL, 2003).

A concepção hegeliana de sociedade civil também influencia Gramsci, que ele próprio assume:

É preciso distinguir a sociedade civil tal como entendida por Hegel e no sentido em que é muitas vezes usada nestas notas (isto é, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado) do sentido que lhe dão os católicos (2007, v. 3, p. 225).

Hegel certamente não foi o primeiro a tratar de sociedade civil. Muito antes dele, diversos autores entre os séculos XVII e XVIII remodelaram o sentido determinado pela filosofia clássica e utilizaram esta categoria para designar a esfera das livres atividades econômicas e comerciais, o âmbito dos contratos e das associações que surgiam nas relações entre indivíduos fora da estrita esfera do Estado, num contexto marcado pela expansão do comércio e do capital. Porém, foi Hegel quem melhor traduziu em conceitos filosóficos a mudança histórica que se operou nas complexas relações modernas com o surgimento da nova esfera da sociedade civil: um espaço conflitivo dos cidadãos que se diferenciava tanto do âmbito privado da família quanto das instituições públicas do Estado (SEMERARO, 1999), apontado diversas vezes na obra “Filosofia do Direito”.

§ 157- [...] Sociedade civil, associação de membros, que são indivíduos independentes, numa universalidade formal, por meio das carências, por meio da constituição jurídica como instrumento de segurança da pessoa e da propriedade e por meio de uma regulamentação exterior para satisfazer as exigências particulares e coletivas (HEGEL, s/d., p. 122).

§ 190- [...] No direito, o objetivo é a pessoa. No ponto de vista moral abstrato, é o sujeito. Na família, é o membro da família. Na sociedade civil em geral é o cidadãos, e aqui, do ponto de vista da carência (cf. § 123º), é a representação concreta a que se chama homem. Pela primeira e única vez, só aqui é que se tratará do homem nesse sentido (p. 141).

§ 255- Ao lado da família, a *corporação constitui a segunda raiz moral do Estado, a que está implantada na sociedade civil*. Contém a primeira os elementos de particularidade subjetiva e de universalidade objetiva numa unidade substancial; a segunda une interiormente esses momentos que tinham começado por ser divididos, na sociedade civil, em particularidades, refletidas sobre si, de carência e de prazer e em universalidade jurídica abstrata. Assim, nessa união, o bem-estar se realiza e é, ao mesmo tempo, reconhecido como direito (p. 172, grifo nosso).

¹⁰ Segue uma passagem clara e significativa a esse respeito: “Torna-se imediatamente óbvio que em um país como a França, onde o Poder Executivo controla um exército de funcionários que conta mais de meio milhão de indivíduos e portanto mantém uma imensa massa de interesses e de existências na mais absoluta dependência; onde o Estado enfeixa, controla, regula, superintende e mantém sob tutela a *sociedade civil*, desde suas mais amplas manifestações de vida até suas vibrações mais insignificantes, desde suas formas mais gerais de comportamento até a vida privada dos indivíduos; onde através da mais extraordinária centralização, esse corpo de parasitas adquire uma ubiqüidade, uma onisciência, uma capacidade de acelerada mobilidade e uma elasticidade que só encontra paralelo na dependência desamparada, no caráter caoticamente informe do próprio coro social - compreende-se que em semelhante país a Assembléia Nacional perde toda a influência real quando perde o controle das pastas ministeriais, se não simplifica ao mesmo tempo a administração do Estado, reduz o corpo de oficiais do exército ao mínimo possível e, finalmente, deixa a *sociedade civil* e a opinião pública criarem órgãos próprios, independentes do poder governamental” (MARX, 1978, p. 357-358, grifos nossos).

A partir disso, podemos afirmar que Hegel percebeu que a evolução da sociedade moderna propiciava ao indivíduo um lugar próprio (privado) para o desenvolvimento de sua vida particular e para a realização dos seus interesses e carências, sendo assim, a condição do homem como membro da sociedade civil tornou-se problema e objeto de atenção para a filosofia política (RAMOS, 2008). No entanto, tais interesses e carências não se resumem unicamente aos interesses da produção econômica, isto é, a sociedade civil não compreende apenas o conjunto das relações materiais, mas também as formas de organização espontânea e voluntárias que ele identificava nas corporações, conforme o citado § 255 da “Filosofia do Direito” (BIANCHI, 2008; PORTELLI, 1977). Para Hegel, no interior da sociedade civil, configuram-se dinâmicas relações sociais que tendem ao associativismo, ainda que nas formas imperfeitas e corporativas de suas estruturas, mas que podem adquirir sentido e conteúdo ético. Nela coexistem o princípio da particularidade da pessoa concreta que procura seus interesses e o princípio da universalidade presente nas relações recíprocas das pessoas, fundando assim um sistema de dependência universal que reclama uma constituição jurídica produzida formalmente como garantia da propriedade e um ordenamento externo, que é o Estado (SEMERARO, 1999).

Marx, por outro lado, mesmo que não tenha desenvolvido um conceito de sociedade civil essencialmente diferente daquele que teorizou Hegel¹¹, tratou sob outra perspectiva a relação entre sociedade civil e Estado: não como duas realidades que encontravam sua unidade na transfiguração ética do Estado, mas como contradição própria da modernidade onde os interesses desenfreados dos indivíduos particulares se chocam com as pretensões de um “universal abstrato” que se impõe a todos e subordina tudo a sua integração (SEMERARO, 1999). Para Marx há uma cisão entre Estado e sociedade civil que se traduziria na ruptura entre “*citoyen*” e “*bourgeois*” ou “vontade geral” e interesses egoístas individuais que não podiam se conciliar em um “universal abstrato” (que para Hegel, era o Estado).

O Estado político acabado é, pela própria essência, a vida genérica do homem em oposição a sua vida material. Todas as premissas desta vida egoísta permanecem de pé à margem da esfera estatal, na sociedade civil, porém, como qualidade desta.

¹¹ É evidente que entre o “idealismo” hegeliano e o “materialismo” marxiano, a concepção de sociedade civil ganha contornos diferenciados sob perspectivas opostas. Todavia, o que pretendemos advogar aqui é que para ambos a sociedade civil não se restringe às relações econômicas. Se estas eram mais enfatizadas, tem a ver com o fato de que a sociedade civil estava ainda numa fase inicial de desenvolvimento e, portanto, as iniciativas econômicas burguesas possuíam um peso muito maior que as instituições e relações político-ideológicas. Cabe dizer que “na prática, ao longo da época moderna, 'sociedade civil' significou fundamentalmente o espaço próprio da burguesia, a constituição daquelas relações que vieram se formando em torno do mercado, da livre iniciativa e das normas que surgiram para regulamentar a propriedade particular na complexa dinâmica das novas sociedades. Antes de mais nada, portanto, as origens do conceito de sociedade civil pertencem à tradição política burguesa e liberal” (SEMERARO, 1999, p. 158).

Onde o Estado político já atingiu seu verdadeiro desenvolvimento, o homem leva, não só no plano do pensamento, da consciência, mas também no plano da realidade, da vida, uma dupla vida: uma celestial e outra terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera coletivo, e a vida na sociedade civil, em que atua como particular, considera outros homens como meios, degrada-se a si próprios como meios, e converte-se em juguete de poderes estranhos. O Estado político conduz-se em relação à sociedade civil de modo tão espiritualista como o céu em relação a terra (MARX, 2007, p. 21).

Gramsci toma conta desse debate por meio do estudo de obras como “A Questão Judaica” e “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” do “jovem” Marx o qual, além de inverter a relação hegeliana Estado-sociedade, opõe-se a esta oposição, critica a dicotomia entre esfera pública e esfera privada, rejeita o confinamento da política ao Estado e do socioeconômico à sociedade civil, mostrando que o poder atravessa ambos os momentos (LIGUORI, 2007). A superação do esgarçamento entre sociedade civil e Estado apenas se dará na construção do comunismo, em que o Estado desaparecerá, “isto é, a reabsorção da sociedade política na sociedade civil” (GRAMSCI, 2007, v. 3, p. 223). O Estado (no sentido estrito) deve ser novamente assimilado por aquilo que o fundou: as relações sociais de produção que, no capitalismo, se configuram como relações de classe. Por isso, podemos falar em poder político como “o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (MARX & ENGELS, 2006, p. 107), que se funda nas relações de classe, ou seja, na propriedade ou não dos meios de produção.

Aqui reside o ponto chave para nossa discussão: a sociedade civil para Gramsci, assim como para Marx, é constituída pelo conjunto das relações sociais de produção que, com o desenvolvimento das sociedades modernas, constroem superestruturas ideológicas, culturais e políticas. Um processo que podemos resumir como “elaboração superior da estrutura em superestrutura” (GRAMSCI, 2006, v. 1, p. 314) que se desenvolve no movimento histórico a partir do vínculo orgânico e dialético entre estrutura e superestrutura. Devemos afastar, no entanto, as visões reducionistas e mecanicistas que levam ao pé da letra a metáfora “estrutura” e “superestrutura”, uma vez que economia, política, cultura, ideologias não se separam no real: estão profundamente imbricados e se condicionam mutuamente. É claro que a determinação fundamental, ou “em última instância”, continua sendo do econômico, o modo como os homens produzem e reproduzem a sua vida; por isso, a contradição de classe dá o conteúdo aos movimentos e relações políticas, ideológicas e culturais que, na época de Gramsci haviam sido brutalmente fortalecidas. A vida social se complexificou. O crescimento das cidades, o desenvolvimento dos meios de comunicação em massa, o surgimento de grandes partidos políticos e grandes sindicatos, a expansão da educação escolar, a

consolidação das democracias-liberais etc. evidenciavam uma nova configuração da sociedade assentada na expansão das relações capitalistas.

Em certo sentido, Hegel já supera o puro constitucionalismo e teoriza o Estado parlamentar em seu regime de partidos. Sua concepção da associação não pode deixar de ser ainda vaga e primitiva, entre o político e o econômico, segundo sua experiência histórica da época, que era muito restrita e dava um só exemplo acabado de organização, o “corporativo” (política enxertada na economia). Marx não podia ter experiências históricas superiores às de Hegel (ao menos muito superiores), mas tinha o sentido das massas, por sua atividade jornalística e de agitação. O conceito de organização em Marx ainda permanece preso aos seguintes elementos: organização profissional, clubes jacobinos, conspirações secretas de pequenos grupos, organização jornalística (GRAMSCI, 2007, v. 3, p. 119).

Aqui reside o “historicismo” absoluto de Gramsci que, vivendo uma experiência histórica “superior” e qualitativamente nova, procura perceber o significado das mutações ocorridas bem como os novos empecilhos impostos aos grupos que lutavam por uma transformação radical da sociedade. Se Gramsci enfatiza sobretudo o momento superestrutural da sociedade civil, o papel das relações político-ideológicas, é porque está preocupado com a formação da hegemonia e, particularmente, da hegemonia proletária. Contudo, não se pode falar que para Gramsci a sociedade civil é meramente superestrutural – como quer Bobbio (1999)¹² ou, até mesmo, gramscianos de peso, como Coutinho (2007). Isso seria negar a dialética de Gramsci que, longe de ser um “teórico da superestrutura”, é um “intelectual” da totalidade social. Além disso, tal interpretação vulgar dá margem àquela leitura idílica da sociedade civil, que varre todo vestígio de conflito classista do interior da análise. No mais, se aceitarmos a tese da sociedade civil como superestrutura tal “esquema” analítico não teria validade para explicar o papel crescente de organizações “privadas” da mídia (televisão, jornais, cinema) ou da educação (escolas e universidades particulares) que difundem uma ideologia e, ao mesmo tempo, são capital. Ou para analisar as ONGs que fazem parte da sociedade civil mas só funcionam com recursos do Estado ou de empresas e, por isso, se burocratizam e precisam apresentar resultados de eficiência. Ou mesmo, explicar o surgimento de institutos e fundações empresariais, como a Fundação Bradesco que vem empreendendo um “significativo” trabalho educativo e está diretamente ligado ao aparelho econômico.

¹² É particularmente interessante apontar, aqui, o debate aberto entre Norberto Bobbio e Jacques Texier, no final da década de 1960. Enquanto Bobbio procurou afirmar a originalidade de Gramsci diante a teoria marxista e marxiana, afirmando que, ao contrário de Marx, a sociedade civil para Gramsci pertence ao momento da superestrutura e não da estrutura, Texier procurou mostrar a tentativa de Bobbio de evidenciar a originalidade de Gramsci a partir da ruptura com Marx. É evidente que a análise de Bobbio sobre os escritos gramscianos não os retira da teoria marxista; entretanto, afirmar que para Gramsci a superestrutura é o “momento primário e subordinante” é desconsiderar a teoria que embasa seu pensamento, isto é, a filosofia da práxis.

Do ponto de vista da totalidade, política, economia e cultura não são “setores” separados e autônomos, podem até serem consideradas momentos diferentes do real, mas cujos processos e funções estão intimamente imbricados e cotidianamente modificados devido essa conexão. Se Gramsci está preocupado particularmente com a dimensão superestrutural da sociedade civil é porque ele compreendeu, (i) a partir do “Prefácio” de 1859 de Marx, que é nas formas ideológicas que os homens tomam consciência de sua condição e (ii) que a disputa pela hegemonia se dá privilegiadamente na sociedade civil, mas não apenas nela, pois também envolve a sociedade política. Isso porque não há uma separação orgânica entre sociedade civil e sociedade política¹³, e sim uma distinção metodológica, analítica, imprescindível para resolver os problemas estratégicos e práticos colocados no enfrentamento ao sistema hegemônico da classe dirigente (PORTELLI, 1977).

Nessa perspectiva, a idéia de sociedade civil, lugar de consenso, e sociedade política, espaço de coerção, é pobre se tomada com rigidez, como um “esquema”. Para Gramsci, a organização ideológica e do consenso se dá privilegiadamente na sociedade civil; e o momento da coerção predominantemente na sociedade política. Todavia, isso não significa uma rígida especialização de funções entre as duas esferas, uma vez que, com a teoria do Estado ampliado, Gramsci está justamente preocupado em demonstrar que cada vez mais a sociedade civil exerce funções que inicialmente era do Estado. Ele afirma, por exemplo, que “não se pode dizer que os dirigentes de organismos e organizações 'privadas' também não disponham de sanções coercitivas, até a pena de morte” (idem, *ibidem*, p. 302). Por outro lado, Gramsci enfatiza que o Estado também possui um papel educativo e organizativo que se expande em uma época em que se estabelecia uma imbricação crescente entre política e economia. Nota-se o interesse dele no papel financeiro do Estado que começa a emitir títulos públicos para interferir nos interesses do capital financeiro, após a quebra da Wall Street. E também o Estado passa a interferir nos assuntos do capital produtivo, para salvar grandes empresas e evitar uma nova depressão. Gramsci capta a passagem da economia capitalista para sua fase keynesiana (LIGUORI, 2007). Sobre o papel educativo do Estado destacamos:

todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim

¹³ “Pensar a sociedade civil como separada da sociedade política significa desconhecer as condições reais das lutas de classe, pois implica cindir direção e coerção, mitificando assim os projetos hegemônicos. Essa separação no campo do capitalismo é absolutamente impensável” (DIAS, 2008, p. 32).

tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes (GRAMSCI, 2007, v. 3, p. 284-285).

Com o conceito de Estado ampliado, Gramsci reúne força e consenso, domínio e direção, ditadura e hegemonia num nexó inexorável e dialético, de unidade-distinção, no qual, em geral, no “ocidente” o elemento do consenso se faz mais evidente, sem que a força desapareça¹⁴. A constituição da hegemonia nos países capitalistas centrais, o “Ocidente”, é a preocupação central de Gramsci que, diferentemente da Rússia de 1917, o “Oriente”, onde o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa, não é mais possível o exercício da guerra de manobra ou frontal, de assalto ao poder. No Ocidente, onde havia entre o Estado e a sociedade civil uma relação apropriada e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil: a guerra de manobra cedia lugar à guerra de posição (2007, v. 3, p. 262).

Conceito político da chamada “revolução permanente”, surgido antes de 1848, como expressão cientificamente elaborada das experiências jacobinas de 1789 ao Termidor. A fórmula é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez [...]. No período posterior a 1870, com a expansão colonial européia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da “revolução permanente”, própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política na fórmula de “hegemonia civil”. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc. (idem, *ibidem*, p. 24).

Uma leitura atenta desse trecho nos aponta que Gramsci não descarta a guerra de movimento, o momento de tomada do Estado. Mas afirma a necessidade da classe fundamental, que pretenda fundar um novo Estado (e depois destruí-lo), de se tornar dirigente, de obter a hegemonia, antes de ser dominante. A guerra de posição (metáfora retirada da arte militar) é a estratégia imposta pela nova situação, e não uma “receita” ideal retirada da cabeça de um filósofo. É um processo dialético de organização política, de ordenação do consenso e elevação intelectual das “massas”, de criação de uma concepção de mundo autônoma e de educação do senso comum, de sistematização da cultura e de reforma intelectual e moral. É

¹⁴ Bianchi (2008) nos alerta para o cuidado de não cairmos numa fórmula algébrica ao tratar da relação entre consenso e coerção. Assim, uma sociedade ou um Estado não pode ser analisado por meio da formulação: mais consensual e menos ditatorial ou vice-versa, como se a função de um implicasse no esvaziamento de outro. O importante é ver a unidade e a relação dialética entre força e consentimento, como duas naturezas inseparáveis do poder político.

uma luta de combate e conquista entre aparelhos de hegemonia, mas, principalmente, de construção de espaços autônomos das classes subalternas e negação dos espaços políticos das classes dominantes, já que “a estratégia política de ocupação de espaços na sociedade civil, advoga por uma leitura reformista, quando não liberal, de Gramsci” (BIANCHI, 2008, p. 180). Assim, a questão da hegemonia pressupõe a capacidade de uma classe de se diferenciar, se contrapor como visão de mundo às classes antagônicas, se afirmar como projeto para si e para a sociedade. Estruturar o campo de lutas e suas frentes de intervenção, assimilando outras classes ao seu projeto (DIAS, 2006).

Hegemonia: projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes se movem. Horizonte que, ao proceder à padronização, ao “conformismo”, desorganiza, inviabiliza, ou tenta, os projetos das demais classes. Desorganiza ativa ou passivamente: ativamente ao sobrepor com o seu projeto aos outros projetos e assim descaracterizá-los; passivamente pela repressão pura e simples aos demais projetos. Horizonte que é estruturação do campo das lutas, das alianças, do permitido e do interdito. Racionalidade de classe que se faz história e que obriga às demais classes a pensar-se nessa história que não é delas (DIAS, 1996, p. 34).

Os partidos políticos, sindicatos, sistema escolar, editoras, igrejas e, também, as instituições do chamado “terceiro setor”, como ONGs, associações filantrópicas e institutos e fundações empresariais constituem as “trincheiras” e “casamatas” da sociedade civil, que disputam a organização do consenso e a construção de projetos hegemônicos, por isso, podem ser considerados “partidos”, num sentido amplo e não formal¹⁵. Como aparelhos privados de hegemonia, afirmam e disseminam um determinado modo de pensar e sentir a vida, um determinado “programa” político. Mesmo aquelas organizações que se proclamam neutras e sem interesses políticos imediatos, difundem sempre uma ideologia, o que as levam, na maioria das vezes, a difundir a ideologia dominante, que conserva, cimenta e unifica o “bloco social”.

¹⁵ “Numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entenda organização e partido num sentido amplo, e não formal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo – natural ou contratual ou voluntário – uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercitivo” (GRAMSCI, 2007, v. 3, p. 253).

CAPÍTULO I

TRABALHO, EDUCAÇÃO UNITÁRIA E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR

A vida na indústria exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes etc., que não é algo inato, 'natural', mas exige ser adquirido (GRAMSCI, 2007, v. 4, p. 251).

Sob a perspectiva das forças hegemônicas, a organização da formação profissional se faz estratégica não apenas no sentido de conformar e adaptar a força de trabalho a novos métodos e técnicas de produção, mas também, para transmitir e interiorizar nos trabalhadores uma série de comportamentos, hábitos, racionalidades e valores ligados a esses métodos, mas que extrapolam a esfera produtiva. As iniciativas de formar os trabalhadores não são, nesse sentido, livres de compromissos políticos, pois também são lócus de propagação de projetos e concepções de mundo. O programa de educação profissional da Fundação Bradesco se insere, assim, no quadro de reprodução da classe trabalhadora, não apenas no que tange aos conhecimentos técnicos e práticos ligados à produção, mas também, à reprodução ideológica, em um processo onde técnica e política se fundem organicamente. No presente capítulo, discutiremos as principais determinações que condicionam a forma da educação profissional na sociedade atual, procurando perquirir (i) a íntima relação entre processo de trabalho e formação dos trabalhadores dentro de um modo de produção cuja base técnica é revolucionária, bem como (ii) as implicações político-ideológicas na adaptação e conformação das classes trabalhadoras às mudanças produtivas¹⁶¹⁶.

A formação e a "qualificação" dos membros da sociedade, segundo as exigências da divisão social-técnica do trabalho, concorrem não apenas para o funcionamento e desenvolvimento das forças produtivas, mas também para a reprodução das relações sociais capitalistas (ALTHUSSER, 2008). Se "todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de

¹⁶ A presente discussão teórica (a ser desenvolvida nesse capítulo) foi pensada não apenas para responder qual formação profissional está posta atualmente, mas, sobretudo, para discutir o tipo de trabalhador produzido pela Fundação Bradesco. Como a Fundação não nos permitiu pesquisar os currículos, materiais pedagógicos etc. de seus cursos,

reprodução” e se “as condições da produção são simultaneamente as da reprodução”¹⁷ (MARX, 2008, vol. 2, p. 661), o capital em seu processo de reiteração deve reproduzir não apenas as condições materiais de produção, mas também as relações sociais que asseguram a existência de capitalistas e trabalhadores assalariados. Esses últimos devem produzir constantemente

riqueza objetiva, mas, sob a forma de capital, uma força que lhe é estranha o domina e explora, e o capitalista produz também constantemente a força de trabalho, mas sob a forma de uma fonte subjetiva de valor, separada dos objetos sem os quais não se pode realizar, abstrata, existente apenas na individualidade do trabalhador, em suma, o capitalista produz o trabalhador sob a forma de trabalho assalariado. Essa reprodução constante, essa perpetuação do trabalhador é a condição necessária da produção capitalista (MARX, 2008, v. 2, p. 666).

O vendedor da força de trabalho tem de perpetuar-se por meio do consumo de uma soma de meios de subsistência que o mantém e o sustenta, incluindo os meios de subsistência de seus substitutos no mercado de trabalho (seus filhos) e, ainda, por uma soma de valores para o desenvolvimento de sua força de trabalho e aquisição de certa habilidade (MARX, 1978). Assim como as demais mercadorias, o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a sua produção e reprodução, expresso por certa quantidade de meios de subsistência (cujo montante é também determinado por elementos históricos e morais).

A fim de modificar a natureza humana, de modo que alcance habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho e se torne força de trabalho desenvolvida e específica, é mister educação e treino que custa uma soma maior ou menor de valores de mercadorias. Esta soma varia de acordo com o nível de qualificação da força de trabalho. Os custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram, portanto, no total dos valores despendidos para sua produção (MARX, 2006, p. 202).

É por isso que, no sistema capitalista de produção, há um movimento expansivo de diminuição do tempo de formação profissional exigido para o trabalho, a fim de reduzir o valor da força de trabalho.

A desvalorização relativa da força de trabalho, decorrente da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, redundando, para o capital, em acréscimo imediato de mais-valia, pois tudo o que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho aumenta o domínio do trabalho excedente (2006, p. 405).

O encurtamento da formação profissional do trabalhador só pode se dar por meio da simplificação do processo de trabalho que tem se tornado, mais e mais, um processo desqualificado, repetitivo, indiferenciado, alienante e estranho ao trabalhador, que o

¹⁷ “Se a produção tem a forma capitalista, também terá a reprodução. No modo capitalista de produção, o processo de trabalho é apenas um meio de criar valor; analogamente, a reprodução é apenas um meio de reproduzir o valor antecipado como capital, isto é, como valor que se expande” (MARX, 2008, v. 2, p. 661).

enfraquece perante o capital. Entretanto, nos dias atuais, com a introdução de inovações tecnológicas e de novos métodos de organização e gestão aos processos produtivos, muitos anunciam o surgimento de um novo trabalho, de caráter criativo e emancipador, o que traria impactos positivos para a formação dos trabalhadores. Mas, qual a real natureza desse "novo" trabalho? Será que a aplicação maciça da ciência e da tecnologia na produção estaria gerando novas qualificações? E quanto aos novos métodos de organização da produção considerados mais "flexíveis"? O trabalho repetitivo e estranhado estaria dando espaço a um trabalho criativo? Haveria, assim, um encurtamento entre as etapas de controle, concepção e de execução? Um novo tipo de trabalhador está sendo demandado pelas novas formas produtivas? Tais perguntas constituem o fio condutor para analisar e entender a formação profissional atualmente, bem como as determinações que conformam seu conteúdo e suas formas concretas de manifestação.

Mesmo correndo o risco de cair em uma tautologia, ressaltamos que a educação profissional deve ser analisada a partir da categoria *trabalho*, uma vez que a forma de ser do trabalho na sociedade configura o tipo de formação profissional produzida pela mesma. Nesse sentido, para compreendermos que formação profissional está posta hoje, devemos investigar as determinações e relações que conformam o processo de trabalho no sistema capitalista de produção. Para isso, pensamos ser imprescindível o retorno a Marx, em relação às suas formulações sobre o (processo de) trabalho no capitalismo, pelo fato de que, em primeiro lugar, muitas das tendências por ele reveladas sobre o modo de produção capitalista se aprofundam e, em segundo, por ter oferecido a fundamentação necessária para conceber uma ontologia a partir da categoria trabalho; além disso, é necessário também analisar as transformações pelas quais passou o capitalismo no decorrer do século passado.

1.1 A RELAÇÃO ENTRE PROCESSO DE TRABALHO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO ABSTRATO

1.1.1 De Encontro aos Fundamentos: a Subsunção do Trabalho ao Capital

Na quarta parte do primeiro livro de "O Capital", Marx afirma que o início da produção capitalista se desenvolve a partir do momento em que um número considerável de trabalhadores, sob o comando de um capitalista, se reúne no mesmo local e em torno de um ramo de atividade, produzindo a mesma espécie de mercadoria. A partir disso, estão lançados os pressupostos para a produção capitalista que se assenta, sobretudo, no trabalho social, no caráter cooperativo, combinado do processo de trabalho.

Marx chama de cooperação “o emprego simultâneo de grande número de trabalhadores [em um mesmo processo de produção que] opera uma revolução nas condições materiais do processo de trabalho” (2006, p. 377). E prossegue afirmando que “ao cooperar com os outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie” (idem, p. 382). A cooperação é o ponto de partida de toda produção capitalista que, em contraposição com o “processo de produção de trabalhadores isolados independentes”, é a primeira transformação que o processo de trabalho “experimenta realmente ao subordinar-se ao capital”¹⁸. No entanto, mesmo sendo a “forma fundamental do modo de produção capitalista” (2006, p. 388), o capital para se valorizar não pode limitar sua exploração às formas de cooperação, necessita de organizar e reorganizar o processo de trabalho com vistas ao aumento da produtividade e, por consequência, do lucro. É nesse sentido que, baseado na cooperação, surge a *manufatura* que introduz e/ou intensifica a divisão do trabalho¹⁹ no processo produtivo, como meio de aumentar a quantidade de mercadorias fabricadas em um tempo determinado. Assim,

Em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma mesma sequência, são elas destacadas uma das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos trabalhadores cooperantes (idem, *ibidem*, p. 392).

Se antes, no artesanato, os trabalhadores possuíam o conhecimento e domínio do processo total de trabalho, este agora é decomposto em operações parciais que são realizadas simultaneamente por trabalhadores mutilados. A manufatura é constituída, dessa maneira, por “um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos” (idem, p. 393), ou seja, por um trabalhador coletivo formado por muitos trabalhadores parciais, despojados de destrezas e habilidades especiais e do controle e conhecimento do processo produtivo como um todo.

Em todo ofício que se apossa, a manufatura cria uma classe de trabalhadores sem qualquer destreza especial, os quais o artesanato punha totalmente de lado. Depois de desenvolver, até atingir a virtualidade, uma única especialidade limitada, sacrificando a capacidade total de trabalho do ser humano, põe-se a manufatura a transformar numa especialidade a ausência de qualquer formação. Ao lado da graduação hierárquica, surge a classificação dos trabalhadores em hábeis e inábeis. Para os últimos, não há custos de aprendizagem e, para os primeiros, esses custos se reduzem em relação às despesas necessárias para formar um artesão, pois a função

¹⁸ É evidente que a cooperação já existia nos modos de produção anteriores. No entanto, sob o comando do capital, ela pode ser utilizada sistemática e amplamente devido ao grande número de trabalhadores livres, que podem ser explorados de forma simultânea.

¹⁹ Marx, no capítulo sobre a “Divisão do trabalho e manufatura”, faz uma diferenciação entre a divisão social do trabalho – que se baseia na diferenciação dos ramos de atividade constituídos por produtores individuais, mas interdependentes, e na separação ente cidade e campo – e a divisão manufatureira do trabalho – que divide e compartimentaliza o processo de trabalho em várias operações parciais. Apesar de partirem de lados opostos, ambas as divisões se relacionam e se complementam na medida em que a primeira é condição para o desenvolvimento da segunda e, além disso, a segunda impulsiona e multiplica a primeira.

deles foi simplificada. Em ambos os casos, cai o valor da força de trabalho (idem, p. 405).

A parcelização e fragmentação do processo de produção em funções específicas levam à diferenciação dessas funções de acordo com a complexidade e dificuldade na execução, o que demanda forças individuais de trabalho com “diferentes graus de formação, possuindo, por isso, valores diversos. A manufatura desenvolve, portanto, uma hierarquia nas forças de trabalho, à qual corresponde uma escala de salários” (MARX, 2006, p. 404). Assim, em média, o valor da força de trabalho diminui, uma vez que a divisão manufatureira do trabalho prescinde da formação e da aprendizagem do trabalhador na mesma medida em que simplifica e divide o processo produtivo em pequenos movimentos limitados e repetitivos. Dessa forma, iniciou-se e continuou-se, incessantemente, um movimento de quebra do monopólio que o trabalhador tinha do conhecimento sobre o processo de trabalho e a consequente capacidade de executá-lo (TAUILE, 2001, p. 63).

Além de não existir a divisão parcelar do processo produtivo, o artesanato se distancia da manufatura pelo fato de que naquele

O trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolúvelmente unidos, como o caracol e sua concha, e, assim, faltava a base principal da manufatura: a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão desse meios em capital (MARX, 2006, p. 414).

No entanto, a divisão do trabalho na manufatura se configura sobre a base do ofício artesanal, de modo que naquela apenas se divide a “atividade do artesão nas diversas operações que a compõem. Complexa ou simples, a operação continua manual, artesanal, dependendo, portanto, da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual, ao manejar seu instrumento” (id., ib., p. 393). Assim, guardadas as significativas particularidades, o processo de trabalho da manufatura se fundamenta e se confunde, do ponto de vista tecnológico, com o processo artesanal. Porém, o trabalhador, que antes obedecia a um mestre na condição de aprendiz, agora se mostra subordinado a um capitalista que, ao deter a propriedade dos meios de produção, explora o trabalho alheio na tentativa de expandir o valor de seu capital. A esse processo, Marx atribui o nome de “*subsunção formal do trabalho ao capital*” (1978, p. 51, grifo do autor).

Nesse contexto, “o processo de trabalho é subsumido ao capital e o capitalista se enquadra nele como dirigente, condutor” (idem, p. 51), o que estabelece uma relação de superioridade e subordinação econômica entre o trabalhador assalariado e o capital. Essa relação é garantida pela separação entre o trabalhador e as condições de trabalho (meios de produção e de subsistência), de tal forma que a capacidade viva de trabalho “é a única

propriedade à disposição do operário e a única mercadoria que possui para vender” (id., p. 48)²⁰.

O processo de trabalho sob o domínio do capital se volta não mais para a produção de valor de uso, mas sim para a produção de valor de troca e, mais exatamente, de mais-valia. A qualidade exigida no ofício artesanal cede espaço para produção em massa da empresa manufatureira. Nesse período, o trabalho abstrato, que produz valor, se fortalece e se desenvolve em detrimento do trabalho concreto, produtor de coisas úteis; este perde a centralidade, e o processo de trabalho se torna cada vez mais processo de produção de valor (excedente), uma vez que o trabalho se apresenta como um mero meio para se efetivar a acumulação do capital²¹. A manufatura é, de fato, a primeira forma histórica da produção capitalista (ROSDOLSKY, 2001, p. 202-3).

De acordo com Marx (2006), o capital apenas se valoriza com a extração de mais-valia produzida pelo trabalho vivo. De início, dado o patamar de desenvolvimento das forças produtivas – baseado ainda no trabalho manual –, o capital possui a necessidade de empregar, em um mesmo processo, uma grande quantidade de trabalhadores o que demanda uma massa maior de meios de produção, resultando no aumento da produção. Essa escala em que se efetua, de maneira ampliada, o processo produtivo na manufatura, distingue o processo de trabalho subsumido ao capital, ainda que formalmente, das modalidades tradicionais de trabalho (MARX, 1978, p. 53).

Não obstante o desenvolvimento da divisão do trabalho e das formas de cooperação pela manufatura, como meio de extrair mais-valia relativa a partir do aumento da produtividade, o fundamento artesanal e manual do processo de trabalho manufatureiro limita a produção dessa forma de mais-valia e torna a extração de mais-valia absoluta, por meio do prolongamento da jornada de trabalho, a forma correspondente à fase da subsunção formal do trabalho ao capital (id., ib.). No entanto, a extração de mais-valia absoluta é restringida, no limite, pelas 24 horas do dia, além de ser alvo constata de resistência dos trabalhadores na luta pela redução e regulação da jornada de trabalho. A necessidade imperiosa do capital de se

²⁰ A separação do trabalhador e dos meios de produção somada à divisão parcelar do processo de trabalho, que desenvolve uma habilidade parcial no trabalhador, faz com que a “força individual de trabalho não mais funciona se não estiver vendida ao capital. Ela só opera dentro de uma conexão que só existe depois da venda, no interior da oficina do capitalista. O trabalhador da manufatura, incapacitado, naturalmente, por sua condição, de fazer algo independente, só consegue desenvolver sua atividade produtiva como acessório da oficina do capitalista” (MARX, 2006, p. 416).

²¹ Napoleoni argumenta que “na sociedade capitalista, o trabalho humano é trabalho abstrato já na primeira fase, a da subsunção do trabalho ao capital, porque [...] a abstração do trabalho consiste nisso: que a separação do trabalhador do próprio trabalho, com a consequência de que o trabalho se destina essencialmente à produção de valor e não à produção de bens dotados de utilidade” (1981, p. 89). Voltaremos nesse debate mais adiante.

valorizar destrói as barreiras impostas na forma de mais-valia absoluta, na medida em que busca sua valorização a partir da mais-valia relativa, ou seja, por meio da redução do tempo de trabalho necessário (ao trabalhador para manter e reproduzir sua força de trabalho) e do aumento do tempo de trabalho excedente, dedicado ao capitalista.

Para tanto, cada trabalhador tem que produzir mais no mesmo tempo, o que demanda novos métodos de produção e a introdução constante de inovações tecnológicas. Ou seja, “é mister que se transformem as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, que mude o modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho” (MARX, 2006, p. 366) e, com isso, a produtividade. Nesse percurso, “se ergue um modo de produção tecnologicamente específico que metamorfoseia a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais: o modo capitalista de produção” (1978, p. 66). A partir do estudo da História, Marx nos afirma que

A manufatura se constitui [...] em base técnica imediata da indústria moderna. A primeira produzia a maquinaria com que a segunda eliminava o artesanato e a manufatura nos ramos de produção de que se apoderava. A produção mecanizada se erguia, naturalmente, sobre uma base material que lhe era inadequada. Atingindo certo estágio de desenvolvimento, tinha ela de remover essa base, que encontrou pronta e aperfeiçoou em sua forma antiga, para estabelecer nova base adequada a seu modo de produção (2006, p. 438).

Uma vez que “só existe mudança de forma quando sobrevém uma revolução nos instrumentos de trabalho” (id., ib., p. 419), o modo de produção especificamente capitalista se consolida somente com o desenvolvimento da *maquinaria*, o sistema de máquinas, como meio de produzir mais-valia. As ferramentas manuais, herança da manufatura e do artesanato, que dependiam ainda da força, habilidade e destreza dos trabalhadores, se tornam instrumentos mecânicos, ferramentas de um mecanismo, de uma máquina. As máquinas-ferramenta, da qual parte a revolução industrial, se fundam em um sistema de máquinas que, com o seu desenvolvimento, se automatiza e adquire forma independente²². O processo de produção se liberta dos limites orgânicos do trabalhador, que manejava apenas uma ferramenta por vez, retirando sua posição ativa e inicial do processo de produção, deixando-o o mero papel de mediar o trabalho das máquinas. Dessa forma, se

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, ele tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo²³. Na fábrica, eles se tornam

²² Em *A Miséria da Filosofia*, Marx resume esse desenvolvimento: “Instrumentos simples, acumulação de instrumentos, instrumentos complexos, acionamento de um instrumento complexo por um único motor manual: o homem, acionamento destes instrumentos pelas forças naturais, máquina, sistema de máquinas com um só motor, sistema de máquinas com um motor automático – eis o caminho percorrido pelas máquinas” (1985, p. 130).

²³ Isto é, de um mecanismo formado pelo trabalhador coletivo constituído por muitos trabalhadores parciais.

complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles (id., ib., p. 482).

E Marx prossegue:

Sendo ao mesmo tempo processo de trabalho e processo de criar mais-valia, toda produção capitalista se caracteriza por o instrumental de trabalho empregar o trabalhador, e não o trabalhador empregar o instrumental de trabalho. Mas essa inversão só se torna uma realidade técnica e palpável com a maquinaria. Ao se transformar em autômato, o instrumental se confronta com o trabalhador durante o processo de trabalho como capital, trabalho morto que domina a força de trabalho viva, a suga e exaure (id., ib., p. 483).

A revolução de base técnica mencionada revolucionou o próprio modo de produção, o processo de trabalho e, por conseguinte, as relações sociais de produção. É o início da “*subsunção real do trabalho ao capital*” (id., 1978, p. 55, grifos do autor), ou do modo de produção especificamente capitalista, que se torna forma geral da produção, sendo a mais-valia relativa (ou seja, a redução do trabalho necessário e criação de mais-trabalho) a expressão material dessa fase, que perdura até os dias atuais.

De elemento ativo, o trabalhador passa a intermediar o processo produtivo como um órgão, um apêndice do sistema automático de máquinas, que se torna o “ponto de partida, o lado ativo do processo e da relação” (NAPOLEONI, 1981, p. 88). No capitalismo, a ordem dos fatores de produção é invertida de modo que o trabalhador se torna um instrumento, e a máquina perde sua posição de instrumento e se autonomiza, não mais dependendo da força e habilidade do operário. Assim, “não partindo do trabalhador o movimento global da fábrica, mas da máquina, pode-se mudar o pessoal a qualquer hora sem interromper o processo de trabalho” (MARX, 2006, p. 481). Nesse sentido, o processo de trabalho deixa de se fundamentar no elemento subjetivo, passando a se organizar, quase que exclusivamente, em torno de um elemento objetivo, do trabalho objetivado, ou seja, de uma coisa. O processo produtivo sob o domínio do capital é processo geral de reificação que torna o trabalho, na posição instrumental, em uma coisa que “é subordinado a uma [outra] coisa, o sistema de máquinas, que se põe agora em situação inicial e não mais em posição intermediária”²⁴ (NAPOLEONI, ib., p. 89).

²⁴ Nos *Grundrisse*, Marx assevera: “A máquina em nenhum aspecto aparece como meio de trabalho do trabalhador individual. Sua diferença específica de modo algum é, como no caso do meio de trabalho, a de transmitir ao objeto a atividade do trabalhador; sendo que a atividade se encontra posta de tal maneira que não faz mais que transmitir à matéria prima o trabalho ou ação da máquina, [à] que [o trabalhador] vigia e preserva de danos. Não é como no caso do instrumento, que o trabalhador anima, como a um órgão, com sua própria destreza e atividade, e cujo manejo depende tanto da virtuosidade daquele. Sendo que a máquina, dona da habilidade e da força em lugar do trabalhador, é ela mesma a *virtuosa*, possui uma alma própria presente nas leis mecânicas que operam nela, e assim como o trabalhador consome alimento, ela consome carbono, óleo etc., (materiais instrumentais) com vistas a seu auto-movimento contínuo. A atividade do trabalhador, reduzida a uma

O capital, ao se libertar da subjetividade humana, não mais depende da vontade e resistência do trabalhador individual, nem de suas virtualidades, técnicas e habilidades que agora estão materializadas na máquina. É esta que “imprime sobre o trabalho do operário as qualificações que não são mais provenientes da subjetividade do operário e do trabalho, mas são provenientes das exigências, da estrutura e da natureza dessa coisa que é a máquina” (NAPOLEONI, 1981, p. 90). Como um simples órgão de um autômato, o trabalhador se submete à ação da máquina, mais precisamente, de uma “máquina parcial” que se constituiu a partir das ferramentas e técnicas – de parcelização do processo produtivo – do período manufatureiro²⁵, o que aprofunda, ainda mais, a divisão do trabalho e as consequências degradantes ao trabalhador²⁶.

A separação entre a concepção e a execução do processo de produção, ou seja, entre as forças intelectuais e o trabalho manual, despoja o trabalhador individual de todo talento, técnicas e habilidades que antes possuía. Estes fatores passam a ser desenvolvidos pela ciência, que se separa do trabalhador e se torna uma força produtiva a serviço do capital, criando uma hierarquia entre trabalho manual e intelectual. A maquinaria é expressão e materialização dessa ciência que, como uma forma particular de capital – capital fixo – se defronta ao trabalhador como algo hostil e antagônico. Dessa forma, “a ciência, que obriga os membros inanimados da máquina [...] a operar como um autômato, conforme a um fim, não existe na consciência do trabalhador, operando através da máquina, como poder alheio, como poder da máquina mesmo, sobre aquele” (MARX, 1973, p. 219)²⁷. O processo de trabalho se torna mero momento do processo de produção de mais-valia, de valorização do capital, em que o trabalho objetivado é um meio para a apropriação e dominação do trabalho vivo, e o

mera *abstração* da atividade, está determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso” (1973, p. 219, grifos nossos).

²⁵ Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, já havia argumentado sobre os “benefícios” da divisão técnica do trabalho: primeiro, porque a capacidade do trabalhador aumenta se ele dedicar a uma ou poucas funções; em segundo, será menor a perda de tempo na passagem entre as operações, quanto menor for o número de funções executadas por cada um; e, por último (e mais importante), quanto mais a atividade humana estiver confinada a certas operações isoladas e definidas, mais simples ela se tornará e mais fácil será conceber máquinas destinadas a substituir o trabalho (NAPOLEONI, 1980, p. 21; TAUILE, 2001, p. 64).

²⁶ Marx reconhece que tais degradações não são geradas pela maquinaria em si, mas pela sua utilização capitalista, onde “até as medidas a facilitar o trabalho se tornam meio de tortura, pois a máquina, em vez de libertar o trabalhador do trabalho, despoja o trabalho de todo o interesse” (2006, p. 483).

²⁷ Na sociedade burguesa, o que é resultado do desenvolvimento direto das forças produtivas sociais do trabalho (cooperação, divisão do trabalho, maquinaria e aplicação racional da ciência no processo produtivo) se transfigura e se torna alheio ao trabalhador na mesma medida em que “se apresenta como força produtiva do capital, [e] não como força produtiva do trabalho; ou como força do trabalho apenas na medida em que este é idêntico ao capital, e em todo caso nunca como força produtiva quer do operário individual, quer dos operários associados no processo de produção. A mistificação implícita na relação capitalista em geral, desenvolve-se agora muito mais do que podia ou teria podido desenvolver no caso da subsunção puramente formal do trabalho ao capital” (MARX., 1978, p. 55).

próprio trabalho se torna um elemento do capital – esse “autômato” que tem o fim em si mesmo, é senhor de seu próprio processo.

O processo de produção tem deixado de ser processo de trabalho no sentido de ser controlado pelo trabalho como unidade dominante. O trabalho se apresenta [...] só como órgão consciente disperso sob a forma de diversos trabalhadores vivos presente em muitos pontos do sistema mecânico, e subsumido no processo total da maquinaria mesma, só como um membro do sistema cuja unidade não existe nos trabalhadores vivos, mas na maquinaria viva (ativa), a qual se apresenta frente ao trabalhador, frente à atividade individual e insignificante deste, como um poderoso organismo. [...] A inserção do processo de trabalho como mero momento do processo de valorização de capital é posto também desde o ponto de vista material, pela transformação do meio de trabalho em maquinaria e do trabalho vivo em mero acessório vivo dessa maquinaria, em meio para ação desta. Tal como temos visto, o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário são a tendência necessária do capital. A realização desta tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria (id., 1973, p. 219, grifo nosso).

Assim, se nos modos de produção anteriores o processo produtivo se fundamentava na ação do trabalhador que, com a ajuda do instrumental de trabalho, modificava a matéria-prima, agora o trabalho deixa de ser o elemento central na organização da produção, sendo que a ação sobre a matéria-prima parte da máquina e o trabalho se torna, vale ressaltar, um fator intermediário, um mero apêndice vivo que passa a desenvolver funções simplificadas, mecânicas e repetitivas. Dessa forma, podemos afirmar que há uma tendência do capitalismo de *prescindir da formação profissional e técnica dos trabalhadores*, na mesma medida em que os processos de trabalho se tornam, com a introdução da maquinaria, cada vez mais simplificados e, nesse sentido, indiferenciados entre si²⁸.

Afirmamos, anteriormente, que já na manufatura há trabalho abstrato, até mesmo porque já existe troca, e esta é suposto daquele. No entanto, é a maquinaria que consolida e efetiva, no âmbito da produção, o caráter abstrato do trabalho. Isso porque pensamos que o *trabalho abstrato*, formador de valor, deve ser compreendido não apenas como uma generalidade, trabalho humano geral, desgaste físico do trabalhador, mas deve ser analisado como trabalho que se torna cada vez mais uniforme, simples e não diferenciado. Em a Introdução à Crítica da Economia Política, Marx evidencia que

a abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado intelectual de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, e, portanto, é-lhes indiferente. Neste caso o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade. Este estado de coisas se encontra mais desenvolvido na forma de existência mais moderna da sociedade burguesa – nos Estados Unidos. Aí, pois, a abstração da categoria “trabalho”, “trabalho em geral”, trabalho *sans phrase* (sem rodeios), ponto de partida da Economia moderna, torna-se pela primeira vez praticamente verdadeira (MARX, 1978, p. 119).

²⁸ Ver Bertero & Angeli, 2009.

A redução do trabalho concreto à trabalho abstrato é, nesse sentido, a redução do trabalho complexo, repleto de particularidades a um trabalho simples, homogêneo, não diferenciado. O elemento que torna isso possível é a maquinaria, cuja introdução no processo produtivo torna o trabalho “simples, uniforme, geral-abstrato que constitui a substância de valor permutável” (idem, 2007, p. 52)²⁹. Com o advento da grande indústria, o valor-de-uso do produto aparece apenas como veículo do valor-de-troca, de forma que o trabalho abstrato é agora predominante em relação ao trabalho concreto e a troca de produtos mediada pelo mercado (pressuposto do trabalho abstrato³⁰) se torna geral na mesma medida em que a produção, em sua totalidade, é produção capitalista de mercadorias³¹. Aos poucos, destruiu-se a capacidade produtiva dos trabalhadores no interior do processo de produção, cujas qualificações e virtuosidades não vêm mais da subjetividade dos indivíduos e do trabalho (NAPOLEONI, 1981, p. 88), mas estão materializadas na máquina.

Cabe dizer, contudo que, se de um lado o trabalho não é a “unidade dominante” no processo de produção, desde a primeira revolução industrial, de outro, como a máquina não forma valor – pois, o valor dela apenas reaparece no valor do produto –, o trabalho vivo (como capital variável), que possui a capacidade de criar valor, jamais desaparecerá do processo. Além disso, mesmo que o trabalho deixe de ser o elemento dominante no processo de produção capitalista, ele não perde seu caráter de criador de valor de uso, já que, nas conhecidas palavras de Marx, é “condição eterna da vida humana” e “necessária para o intercâmbio material entre o homem e a natureza” (2006, p. 218). No entanto, como o próprio

²⁹Em a Contribuição à Crítica da Economia Política, Marx afirma que “para medir os valores-de-troca [expressões do valor] das mercadorias mediante o tempo de trabalho a elas incorporado, é necessário que os diferentes trabalhos sejam reduzidos a trabalho não diferenciado, uniforme, simples; em síntese: a trabalho que é idêntico pela qualidade e não se distingue senão pela quantidade. Essa redução apresenta a aparência de uma abstração; mas é uma abstração que ocorre todos os dias no processo de produção social. A conversão de todas as mercadorias em tempo de trabalho não supõe uma abstração maior, como tampouco é menos real que a [conversão] de todos os corpos orgânicos em ar. Na realidade, o trabalho que se assim se mede com o tempo não aparece como trabalho de distintos indivíduos; os diferentes indivíduos que trabalham surgem antes com simples órgão de trabalho” (MARX, 2007, p. 54).

³⁰“O aparecimento do produto sob a forma de mercadoria supõe uma divisão do trabalho tão desenvolvida na sociedade que, ao ocorrer esse aparecimento, já se terá concluído a dissociação entre valor-de-uso e valor-de-troca, dissociação que começa com permuta direta. Esse estágio de desenvolvimento é comum a diversas formações econômico-sociais” (MARX, 2006, p. 200).

³¹Pensamos que, para Marx, a abstração do trabalho ocorre tanto no processo de troca como no processo de produção, e tem como pressupostos a troca, a divisão social do trabalho e a separação do trabalhador de suas condições produtivas. Na sociedade capitalista, o produto dos trabalhadores não é trabalho imediatamente coletivo, social e sim valor; se torna social por meio da troca, onde todos os trabalhos são igualados, parcela de um mesmo trabalho genérico, sendo que, assim, o trabalho individual, concreto, útil, determinado converte-se em coletivo na medida em que se transforma em seu oposto, em trabalho abstrato (NAPOLEONI, 1988, p. 133). Na produção, o trabalho se torna abstrato “materialmente”, no sentido de que as qualificações e particularidades do processo de trabalho são cada vez mais negadas, tornando esse processo indiferenciado, homogêneo e, vale dizer, abstrato.

Marx reconhece, tal definição de trabalho possui caráter abstrato na medida em que deixa de lado as determinações históricas. Nesse sentido, a palavra trabalho deve ser “adjetivada” de acordo com as condições sociais: no capitalismo, toma a forma de trabalho assalariado.

Se não se pode desconsiderar que o trabalho é central na constituição da sociedade, categoria fundante do ser social e que atribui materialidade à vida social, também não se deve desprezar o fato que, no capitalismo, é o trabalho assalariado que confere substrato à realidade social. Nesse contexto, o trabalho assalariado é determinado historicamente, já que é criação do capital; porém, também é determinante na medida em que o capital depende dele para se valorizar³² e por atribuir particularidade ao capitalismo, onde o excedente econômico não é apropriado de forma compulsória mas por meio de uma relação econômica, a mais-valia³³.

Diante de tais considerações, deve-se rejeitar as teorias que vem contestando a centralidade da categoria trabalho na explicação sociológica. Isso não apenas porque o trabalho dá alicerce à vida social, mas também pelo fato de que há uma expansão do trabalho na sua forma assalariada. Segundo Oliveira (1978), com a consolidação da indústria como centro da divisão social do trabalho, o excedente do capital industrial passa a controlar o campo e os serviços de forma a expandir as relações de produção que se tornam fundamentalmente assalariadas³⁴. Dessa maneira, há um alargamento do modo que é configurado o processo de trabalho na produção capitalista que, segundo Marx (2006, p. 219), apresenta duas características: o trabalhador trabalha sobre o controle do capitalista e o produto do trabalho é propriedade deste e não daquele, o produtor imediato. Para tanto, o trabalhador assalariado deve ser livre tanto no sentido de dispor de sua força de trabalho como sua mercadoria, como no sentido de estar inteiramente despojado dos meios de produção, de forma que ele não possa “vender mercadorias em que encarne seu trabalho, e é forçado a vender sua força de trabalho, que só existe nele mesmo” (id., ib., p. 199).

A transformação dos meios de produção em capital e da massa de produtores diretos em força de trabalho assalariado é resultado de um processo de generalização da

³² Apesar de ser um pressuposto para a produção de valor, não é o trabalho assalariado que cria a mais-valia, mas sim o trabalho abstrato.

³³ “O que caracteriza a época capitalista é adquirir a força de trabalho, para o trabalhador, a forma de mercadoria que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado. Além disso, só a partir desse momento se generaliza a forma de mercadoria dos produtos do trabalho” (MARX, 2006, p. 200).

³⁴ A expansão do trabalho assalariado só pode ser entendida caso se tenha como determinante o processo de concentração e centralização do capital, que aumenta o número de assalariados, seja através da “industrialização” e mecanização do trabalho agrícola e do surgimento do “bóia-fria”, seja por meio da crescente supressão dos pequenos estabelecimentos que atuam no setor de serviços e que passam a ser uma fronteira à valorização do capital (sobretudo, o de origem industrial) (OLIVEIRA, 1978).

produção mercantil e, também, o ponto de partida para reordenação das relações fundamentais da sociedade, na medida em que o capital só se contrapõe à força de trabalho como valor cuja única finalidade é autovalorizar-se, e só o faz sugando trabalho vivo. A "lei do valor", a partir desse momento, regula o processo de criação de riqueza apenas enquanto lei imanente do processo de valorização do capital. O processo de trabalho é transformado desde suas entranhas para atender ao aparecimento do valor como algo que se pretende absoluto, no sentido de que sua expansão quantitativa torna-se o único objetivo da produção social (BELLUZZO, 1987, p. 87). Assim, podemos afirmar que o processo de valorização, de extração de mais-valia, domina o processo de trabalho; isto é, no sistema capitalista, as determinações da valorização do capital explicam as mudanças operadas no processo de trabalho (MORAES NETO, 1991, p. 23) que, por sua vez, explicam as alterações na formação profissional.

O movimento de capitais, na busca de valorização máxima, regula a distribuição do trabalho social (BELLUZZO, 1987) uma vez que, para se expandir, o capital necessita de pôr e repor a massa de assalariados responsáveis pela produção e reprodução do valor excedente, numa dinâmica que implica o movimento de expansão das relações de assalariamento pelos "quatro cantos" do globo e, ao mesmo tempo, de constituição de um exército (mundial) de reserva de desempregados e subempregados. Além disso, na busca pelo aumento da produtividade, revoluciona constantemente os meios de produção e, com ele, a organização do processo de trabalho. Nesse ínterim, ocorre cada vez mais a destruição da capacidade produtiva e criativa dos trabalhadores, o que os fragiliza perante o capital, uma vez que a qualificação que anteriormente eles possuíam, davam-lhes poder de barganha na definição da fatia do produto (e do excedente) da qual poderiam se apropriar (TAUILE, 2001, p. 63). As tendências sobre o processo capitalista de produção, brevemente discutidas nessa parte, foram largamente aprofundadas e amadurecidas pelo capitalismo no início do século XX, sobretudo nos Estados Unidos, onde mais se acelerou o processo de transformações técnicas e organizacionais, cujo clímax foi o fordismo (idem, ibidem, p. 18), sobre o qual se ergueu novas relações sociais, políticas e ideológicas.

1.1.2 Processo de Trabalho e Formação Profissional no Século XX

A passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital significa, além de outros elementos discutidos, o desenvolvimento de uma base técnica constituída pela e própria da lógica das relações capitalistas de produção. A introdução da

maquinaria na produção possibilitou o surgimento de um movimento que prescinde dos elementos subjetivos do processo de trabalho, oferecendo autonomia à estrutura técnica do capital. Tudo isso em um processo crescente de redução do tempo de trabalho socialmente necessário por meio da inserção de inovações tecnológicas³⁵ e, em consequência, da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. O incessante desenvolvimento das forças capitalistas de produção, que busca elevar a produtividade social do trabalho visando à criação de mais-valia relativa, aumenta a composição orgânica do capital, na medida em que exerce influência no capital constante (sobretudo capital fixo) e diminui relativamente o investimento em capital variável, o que provoca a queda da taxa de lucro. Em resumo,

com o incremento da produtividade do trabalho, um volume maior de capital constante absorverá quantidade menor de capital variável, ou seja, haverá menor quantidade de trabalho vivo movimentando massa maior de trabalho materializado. Sabendo que só o trabalho vivo cria o valor novo, pode-se dizer que este valor diminui em relação ao valor dos meios de produção. Ao decrescer relativamente o valor novo criado, decresce também a mais-valia que constitui-se na parte não paga do trabalho vivo que põe em movimento esses meios de produção (CÁRIO et. al., s./d., p. 33).

A taxa de lucro é comprimida na medida em que é dada pela relação entre o excedente produzido (mais-valia) e o capital total investido (capital constante mais capital variável). Nesse sentido, podemos afirmar que o capital é a própria contradição em processo, pois o imperativo da valorização é a mesma lei que potencializa a força produtiva social do trabalho, mas que acaba determinando o estreitamento da base sobre a qual se apoia esse processo de valorização (BELLUZZO, 1987, p. 100), ou seja, o trabalho vivo. É por isso que a queda da taxa de lucro no capitalismo constitui uma “tendência”³⁶ própria de suas contradições, que deve ser constantemente combatida pelos capitalistas através, por exemplo, da inserção de progressos e modificações técnicas e no método de trabalho que impulsionam o aumento da produtividade, diminuindo o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria.

O meio mais eficaz empregado pelos empresários singulares para fugir à lei da queda é o de introduzir incessantemente novas modificações progressivas em todos os campos do trabalho e da produção, sem negligenciar as menores inovações, que, nas empresas gigantes, multiplicadas em grande escala, dão resultados muito apreciáveis. Toda a atividade industrial de Henry Ford pode ser estudada deste ponto de vista: uma luta contínua e incessante para fugir da lei da queda da taxa de lucro,

³⁵ “O importante é que a introdução da inovação confira ao capital individual capacidade de reduzir o valor de seu produto abaixo de seu valor social” (BELLUZZO, 1987, p. 108).

³⁶ Em relação à “significação de ‘tendencial’ [...] ao que parece, deve ser de caráter ‘histórico’ real e não metodológico: o termo serve, precisamente, para indicar este processo dialético pelo qual o impulso molecular progressivo conduz a um resultado tendencialmente catastrófico no conjunto social, resultado de onde partem outros impulsos singulares progressivos, em um processo de contínua superação, o qual, contudo, não se pode prever como infinito, ainda que se desagregue em um número muito grande de fases intermediárias de diversa medida e importância” (GRAMSCI, 2006, v. 1, p. 353).

pela manutenção de uma posição de superioridade sobre os concorrentes. Ford foi obrigado a sair do campo estritamente industrial da produção, a fim de organizar também os transportes e a distribuição da suas mercadorias, determinando assim uma distribuição da massa de mais-valia mais favorável para o industrial produtor (GRAMSCI, 2006, v. 1, p. 351).

Tal citação de Gramsci nos evidencia como as investidas de Ford na busca de incrementar a produtividade em suas fábricas, durante as primeiras décadas do século XX, se constituíram, em verdade, uma contra-tendência à queda da taxa de lucro. Nesse período, o mundo capitalista se restabelecia de uma grande crise econômica iniciada em 1873, e que se prolongou até 1895, causada pelo excessivo aumento das capacidades produtivas, o acirramento da concorrência, a baixa nas taxas de lucro e a dificuldade de realizar o excedente produzido (BEAUD, 1994, p. 194). O final dessa crise, que se configurou como crise de superprodução de capital, abriu caminho para uma nova fase: a etapa monopolista e imperialista do capitalismo.

Durante a crise, houve um enorme aumento da concentração e centralização de capital e, com isso, formaram-se grandes monopólios de empresas, soterrando o capitalismo concorrencial. A imbricação do capital bancário e do capital industrial³⁷ – dominando os interesses dos *rentiers* – intensificou a imanente necessidade de acumulação do capital que deveria se expandir para além das fronteiras nacionais: o mundo deveria ser partilhado pelos países ricos na busca de novos territórios econômicos. A exportação de capitais ganha importância e peso em relação à exportação de mercadorias, o que acelera o desenvolvimento capitalista nos países atrasados (LÊNIN, 2008) e, com isso, a generalização do modo burguês de viver e de pensar em todo o mundo. O excedente produzido em um país seria agora realizado em outro, o capital de um poderia extrair trabalho não pago em outro e, assim, relações assimétricas de poder e dominação político-econômica foram se estabelecendo entre os Estados-nações.

Na base dessas relações, constituía-se um movimento de expansão industrial que tinha como emergência a consolidação de novos ramos de atividade, como a indústria metalúrgica e os transportes à combustão, e de um novo tecido industrial construído com base nas aplicações da ciência intensiva em setores como o da indústria elétrica, o da química e o das telecomunicações (SOUZA, 1991, p. 49). No entanto, havia ramos da produção que, com

³⁷ Ao contrário do tradicional comportamento dos bancos ingleses, que apenas emprestavam dinheiro a juros para empreendedores, os bancos nos EUA, onde o capitalismo mais se desenvolveu no começo do século XX, “passaram a agir como captadores de recursos que eram canalizados para o fomento, constituindo-se como participação direta nos empreendimentos. Em vez de receberem juros como remuneração do capital-dinheiro empregado, os investidores financeiros passavam a participar diretamente do risco do empreendimento, através de sociedades por ações ou sociedades anônimas (S. A.) (TAUILE, 2001, p. 96).

a tecnologia desenvolvida na época, não eram passíveis de automatização, como a fabricação automobilística, cujo processo de produção era de fluxo descontínuo, um processo que se restringia, em grande parte, à operação de montagem baseada no trabalho manual.

No intuito de aumentar a produtividade em ramos ainda pouco mecanizados, surge nos fins do século XIX uma nova concepção de gerenciar o processo de trabalho baseada nas ideias e estudos desenvolvidos por Frederick Taylor (1856-1915). O taylorismo, como ficou conhecido essa nova forma de racionalização da produção, deve ser resumido a partir dos seguintes princípios: separar marcadamente as atividades de concepção e execução, dissociando o processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores³⁸; retirar todo poder decisório e de planejamento do chão da fábrica; concentrar esse poder nos escritórios, onde profissionais alinhados com os interesses empresariais e supostamente mais competentes deveriam prescrever novas maneiras de realizar as tarefas; utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução (TAUILE, 2001, p. 98; MORAES NETO, 1991, p. 32).

Nos passos de Moraes Neto (ib., p. 33-4), o taylorismo deve ser pensado como uma forma avançada de controle do capital, com o objetivo de elevar a produtividade, sobre os processos de trabalho nos quais o capital dependia da habilidade do trabalhador, por meio do controle (despótico e hierárquico) dos tempos e movimentos do trabalho vivo. Assim, enquanto que a inserção da maquinaria na produção ajustava a base técnica às determinações do capital, este, diante da questão historicamente recolocada de sua dependência frente ao trabalho vivo, subordina o elemento subjetivo (o trabalho vivo) em si mesmo, buscando a transformação do homem em máquina. Com o taylorismo, o movimento de libertação do capital do conhecimento e habilidade dos trabalhadores se difunde, não pela via da introdução do sistema de máquinas, mas por meio da objetivação do fator subjetivo em si mesmo. “Mantêm-se os movimentos dos trabalhadores com as ferramentas do capital e, ao mesmo tempo, desloca-se o trabalho como unidade dominante do processo de produção. Consequentemente, *o capital aprendeu a chutar com os dois pés*” (id., ib., grifo do autor).

No entanto, foram nas fábricas da *Ford Motor Company* onde se levou até as últimas consequências o emprego dos métodos tayloristas no processo de produção. A

³⁸ De acordo com a discussão até aqui realizada, tal separação não era um processo novo e nem possui sua expressão mais acabada no taylorismo. A introdução da maquinaria, fruto da aplicação tecnológica da ciência na produção, é o que efetiva a quebra da unidade entre concepção e execução do processo de trabalho. Tanto o taylorismo como o fordismo são fruto de tendências anteriormente estabelecidas, como a divisão técnica do trabalho e os avanços científicos. Ou seja “não se trata de novidades originais: trata-se apenas da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, uma fase que é apenas mais intensa do que as anteriores e se manifesta sob formas mais brutais, mas que também será superada [...]” (GRAMSCI, 2007, v. 4, p. 266).

combinação entre os imperativos do taylorismo, a invenção da linha de montagem (em 1913) e uma nova forma de gestão da força de trabalho deu início ao fordismo.

Para obter ganhos de produtividade, Ford tinha como desafio acabar com a resistência dos trabalhadores qualificados na fabricação de automóveis que, iniciada na Europa, utilizava as tradicionais técnicas artesanais de produção até os primeiros anos do século XX (TAUILE, 2001, p. 100). Como não havia uma base tecnológica capaz de automatizar a produção automobilística, que consistia, sobretudo, em uma operação de montagem, Ford primeiramente padronizou o modelo (o famoso Modelo T) e os componentes (peças) do automóvel, além de “racionalizar” ao máximo as operações executadas por meio do parcelamento e divisão do processo de trabalho em movimentos limitados e repetitivos, desqualificando, assim, o trabalhador artesão³⁹. Com a fragmentação e simplificação do conteúdo do trabalho e a padronização dos componentes do automóvel⁴⁰, foi possível criar e introduzir a linha de montagem com o objetivo de interligar as diferentes tarefas dos operários, que executavam movimentos cada vez mais “mecanizados” e homogêneos. Tudo isso com o objetivo de

desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao físico maquinal (GRAMSCI, 2007, v. 4, p. 266).

Assim, segundo o próprio Ford, os métodos de organização do processo de montagem deveriam resultar na “economia de pensamento e a redução ao mínimo dos movimentos do operário, que sendo possível, deve fazer sempre uma coisa só com um só movimento” (1967, p. 65). Isso, em consequência, resultou em uma drástica redução da formação técnica e profissional dos trabalhadores do referido setor⁴¹.

³⁹ “Em poucos anos (entre 1908 e 1913), às vésperas da introdução da linha de montagem, o ciclo de tarefas de um trabalhador (tempo que ele levava para executar a mesma atividade) havia se reduzido de 514 minutos (quase 9 horas) para pouco mais de 2 minutos” (TAUILE, 2001, p. 100).

⁴⁰ “Para reduzir o trabalho do operário a alguns gestos simples e evitar o desperdício de adaptação do componente ao automóvel, Ford tem a idéia de padronizar as peças. Assim, um mesmo elemento é montado em um mesmo modelo. [...] Mas para obter esse resultado e ter os componentes exatos, adaptáveis aos seus carros, Ford precisa comprar as firmas que fabricam as peças. É dessa maneira que o empresário se atira à integração vertical, ou seja, ao controle direto de um processo de produção, de cima para baixo” (GOUNET, 1999, p. 19). Essas medidas foram essenciais já que a não padronização das peças e dos modelos dos automóveis, que eram feitos anteriormente (à Ford) sob encomenda, tornava os custos de produção extremamente elevados. Nesse trecho, nota-se ainda que se tratava de uma nova forma de organização e administração não apenas no processo de trabalho, mas também na condução da empresa em sua totalidade.

⁴¹ Para conseguir dissipar o trabalho complexo na fabricação de automóveis e evitar a resistência dos trabalhadores qualificados, Ford utilizou em larga medida de força de trabalho estrangeira. Isso criou uma certa divisão entre “profissões qualificadas para os nativos, além das funções de direção e organização [e] profissões não qualificadas para os imigrados” (GRAMSCI, 2007, v. 4, p. 251).

Quanto ao tempo preciso para a aprendizagem técnica [nas fábricas Ford] a proporção é a seguinte: 43% não requerem mais que um dia; 36 requerem de um dia até oito; 6, de uma a duas semanas; 14, de um mês a um ano; 1, de um a seis anos. Esta última categoria de trabalhos requer perícia – como a fabricação de instrumentos e a calibragem⁴² (FORD, *ib.*, p. 85).

Ao potencializar e racionalizar tendências que foram historicamente desenvolvidas pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção (principalmente no processo de subsunção do trabalho ao capital), as práticas do fordismo embasavam uma “nova forma” de sociedade capitalista: uma sociedade assentada na produção em massa e no consumo desenfreado, e de intensa concentração e centralização do capital⁴³, própria do capital monopolista. A concorrência inter-capitalista⁴⁴ se encarregou de disseminar os métodos fordistas, mais produtivos, para as demais empresas de automóveis e para outros setores da economia. Tal movimento suplantou o restante dos ofícios de propriedade artesanal⁴⁵ e “determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo” (GRAMSCI, 2007, v. 4, p. 248). Esse esforço sem precedentes na história do “industrialismo” de criar um “novo tipo humano” possuía como pano de fundo a transformação do homem em máquina, o que, entretanto, esbarrava numa contradição inerente ao processo: por mais que “automatizassem” os gestos e movimentos do trabalhador, era impossível reduzi-lo completamente a uma coisa, a uma máquina.

Mecanizou-se completamente apenas o gesto físico; a memória do ofício, reduzido a gestos simples e repetitivos com ritmo intenso, “aninhou-se” nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre e desimpedido para outras ocupações. [...] Os industriais norte-americanos compreenderam muito bem esta dialética presente nos novos métodos industriais. Compreenderam que “gorila amestrado” é uma frase, que o operário “infelizmente” continua homem e até mesmo que, durante o trabalho, pensa mais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, pelo menos quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado: e não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, e que ele compreenda que se quer reduzi-lo a gorila amestrado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas (*id.*, *ib.*, p. 272).

⁴² Em 1916, Ford funda a Escola Industrial Henry Ford com o intuito de oferecer educação geral e técnica a jovens (todos homens) de 12 a 18 anos, suprimindo, assim, a necessidade de prover às oficinas de “bons mecânicos” (FORD, 1967, p. 152). Ford, com isso, interferia diretamente na reprodução da força de trabalho e, principalmente, na formação de um segmento decrescente dos trabalhadores que ainda permaneciam “qualificados” e não tão supérfluos à produção fabril.

⁴³ “Sob a direção de um capitalista ou de uma família, são realizados reagrupamentos de capitais sem precedentes: trustes, grupos, que muito depressa dominam o conjunto de um setor industrial nacional, principalmente nos Estados Unidos e na Alemanha. Nos Estados Unidos, em 1908, os sete primeiros trustes possuem ou controlam 1638 sociedades” (BEAUD, 1994, p. 224).

⁴⁴ Se é verdade que “a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau de desenvolvimento, conduz ao monopólio” (LÊNIN, 2008, p. 21), não se pode desconsiderar que o capital monopolista não varreu a concorrência do sistema capitalista, mas sim assegura que a livre iniciativa organize a economia em bases monopolistas (SOUZA, 1991, p. 53).

⁴⁵ Não se trata, evidentemente, de fazer apologia ao trabalho artesanal, já que este não constitui a base material capaz de transformar “necessidade” em “liberdade”.

Do processo de destruição e degradação da capacidade produtiva dos trabalhadores, emergiu a resistência dos trabalhadores contra os novos métodos, expressada, sobretudo, por altíssimas taxas de absenteísmo e turnover (rotatividade), boicotes, sabotagens e greves. Colocava-se, desse modo, o problema da hegemonia às classes fundamentais em que, aos poucos, o capital monopolista (e imperialista) conseguia imprimir seus interesses na sociedade e dar direção ao processo de constituição do (impossível) “homem-máquina”. A visão “global” de Ford o fez pioneiro na implementação de medidas “educativas” que visavam obter o consenso ativo de seus empregados ao “novo” projeto. Os altos salários – o famoso “five dollars day” – e a inspeção da “moralidade” e dos hábitos dos trabalhadores, impondo iniciativas de “puritanismo”, o “proibicionismo” e a regulamentação da vida sexual e familiar – necessários porque o trabalhador com uma vida “desregrada”, de “boemia” e “perversão” não estaria preparado fisiologicamente para o trabalho na fábrica – visavam sobretudo conformar o trabalhador ao novo “equilíbrio psicofísico” exigido pelo novo método de trabalho e produção (id., ib., p. 267).

Sob o binômio “americanismo e fordismo”, Gramsci teceu uma rica análise que nos atenta para observar tal fenômeno em sua totalidade: aos novos métodos de organizar e gerenciar o processo de trabalho estava vinculada a formação de um novo modo de vida, de uma nova ética coletiva e de uma nova forma de controlar e reproduzir a força de trabalho assalariada; esses elementos eram perpassados pela articulação entre coerção e persuasão⁴⁶ efetuada pela classe dirigente que buscava consolidar sua hegemonia. O modelo que associava repressão com práticas paternalistas, implementado por Ford e adotado pelos industriais estadunidenses, antecipava a proposta do New Deal de F. Roosevelt, que significava um novo “pacto social”, um novo equilíbrio de forças que se pautou na combinação entre o totalitarismo industrial, o regime de democracia liberal e a gestão institucional dos conflitos de classe⁴⁷ (SOUZA, 1991, p. 51), além de fundamentar, no pós-guerra, o Estado de Bem Estar Social. Assim, no período compreendido entre 1945 e 1973,

o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico. Os padrões de vida se elevaram,

⁴⁶ Referimos aqui à passagem de Gramsci em que debate a hábil combinação, realizada nos EUA, entre “força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) e persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política)” (2007, v. 4, p. 247) no momento de introdução dos novos métodos de trabalho e produção.

⁴⁷ Para Harvey (2007, p. 125), “o crescimento fenomenal da expansão de pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção”.

as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras inter capitalistas, tornada remota. O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas (HARVEY, 2007, p. 125).

No capitalismo monopolista, além de uma crescente e contraditória “expansão internacionalista” – que se dava de modo “desigual e combinado” –, a forma assalariada também se disseminou para ramos e setores econômicos (como os serviços) onde as relações de trabalho estavam ainda “contaminadas” pelos laços feudais e familiares⁴⁸ e, nesse ínterim, o processo de trabalho nesses ramos passou a ser organizado e controlado de acordo com os princípios surgidos e desenvolvidos na fábrica. Assim, nas indústrias onde o progresso técnico não avançou em direção à automação e no setor de serviços, onde há a predominância do trabalho vivo (SILVA, 1999, p. 218), foram aplicados os métodos e técnicas empregados por Ford.

Os princípios de administração transformam-se imediatamente em uma espécie de “referência teórica” que transcende suas mais simples determinações técnicas e materiais; passam a ser *leis universais* aplicáveis a todos os tipos de fábricas e a todos os tipos de organizações sociais (idem, ibidem, p. 218, grifos do autor).

Braverman (1987) nos relata como o trabalho em escritório, no decorrer da primeira metade do século XX, se transformou de um espaço gerencial privilegiado de concepção e planejamento das atividades, onde atuava um número pequeno de funcionários, para uma atividade de uma multidão de pessoas cujo trabalho deveria ser racionalizado a fim de torná-lo controlável, repetitivo e desprovido de grandes esforços intelectuais.

Tal como nos processos fabris – de fato, até mais facilmente que nos processos fabris – o trabalho do escritório é analisado e parcelado entre muitos trabalhadores em setores especiais, que por isso perdem toda a compreensão do processo como um todo e as práticas subjacentes a ele. O privilégio especial do funcionário do passado, o de testemunhar a operação da empresa como um todo e obter uma visão do seu progresso no sentido de seus objetivos e sua condição em dado momento, desaparece. [...] As funções de pensamento e planejamento tornam-se concentradas em grupos cada vez menores dentro do escritório, ao passo que para a massa dos demais empregados o escritório passou a ser o lugar do trabalho manual exatamente como no piso da fábrica (BRAVERMAN, 1987, p. 266-267).

Nesse sentido, o padrão fordista de gerenciamento e de organização do processo de trabalho transcendeu o espaço da fábrica e passou a ser empregado na sistematização de atividades antes consideradas mais “intelectualizadas”, como o trabalho em escritório (contabilidade, venda, publicidade, secretariado etc.) e, também, de atividades que sempre

⁴⁸ Segundo Braverman (1987, p. 303), o rápido aumento da prestação de serviços em meados do século passado, tanto na empresa privada como nos setores públicos, se deve à “conquista completa das atividades industriais, correspondendo à acumulação de capital nelas, e a junção dessas reservas de trabalho e capital no terreno de novas indústrias; e o inexorável crescimento das necessidades de serviços à medida que a nova forma de sociedade destrói as antigas formas de cooperação mútua social, comunitária e familiar”.

exigiram pouca instrução (cozinha, atendimento etc.). Com isso, os processos de trabalho, que deveriam ser redundantes e simples, se tornaram cada vez mais homogêneos e sem grandes particularidades e, mais uma vez, reduzidos a trabalho abstrato. Ainda em relação ao trabalho em escritório, Braverman nos oferece um exemplo sobre tal tendência:

Os processos mentais tornam-se repetitivos e rotineiros, ou são reduzidos a um fator tão pequeno no processo de trabalho que a rapidez e destreza com a qual a parcela manual da operação pode ser efetuada domina todo o trabalho. Nada mais que isto se pode dizer quanto ao processo de trabalho manual, e como se aplica ao trabalho em escritório, *ambos ficam reduzidos ao mesmo nível, igualando-se em suas formas simples o trabalho do operário e do burocrata* (ib., p. 275, grifo nosso).

O movimento de expansão dos padrões fordista e taylorista, que se desenvolveu no sentido de simplificar e homogeneizar os processos de trabalho (até então) não passíveis de automação, criou nas mais diversas atividades econômicas uma dicotomia entre trabalho “qualificado”, de concepção e planejamento, e trabalho desqualificado, simples e igual. Enquanto o primeiro é exercido por poucos privilegiados, o segundo é alargado e deve ser realizado por pessoas com menor formação e aprendizagem – pois diminui o valor da força de trabalho – cuja “qualificação é avaliada precisamente por seu desinteresse intelectual, isto é, por sua ‘mecanização’” (GRAMSCI, 2007, v. 4, p. 271).

No entanto, mesmo que o fordismo e o taylorismo buscassem constituir um tipo de trabalhador que fosse reduzido a uma máquina e obtiveram êxito ao eliminar qualquer conteúdo do trabalho, mantiveram ao mesmo tempo a ação manual do trabalhador sobre o objeto de trabalho através das ferramentas, de forma que o capital, mesmo independente das habilidades do trabalhador individual, não se libertou totalmente do trabalho vivo (MORAES NETO, 1991, p. 53). Isso porque a base do trabalho permanece manual já que, ao contrário da máquina que realiza um movimento de transformação sobre o objeto de trabalho, a linha de montagem – o trabalho morto característico do fordismo – não executa operação alguma sobre tal objeto (id., ib.), mas sim os trabalhadores distribuídos ao longo da esteira.

Assim, com o fordismo, o capital fica a mercê das peculiaridades do processo de trabalho e, frequentemente, exposto à resistência dos trabalhadores, por meio de práticas no seio da produção como a quebra de cadência, sabotagem, trabalho mal executado etc. O controle rígido e (supostamente) “científico” dos tempos e movimentos do trabalho vivo esquece que os trabalhadores são instrumentos de produção imperfeitos quando se trata de conseguir movimentos uniformes e contínuos e que suas vontades e pensamentos não são mecanizáveis. A linha de montagem se tornou, muitas vezes, um meio de unificação dos trabalhadores na luta contra a degradação de suas condições de trabalho, lançando-os à ação coletiva contra o capital (MORAES NETO, ib., p. 54) que, de modo mais ou menos direto,

resultou na materialização, mesmo que de forma subsumida, de conquistas sociais e políticas no Estado de Bem Estar Social.

No entanto, a necessidade de controlar e disciplinar de forma mais orgânica não apenas os gestos físicos do trabalhador, mas também a sua subjetividade, a fim de conformá-lo à necessidade de valorização do capital, levou ao desenvolvimento de um novo padrão de gerenciamento do processo de trabalho, não mais em solo estadunidense nem ocidental, e sim no “distante” Japão. O modelo japonês ou *toyotismo*, assim como o fordismo, também se constitui na indústria automobilística (inicialmente na Toyota), em um período em que o país se recuperava da Segunda Guerra Mundial e precisava urgentemente incrementar sua produtividade com os poucos recursos materiais que dispunha. Assim, no período compreendido entre 1950 e 1970, as indústrias automobilísticas japonesas desenvolveram um sistema organizacional e gerencial que deveria, em geral, se preocupar em: atender a um mercado externo crescente, puxado pelos EUA que realizava encomendas para apoiar a ação do Japão na Guerra da Coreia; produzir para um mercado interno que demandava carros menores, mais baratos e mais econômicos; e respeitar as limitações de espaço do país, sendo problemática a construção de grandes fábricas do tipo fordista.

Foi então que as montadoras japonesas começaram a fabricar diferentes e variados modelos de carro de forma que a demanda “puxasse” a produção (ao contrário do fordismo em que a oferta é “empurrada” ao consumidor final e efetuada em grandes escalas), ou seja, a empresa passava a produzir apenas aquilo que foi vendido. A aplicação de tal método, intitulado de *just-in-time*, possui duas consequências imediatas: primeira, a necessidade de equipamentos e instrumentos de trabalho mais “flexíveis”, que fossem facilmente adaptáveis aos diferentes modelos produzidos; e, finalmente, a redução de estoques intermediários e finais que exigia uma relação mais integrada e precisa da empresa com suas fornecedoras⁴⁹. Além disso, foi imprescindível conseguir a adesão e engajamento dos únicos agentes capazes de dar vida aos novos métodos e materialidade aos objetivos do capital: os proletários.

O toyotismo estava alicerçado, antes de tudo, na brutal intensificação do trabalho e no emprego mínimo de operários, constituindo grande motivo de conflitos e revolta contra a degradação das condições de trabalho, mas que foram abafados graças ao desenvolvimento de

⁴⁹ Taule (2001, p. 159) defende que a tendência à maior subcontratação das montadoras japonesas resultou em sistemas mais coesos e mais aptos a resistir e a se adaptar diante do dinamismo das economias e do mercado. Ao longo da cadeia produtiva, levaram a um grau mais elevado as terceirizações, concentrando-se na atividade fundamental: a montagem. Essa prática exige uma maior imbricação entre montadora e fornecedoras, pois requer entregas precisas diretamente na linha de montagem. Como não há tempo para verificação da qualidade, é preciso também que os produtos entregues tenham a qualidade assegurada, levando as montadoras a prestarem grande assistência técnica e financeira às subcontratadas.

relações cooperativas entre os agentes básicos da produção, isto é, entre capital e trabalho (e também entre empresas dentro da mesma cadeia produtiva). Tal desenvolvimento começou a ser forjado na virada da década de 1950 após intensos conflitos entre sindicatos e grandes empresas. Prolongadas greves e conflitos sindicais encontraram resistência ferrenha por parte do grande capital, resultando na destruição do sindicalismo tradicional japonês (TAUILE, 2001, p. 148).

Mais uma vez o capital lançou mão da velha combinação entre repressão e persuasão. A destruição do sindicalismo tradicional e a criação do sindicato por empresa constituem a face coercitiva mais evidente. Os sindicatos passaram a ser organizados no âmbito de cada empresa, e não mais por categorias profissionais, o que atrelou os interesses dos sindicatos aos interesses das empresas e destituiu o caráter combativo do sindicalismo. Com o passar do tempo, ocupar um cargo de dirigente sindical tornou-se condição quase necessária para que um trabalhador galgasse os mais altos postos da típica grande empresa japonesa (TAUILE, 2001). Porém, o que mais chama atenção nas práticas toyotistas são os elementos e dispositivos utilizados para persuadir e engajar os trabalhadores e que ocultam tais imposições coercitivas.

Um exemplo emblemático são os círculos de controle de qualidade (CCQ), em que trabalhadores de uma mesma seção discutem sobre o desempenho e problemas das atividades que estavam desenvolvendo, o que fomentou o trabalho de equipe e cooperativo cujos efeitos ideológicos conduzem ao pensamento de que há uma maior democracia na produção e que o trabalhador possui uma maior margem de decisões e controle sobre o processo de trabalho. Além disso, a “flexibilidade” do aparato produtivo, e sua adaptação às flutuações da produção e do mercado, tornou insuficiente o parcelamento das tarefas do fordismo. Nos momentos automatizados da linha de produção, rompe-se a relação um homem/uma máquina. Na Toyota, desde 1955, um trabalhador opera em média cinco máquinas⁵⁰ (GOUNET, 1999, p. 27). O trabalhador deve tornar-se *polivalente* para desempenhar variadas funções e/ou operar várias máquinas diferentes em seu cotidiano, o que acaba com as porosidades do processo de trabalho (pois se a linha de produção pára por problemas técnicos, o trabalhador vai desempenhar outras tarefas como manutenção e controle de qualidade); tudo isso articulado à capacidade de fazer frente às diversas demandas surgidas num trabalho efetuado em equipe.

⁵⁰ O processo produtivo na indústria automobilística consiste num processo de montagem (basicamente estamparia, funilaria e pintura) que, atualmente, possui algum grau de automação.

A brutal intensificação do trabalho e a elevação constante do ritmo de produção, uma das principais características do modelo japonês, onde a luta taylorista contra o ócio operário atinge um patamar superior (id., ib., p. 29), deveriam ser “compensadas” com certos benefícios ao trabalhador. A relação capital/trabalho estava atravessada por laços de cooperação e de lealdade o que fundamentou a criação de dispositivos que estimulassem o engajamento e o consenso dos trabalhadores: emprego vitalício, salário por antiguidade, gratificações e bônus (de acordo com o desempenho da empresa e de cada empregado) etc. Todavia, tais benefícios eram direcionados apenas aos trabalhadores das montadoras e não de toda a cadeia produtiva, que era formada pela utilização maciça de emprego temporário, em tempo parcial, terceirizado etc., sendo que nas empresas subcontratadas os custos salariais eram 30 a 50% inferiores (id., ib., p. 28).

Nesse sentido, a constituição de uma hierarquia de salários e benefícios entre os trabalhadores e o forjamento do sindicato por empresa conferem ao modelo japonês força suficiente para que, aos poucos, consiga substituir o trabalhador mecanizado, próprio do fordismo, por outro de novo tipo: o trabalhador polivalente, “flexível”, que deve ser capaz de trabalhar em equipe, efetuar variadas e diferentes tarefas, trazer contribuições para o aumento da produtividade e, acima de tudo, incorporar o “espírito” da empresa, de forma a ser considerado agora não mais um trabalhador, mas sim um “associado”, um “colaborador”⁵¹. Tudo isso foi acompanhado por uma quebra na hierarquia vertical fordista, dando aos trabalhadores maior margem para a tomada de decisões, bem como para alterar o projeto de produtos e de processo de produção. Isso levou muitos teóricos da sociologia do trabalho a afirmar o aumento da qualificação dos trabalhadores que, sob o modelo japonês, deveriam operar e dialogar com os mais diferentes e variados aspectos do processo de trabalho.

Contudo, a despeito das assertivas apologéticas do toyotismo, a história tem demonstrado cada vez mais os limites e contradições inerentes a esse modelo. Se podemos afirmar que no toyotismo há uma quebra na rígida hierarquia fordista no que diz respeito a (alguns) processos decisórios e de informação, bem como uma certa diminuição na distância entre concepção e execução, deve-se antes disso compreender o sistema manipulatório em que a gerência envolve o trabalhador na medida em que ela mantém sempre uma parcela importante das decisões sob a sua tutela, podendo manipular as propostas que vêm da base e

⁵¹ Já Ford (1967) tentava realizar uma política que buscasse o envolvimento do trabalhador e a diluição dos conflitos de classe: conceber o trabalhador como sócio da empresa (ib., p. 89), aceite da sugestão dos operários (ib., p. 78), participação nos lucros (ib., p. 96) etc. Porém, é com o desenvolvimento e difusão do toyotismo que tal política se torna mais orgânica e sistêmica, pois constitui a base dessa concepção de gerenciar a produção que é qualitativamente nova.

reencaminhá-la a seu gosto, para serem rediscutidas pelo grupo (TAUILE, 2001, p. 156). Isso está longe de ser uma reconstituição da unidade entre concepção e execução, pois o capital continua a dominar e controlar o processo trabalho: o trabalhador polivalente continua a exercer tarefas simples, mas agora variadas (como manutenção, controle de qualidade, limpeza etc.), e sem o conhecimento e o controle global do processo de trabalho; suas habilidades e sugestões são melhores exploradas, mas sempre dentro da lógica da produção mercantil.

No toyotismo, a subsunção do trabalho ao capital é ainda mais escamoteada. A despeito do caráter agressivo desse padrão gerencial e organizacional, que foi formulado para incrementar bruscamente a produção e a produtividade sem aumentar o número de trabalhadores – e que provocou entre estes mortes súbitas (conhecidas como *karoshi*) no âmbito do trabalho (ANTUNES, 2007, p. 38) –, não desencadeou uma resistência significativa ainda mais em termos de uma ação coletiva proletária. As relações engendradas pelo modelo japonês, que se apoiam no envolvimento e na manipulação dos trabalhadores, acabaram por criar uma identificação entre estes e os objetivos da empresa por meio de laços de solidariedade e compromissos “éticos” e profissionais. Ao mesmo tempo em que “desmobilizava” uma solidariedade de classe, buscava-se constantemente o consenso dos trabalhadores e acabava por criar entre estes um certo constrangimento de produzir o dissenso (TAUILE, *ib.*, p. 157). As pressões e imperativos sobre aqueles que divergiam sistematicamente vinham do próprio grupo de trabalhadores e/ou da equipe de produção⁵² e, assim, a subjetividade e a mente do trabalhador não estavam mais livres para refletir sobre suas condições de trabalho e de vida, imprimindo nele uma visão de mundo resignada e subalterna, isto é, conceberia o mundo e as relações a partir dos “olhos” do capital.

Podemos afirmar que os pontos discutidos até aqui sobre o modelo japonês são, em resumo, suas principais vicissitudes, que propiciaram altíssimos incrementos de produtividade para as empresas automobilísticas que o desenvolveram⁵³. As técnicas

⁵² Cabe ilustrar aqui com o depoimento de Ben Watanabe, ex-operário japonês: “o CCQ foi desenvolvido no Japão por gerentes de empresas, a partir dos anos 50, junto com o toyotismo. No sistema Toyota, os engenheiros deixam de ter um papel estratégico e a produção é controlada por grupos de trabalhadores. A empresa investe em treinamento, participação e sugestões para melhorar a qualidade e a produtividade. [...] A Toyota trabalha com grupos de oito trabalhadores... Se apenas um deles falha, o grupo perde o aumento, portanto, este último garante a produtividade assumindo o papel da chefia. O mesmo tipo de controle é feito sobre o absentismo”. (WATANABE, 1993 apud ANTUNES, 2007, p. 37).

⁵³ Enquanto a produtividade nas empresas automobilísticas do Japão, no final dos anos 1980, medida em hora pro veículo produzido, era de 16,8, nas empresas estadunidenses ficava em 25,1 e, nas europeias, em 26,2. Em termos da qualidade (defeitos de montagem a cada 100 veículos), no Japão era de 60, nas empresas dos EUA, de 82,3; e nas europeias, de 97. No que concerne ao trabalho da produção, o absentismo nas empresas japonesas era menos da metade do que ocorria nas empresas estadunidenses e europeias (TAUILE, 2001, p. 145).

toyotistas se difundiram rapidamente pelo tecido industrial do Japão, conferindo às empresas maior eficiência e adaptabilidade aos quadros de instabilidade. Isso permitiu ao Japão ser uma das primeiras economias, senão a primeira, a sair da crise iniciada no início de 1970, permitindo-o, principalmente nos anos 1980 e 1990, operar negociações econômicas e sociais, obtendo o consenso em vários níveis, e ocupar um espaço crescente no mercado internacional (id., ib., p. 143). O sucesso japonês levou inúmeras empresas de diversas partes do mundo a adotarem as mesmas técnicas e padrão gerencial. Todavia, essa expansão se deu de forma contraditória, desigual e diversa de acordo com os fatores econômicos e políticos de cada país, mesclando, em muitos casos, os métodos e técnicas toyotistas com os fordistas, sendo que, sobretudo nos países periféricos, o fordismo continua fortemente presente nos processos produtivos. Nesse sentido, uma parte considerável dos trabalhadores destes países não experimentou sequer a “gestão participativa”, o trabalho “flexível” e polivalente etc.; entretanto, esses trabalhadores sofreram de forma ainda mais perversa a ofensiva neoliberal de retirada de direitos sociais e trabalhistas tão necessária à implementação das práticas de “flexibilização”, como o trabalho em tempo parcial, temporário, terceirizado, em domicílio etc.⁵⁴

A disseminação e emulação dos métodos e práticas do modelo japonês para o mundo e para os diversos ramos de atividade econômica, extrapolando os limites do chão da fábrica, não significaram, a nosso ver, um aumento significativo da qualificação dos trabalhadores. Seja naqueles pequenos e limitados núcleos de trabalhadores (em pouquíssimas fábricas, principalmente as montadoras, dos países ricos) que tinham um certo poder para mudar alguns aspectos dos projetos e processos utilizados em uma determinada produção, mas que não, como dissemos, possuíam o conhecimento e o controle global do processo de trabalho; ou naqueles ramos de atividade e/ou nas empresas subcontratadas cuja força de trabalho é predominantemente desqualificada e possui emprego instável e (muito) menos remunerado.

Contudo, uma revolução na base técnica produtiva e social se configurou no pós-guerra que, juntamente com as técnicas do padrão gerencial toyotista, fundamentou a “reestruturação produtiva” nas décadas de 1980 e 1990, em resposta à crise do capital

⁵⁴ Por volta da década de 1960, “as políticas de substituição de importações em muitos países de Terceiro Mundo (da América Latina em particular), associadas ao primeiro grande movimento das multinacionais na direção da manufatura no estrangeiro (no Sudeste Asiático em especial), geraram uma onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, nos quais o contrato social era fracamente respeitado ou inexistente” (HARVEY, 2007, p. 135). Quando as políticas neoliberais, nos anos 1990, começaram a vigorar nesses países, um sistema de proteção social aos trabalhadores mal tinha se delineado e, por isso, as consequências na periferia do sistema foram ainda mais drásticas, como o aumento da pobreza e do desemprego.

desencadeada em 1973, e que trouxe modificações substanciais nos processos de trabalho e na formação profissional e técnica, que seriam aos poucos reconfigurados pela utilização e difusão de novas tecnologias de informação (TI), computadores, robótica, softwares etc. A constituição da nova base técnica deve ser entendida a partir da formação e concretização de tendências científicas e industriais, historicamente desenvolvidas no seio das forças produtivas e que estavam enraizadas na expansão militar imperialista – particularmente dos EUA – e na necessidade de abreviar o tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias, que culminaram, nos anos 1940, no desenvolvimento da eletrônica e, depois, da *microeletrônica*, que causou um rompimento com a antiga base técnica, a eletromecânica, e desencadeou uma verdadeira revolução tecnológica, transformando processos produtivos e econômicos, formas culturais e de sociabilidade, dimensões políticas e ideológicas etc.

Em 1945, surgiu o primeiro grande equipamento de computação eletrônica, o Eniac, utilizado nos cálculos para a produção das bombas atômicas estadunidenses, que possuía 18 mil válvulas e não havia software. Com as técnicas de miniaturização e de redução de custos, em poucos anos os circuitos se integraram a tal ponto que um pequeno chip passou a fazer as funções equivalentes às de milhões de válvulas ou transistores, com muito mais confiabilidade e eficiência. Tal movimento tem permitido transformações radicais na natureza material da produção capitalista: o caráter da automação modificou-se qualitativamente com a base técnica microeletrônica, tornou-se agora flexível e propício a se expandir a processos de trabalho antes intocados. Os robôs romperam os limites da resistência física do trabalho desqualificado que condicionavam a automação da produção em larga escala. As máquinas-ferramentas de controle numérico destroem os limites à automação da produção em pequena escala, ultrapassando a resistência imposta pelo trabalho manual qualificado. Os computadores e terminais de processamento de dados, por sua vez, ampliam os limites à automação do trabalho intelectual de execução de rotinas pré-programadas que lida com o tratamento de informações padronizadas. E, finalmente, os softwares, como os programas CAD-CAM (Computer Aided Design-Computer Aided Manufacturing) e os equipamentos mais sofisticados que incorporam recursos de realidade virtual e de inteligência artificial, automatizam todo tipo de tarefa repetitiva ligado ao trabalho intelectual envolvido com projetos e atividades de concepção criativa (TAUILE, 2001).

A inserção e disseminação da base técnica microeletrônica nos sistemas produtivos e na vida social levaram muitos intelectuais a afirmarem o surgimento de uma sociedade de novo tipo. Sociedade da informação, do conhecimento, pós-moderna ou pós-industrial, como preferirem, resultado das infinitas possibilidades propiciadas pela

transformação tecnológica, estaria pautada no conhecimento e na informação (e não no trabalho) como os novos pilares e atividade-chave da economia. Isso teria duas influências diretas sobre o trabalho: por um lado, aumentaria o conteúdo de conhecimento do trabalho existente, no sentido que as novas tecnologias adicionariam qualificação aos trabalhadores (principalmente os fabris que passariam a operar máquinas “inteligentes”); e, por outro, haveria a expansão de novos tipos de trabalho no “setor do conhecimento”, de modo que os trabalhadores em informação se tornariam predominantes na economia (KUMAR, 1997, p. 62). Assim um trabalho de caráter criativo, complexo e autônomo estaria surgindo nessa nova sociedade e, junto com ela, se constituiria o *trabalhador do conhecimento*.

Entretanto, se em um primeiro momento em que tais inovações se disseminaram houve, em alguns casos, um acréscimo na qualificação dos trabalhadores e o surgimento de novas ocupações (como programadores, analistas de sistema etc.) demandadas pela nova base técnica, esta devido a sua flexibilidade e alto poder de automação, pode materializar perícias e capacidades que antes só os seres humanos poderiam fazer, inclusive ligadas ao intelecto, o que tem gerado um efeito “desqualificador” seja nessas novas ocupações ou em ramos que anteriormente possuíam alto grau de qualificação, com formação superior, por exemplo. Vamos a alguns casos.

A introdução das máquinas-ferramentas de controle numérico (MFCN) na automação industrial de pequena escala levou a incorporação, em capital fixo, do saber de um tipo de trabalhador manual que era bastante qualificado. Com os equipamentos anteriores, as máquinas-ferramentas universais (MFU), os oficiais mecânicos (como os torneiros) precisavam desenvolver uma série de habilidades e destrezas para produzir peças uniformes e em pouco tempo, pois tudo dependia deles: o controle da máquina, os comandos que estabelecem as posições relativas entre a peça e a ferramenta, a sequência de utilização das ferramentas, a velocidade de avanço e de corte etc. Por isso que, ao projetar as peças, o departamento de planejamento levava em conta as opiniões e as destrezas do oficial mecânico que, dessa forma, participava da organização de seu próprio trabalho. Mas com as MFCN, são gravados em mídia todos os movimentos e procedimentos de um operador ao executar uma tarefa: sua atuação sobre a máquina e da máquina sobre o produto em fabricação. Depois, para fabricar mais produtos, é só colocar o programa que gravou os procedimentos na máquina e acionar um botão. Com o avanço da computadorização e dos microchips, os equipamentos se tornaram mais sofisticados e aplicáveis nas mais diferentes indústrias, sobretudo na automobilística e de bens de capital. Ao passar a interagir com uma MFCN, o operador usa muito menos habilidades manuais, coordenação motora e experiência do que antes, o que o

torna um mero supervisor, perdendo a condição de participante ativo⁵⁵ (TAUILE, *ib.*). Percebe-se que “não é necessariamente verdade que os equipamentos altamente complexos requerem operadores altamente qualificados, pois a ‘qualificação’ pode ser incorporada à máquina” (BRIGHT, 1966 apud TAUILE, 2001).

O mesmo princípio das MFCN é aplicado aos robôs, que provem da adição de um dispositivo de controle baseado na microeletrônica a um manipulador, ou um braço mecânico articulado, sobre uma base que lhe dá solidez e abriga os mecanismos que controlam seus movimentos. No caso de um robô de pintura, por exemplo, para se fazer a sua programação, coloca-se a pistola de pintura na mão de um experiente pintor para que ele pinte o bem produzido, como o automóvel. A cada fração de segundo, todos os procedimentos do pintor, inclusive sua localização espacial, são registrados no dispositivo de controle. Então, trata-se de transferir a pistola de pintura para a extremidade do braço mecânico do robô e acionar, a cada novo veículo, o programa de procedimentos antes registrado. Os robôs, assim, rompem um conjunto de limites à automação da produção em grande escala. Isso não significa que eles são necessariamente mais rápidos e precisos que os seres humanos quando executam a mesma atividade, porém, seu ritmo de funcionamento é incansável (TAUILE, *ib.*), o que acaba com as porosidades do processo de trabalho.

No que diz respeito ao trabalho do programador, que surgiu junto com o processo de computadorização, Braverman (1987), já na década de 1970, evidencia como esse trabalho possuía um aspecto de ofício e que aos poucos foi quebrado com a divisão do trabalho e com a automação. De início, o programador era, em geral, um analista de sistemas, que combinava as funções de elaborar e escrever o sistema. Com o tempo, essas funções foram fragmentadas, de forma que o segundo deveria conceber o sistema e, o primeiro, converter esse sistema em uma série de instruções para o computador. Tal separação se intensificava à medida que ficou claro que grande parte da função de programar era rotina e podia ser delegada a funcionários mais baratos. Além disso, Taule argumenta que a rotinização da programação e as inovações em equipamentos de automação flexível e o desenvolvimento de softwares reduzem drasticamente a necessidade de programação, cujo trabalho tende a ser substancialmente simplificado e sistematizado. Assim, ao programar, isto é, transferir progressivamente seus conhecimentos à memória dos equipamentos, o programador está programando sua própria programação (TAUILE, *ib.*).

⁵⁵ Taule (2001, p. 135) adverte que na programação de uma MFCN deve haver, no início, uma relativa interação entre programador e operador, já que as opiniões deste são vitais para o programa funcionar corretamente. Mas, na medida em que seus conhecimentos são transferidos e registrados na memória que contém os programas, essa interação e a própria intervenção do operador durante a usinagem tendem a ser menos frequentes e necessária.

O trabalho em escritório, que já havia passado por um processo fragmentação, padronização e desqualificação, se tornou um alvo fácil para automação de seus procedimentos e funções, que agora eram rigidamente controlados pelo computador e o sistema informacional. De acordo com Kumar,

Os funcionários de escritório tornaram-se, como eles mesmos costumam dizer, ‘escravos do computador’, meros alimentadores de máquinas, sem virtualmente a mínima compreensão do objetivo geral do trabalho que realizam ou de controle do ritmo em que operam. Pouco conhecimento ou treinamento é necessário para executar as tarefas rotineiras envolvidas na preparação de dados para o computador ou para gravá-los em disquetes ou fitas (2006, p. 60).

Um olhar mais atento nos leva a perceber a nítida degradação do trabalho de escritório e de serviço e, também, em processos que envolvem alta tecnologia. Um fenômeno de origem recente, que de certa forma abrange ambos os casos, é o trabalho do teleoperador que é fundamentalmente regulado pela pressão do fluxo informacional e subordinado a um rígido *script* (roteiro), cujo objetivo central consiste em aumentar a eficácia comercial associada á redução do tempo de conexão, tendo em vista a multiplicação das chamadas por hora trabalhada. A autonomia do teleoperador, cuja comunicação é rotinizada, é significativamente reduzida enquanto os supervisores (uma média de um para quinze ou vinte funcionários) escutam as comunicações para assegurar a obediência ao *script*. Com a automação do trabalho do teleoperador, os ganhos de produtividade são alcançados à custa de um acentuado aumento de fadiga física, da postura automatizada, dos contratos de trabalho em tempo parcial, do desinteresse pela função, da vertigem oriunda da multiplicidade das chamadas, das Lesões por Esforço Repetitivo (LERS) etc. (BRAGA, 2007, p. 142-3).

Além disso, o desenvolvimento dos softwares possibilitou mecanizar e, ao mesmo tempo, desqualificar o trabalho intelectual e as profissões de nível superior. Engenheiros têm, aos poucos, seu conhecimento matemático e sobre as condições do material trabalhado sendo incorporado em programas de cálculo e de dimensionamento. Arquitetos e desenhistas industriais tiveram seu trabalho simplificado pelos programas Computer Aided Design (CAD). Diversos outros profissionais de nível superior – na medicina e na educação, por exemplo – estão vendo seu trabalho ser monitorado e sua perícia desafiada por sistemas de inteligência artificial (KUMAR, 1997, p. 61).

Nesse sentido, não há fundamentação os argumentos que defendem e propagam o surgimento de uma nova sociedade pautada na (re)qualificação profissional e no surgimento do trabalhador do conhecimento. Se realmente existem determinados ramos profissionais que apresentam um gratificante trabalho qualificado, como os pequenos núcleos de cientistas responsáveis pela elaboração e concepção de equipamentos e técnicas baseados na

microeletrônica, isso nada mais é que uma expressão contemporânea da dicotomização, cada vez mais radical, entre os que concebem e controlam e os que executam o processo de trabalho. Mesmo em profissões que antes eram tidas como altamente qualificadas, hoje tem seu trabalho rotinizado e sua formação diminuída e barateada. Gorz nos aponta como a automatização e a informática desqualificam o trabalho na medida em que a evolução da técnica tende a

substituir a intervenção inteligente do trabalhador por regulamentos e controles automáticos, os quais [...] fazem dos ‘operadores’ aquelas pessoas fatigadas que vêm a máquina impor-lhes inexoravelmente um número preciso de gestos que exigem a maior atenção e a mais completa vacuidade de espírito” (1982, p. 153).

É evidente que nos dias atuais estão surgindo nas novas gerações outras habilidades demandadas pela base técnica microeletrônica. Crianças (sobretudo das camadas “médias” e “altas” da população) ainda não alfabetizadas possuem, muitas vezes, maior facilidade para lidar com o computador do que seus pais e avós, já que crescem em ambientes cujas relações são altamente mediadas pelas tecnologias. O trabalhador, nos processos produtivos automatizados, precisa desenvolver uma maior capacidade de abstração para poder enxergar a integração do processo produtivo pelos sistemas informacionais. Entretanto, o surgimento de novas habilidades não significa necessariamente uma qualificação do trabalho. As recentes transformações tecnológicas estão levando justamente para uma direção contrária: o de simplificação do processo de trabalho e homogeneização da formação dos trabalhadores.

A caixa de supermercado e a recepcionista de uma biblioteca, ou ainda o controlador de um almoxarifado, utilizam todos uma caneta ótica para leitura do código de barras. [...] O piloto de avião e o operador de máquinas de ferramentas de controle numérico também têm que agir (e reagir) sobre teclados e alavancas, de modo similar, em função dos símbolos e figuras que aparecerão nas telas diante de si. Em outras palavras, com a convergência tecnológica abrangendo segmentos da atividade econômica os mais diversos, a diferenciação profissional no interior do mercado de trabalho está se tornando significativamente mais tênue e as fronteiras entre as qualificações básicas necessárias ao exercício de muitas (e antes diferentes) profissões, sendo diluídas como nunca (TAUJLE; FARIA, 1999, p. 171-172).

Estamos, mais uma vez, diante do aprofundamento do movimento de crescente aplicação da ciência no processo de produção, que diminui o trabalho vivo e desqualifica o trabalhador uma vez que suas virtudes e potencialidades são materializadas na máquina (capital fixo), de forma a tornar indiferente as qualificações requeridas pelos diversos ramos de atividade. O capital se fortalece na medida em que independe cada vez mais do conhecimento e habilidades do trabalhador, que tem seu poder diminuído, já que sua qualificação é uma importante arma no confronto com o capitalista. A desqualificação, ao contrário, torna o trabalhador mais barato, supérfluo e facilmente substituível. A revolução técnico-científica propiciada pela microeletrônica reduz a necessidade de trabalho vivo no

processo produtivo⁵⁶, o que, por um lado, – e graças também às baixas taxas de crescimento do capitalismo – tem jogado um contingente crescente de trabalhadores no exército industrial de reserva e, por outro, aumentou a composição orgânica do capital que pode levar a novas crises de super-acumulação de capital.

A inovação tecnológica é resultado de uma pressão permanente para incrementar a produtividade, o que confere, de início, “rendas tecnológicas” às empresas que a desenvolveram, isto é, super-lucros derivados da monopolização do progresso técnico. Este é composto por descobertas e invenções que baixam o preço de custo das mercadorias, mas não podem, em médio prazo, ser generalizadas a determinado ramo da produção e aplicados por todos os concorrentes, devido a medidas caterlizadoras, controle de patentes, dimensões de investimento mínimo etc. Atualmente, vê-se uma *superprodução latente de meios de produção* enquanto forma predominante das contradições econômicas da economia capitalista (MANDEL, 1982, p. 135). A contradição se repõe: o que deveria elevar a produtividade acaba, em resumo, diminuindo a valorização do capital pelo trabalho vivo e aumentando a composição orgânica do capital, o que reduz a taxa de lucro, por um lado, e gera, por outro, crises de superprodução de capital, sobretudo na forma de capital fixo.

O desenvolvimento de novas tecnologias que subvertem as condições de produção e gera o movimento de simplificação e homogeneização do processo de trabalho, possui como pano de fundo a universalização do trabalho social e, mais precisamente, o alargamento do trabalho abstrato. Na condição de mero meio de valorização do capital, o trabalho é trabalho abstrato, sua forma de existência cada vez mais predominante na sociedade capitalista que se amplia em ramos antes não produtivos. Por isso, não concordamos com a tese de Habermas de que “a utopia de uma sociedade do trabalho perdeu sua força persuasiva [...]. Acima de tudo, a utopia perdeu seu ponto de referência com a realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato” (1987, p. 105). Pelo contrário, o trabalho abstrato continua a possuir sua “força estruturadora e socializadora” na medida em que, no sistema capitalista, ele é universal. E mais, é universal concreto, isto é, se realiza e se expressa no trabalho concreto, individual de cada trabalhador. O trabalho abstrato, consolidado pela grande indústria, é universal não apenas por se tratar (conforme apontamos) de uma generalidade (por ser desgaste físico do trabalhador, por exemplo), mas porque, no processo de geração de valor, o

⁵⁶ Mais uma vez, cabe ressaltar que o capitalismo é incompatível com a produção plenamente automatizada na totalidade da indústria e da agricultura, pois isso não permitiria a criação de mais-valia ou a valorização do capital. Apesar de a automação eliminar cada vez mais o trabalho vivo da planta produtiva, tende a ampliar em todas as outras esferas que precedem a produção direta (laboratórios, departamentos experimentais e de pesquisa) onde é empregado trabalho que indubitavelmente constitui parte integral do “trabalho produtivo coletivo” (MANDEL, 1982, p. 146).

o trabalho se torna cada vez mais, e cotidianamente, uniforme, simples e não diferenciado (FAUSTO, 1983). Com o aperfeiçoamento da máquina a partir do desenvolvimento da microeletrônica, o trabalho tornou ainda mais simples, está perdendo as suas especificidades e, dessa forma, se universaliza. Juntamente com a industrialização generalizada, a universalidade do trabalho abstrato revela o avanço das forças produtivas o que dissolve relações arcaicas e indica a possibilidade de abolição da divisão do trabalho, seguramente não sob o capitalismo, mas em outra forma de sociedade (BERTERO, 2001).

No entanto, as transformações técnicas e econômicas que o sistema capitalista vem sofrendo não destruíram a preponderância do trabalho abstrato nem o domínio do capital sobre o trabalho, ao contrário, fortaleceram tais posições, a partir da aplicação tecnológica da ciência no processo produtivo⁵⁷. Velhas tendências apontadas por Marx, e nascidas na Revolução Industrial, se atualizam e se expandem sobre atividades que não eram acessíveis à antiga base técnica. Automação, divisão do trabalho, aumento da composição orgânica do capital, desemprego, industrialização generalizada, formação profissional homogênea etc., são algumas expressões do desenvolvimento e "renovação" das forças produtivas nas últimas décadas do século XX. A "revolução" microeletrônica, longe de propiciar o surgimento do "trabalhador do conhecimento", faz parte do processo mais amplo de subsunção real do trabalho ao capital.

1.2 QUAL FORMAÇÃO ESTÁ POSTA AO TRABALHADOR HOJE?

Diante do acima exposto, faz sentido debater sobre as questões relativas à educação profissional? Em um primeiro momento, sim, haja vista que o fato de a base técnica própria do capitalismo prescindir da formação para o trabalho não ser mais do que uma tendência, ou seja, não se concretizou de modo concreto e definitivo. Embora o tempo de formação profissional tenha sofrido uma drástica compressão, o surgimento de novas técnicas, habilidades e conhecimentos específicos ligados às inovações tecnológicas e organizacionais precisam ser repassados às novas gerações. Porém, se pensarmos a partir da perspectiva da

⁵⁷ Ao refletir sobre a terceira revolução tecnológica, Mandel nos adverte que "todas as contradições históricas do capitalismo estão concentradas no caráter duplo da automação. Por um lado, ela representa o desenvolvimento aperfeiçoado das forças materiais de produção, que poderiam, em si mesmas, libertar a humanidade da obrigação de realizar um trabalho mecânico, repetitivo, enfadonho e alienante. Por outro, representa uma nova ameaça para o emprego e o rendimento, uma nova intensificação da ansiedade, a insegurança, o retorno crônico do desemprego em massa, as perdas periódicas no consumo e na renda, o empobrecimento moral e intelectual. A automação capitalista, desenvolvimento maciço *tanto das forças produtivas do trabalho quanto das forças alienantes e destrutivas da mercadoria e do capital*, torna-se dessa maneira a quintessência objetivada das antinomias inerentes ao modo de produção capitalista" (MANDEL, 1982, p. 152, grifo do autor).

construção da consciência dos trabalhadores, a educação não pode se restringir aos aspectos técnico-científicos, os quais devem estar também entrelaçados aos aspectos políticos, culturais e sociais. Essa é a proposta de educação unitária de Gramsci que une formação técnica e científica com a formação geral e humanista, de modo a articular, organicamente, teoria e prática, concepção e ação, conhecimento geral e específico, ou seja, tenta destruir processualmente a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. A escola unitária deveria substituir a escola fundamental e média, sendo sua abrangência universal, isto é, aberto para todas as classes sociais. Gramsci trata dessa questão no Caderno 12, onde debate sobre a criação e formação, a médio e longo prazos, dos intelectuais, concebidos por ele como organizadores políticos, dirigentes. Mostra que a base do “novo” intelectual deve ser o trabalhador e é ele que a educação unitária deve formar.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanentemente”, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político) (2006, v. 2, p. 53).

O trabalho é o princípio educativo capaz de unificar técnica e política, ou seja, de atribuir, por um lado, sentido histórico e político às formas e procedimentos do processo de trabalho; por outro, pode dar concreticidade aos temas e conteúdos a serem aprendidos, evitando, assim, as abstrações desarticuladas e enciclopédicas do ensino oficial. Na perspectiva da epistemologia, esse princípio oferece unidade aos diversos eixos e áreas do conhecimento, a partir de uma noção ampla de trabalho, como atividade vital da formação do ser social, fundante das diversas dimensões humanas: estéticas, políticas, culturais, valorativas etc. Com o projeto de educação unitária, Gramsci segue os caminhos da proposta defendida por Lênin da escola única do trabalho, na URSS, e das medidas discutidas por Marx sobre a educação da classe trabalhadora, já presente no Manifesto, onde preconiza a “combinação da educação com a produção material” (MARX & ENGELS, 2006, p. 107). Nas “Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório”, redigidas para o Conselho Central Provisório do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx defende um projeto de educação composto pela educação intelectual, educação física e educação tecnológica, destinando-se esta última a oferecer “os princípios gerais e científicos de cada tipo de produção e ao mesmo tempo iniciar os rapazes e jovens no uso prático dos instrumentos elementares de todas as profissões” (MARX, 1987 apud SANTOS, 2002, p. 123).

Entretanto, faz-se necessário objetar como é possível eleger o trabalho como princípio pedagógico no processo de educação das classes subalternas se, na sociedade atual, ele toma a forma de trabalho assalariado e é causa da alienação e estranhamento nos trabalhadores?

Pensamos que, num primeiro momento, o trabalho que deve ser o princípio educativo é o que apontamos acima, ou seja, aquele concebido como fonte ineliminável da formação humana, como força estruturadora da sociedade, base da materialidade social. O trabalho pensado historicamente abstrato, para justamente mostrar sua historicidade, ou seja, evidenciar que é atividade vital para qualquer formação social mas que, no capitalismo, toma a forma de trabalho assalariado. Por isso, que a educação unitária deve privilegiar a historicidade e a perspectiva da totalidade para demonstrar a forma de ser do trabalho no capitalismo. E, ainda, evidenciar que tal forma se desenvolve contraditoriamente, uma vez que o capital, ao tender sempre à forma geral da riqueza, impele o trabalho para além dos limites das necessidades naturais, criando, assim, os elementos materiais para o desenvolvimento de uma rica individualidade, omnilateral em sua produção e consumo. O trabalho não aparece mais como trabalho e sim como pleno desenvolvimento da própria atividade, na qual desaparece a necessidade natural em sua forma imediata que, em seu lugar, colocou-se uma necessidade historicamente dada (MANACORDA, 1996, p. 51). Nesse sentido, a educação articulada à produção material deve, antes de tudo, escancarar a natureza antagônica do trabalho, que consiste no desenvolvimento do trabalho como um momento vil e alienante e, ao mesmo tempo, como atividade vital humana: o trabalho é “por uma parte, a miséria absoluta enquanto objeto e, por outra parte, a possibilidade absoluta de riqueza, enquanto sujeito e atividade” (MARX, s./d. apud MANACORDA, 1996, p. 52).

A revolucionária base técnica da indústria moderna elimina toda a tranquilidade, solidez e segurança da vida do trabalhador mantendo-o sob ameaça constante de tornar-se supérfluo, ao ser impedido de exercer sua função parcial, evidenciando-se no desgaste sem freio das forças de trabalho e nas devastações da anarquia social (MARX, 2006, p. 552). Porém, a indústria moderna, com suas próprias catástrofes,

Torna questão de vida e morte substituir a monstruosidade de uma população operária miserável, disponível, mantida em reserva para as necessidades flutuantes da exploração capitalista, pela disponibilidade absoluta do ser humano para as necessidades variáveis do trabalho; substituir o indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial, pelo indivíduo integralmente desenvolvido, para o qual as diferentes funções sociais não passariam de formas diferentes e sucessivas de sua atividade. As escolas politécnicas e agrônômicas são fatores desse processo de transformação, que se desenvolveram espontaneamente na base da indústria moderna; constituem também fatores dessa metamorfose as escolas de ensino profissional, onde os filhos dos operários recebem algum ensino

tecnológico e são iniciados no manejo prático dos diferentes instrumentos de produção. A legislação fabril arrancou ao capital a primeira e insuficiente concessão de conjugar a instrução primária com o trabalho na fábrica. Mas não há dúvida de que a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará a *adoção do ensino tecnológico, teórico e prático*, nas escolas dos trabalhadores. Também não há dúvida de que a forma capitalista de produção e as correspondentes condições econômicas dos trabalhadores se opõem diametralmente a esses fermentos de transformação e ao seu objetivo, a eliminação da velha divisão do trabalho. Mas o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é o único caminho de sua dissolução e do estabelecimento de uma nova forma (idem, ibidem, p. 553, grifos nossos).

Podemos observar que, para Marx, a educação baseada no trabalho pode ser um elemento de transformação no processo de ruptura da ordem capitalista, de forma que o novo nasce no velho, a partir das próprias contradições deste. De modo dual, a indústria moderna desenvolve as condições objetivas para a construção da emancipação humana⁵⁸: na fábrica mecanizada, o trabalho braçal perde todo caráter de especialização, o que, no entanto, justamente quando cessa todo desenvolvimento especial, faz-se sentir também a tendência ao desenvolvimento omnilateral do indivíduo. A apropriação privada dos meios de trabalho significou, também, a apropriação privada da ciência e sua separação do trabalho, negou o preexistente vínculo entre ciência e ação, próprio da limitada produção artesanal, mas criou por sua vez as condições para a sua própria superação (MANACORDA, 1996). O trabalho simplificado, reduzido pelo capital a um mínimo, torna “útil o trabalho emancipado e constitui a condição de sua emancipação” (MARX, s./d. apud MANACORDA, 1996, p. 60). É por isso que Gramsci afirma que, “no mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual” (GRAMSCI, 2006, v. 2, p. 53). Em outras palavras, ele está preocupado com a formação do sujeito que será responsável pela produção de riquezas da sociedade emancipada e, ao mesmo tempo, conduzirá o processo político de destruição das classes e do Estado: a sociedade comunista, fundamentada no trabalho associado, longe de retroceder às formas de trabalho complexo próprias do artesanato, parte do trabalho simples para poder

⁵⁸ “Um dos aspectos civilizadores do capital é que ele extrai esse mais-trabalho de uma maneira e sob tais condições que são mais vantajosas para o desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais e para a criação dos elementos para uma nova formação mais elevada do que as formas anteriores da escravidão, da servidão etc. Por um lado, leva assim a um nível em que desaparece a coerção e a monopolização do desenvolvimento social (inclusive de suas vantagens materiais e intelectuais) por meio de uma parte da sociedade à custa da outra; por outro lado, produz os meios materiais e o germe para relações que, numa forma mais elevada de sociedade, permitem unir esse mais-trabalho a uma limitação maior do tempo em geral dedicado ao trabalho material. Pois, conforme o desenvolvimento da força produtiva de trabalho, o mais-trabalho pode ser grande com uma pequena jornada global de trabalho e pode ser relativamente pequeno com uma grande jornada global de trabalho” (MARX, s./d., p. 173).

construir os caminhos de emancipação e desenvolvimento humano para além da esfera da produção, do “reino da necessidade”⁵⁹.

O desenvolvimento das potencialidades humanas tem como pressuposto o desenvolvimento das condições materiais de existência erigidas no capitalismo⁶⁰. A criação da base técnica do capital pela ciência gerou as condições prévias para que o dispêndio de esforços humanos se reduza a um mínimo no processo de produção e para que o lugar dos trabalhadores segmentados de hoje seja ocupado por indivíduos desenvolvidos de forma multifacética (ROSDOLSKY, 2001, p. 353). Contudo, o desenvolvimento unilateral dos indivíduos, em uma sociedade baseada no tempo livre ou o comunismo⁶¹, extrapola a esfera material na medida em que não é por meio do trabalho que os indivíduos poderão desenvolver suas múltiplas dimensões e sim por meio das artes, filosofia, esporte, cultura, processos de organização coletiva etc. Nesse processo, torna-se inevitável a recuperação de uma identidade entre ciência e trabalho, isto é, a reapropriação da ciência por parte de todos os indivíduos no processo coletivo da produção moderna. A educação passa a ser configurada a partir da coincidência entre ciência e trabalho; uma ciência não meramente especulativa, mas operativa que reflita a capacidade do homem dominar a natureza; e um trabalho articulado à tecnologia e às modernas formas de produção (MANACORDA, 1996). Uma ciência que seja reincorporada pela força produtiva do trabalho, de forma que os trabalhadores deixem de ser mero apêndice e passam a ser dirigentes do processo global de produção. E isso é tão mais possível na medida em que a microeletrônica se desenvolve e permite a destruição da ruptura entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, uma vez que este se torna mais e mais simplificado e homogêneo.

A formação para o trabalho, hoje, deve estar em consonância com a atual base técnica, a microeletrônica, pois o contrário seria cair em um anacronismo desnecessário.

⁵⁹ “O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho de determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; portanto, pela própria natureza da questão, isso transcende a esfera da produção material propriamente dita. [...] a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário em vez de serem dominados por ele como se fora por força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Mas este sempre continua a ser o reino da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base” (MARX, s./d., p. 273).

⁶⁰ Nos *Grundrisse*, Marx nos chama atenção para o seguinte fato: “se a sociedade, tal como é, não contivesse, ocultas, as condições materiais de produção e de circulação necessárias a uma sociedade sem classes, todas as tentativas de criá-la seriam quixotescas” (MARX, 1953 apud ROSDOLSKY, 2001, p. 353).

⁶¹ No comunismo, “o tempo de trabalho deixa de ser a medida da riqueza, e o tempo disponível assume esse papel. O tempo de trabalho como medida da riqueza coloca a própria riqueza como algo baseado na pobreza, e coloca o tempo disponível como algo imerso na antítese com o tempo de mais-trabalho; ou então coloca todo o tempo de um indivíduo como tempo de trabalho, degradando-o em mero trabalhador” (MARX, 1953 apud ROSDOLSKY, 2001, p. 356).

Entretanto, ela deve ir para além dessa perspectiva, pois deve abarcar também a formação política, capaz de oferecer o conhecimento das mediações e determinações presentes na realidade efetiva e que constituem os nexos que estruturam a sociedade em classes (ANGELI; TOITIO, 2009). A proposta de educação unitária surge no sentido de desenvolver a autonomia e uma nova cultura dos trabalhadores, antagônica àquela da burguesia, em um movimento de auto-educação da classe. O sujeito que deve se auto-educar não se restringe mais ao operário fabril de que se referia Marx, Gramsci e tantos outros. O alargamento das relações capitalistas de produção, a expansão do trabalho abstrato, a simplificação do processo de trabalho em ramos antes intocados – diminuindo o poder do trabalhador perante o capital –, o aumento do exército industrial de reserva etc. complexificaram o mundo do trabalho e engendraram sérias implicações políticas. O proletário, responsável pela produção de mais-valia, ainda é central para a construção de uma sociabilidade assentada no trabalho associado por encarnar o antagonista direto do capital, isto é, por estar no cerne da contradição. Porém, a base do “novo intelectual” deve abarcar também as frações das classes trabalhadoras que, apesar de não produzirem mais-valia, têm suas condições de trabalho e vida determinadas pelo movimento de valorização do capital, como os desempregados, semi-proletários, assalariados da esfera da circulação, assalariados do Estado (como os professores) etc.

A luta dos trabalhadores para garantir e aprofundar a própria cultura, para se apropriar do conhecimento, traria consigo o esforço e o empenho para assegurar a sua autonomia em relação aos intelectuais da classe dominante e ao seu poder despótico. Assim, há necessidade de criação de um novo processo educativo: a auto-educação dos trabalhadores, pautada no trabalho como fundamento da sociabilidade emancipada do homem (DEL ROIO, 2006). O partido, no sentido amplo, tem um papel decisivo nesse processo, pois é o sujeito coletivo que deve assegurar a autonomia da nova cultura, voltada para o trabalho associado, rompendo com a cultura, sociabilidade e institucionalidade liberal. Deve, além disso, se propor a ser educado pelas circunstâncias e pelo movimento das classes trabalhadoras em um processo político orgânico. Aqui, a educação deixaria de ser mera reprodutora das relações capitalistas e passaria a atuar ativamente como instrumento de organização, conscientização e formação política das classes e grupos subalternos.

CAPÍTULO II

A "RESPONSABILIDADE" DA ORGANIZAÇÃO BRADESCO: NEXOS PARA O ENTENDIMENTO DA CONSTITUIÇÃO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL

2.1 REPRODUÇÃO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (MARX, 1978, p. 329).

Essa conhecida citação de "O Dezoito Brumário" foi fonte de diversas interpretações mecanicistas da realidade social por parte de intelectuais e militantes marxistas que, na passagem para o século XX, enfatizaram por demais a segunda parte da frase. Ao esquecerem que "os homens fazem a sua própria história", as leituras mecânico-positivistas do marxismo, que dominaram a II e III Internacionais, apregoavam a espera das manifestações das contradições do capitalismo, sobretudo na forma de crises econômicas, para fazer a revolução socialista. A leitura equivocada do real gerou formas de atuação política igualmente equivocadas. Primeiramente, tal interpretação desobrigava os indivíduos, partidos, sindicatos etc. a atuar sistematicamente na organização da força e da vontade das classes trabalhadoras nos momentos não "favoráveis". E, além disso, impedia conceber uma relação dialética entre homem e história, vontade e condição, economia e política⁶². Isto é, deixavam de conceber que a manutenção entre "dominantes" e "dominados" não é uma extensão mecânica das determinações econômicas e que os mecanismos político-ideológicos atuam ativamente para a constituição do domínio e da direção de uma classe.

Nesse sentido, as crises do século XX, sobretudo em 1929 e 1973, não foram suficientes para desencadear revoluções socialistas no mundo. Pelo contrário. Se pensarmos o período cujo marco começa com a crise da década de 1970, o capitalismo, ainda que de forma contraditória, ampliou sua hegemonia, isto é, sua direção política, intelectual e moral sobre o mundo. Esse processo obteve êxito ainda que o capital tenha expandido sua natureza

⁶² A contribuição de Gramsci em relação a esse debate é decisiva: "Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal. De resto, todas as afirmações referentes a períodos de crise ou de prosperidade podem dar margem a juízos unilaterais" (2007, v. 3, p. 44).

exploratória e truculenta sobre as classes trabalhadoras. Enquanto o chamado “socialismo real” se desmantelava, concretizavam-se as imposições do neoliberalismo e da “reestruturação produtiva” que, como uma mesma processualidade, uma unidade indissolúvel (DIAS, 1999, p. 120), formaram a saída capitalista para a crise. A flexibilização da produção, intensificação do trabalho, incremento tecnológico baseado na microeletrônica etc. foram medidas que procuravam driblar a tendência à queda da taxa de juros que se manifestava com vigor. A extinção dos sindicatos combativos, aumento do desemprego e do trabalho informal, precarização dos contratos de trabalho, terceirização etc. resultaram no enfraquecimento da organização dos trabalhadores e na inviabilização de concretizar seu projeto classista. O afastamento do Estado das áreas sociais, a destruição de direitos sociais e trabalhistas, as privatizações constituíram a saída para a crise fiscal do Estado, na medida em que o papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico e do bem-estar social era, mais e mais, colocado em suspenso. A liberalização e desregulamentação financeira destruíram as barreiras que impediam a livre movimentação do capital em escala mundial que, sob o domínio do capital financeiro, permitiu aumentar a exploração de mais-valia, ao colocar os trabalhadores das mais diversas partes do globo em competição, homogeneizando as condições desfavoráveis dos assalariados.

Diante dessa ofensiva do capital contra o trabalho, faz-se essencial indagar quais os motivos que contribuíram para a não constituição de um movimento contra-hegemônico capaz de se apresentar como alternativa ao programa dado. Ainda que, no Brasil e no mundo, constituíram-se diversas resistências ao avanço neoliberal, o projeto societal dos trabalhadores teve seu horizonte programado pelo projeto do capital, ao mesmo tempo em que este formava sob novas bases sua hegemonia, haja vista que as intensas mudanças na estrutura e na superestrutura davam início a um novo “bloco histórico”: o neoliberalismo. A presente pesquisa nasce da inquietação de saber quais os caminhos que trilharam a hegemonia neoliberal no Brasil, bem como as formas de convencimento que se constituíram junto às classes e grupos subalternos. Evidentemente, esses caminhos são múltiplos e as formas de trilhá-los são diversas. Por isso, elegemos como objeto de estudo o projeto de “responsabilidade social” das Organizações Bradesco e, mais especificamente, o programa de educação profissional da Fundação Bradesco; esses elementos nos oferecerão o prisma a partir do qual podemos reconstituir, empírica e parcialmente, o desenvolvimento do processo de cooptação e apassivamento das “camadas” subalternas.

Antes de adentrarmos na relação entre os projetos sociais e educacionais do Bradesco e o neoliberalismo, cabe tecer algumas considerações a respeito das práticas assim

chamadas “responsabilidade social empresarial” (RSE) e “desenvolvimento sustentável”, amplamente defendidas e difundidas pela organização estudada. A “Responsabilidade Socioambiental” é apresentada pelo Bradesco como o

Conjunto de práticas, ações e iniciativas capazes de tornar efetivo o princípio da função socioambiental, seja no âmbito governamental, empresarial ou de entidades não governamentais, mediante a adoção, implementação e gestão de atividades sociais e ambientais em benefício da comunidade, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento do ser humano, por meio de ações preventivas, educativas, culturais, artísticas, esportivas e assistenciais, a defesa dos direitos humanos, do trabalho, do meio ambiente e da justiça social e o apoio ao combate à corrupção e ao suborno, dentre outras⁶³.

A partir dessa definição geral, o Bradesco divide sua ação social em três vertentes: investimento social privado (Fundação Bradesco, ONGs e institutos etc.); patrocínios (conselhos comunitários, ONGs, associações comunitárias, hospitais, creches, asilos etc.); e doações (Rouanet, Audiovisual, Esportes e Estatuto da Criança e do Adolescente). Em 2009, foram destinados R\$ 380,6 milhões ao que a organização denomina “investimentos socioambientais”⁶⁴ (BRADESCO, 2009, p. 53). Como se pode notar, o conceito de RSE definido pelo Bradesco está íntima e indissociavelmente ligado ao de “desenvolvimento sustentável”, que é apresentado como a

Estratégia de desenvolvimento da atividade econômica, em sintonia com as demandas e questões sociais e a utilização consciente dos recursos disponíveis no meio ambiente. Busca satisfazer as demandas do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades⁶⁵.

Ambas as definições defendem uma nova postura em relação à questão social e à degradação ambiental, de modo que se complementam mutuamente: a primeira diz respeito à atuação das empresas e instituições, enquanto a outra versa sobre o desenvolvimento econômico. O “agente” que sintetiza e simboliza a união desses conceitos é a “empresacidadã”, que faz referência a um novo compromisso social assumido pelas corporações. Os conceitos de RSE, elaborado nos anos 1970, e de “desenvolvimento sustentável”, pronunciado pela primeira vez pela ONU em 1987, ganharam visibilidade e relevância, no caso do Brasil, no processo de abertura democrática. Esse também foi o momento em que se defendeu, de modo inaudito, a promoção e o fortalecimento da *cidadania*, noção em torno da qual gravitam os discursos da RSE e da “sustentabilidade”, por lhes oferecer sentido, legitimidade e conteúdo político.

⁶³ Disponível em: <http://www.bradescom.com.br/site/conteudo/governanca/default.aspx?secaoId=730>. Acesso em maio 2010.

⁶⁴ Ver Anexo 3.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.bradescom.com.br/site/conteudo/governanca/default.aspx?secaoId=730>. Acesso em maio 2010.

A imprecisão da idéia de cidadania, em geral identificada com os deveres e os direitos (civis, políticos, sociais) de cada indivíduo garantidos pelo Estado, possibilitou que fosse propalada pelas mais diversas correntes políticas, das mais progressistas às mais conservadoras, tornando-se, muitas vezes, objeto de consenso entre grupos e classes sociais. No bojo do processo de “redemocratização”, a noção de cidadania soava como uma garantia de desmantelamento e afastamento do regime ditatorial, além de supostamente assegurar a ampliação da participação ativa dos indivíduos na vida política e, em consequência, na resolução dos problemas sociais. Mais e mais, a cidadania era eleita a mediação mais importante para a concretização da democracia (liberal), o fim último a ser atingido, já que ela oferecia a chave para superação das contradições socioeconômicas. Entretanto, é necessário indagar qual o caráter e o conteúdo de uma cidadania fundada na sociedade regida pelo capital?

Em primeiro lugar, a cidadania moderna é inseparável dos fundamentos e da reprodução da sociabilidade capitalista. Isso implica no fato de que as relações sociais capitalistas de produção dão forma à cidadania, isto é, definem os direitos (civis, sociais e políticos) e o acesso a eles. Ao proprietário dos meios de produção, é garantido o acesso efetivo a esses direitos, que são definidos no processo das lutas sociais e políticas. Ao trabalhador assalariado (despojado dos meios de produção), o acesso aos direitos depende se ele vai conseguir ou não vender sua força de trabalho no mercado. Todavia, essa desigualdade é mascarada pela fórmula da igualdade jurídica que trata ambos os sujeitos como portadores iguais de direitos, como dois proprietários de mercadorias (o primeiro de capital e, o segundo, de força de trabalho). Dessa forma, a igualdade jurídica é, ao mesmo tempo, expressão e instrumento de reprodução da desigualdade vigente na esfera da produção (TONET, 1997, 170).

Na política há como que um “desnudamento” dos homens em relação às determinações estruturais; tanto o capitalista quanto os operários são reduzidos à cidadania. Desaparecem as diferenças; pode-se agora transformar indivíduos-cidadãos em vontades cívicas ou, quem sabe, em consciências cívicas (DIAS, 1996, p. 15).

Tal abstração, despida de suas determinações estruturais, ocultam o fato de que, com o advento do Estado liberal (ou da “emancipação política”, nas palavras do “jovem” Marx), a vida dos indivíduos cindiu em duas partes: a vida privada e a vida pública. Nesta, é onde se dá a cidadania, onde o indivíduo exerce seus direitos. Porém, não é aqui o indivíduo integral, pois é apenas participante da esfera pública, ou seja, é cidadão. Na outra ponta, existe o indivíduo privado e independente, que se submete à concorrência do mercado para poder

vender (se assalariado) ou comprar (se burguês) mercadoria⁶⁶. A “emancipação política” expressa uma forma de sociabilidade na qual se articulam a desigualdade real (originada na produção) e a igualdade formal (posta no momento da esfera pública) (TONET, 1997). Se considerarmos que a vida privada se desenvolve no interior da sociedade civil (o conjunto das relações sociais de produção) e a vida pública no Estado e que a sociedade civil é o fundamento da sociedade política, podemos afirmar que a exploração do trabalho, a dominação de classes, a divisão social do trabalho, o exército de reserva, enfim, a subsunção do trabalho ao capital, estabelece os limites para a cidadania moderna. Afinal, se o trabalhador não consegue vender sua força de trabalho, como ele pode exercer seu direito à alimentação, moradia, bem-estar ou, até mesmo, de ir e vir? Como participar das decisões políticas se o capital tem o poder de organizar, ainda que de forma contraditória, a maior parte das questões político-ideológicas? Ou como garantir, atualmente, os direitos sociais se parte deles foram destruídos por representarem barreiras à acumulação do capital?

No entanto, cabe argumentar que a luta por direitos e ampliação da cidadania é sempre válida para a classe trabalhadora. A esfera política não é uma situação estática, mas um campo, uma arena de luta, ainda que esteja, em última instância, sob a regência do capital (TONET, 1997, p. 178). Nesse sentido, a cidadania não é uma categoria supra-histórica, mas uma mediação politicamente objetivada conforme a correlação de forças existente, as condições do processo de disputa pela hegemonia e as possibilidades objetivadas da ordem social dominante (ABREU, 2008, p. 12). Em decorrência disso, a bandeira de cidadania é apropriada pela burguesia que domina a organização da forma e do sentido de concretização dessa cidadania. Tal apropriação se ampliou no momento de reorganização da ordem capitalista que, na tentativa de eliminar e cooptar os antagonistas, tornou necessário, nas últimas décadas,

construir o discurso e as práticas que, ao negar o antagonismo classista, afirme a cidadania como fundante da sociabilidade e instaure uma postura “tripartite” onde trabalhadores, empresários e estado são *parceiros* homogêneos e complementares. O que vem permitindo deslocar as classes do campo de luta para o da colaboração, onde ONGs, o Terceiro Setor etc. são centrais. Tenta-se, assim, subordinar a prática e o pensamento da tendência antagonista ao atual, ao vigente (DIAS, 2006, p. 106, grifo do autor).

A RSE e o “desenvolvimento sustentável”, expressões contemporâneas da cidadania defendida pelo empresariado, vêm ressignificando o modo de intervenção política

⁶⁶ Em “A questão judaica”, Marx afirma que “o Homem [...] enquanto membro da sociedade burguesa, é considerado como verdadeiro Homem, como *Homme*, diferente de *citoyen*, por ser o Homem em sua existência sensível e individual imediata, enquanto que o Homem político é apenas o Homem abstrato, artificial, o Homem como um ser alegórico, moral. O Homem real só é reconhecido sob a forma de indivíduo egoísta; o Homem verdadeiro, apenas sob a forma do *citoyen* abstrato” (MARX, 1979, P, 197).

de agentes e organizações, a partir de uma nova acepção de sociedade civil, identificada agora com o "terceiro setor". Esses conceitos, em geral, ocultam os fundamentos da truculência do capital sobre as classes subalternas e, ao mesmo tempo, seus desdobramentos e concretizações dão vida à hegemonia operada pelo capital financeiro.

2.2 HEGEMONIA DO CAPITAL FINANCEIRO E NOVAS FORMAS DE COOPTAÇÃO

O discurso e a prática da RSE e do "desenvolvimento sustentável" têm modificado a forma de organização das empresas e dos processos produtivos em favor do meio ambiente e da questão social, ainda que as mudanças sejam muito menores do que o propalado e que isso traga rendimentos lucrativos à empresa (como reciclagem, economia de água e energia etc.). Além disso, isso tem se desdobrado, no plano organizacional, em novas práticas e modelo de gestão que podemos resumir na expressão "governança corporativa". O Bradesco a define como o

Sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas/cotistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente, conselho fiscal e demais partes interessadas, embasados na transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade⁶².

A prática da "governança corporativa", como modelo de gestão e de relacionamento entre os acionistas, a empresa e demais partes interessadas (no entanto, aqui, menos importantes como clientes, trabalhadores, ONGs, Estado etc.), se instala no interior da empresa para que ela seja "transparente" e "ética" para com seus acionistas e apresente "índices de sustentabilidade", dependendo, disso, a angariação e manutenção de investimentos, parceiros e rendimentos. Segundo o Bradesco, sua política de "governança corporativa" o dispõe a agir com respeito e transparência para com seus acionistas ao realizar sua prestação de contas e a "responsabilidade" corporativa, procurando integrar os aspectos econômico-financeiros aos aspectos sociais e ambientais. Isto levou as ações do Bradesco a integrarem o Índice de Sustentabilidade Dow Jones, da Bolsa de Valores de Nova York, e o Índice de Sustentabilidade Empresarial, da BM&FBovespa, criados com intuito de reunir empresas que têm ações nessas bolsas de valores e oferecem algum tipo de ação de "responsabilidade social e ambiental". Em relação à bolsa de valores brasileira, o Bradesco aderiu, em 2001, ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa S. A., em que as

⁶² Disponível em: <http://www.bradescori.com.br/site/conteudo/governanca/default.aspx?secaoId=730>. Acesso em mar. 2010.

companhias se comprometem, principalmente, com melhorias na prestação de informações ao mercado e com a dispersão acionária. As principais práticas propostas nesse nível são: manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital; em caso de ofertas públicas de colocação de ações, adoção de mecanismos que favoreçam a dispersão do capital; melhoria nas informações prestadas trimestralmente, entre as quais a exigência de consolidação e de revisão especial; informação sobre negociações de ativos e derivativos de emissão da companhia por parte de acionistas controladores e administradores da empresa; disponibilização de um calendário anual de eventos corporativos; apresentação das demonstrações do fluxo de caixa⁶⁸.

Contudo, esses preceitos da “governança corporativa”, aparentemente neutros, revelam, numa análise mais minuciosa, uma forma de controle das grandes instituições financeiras – cujos ativos financeiros estão significativamente sob a forma de pacotes de ações – sobre o capital produtivo, no sentido de que elas ditam “a política econômica e as estratégias de investimento dos grupos industriais” (CHESNAIS, 1996, p. 292). Assim, longe de ser uma prática sem interesses econômicos e políticos, a “governança corporativa” é expressão das mudanças ocorridas no padrão de acumulação do capital nas últimas décadas.

A referida crise do capitalismo que se manifestou na década de 1970, após um longo período de crescimento econômico acelerado e de altos índices de produtividade, deu início a um período de retração e de “convulsões” econômicas (mais ou menos) generalizadas. Configurou-se como uma crise de superprodução de capitais, que deixa parte do capital ociosa e impedida de realizar o excedente produzido, passando a operar aquém de sua capacidade produtiva. Paralelamente, os capitais superacumulados, invertidos em grande parte em meios de produção, levaram ao incremento da composição técnica do capital, empurrando para baixo a taxa de lucro na medida em que se estreitava a base da acumulação capitalista: isto é, a massa de trabalho vivo. Assim, a incapacidade da economia real de proporcionar uma taxa de lucro adequada, principalmente nas indústrias de transformação (nos fins dos anos 1960), provocou um grande deslocamento do capital para a esfera financeira (BRENNER, 1999, p. 6) na busca de valorização⁶⁹. A internacionalização bancária no período impulsionou, ainda

⁶⁸ Disponível em <http://www.bradeskori.com.br/site/conteudo/governanca/default.aspx?secaoId=730>. Acesso em março de 2010.

⁶⁹ Segundo Carcanholo, há “estudos empíricos (com todas as limitações que apresentam) [que] têm no mínimo sugerido que a tendência à queda da taxa de lucro manifestou-se de maneira aguda no período que vai do final dos anos 60 até os primeiros anos dos 80s, especialmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. É justamente isso que precisa ser levado em consideração para entender o início da atual fase especulativa do capitalismo. A queda de rentabilidade esperada dos novos investimentos determinou uma fuga de parte considerável do capital que se destinaria à produção, para a especulação” (2007, s/p).

mais, a integração de mercados financeiros e investimentos de capitais entre diferentes partes do mundo. Diante disso, se tornou fenômeno crescente a permanência do capital na forma dinheiro a partir dos anos 1970, “verificável pelo enorme incremento das aplicações financeiras internacionalizadas” (TAUILE; FARIA, 1999, p. 160). Essa constitui a faceta mais visível do capital financeiro (ou portador de juros) que, ao se concentrar prioritariamente na esfera especulativa, tenta se descolar e se autonomizar da esfera produtiva e se manter na forma dinheiro⁷⁰. Desse modo, o capital financeiro, constituído pelos bancos internacionais, fundos de pensão, fundos mútuos (de aplicação coletiva) e as grandes seguradoras,

busca ‘fazer dinheiro’ sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrando entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente (CHESNAIS, 2005, p. 35).

No entanto, esse descolamento e autonomização se dão apenas de forma aparente. Assim como antes, o capital portador de juros, para se valorizar, necessita da mediação do processo produtivo e da exploração do trabalho assalariado, por meio de concessão de crédito e financiamento, direto ou indireto, aos capitalistas produtivos, responsáveis pela extração de mais-valia. Há nesse sentido uma transferência de valor da esfera de produção à esfera financeira. Ao se tornar a ponta mais concentrada da propriedade capitalista, o capital financeiro subordinou

o conjunto do processo de extração da mais-valia e da reprodução da vida social: ao mesmo tempo impele a extração de mais-valor, impõe que seja realizada mais intensa e mais rapidamente (maior produtividade e maiores jornadas) e atinge a cada dia mais setores da vida social (redução de todos os poros sociais ainda não explorados sob a plena forma capitalista). Apenas aparentemente distancia-se do processo efetivo de produção do valor (FONTES, s./d., p. 6).

Nessa perspectiva, há uma imbricação insuperável entre o capital produtivo e o capital portador de juros. Aquele não consegue se valorizar sem o movimento deste; o segundo impulsiona o movimento do primeiro, impondo a variação de formas de extração de mais-valia: “o capitalista financeiro, por intermédio do capitalista ativo, participa da exploração do trabalho” (MARX, s./d., p. 438)⁷¹. Se Lênin e Hilferding, no começo do século XX, sublinharam tal imbricação dos capitais no conceito de capital financeiro, que seria

⁷⁰ O capital, ao permanecer e se concentrar na forma dinheiro, busca se reproduzir na forma de juros e favorece intenso movimento especulativo, o que gera um “efetivo capital fictício (multiplicação de títulos sem correspondência com a magnitude dos capitais reais que supostamente representam ou, em outros termos, sem a correspondente exploração da força de trabalho)” (FONTES, s/d, p. 3).

⁷¹ No mesmo capítulo, Marx nos fala do absurdo de “imaginar que o capital renderia juros no sistema capitalista de produção, sem operar como capital produtivo, isto é, sem criar mais-valia da qual o juro é somente uma parte, e que o sistema capitalista de produção continuaria sua marcha sem a produção capitalista” (s./d., p. 435).

constituído pela fusão do capital bancário com o capital industrial; atualmente, denominamos por capital financeiro – já assinalado inclusive por Marx – apenas aquele capital na forma dinheiro que se acumula na forma de juros, não para negar a íntima ligação entre eles, mas no intuito de evidenciar a hegemonia dos interesses financeiros e especulativos sobre os demais.

A esfera financeira representa o posto avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade, onde é mais gritante a defasagem entre as prioridades dos operados [bancos, fundos de pensão, fundos mútuos, instituições especializadas] e as necessidades mundiais. (CHESNAIS, 1996, p. 239).

A dominância financeira imprime um novo modo de gestão e de relacionamento entre empresa e acionistas por meio da política de “governança corporativa”: empresas de controle acionário altamente concentrado (e até mesmo familiar) passam a adotar uma nova estrutura de organização do poder, marcada pela participação de investidores institucionais (como seguradoras, fundos de pensão e fundos mútuos de investimentos), fragmentação do controle acionário e transparência na gestão (CESAR, 2008, p. 275). “No quadro da mundialização financeira, [...] o rendimento financeiro dos ativos é vigiado pelos detentores de carteiras de ações, e tanto mais de perto, na medida em que estes são, cada vez mais frequentemente, grandes investidores institucionais” (CHESNAIS, 1996, p. 77). O capital financeiro adéqua e molda um novo perfil para as empresas, em que a difusão internacional dos princípios da “governança corporativa”

contribui para a internacionalização de uma regulação rentista mundializada na qual os principais países-fonte do capital-dinheiro concentrado são colocados no centro de uma vasta rede, que se nutre de uma parte crescente do valor produzido no mundo inteiro [...]. Assim, o *corporate governance* aparece como a sistematização gestora de uma prática onde o capital-dinheiro concentrado conseguiu subordinar a seu proveito facções cada vez mais importantes do aparelho produtivo (indústria e serviços), e isto tanto em escala nacional como internacional (FARNETTI, 1998 apud CESAR, 2008, p. 275).

Assim, o capital financeiro se faz (e se refaz) hegemônico frente às demais frações do capital e, em consequência, às classes dominadas. Como a esfera financeira se nutre da riqueza criada pela mobilização, na esfera produtiva, da força de trabalho, o capital portador de juros, por meio do poder de orientar as decisões de investimentos, exige a intensificação da exploração dos assalariados e das formas que esta assume, com demissões massivas após as medidas de “reestruturação”, rebaixamento do nível salarial e instauração da mais completa precariedade do trabalho. Os operadores financeiros buscam a maior rentabilidade e flexibilidade possíveis e não reconhecem as conseqüências de suas operações sobre a acumulação e o nível de emprego. A concentração e centralização do capital portador de juros se tornam maiores na medida em que disso depende sua capacidade de fazer valer suas

exigências na partilha da mais-valia (CHESNAIS, 1996). Além disso, a essência rentista da finança e suas estreitas relações com as situações de renda do solo e das produções do subsolo são fatores que tem acelerado o esgotamento da terra e a pilhagem da natureza. Daí a incoerência e o cinismo dos representantes do capital, como o Bradesco, em defender os princípios de “responsabilidade social” e “sustentabilidade”.

Tal incoerência se desfaz quando retiramos o véu de neutralidade que encobre esses conceitos e adentramos na procura de sua real função: o de encobrir a essência do capital. Não é a toa que os organismos internacionais têm feito um esforço sistemático na elaboração e divulgação de tais princípios. A OCDE, G7, FMI e Banco Mundial defendem a adoção da “governança corporativa” por parte das empresas, difundindo-a por meio de congressos, documentos, avaliações etc. O Banco Mundial e o FMI consideram a adoção da “governança corporativa” como parte da recuperação dos mercados mundiais, abatidos por sucessivas crises em seus mercados de capitais. Muitas empresas se vêem compelidas a introduzir a prática da “governança corporativa”, que devem apresentar bons índices de sustentabilidade a fim de obter recursos financeiros e parceiros para seus processos econômicos (CESAR, 2008). O Bradesco que, como dissemos, integra o Índice de Sustentabilidade Dow Jones, da Bolsa de New York, participando, portanto, do sistema financeiro internacional, possui uma consistente política de “governança corporativa” e atua num sentido de propagar, entre as empresas brasileiras, valores forjados em solo estadunidense, num momento em que o modelo de gestão empresarial do Brasil vem sofrendo modificações.

Além disso, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também estimulam não apenas a reorganização interna dos processos administrativos e decisórios da empresa, mas também o seu lado “responsável”, sua “consciência cidadã”, de forma que devem criar seus próprios programas de promoção dos serviços sociais⁷². Tal estímulo, porém, está tornando a adoção

⁷² O Banco Mundial promove, por exemplo, cursos de formação e especialização que preparam lideranças a aplicar a prática da RSE no dia-a-dia, “especialmente nos países cujas empresas estão iniciando movimento de implantação de práticas”, e o fazem também no Brasil (disponível em: http://www.ideiasocioambiental.com.br/revista_conteudo.php?codConteudoRevista=204. Acesso em jan. de 2009). Outro exemplo do interesse em disseminar a RSE pelo mundo é a promoção de eventos e debates sobre o tema com a presença de integrantes da burocracia estatal de várias partes do mundo; no final de 2007, uma secretária (Kátia Campos) do Ministério do Desenvolvimento foi enviada para Washington (EUA), como representante do governo brasileiro, para participar de uma conferência cujo objetivo era capacitar “os participantes para promoverem em seus países maior interação entre governos, empresas e sociedade civil organizada para promover desenvolvimento sustentável e maior eficiência na condução das políticas públicas” (disponível em: <http://www.mds.gov.br/noticias/banco-mundial-promove-em-washington-eua-debate-sobre->

da RSE um quesito quase que obrigatório, principalmente para as grandes empresas, que procuram ampliar mercados, estabelecer parcerias etc. Nas imposições políticas e econômicas das agências internacionais sobre os países mais pobres, sobretudo na década de 1990, vieram junto ao pacote as “recomendações” para que as empresas adotem as práticas de RSE, não porque a RSE garante o desenvolvimento sustentável da economia mundial, mas pelo fato que ela mascara a intensificação da truculência própria ao movimento do capital.

Das famosas “business schools” nasce uma extensa bibliografia especializada em “responsabilidade empresarial” que teorizam e ensinam a estruturar e desenvolver programas sociais no âmbito privado; periódicos, revistas, jornais e panfletos, que divulgam as ações e resultados dos projetos realizados pela iniciativa empresarial, já fazem parte do cotidiano de todas as classes e grupos sociais. Tudo isso expressa o que Gramsci chamou de material ideológico que é “voltado para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica” (2001, v. 2, p. 78) de uma determinada classe fundamental. E isso ganha dimensões imperialistas na medida em que a ideologia é difundida para os países periféricos, integrando ativamente o circuito de dominação. Processo que nasce no centro do sistema capitalista (principalmente, EUA e Inglaterra), ganha contornos brasileiros ao se adequar ao projeto da burguesia interna, mas com forte peso dos interesses e imposições imperialistas do capital internacional, sobretudo da fração financeira. Imposições traduzidas em conceitos, racionalidades e ideias, como RSE e “terceiro setor”. Enquanto aquele conceito é material de elaboração das famosas Business Schools, este surgiu, segundo Montañó (2002), em 1978 nos EUA, e foi cunhado por John Rockefeller III, tendo, ambos, uma origem ligada aos interesses do capital e concebido pelos “intelectuais orgânicos” deste. Já nos alertava Gramsci: “uma ideologia nascida num país desenvolvido difunde-se em países menos desenvolvidos” (1989, p. 51).

O imperialismo é, normalmente, identificado com as guerras entre nações, sanções e imposições econômicas, intervenções e invasões militares (sendo o mais recente exemplo dado pela invasão do Iraque pelos EUA), e outras práticas que prevalecem a força e a repressão. No entanto, se assumirmos a perspectiva de Gramsci para quem a supremacia, ou melhor, a hegemonia de um grupo social e/ou de um país apenas se concretiza a partir do binômio força e consenso (o “Centauro maquiavélico”), é fato que o imperialismo abarca também aspectos políticos, culturais e ideológicos responsáveis por buscar a adesão de grupos, classes e/ou de países subalternos ao seu projeto de sociedade e à expansão das

relações sociais capitalistas. Nesse sentido, investigar e analisar algumas mediações político-ideológicas que se configuram nas práticas do imperialismo dos dias atuais, concebendo este como uma política de expansão e domínio (econômico, cultural, ideológico, territorial), se faz necessário para entender o alargamento e o aprofundamento da hegemonia capitalista. Evidentemente, não cabe desprezar os fundamentos que alicerçam e estruturam, concretamente, o imperialismo e, por isso, vamos às reflexões de Lenin (2008) que melhor demonstrou, em seu tempo, as bases econômicas que o originaram. O autor, em “O imperialismo – fase superior do capitalismo”, escrito em 1916, nos elucida o contexto e os traços fundamentais que configuram tal fenômeno, a saber:

1. aumento da concentração da produção e do capital levando à criação de monopólios, que se tornam a base mais profunda do imperialismo;
2. fusão do capital bancário com o capital industrial, originando o *capital financeiro*;
3. maior peso e importância na exportação de capitais em relação à exportação de mercadorias;
4. maior separação da propriedade do capital da sua aplicação à produção, ou seja, do capital-dinheiro (propriedade dos *rentiers*) do capital industrial ou produtivo;
5. domínio dos *rentiers* sobre os interesses das demais frações da burguesia;
6. partilha do mercado mundial pelas associações monopolistas;
7. partilha territorial do mundo entre os (mais importantes) países centrais do capitalismo⁷³.

O imperialismo, resultado da necessidade de expansão e valorização do capital, busca de início fontes de matérias-primas e mercados consumidores, mas com o domínio do capital financeiro procura, sobretudo, áreas de influência econômica e política, monopólios, países para investimentos etc.⁷⁴. Do capitalismo concorrencial (e do Estado liberal, próprio da livre-concorrência), surge o capitalismo monopolista e imperialista cuja forma política é o Estado social-democrata.

⁷³ Segundo Cano, “não é demais lembrar que na década de 1870 essa dominação atingia 11 % do território da África, 57% da Polinésia, 51 % da Ásia e 100% da Austrália. No final do século [XIX] o percentual da África passou a 90%, o da Polinésia a 99% e o da Ásia a 57%” (1996, p. 132).

⁷⁴ Quando ainda trabalhava em *L’Ordine Nuovo*, em 1919, Gramsci falou da mudança do papel do Estado nacional, que se tornou “uma esfera de influência, um monopólio em mãos de estrangeiros. O mundo ‘unificou-se’ no sentido de que se criou uma hierarquia mundial, que se disciplina e controla autoritariamente todo o mundo; chegou-se à concentração máxima da propriedade privada” (1919, p. 20 apud DIAS, 2000, p. 121). O termo entre aspas refere-se a uma unidade mundial, mas uma “unidade no diverso”: o mundo se integrou, porém aprofundando as diferenças e contradições entre os Estados nacionais.

O contexto conflituoso em que surge o Estado social-democrata explica o processo contraditório que se desenvolveu durante a primeira metade do século XX. Se nesse Estado, devido aos antagonismos de classe, se materializou demandas da classe trabalhadora, com a ampliação de direitos sociais, melhoria no padrão de consumo e criação de um sistema de proteção e bem-estar ao trabalhador, foi também importante mediação para a cooptação e domesticação de grande parte do movimento operário da época, que aderiu ao projeto e à ideologia social-democrata⁷⁵. Passaram a conceber tais conquistas e reformas o objetivo final da luta e abdicaram de um projeto revolucionário em prol da conservação da ordem capitalista. Lênin nos fala do descolamento das camadas superiores dos operários (presente na organização de cooperativas, sindicatos, sociedade desportivas e seitas religiosas) da “camada inferior, proletária propriamente dita” (2008, p. 107). As camadas superiores, também chamadas de “aristocracia operária”, foram cada vez mais se tornando reformistas e reacionárias, aderindo à visão de mundo e política burguesas, que, para isso, houve a ajuda da oligarquia financeira que lançou mão de subornos e cooptação de lideranças políticas e sindicais⁷⁶. Assim, estavam dadas as bases políticas que compunham a hegemonia burguesa, de forma que “o avanço do imperialismo aprofundava a divisão entre os trabalhadores: capitalistas e segmentos de trabalhadores se tornariam cúmplices na extração do sobretrabalho dos países colonizados”⁷⁷ (FONTES, 2008, p. 89).

Com a crise estrutural do capital dos anos 1970 e a emergência de um novo modo de acumulação, a hegemonia capitalista precisou se formar sob novas bases. O fortalecimento dos capitais internacionais e dos grandes grupos nacionais (no caso brasileiro), que se transnacionalizaram e se financeirizaram organicamente (FILGUEIRAS, 2006, p. 186), moldou, aos poucos, as novas condições que favoreciam a expansão e fortalecimento do capital financeiro. As megafusões de empresas intermediado por grandes bancos e os elevados investimentos internacionais, levaram à formação de oligopólios transnacionais que

⁷⁵Na periferia do sistema, principalmente na primeira metade do século XX, o capital contou com um projeto de amplas proporções “civilizatórias” e “desenvolvimentistas”, o nacionalismo-populista, que constituiu “a principal ideologia mobilizadora das classes populares urbanas para um esforço de industrialização fordista (dependente)” (ALMEIDA, 1993, p. 63).

⁷⁶De acordo com Lênin, o imperialismo, que “implica lucros monopolistas elevados para um punhado de países muito ricos, gera a possibilidade econômica de subornar as camadas superiores do proletariado, e alimenta assim o oportunismo, dá-lhe corpo e reforça-o” (2008, p. 106).

⁷⁷No decorrer do século XX, a insurgência dos movimentos de libertação nacional, que pretendiam concretizar as promessas de liberdade e democracia que teimavam em ficar presentes apenas no discurso liberal, aliado ao enfraquecimento da maior parte dos grandes países imperialistas após as duas Guerras Mundiais, desencadearam o processo de descolonização (CANO, 1996, p. 133). No entanto, se as colônias estavam saindo de cena, isso não implicou a autonomia dos países subordinados, mas pelo contrário, a independência formal era compatível com a subordinação financeira e política

concentram e centralizam massas enormes de capital, mais do que em qualquer período anterior da história.

A atual configuração da acumulação de capital, de dominância financeira, junto à constituição de oligopólios transnacionais e a expansão, sem precedentes, das relações de produção capitalistas formam os fundamentos do imperialismo de nosso tempo, em que o neoliberalismo é o projeto político-ideológico exigido para essa nova fase⁷⁸. A ofensiva gerada contra os trabalhadores, que se traduz, sobretudo, na retirada de direitos sociais e trabalhistas, no afastamento do Estado perante as questões sociais e na quebra da resistência e das organizações do proletariado, não conseguiu, no entanto, provocar um movimento contra-hegemônico capaz de confrontar ou, pelo menos, atenuar os efeitos desse processo⁷⁹. As medidas econômicas e políticas impostas pelas nações imperialistas (sobretudo, os EUA⁸⁰), que levaram a essa ofensiva e destruiu uma série de barreiras que dificultava a reprodução ampliada do capital, se concretizavam na medida em que o movimento dos trabalhadores abdicava de uma perspectiva anticapitalista. Os princípios liberais, hoje naturalizados, se tornaram universais, e a massa de trabalhadores (que sofre com os imperativos de valorização do capital) se torna cada vez mais subalterna, o que quer dizer que ela não se vê e nem entende o mundo a partir de sua condição, mas através dos olhos da classe dominante.

Por trás do movimento de cooptação dos trabalhadores, a RSE e o “desenvolvimento sustentável”, juntamente com o “terceiro setor”, se tornaram, dentre múltiplos fatores, mediações políticas decisivas, que vêm substituindo (pelo menos parcialmente) a ideologia do Estado social-democrata. Uma mediação constituidora da hegemonia burguesa, por ser funcional aos interesses imperialistas, sobretudo no que diz respeito ao fortalecimento do capital transnacional e à desresponsabilização do Estado em relação aos serviços sociais. Tal fato, entretanto, não se apresenta dessa maneira. E sim sob um sofisticado invólucro que procura ocultar os interesses de classe e os imperativos de lucro da organização empresarial: a mesma empresa que reestrutura seu processo produtivo,

⁷⁸ De acordo com Duménil e Lévy, “a dominação imperialista sobre o resto do mundo beneficiou formidavelmente as transformações neoliberais; o estágio neoliberal do imperialismo se mostrou particularmente frutífero para as classes e países dominantes ao drenar enorme renda do resto do mundo; e, em contrapartida, o projeto que encarna o neoliberalismo, ou seja, o do restabelecimento do poder e da renda das classes proprietárias dos meios de produção, terminou reforçado” (2004, p. 12).

⁷⁹ É evidente que o neoliberalismo avançou mais ou menos de acordo com as forças políticas e sociais de cada país. No Brasil, a vitória de Luis Inácio Lula da Silva, eleito supostamente como representante dos trabalhadores, significou, de certa forma, uma “repulsa” a algumas propostas neoliberais; o que não o impediu – mas, pelo contrário, o deu legitimidade – de implementar políticas e medidas que beneficiassem apenas o grande capital.

⁸⁰ Chesnais (1997, p. 26) nos aponta que o domínio e a superioridade das finanças dos EUA permitiram esse país impor, através de sua posição privilegiada no FMI e no Banco Mundial, as políticas de ajuste estrutural não apenas aos países mais pobres, mas também aos mais avançados.

contribui para o desemprego, intensifica o trabalho e intimida os sindicatos combativos, é também aquela que promove programas sociais, financia ONG's, escolas gratuitas e projetos culturais e ambientais. É patente a ampla divulgação dessa última face nos canais de comunicação e propaganda, sendo que a primeira, mais cruel ao trabalhador, é difundida como um processo “natural” de ajuste a um mundo “globalizado” – e não como um movimento necessário à expansão do capital. Nesse sentido, os novos mecanismos de acumulação capitalista, como a financeirização, ao mesmo tempo em que modificam e redefinem formas de produzir e concentrar a riqueza, criam as condições para o redesenho da relação dos empresários com o Estado e a sociedade civil, inaugurando sutis artifícios formadores da cultura reprodutiva burguesa, dentre outros, a da “sensibilidade social” das empresas (MOTA, 2008).

Com isso, o empresariado vem conseguindo organizar o consenso, de modo mais direto e ativo do que antes, na medida em que está ampliando sua inserção e influência na vida social, não apenas dirigindo a produção material – o que já lhe conferia condição privilegiada. Se antes se preocupava sobretudo com a reprodução da classe trabalhadora (construção de vilas operárias, constituição de cursos profissionalizantes etc), ele tem agora a postura e a legitimidade de organizar a cultura (no sentido amplo) e as formas de resolução dos problemas sociais e ambientais. Ao mesmo tempo, contribui para o afastamento da intervenção estatal nas áreas sociais, fazendo disso um lócus de acumulação para as empresas (previdência, escolas, universidades, hospitais e seguros privados) ou de atuação de ONG's e outras associações privadas. Além disso, as instituições da RSE e do “terceiro setor” procuram, em conjunto, retirar o caráter político das reivindicações sociais e

pesquisam todo e qualquer espaço no qual possam emergir formas de resistência e luta anticapitalista, convertendo-as em mercadoria filantrópica. Somente conseguirão vender tais projetos caso sejam “substantivos” e “eficientes”, o que é cuidadosamente verificado por especialistas: crescem as pós-graduações para “gestores de projetos sociais”, com o formato de MBAs (Master Business of Administration) como novo espaço profissional altamente promissor e competitivo. As agências internacionais - como o Banco Mundial - fornecem os modelos dos controles a estabelecer sobre tais empreendimentos (FONTES, s./d., p. 17).

Se as agências internacionais são, atualmente, representantes por excelência do imperialismo, é porque elas representam os interesses dos países capitalistas centrais. A ação imperialista, por meio da força ou do consenso, de um Estado mais forte (econômico, militar e politicamente) sobre outro, mais fraco, revelam os interesses de classe do imperialismo na medida em que os objetivos de um Estado-nação se confundem com os objetivos de seu grande capital nacional. Isso porque milhares de empresas, aparentemente dispersas, formam um “único organismo capitalista nacional e, em seguida, mundial” (Lênin, 2008) que procura

de todas as maneiras as massas de trabalhadores (expropriados) necessárias à valorização de seu capital. Gramsci nos indaga se

As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Indubitavelmente seguem. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações *absolutas* e *relativas* no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares (2007, v. 3, p. 20, grifos do autor).

Nessa perspectiva, se levarmos em consideração a estrutura e as “relações sociais fundamentais” dos países em disputa, veremos que o *conteúdo* da prática imperialista é a luta de classes (Lênin, 2008, p. 74). Os interesses das camadas subalternas pouco pesam nas ações dos Estados imperialistas – mesmo sendo necessário ganhar o consentimento dessas camadas de cada região. É a velha história: os interesses dominantes são os interesses da classe dominante⁸¹. No entanto, a *forma* de atuação do imperialismo é variada: por meio da guerra, sanções, imposições de modelos políticos e econômicos, disputa ideológica.

As ações e discursos de “responsabilidade empresarial”, de “desenvolvimento sustentável” e das demais organizações do “terceiro setor” constituem uma importante face do modo atual de atuação do imperialismo. No interior das empresas, a prática da “governança corporativa” modela a organização empresarial de acordo com os interesses do capital financeiro. Do lado de fora, elas se voltam, sobretudo, para a disputa de concepções e projetos classistas e para a construção de novos valores, em que a iniciativa privada e individual deve ser o centro organizador da sociedade. Organizações e agentes acabam por contribuir para o apassivamento dos conflitos sociais em cada região onde atuam na medida em que, a despeito (ou não) de suas vontades, propagam e reafirmam às classes subalternas o consenso forjado pelo capital financeiro e por seus interesses expansionistas. Em nossa pesquisa empírica, não procuramos investigar – devido a limitações – se a implantação de uma unidade da Fundação Bradesco em alguma região pobre contribuiu para abafar conflitos e movimentos que surgem devido às precárias condições de existência dos moradores locais. Mas pensamos ser ela própria a encarnação desse processo que pretende abafar e afinar as vozes descontentes.

Se no período do Estado capitalista em sua configuração de política social-democrata, o capital para obter a direção intelectual e moral da sociedade foi obrigado a conceder certas garantias e benefícios à classe trabalhadora, como forma de domesticá-la, no momento atual, a ofensiva contra o trabalho e o desmantelamento dos benefícios (contraditoriamente) conquistados, não significou um abalo em sua hegemonia, mas o seu

⁸¹ Segundo Cox, “uma hegemonia mundial é, em seus primórdios, uma expansão para o exterior da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante. As instituições econômicas e sociais, a cultura e a tecnologia, tornam-se modelos a serem imitados no exterior” (2007, p. 118).

fortalecimento. Isso porque o alargamento da acumulação capitalista veio acompanhado por novos dispositivos e mecanismos de convencimento que mistificam a realidade ao forjar um lado "caridoso" e "solidário" para o capital e ao pôr todo o ônus dos problemas gerados pelo capitalismo e pelo ajuste neoliberal sobre os indivíduos. Ademais, cabe ressaltar que o capital financeiro é uma força tão forte e decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais, que subordina os Estados mais pobres aos mais avançados (Lênin, 2008, p. 82). Essa subordinação, e seus efeitos danosos para as camadas subalternas, são maiores nos países em que a classe trabalhadora está politicamente desorganizada e fragilizada, incapaz de construir uma "vontade coletiva nacional-popular" (Gramsci, 2007, v. 3), e se tornar uma força contra-hegemônica, primeiro, no seu país de origem e, depois, mundialmente.

Na seção seguinte, discutiremos a relação entre a difusão da RSE com o advento do neoliberalismo no caso brasileiro e a contribuição do Bradesco.

2.3 NEOLIBERALISMO E A "RESPONSABILIDADE SOCIAL"

"Banco do Planeta". Este é o slogan adotado pelo Bradesco, desde 2007, como jogada de marketing para expressar o posicionamento estratégico do banco em (uma suposta) "sustentabilidade", tendo o caráter de reunir todas as ações socioambientais da Organização Bradesco (BRADESCO, 2008, p. 7). Tal slogan possui a capacidade de lhe atribuir uma imagem totalizante e integradora, propagando a ideia de que o banco defende a preservação do Planeta Terra e de que ele seria precursor de uma nova era, de um novo tempo voltado para a responsabilidade social de cidadãos e organizações. Além disso, defende e propaga a ideia de "desenvolvimento sustentável", conceito inovador que amarra, atualmente, toda atuação do Bradesco na constituição dos projetos voltados para a educação e a questão ambiental. Faz-se presente, segundo a própria corporação, na gestão empresarial, na relação com acionistas e fornecedores e no trato com os trabalhadores que devem incorporar esta nova cultura "de se fazer negócio" e, além disso, se encontra também nos conteúdos pedagógicos dos programas educacionais da Fundação Bradesco, a "menina dos olhos" da Organização no que tange a sua prática "socialmente responsável". "Menina dos olhos" porque a forte atuação da Fundação confere à Organização reconhecimento e um determinado prestígio social, a partir de programas educacionais que já atenderam mais de 2 milhões de pessoas desde a sua criação, em 1956, por Amador Aguiar, o fundador do Bradesco. A primeira escola só foi fundada em 1962, na Cidade de Deus, em Osasco, já com o objetivo de proporcionar educação e

profissionalização a crianças, adolescentes e adultos⁸². Nessa época, o conceito de RSE ainda não havia surgido e as ações de cunho social do empresariado eram concebidas como filantropia empresarial, sendo que grande parte da intervenção na resposta às demandas e sequelas sociais estava sob a tutela do Estado.

Se fizermos uma breve análise histórica da postura do empresariado em relação à questão social, evidenciar-se-á que, desde o início do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ele recusava veementemente as legislações trabalhistas e os mecanismos de proteção social via Estado, defendendo um liberalismo “extremo”. Porém, aos poucos e sobretudo no Estado Novo, o empresariado foi aderindo à regulamentação do Estado na relação entre capital e trabalho, no intuito de fazer parte da construção de um consenso, em torno de um projeto societal, entre as classes subalternas, o que afastaria o “perigo” dos movimentos reivindicatórios e/ou subversivos dos trabalhadores. O autoritarismo do Estado Novo seria capaz de garantir as condições de acumulação de capital e, ao mesmo tempo, enquadrar e disciplinar os assalariados, mesmo que para isso fosse necessário estabelecer uma política “de massa”, atendendo parte de suas reivindicações. O Estado, nesse período, fortaleceu os mecanismos de centralização política e incorporou, cada vez mais, a função de financiar e investir nas condições de reprodução e expansão do capital (criação de grandes empresas estatais) e de promover o “bem-estar” das classes populares (CESAR, 2008).

No entanto, com a desagregação do Estado Novo e o fim da Segunda Guerra Mundial, o movimento sindical e popular se fortalece num novo contexto de maior liberdade democrática e radicalização política. Aos poucos as formas coercitivas de dominação se enfraquecem e dão lugar para a disputa e organização do consenso, o que levou o empresariado, entre outras reações, a se preocupar mais com a questão social. É nesse período que surge além da Fundação Bradesco, os emblemáticos Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), voltados para a reprodução da força de trabalho, sobretudo no que tange à profissionalização, assistência e lazer da força de trabalho. Nesse período, o do nacional-desenvolvimentismo, a construção de mecanismos e instituições que promovessem o bem-estar social era aceita pela burguesia como forma de amenizar as tensões entre as classes e grupos sociais (idem, ibidem). Além disso, a promoção de programas educacionais e assistenciais e de espaços de lazer e moradia voltados para o trabalhador assalariado por parte do patronato, procurava adaptar o trabalhador físico e psicologicamente aos mandos da produção fordista e do capitalismo monopolista que se

⁸² Disponível em <http://www.fb.org.br/Institucional/FundacaoBradesco/NossaHistoria/>. Acesso em fev. de 2010.

desenvolviam no Brasil. Já o contingente populacional “excluído” do mercado de trabalho, deveria ficar sob a responsabilidade dos serviços assistenciais do Estado.

Com o golpe de 1964, se restabelecem as formas coercitivas e autoritárias da dominação política e da exploração econômica. Houve o aprofundamento do desenvolvimento dependente voltado para atender os interesses imperialistas do grande capital, consolidando o capitalismo monopolista no Brasil. Buscou-se a conquista de amplos setores das camadas médias da população por meio da assimilação e do atendimento de algumas demandas dos grupos sociais derrotados em 1964 (COUTINHO, 2007, p. 201-202); porém, promoveram o combate repressivo e violento aos movimentos e organizações de esquerda de trabalhadores e estudantes. Tudo isso centralizado por um Estado com uma “capacidade hiperordenadora da sociedade civil”, o que inibia a atuação mais incisiva do empresariado nas decisões políticas e econômicas, limitando-se na defesa de interesses corporativistas e imediatistas, sem abarcar expectativas e reivindicações das classes populares, o que evidenciaria sua preocupação com o jogo hegemônico⁸³. Com isso, continuou cabendo ao Estado as políticas direcionadas à parcela da população “excedente”, sendo que o empresariado concentrou sua intervenção social na reprodução da força de trabalho ativa, mas agora a partir da criação de sistemas particulares de proteção social, com a privatização da assistência médico-social e da previdência (CESAR, 2008).

No decorrer da década de 1970, o desenvolvimento econômico que sustentava o regime ditatorial se enfraqueceu, ao mesmo tempo em que se fortalecia o processo de organização política das classes e grupos subalternos (com destaque para o movimento operário), que exigiam o retorno da democracia, pondo em questão a legitimidade do regime. Por um lado, o fim do “milagre econômico” provocou, a partir de 1974, o declínio da taxa de acumulação e a aceleração da inflação, o que gerou conflitos entre empresários e governo e a reivindicação de menor intervencionismo estatal⁸⁴ (BIANCHI, 2001, p. 42). Por outro, um

⁸³ Isso não significa que o empresariado não tenha participado do Estado militar e, até mesmo, da preparação do Golpe de 1964. Pelo contrário. Durante o governo Castelo Branco, por exemplo, industriais e banqueiros ocuparam postos governamentais, influenciando decisivamente nas diretrizes econômicas e na reformulação do sistema financeiro. No entanto, a participação direta dos empresários no aparelho estatal, durante a ditadura (sobretudo entre 1964-1974), restringia-se à definição de políticas localizadas relacionadas aos interesses mais imediatos dos setores representados. Além disso, tal participação não retirou o papel de protagonista do Estado, que continuou a dirigir o processo de industrialização, seja através do investimento direto, seja por meio do financiamento à iniciativa privada ou do controle sobre as importações e a política cambial (BIANCHI, 2001, p. 40-41).

⁸⁴ Mesmo que o confronto contra a centralização estatal tenha gerado, nos fim dos anos 1970, um novo projeto do empresariado pautado na democracia-liberal, as articulações para a sucessão do general Ernesto Geisel (em 1978), as incertezas da política de “abertura” e a súbita retomada do movimento grevista operário, formaram um quadro de instabilidade para a ação empresarial cujos posicionamentos e discursos acompanharam o “o vai vem

ânimo renovado assombrava a prática política hierárquica e classista do Brasil e assoprava ventos de indignação e reivindicação por novas formas de participação popular e novos espaços de inserção política plural.

Penosamente, na brecha das próprias contradições da expansão capitalista poderosamente ajudada por esse quase fascismo, as classes dominadas voltaram a reconstruir a política. [...] Criando comitês de luta contra a carestia, na década de setenta, deslocando a luta do terreno da reivindicação salarial para o terreno das políticas públicas, através dos movimentos populares, criando milhares de comitês pela anistia e pela constituinte, as classes dominadas reinventaram a política e novamente encurralaram as forças dominantes, que, à falta de capacidade para se autodirigirem, haviam deixado, desde o golpe de 1964, a tarefa de dirigente nas mãos Forças Armadas (OLIVEIRA, 1999, p. 64-65).

A ruptura com a passividade política de certos grupos sociais subalternos e a reivindicação de maior espaço de decisão político-econômica pelos empresários engendraram uma crise política que, aliada à crise econômica que se agravava, deu início, nos anos 1980, a uma crise orgânica, nos termos gramscianos, que abalou os arranjos políticos e ideológicos existentes impedindo a direção de uma classe ou grupo social específico⁸⁵. A disputa pela hegemonia se recolocava de uma nova forma, para além da força: agora um grupo ou classe dominante para galgar a condição de dirigente, deveria incorporar amplamente, em suas práticas, as demandas e mecanismos de atuação das classes e grupos subalternos. Com isso, muitas conquistas e mecanismos de proteção social e de participação popular foram materializados na Constituição de 1988, num processo de construção do consenso em que o empresariado e outros setores dominantes fizeram alguns sacrifícios de ordem econômico-corporativos⁸⁶ (CESAR, 2008). No entanto, os recorrentes fracassos dos planos econômicos, o quadro inflacionário e os mandos das nações imperialistas deram início, já no começo dos anos 1990 com o Governo Collor, a um retrocesso em relação aos direitos sociais conquistados sob a justificativa de que o país deveria se “ajustar” aos parâmetros do movimento do capital mundializado e oligopolista. Tal “ajuste” significava introduzir o

da conjuntura, ora avançando, ora recuando; ora vendo no movimento sindical um potencial aliado, ou, ao menos, um intelector necessário, ora denunciando o caos e a desordem” (BIANCHI, 2001, p. 46).

⁸⁵ Bianchi (2001) nos lembra que a crise econômica (como crise de acumulação resultante da queda tendencial da taxa de lucro) produz um “terreno favorável” para a crise política na medida em que compromete as bases materiais para a construção do consenso e a legitimação da ordem burguesa. Porém, a crise política não pode ser deduzida da crise econômica, pois isso seria cair nas teses do economicismo vulgar. No caso brasileiro, que estamos estudando, a crise política e a crise econômica, nos anos 1980, tiveram vínculo e articulação, mas nem sempre elas se coincidiram, pois tanto no início da crise, quanto no desfecho, houve uma discordância dos tempos da economia e da política.

⁸⁶ “O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (Gramsci, 2007, v. 3, p. 48).

modelo político e econômico neoliberal na realidade brasileira, trazendo de volta a ideologia do “Estado mínimo”, em que o Estado, cuja imagem já estava por demais maculada pela ditadura, seria ainda mais demonizado ao ser eleito como símbolo de corrupção, burocracia e ineficiência.

O advento do Estado neoliberal, que deveria ser “mínimo” principalmente no que diz respeito à regulação na acumulação de capital e às respostas às demandas sociais, pôs em marcha uma forte ofensiva contra os trabalhadores, em nome de uma propalada modernização da economia brasileira que levaria ao fim da crise e que, por isso, todos deveriam se “ajustar” às novas formas de produção e ao novo tipo de Estado. Todos deveriam aceitar os novos imperativos do mercado e da “globalização” em prol do “bem comum” e como forma de superar a crise. Tal ideologia buscava obscurecer os reais processos em curso. Utilizou-se um caloroso discurso em defesa da colaboração entre as classes escondendo o processo de destruição de direitos sociais e trabalhistas. Medidas político-econômicas foram implementadas em nome do interesse nacional, mas que, em verdade, deveria ser traduzido como a favor do interesse do capital, sobretudo da fração financeira. Na mesma esteira, o Estado deveria se afastar parcialmente das áreas sociais, deixando essa função para o “setor” que, de modo “eficiente e responsável”, poderia resolver os problemas sociais e ambientais.

Nesse contexto de fortes e decisivas tensões políticas, em que se consolidou o neoliberalismo no Brasil, configurou-se uma nova forma de ação social que tenta, por um lado, abarcar as bandeiras progressistas dos movimentos organizados mas, por outro lado, acaba afastando as instâncias e políticas públicas da atuação sobre os dilemas da questão social. Surge, desse modo, o chamado “terceiro setor” como um novo modelo de resolução dos problemas e contradições sociais. Nesse âmbito, se legitima e se configura uma forma inovadora de intervenção social das empresas, que passam a desenvolver programas e projetos sociais de modo sistemático e mais comprometido, rompendo com a antiga recusa do empresariado, até então predominante, de se envolver com a questão social. A ação “socialmente responsável” das corporações extrapola os projetos voltados para a reprodução da força de trabalho já inserida no processo produtivo e passam a intervir ativamente sobre as camadas “excedentes” da população e afastadas dos padrões de vida e consumo. Os empresários concorrem, assim, para obter uma responsabilidade que antes era quase que exclusiva do Estado, e o fazem reivindicando a própria “tomada de consciência” e declarando a morte (ou pelo menos a redefinição) da velha e inconsistente filantropia empresarial a favor de um modo (supostamente) renovado e eficiente de se fazer transformação social. Sob o invólucro de que teriam acordado para o fato de que a pobreza e a miséria atrapalham o bom

andamento de seus negócios, os empresários, como organizadores do capital (BIANCHI, 2001), passam a adotar as práticas da RSE como forma de intervir na questão social e fazer coro à tese neoliberal do (impossível) Estado “mínimo”.

Deste modo, nos anos 1990, a burguesia rompe os compromissos táticos assumidos no trânsito dos anos 1980 e conforma a aliança conservadora, bem como o consenso liberal em torno da implementação do programa de estabilização, ajustes e reformas institucionais, de acordo com as prerrogativas definidas pelas agências financeiras internacionais. Primeiro Collor e depois FHC, foi implementado o ajuste estrutural brasileiro, promovendo uma adaptação regressiva do país ao capitalismo mundial e revertendo as tendências democratizantes e redistributivas da década de 1980 (CESAR, 2008, p. 180).

O rompimento do compromisso anteriormente assumido impunha aos empresários o desafio de convencer os demais grupos políticos a embarcarem no seu novo projeto, cujas propostas de combate às contradições sociais foram elaboradas com referência na RSE. Por meio das ações “socialmente responsáveis”, as empresas ganham legitimidade para organizar um novo modo de intervenção sobre os problemas sócio-ambientais, como parte integrante de um projeto societal que procurava dar direção a um novo equilíbrio social e ao fim definitivo da crise política. O empresariado, assim, buscou a adesão das camadas subalternas, ao incorporar, por meio da RSE, as bandeiras de melhoria social e preservação ambiental surgidas nos movimentos da transição democrática, as quais ganharam novas formas de solução pautadas na racionalidade técnica e administrativa das empresas. Tal projeto teve no neoliberalismo sua expressão máxima, implantado com veemência pelo Estado e com certa subserviência do capital interno, com o intuito de “ajustar” a economia e a sociedade brasileira ao processo de “mundialização” do capital. Nesse sentido, o mesmo movimento que impôs a “reestruturação produtiva” e o a “reforma do Estado”, também preparou o terreno para a difusão da RSE que, como parte do fortalecimento da ação privada-mercantil, ocultou processos e determinações e conseguiu adesões de classes e grupos ao novo projeto, sendo, portanto, um pilar fundamental para a constituição da hegemonia neoliberal no Brasil.

Já na década de 1970 o termo “responsabilidade social” era utilizado para indicar a função da empresa junto à sociedade, mas muito ligado ainda à questão estrita do lucro. O desenvolvimento do conceito de RSE foi realizado, sobretudo, a partir da década de 1980, nas business schools dos EUA, e difundido pelas empresas transnacionais e por organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI. Atualmente, a concepção de RSE possui uma perspectiva ampla no que diz respeito à atuação do empresariado, que vai desde o fortalecimento da economia e da sociedade, o que inclui aumentos da produtividade e lucratividade corporativos – e, por isso, tudo que representa um empecilho a isso, como as conquistas sociais e trabalhistas e a regulamentação estatal sobre mercados, deve ser destruído

–, passando pela promoção de programas sociais focados, mormente, no combate à pobreza e na preservação ambiental.

Símbolo de eficiência, a empresa – e não os trabalhadores – é considerada protagonista da produção do desenvolvimento econômico e das riquezas sociais, sendo nada mais justo delegar a ela a função de resolver as contradições de nossa sociedade. Nas palavras de Antonino M. Trevisan, presidente da Trevisan Auditores e Consultores e da Faculdade Trevisan,

Apesar de todas as dificuldades que enfrenta no seu dia-a-dia, o empresariado nacional percebeu a sua função de protagonista no contexto das mudanças sociais. O Estado não tem condições de oferecer respostas tão ágeis e rápidas aos problemas da população como as empresas, que em tempos de alta competitividade, estão acostumadas a atuarem com mais eficiência no seu dia-a-dia. Assim, o setor privado tomou consciência de que precisa ter uma participação maciça no ambiente social e comunitário porque é parte integrante dele, e portanto depende de seu correto funcionamento. Os resultados obtidos por diversas empresas no âmbito social indicam que o empresariado é também parte modificadora desse ambiente⁸⁷.

A nova intervenção da empresa, agora considerada “cidadã”, se conforma aos imperativos e arranjos neoliberais na medida em que busca o rompimento com a via público-estatal para a ampliação de direitos e proteção social, e declara o mercado como o modelo legítimo de atuação e gestão social. Os recursos voltados para a melhoria social devem ser geridos de acordo com a racionalidade técnica própria do mundo empresarial. A prática da RSE deixou de ser um simples modismo e se torna, cada vez mais e de fato, um novo “ethos” que vem reorientando a postura e o discurso das empresas. Principalmente para as grandes corporações, a ação “socialmente responsável” é um item quase que obrigatório para sua sobrevivência no mercado. Uma pesquisa realizada pelo IPEA, em 2004, com 871 mil empresas privadas evidenciou que 69% delas declaram desenvolver algum tipo de ação social; se recortarmos o universo de empresas que possuem de 101 a 500 empregados, a pesquisa mostra que essa porcentagem sobe para 86%, e para as empresas com mais de 500 empregados, tal proporção é de 94% (IPEA, 2006). Podemos afirmar, assim, o número de empresas, certificações e investimentos que partem da iniciativa privada para fins sociais é, nas últimas duas décadas, sempre crescente. Se pegarmos o caso da Fundação Bradesco, percebemos uma evolução substancial no número de alunos atendidos, o que evidencia uma prática mais sistemática e expansiva.

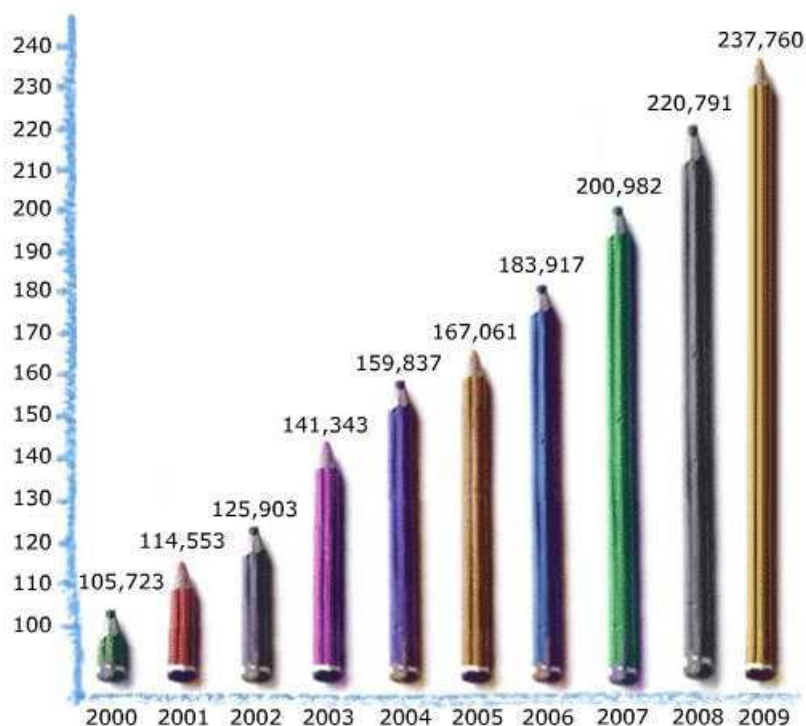
⁸⁷ Disponível em http://www.filantropia.org/artigos/antoninho_marmo_trevisan.htm. Acesso em fev. 2010.

Tabela 1 – Evolução do número de alunos – Atendimento nas escolas.

| Ano | Evolução de Alunos | Ano | Evolução de Alunos | Ano | Evolução de Alunos |
|------|--------------------|------|--------------------|------|--------------------|
| 1980 | 13.080 | 1990 | 68.500 | 2000 | 100.772 |
| 1981 | 14.586 | 1991 | 70.225 | 2001 | 102.762 |
| 1982 | 17.550 | 1992 | 78.000 | 2002 | 103.322 |
| 1983 | 22.100 | 1993 | 85.000 | 2003 | 105.671 |
| 1984 | 26.000 | 1994 | 92.204 | 2004 | 107.699 |
| 1985 | 33.000 | 1995 | 95.321 | 2005 | 107.944 |
| 1986 | 36.250 | 1996 | 95.726 | 2006 | 108.151 |
| 1987 | 40.000 | 1997 | 95.857 | 2007 | 109.794 |
| 1988 | 44.000 | 1998 | 97.368 | 2008 | 110.830 |
| 1989 | 53.000 | 1999 | 98.134 | 2009 | 108.825 |

Fonte: Síntese das atividades, 2009 (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2009a, p. 15).

Isso também serve para a evolução dos gastos da Fundação na última década. O aumento dos recursos financeiros é significativo: em dez anos, cresceu 55%. Se o gasto por aluno em 2000 era de R\$1,05 milhões, em 2009, esse valor foi de R\$2,18 milhões.

**Gráfico 1** - Recursos financeiros aplicados (em milhões de Reais)

Fonte: <http://www.fb.org.br/Institucional/InvestimentosResultados/Investimentos/>. Acesso em mar. de 2010.

O Bradesco começa também a diversificar sua ação “solidária”. Os tradicionais programas de educação (infantil, fundamental e profissional) da Fundação Bradesco somam-se a projetos de voluntariado, programas de defesa ambiental, incentivo a cultura e ao esporte⁸⁸. Além dessas atividades oferecidas pela Organização estudada, há outras que integram o portfólio de programas sociais que podem ser desenvolvidas pela “empresacidadã”, como campanhas de conscientização (contra as drogas, preservação do meio ambiente, trânsito etc.), saúde, alimentação, assistência social, alfabetização, segurança, lazer e recreação, entre outros.

A Organização Bradesco manifesta o seu firme compromisso de praticar, incentivar e valorizar a Responsabilidade Socioambiental, buscando a convergência dos seus objetivos empresariais com os anseios e interesses da comunidade em que atua, exercendo o crescimento sustentável em um ambiente saudável e empregando métodos éticos e transparentes⁸⁹.

Mas qual a real responsabilidade do Bradesco? Até que ponto a ética e a transparência podem coexistir com as necessidades de expansão de um capital privado? Ou, indo mais longe, é realmente possível convergir os objetivos dessa empresa com os interesses das classes populares, público-alvo de seus programas sociais? Para tentar responder essas perguntas, vamos a um exemplo emblemático. Em 1997, o Bradesco, juntamente com o Banco Merrill Lynch, foi responsável pela estipulação do valor da Companhia Vale do Rio Doce, que foi privatizada e comprada por um consórcio liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que adquiriu 41,73% das ações ordinárias do governo federal por US\$ 3,338 bilhões. Porém, o preço da venda da Vale foi subestimando e ficou bem menor de seu valor real. Do preço mínimo da empresa, ficou de fora um conglomerado com cerca de 60 empresas (incluindo a infra-estrutura ferroviária, com nove mil quilômetros de malha ferroviária e vários terminais portuários); as participações da Vale em empresas como Usiminas, Açominas, CSN e outras; o grosso das reservas minerais da empresa, avaliadas em algumas centenas de bilhões de dólares que não foram computadas no valor da empresa quando privatizada⁹⁰. Em 2003, a Vale apresentou o maior lucro líquido de sua história: R\$ 4,5

⁸⁸ Para conhecer qual o valor é investido pelo Bradesco em cada programa, consultar Anexo 3.

⁸⁹ Disponível em: <http://www.bradescori.com.br/site/conteudo/governanca/default.aspx?secaoId=730>. Acesso em mar. de 2010.

⁹⁰ “A CVRD informou à Comissão de Valores Mobiliários dos EUA, em 1995, números rebaixados das suas reservas totais de minério, com a intenção de diminuir o valor da empresa. As reservas totais de minério de ferro, ao invés de três bilhões de toneladas, alcançavam 19 bilhões de toneladas. As reservas de potássio, ao invés das quatro, eram de fato 19 milhões de toneladas. As reservas de manganês, ao invés das 30, eram na verdade 63 milhões de toneladas. As reservas de bauxita, ao invés das 197, eram de fato 303 milhões de toneladas. Sem considerar a produção de ouro, platina, cobalto, níquel, nióbio, quartzo, titânio, calcário, fosfato, zinco, cassiterita, entre outros, as reservas provadas da Vale teriam, nos preços de hoje, um valor aproximado de US\$ 215 bilhões”. Disponível em: http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=7261&ida=0. Acesso em abril de 2010.

bilhões, recuperando em pouquíssimo tempo o valor pago no leilão de privatização. No mesmo ano, também houve um salto na desnacionalização da empresa, já que 67% dos negócios com as ações da Vale foram realizados na Bolsa de Nova York, contra 33% realizados no Brasil. Em janeiro de 2003, o valor da empresa superava a barreira dos US\$ 100 bilhões. Em dez anos ele se multiplicou por dez, demonstrando que o preço do leilão foi inferior e o mercado fez o ajuste ao valor real. Contudo, o “rabo preso” do Bradesco em relação às “tenebrosas transações” de privatização da Vale, não se restringe só ao fato de que ele tenha estipulado um preço menor em relação ao valor real da empresa, mas sobretudo, por ter se tornado um co-proprietário da Vale privatizada. Esta irregularidade já seria suficiente para anular o leilão de privatização da Vale, já que a lei de licitação para a venda da empresa define que não pode haver nenhum vínculo entre o avaliador e o comprador. O Bradesco era dono de 17,9% do capital votante da CSN, empresa que liderou a compra da Vale. O banco passou a participar, a partir do ano 2000, do bloco controlador da Vale, através do Bradespar⁹¹. No entanto, mesmo que haja um processo judicial contra a privatização da Vale há mais de dez anos, quase não se ouve falar em tal irregularidade. Até mesmo o governo Lula e o PT, que na época eram contra as privatizações, hoje se calam diante da possibilidade de anular o processo de venda. Enquanto isso, a imagem do Bradesco sob o signo de “empresa-cidadã” se mostra inabalável, seus programas de “responsabilidade” social e os trabalhos de sua Fundação o adornam com elementos de confiabilidade e idoneidade moral.

Paoli (2005) também cita outro caso de “irresponsabilidade” empresarial: o das indústrias de calçados em Franca que, sustentada pela produção doméstica familiar e parcialmente terceirizada, explorava a força de trabalho infantil. Em meados da década de 1990, denúncias sistemáticas feitas pelo Sindicato de Trabalhadores da Indústria de Calçados de Franca foram divulgadas para a “opinião pública”, ganhando dimensão internacional, até mesmo porque a cidade constituía um dos centros exportadores de calçados do Brasil. Após a defesa insustentável dos empresários da região a favor da utilização do trabalho infantil (lançando mão de argumentos como as virtudes do aprendizado precoce do trabalho e a xenofobia nacionalista), uma colaboração entre as autoridades locais e empresariais permitiu a criação do Instituto Empresarial de Apoio à Criança e Adolescente “Pró-Criança”, no momento em que a ameaça de retaliação e boicote dos mercados estrangeiros atingia não só a cidade e seu mercado de trabalho, como as próprias exportações de calçados brasileiros. O Instituto concede atualmente certificação às empresas que (provavelmente) não mais utilizam

⁹¹ Disponível em: http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=7261&ida=0. Acesso em abril de 2010.

trabalho infantil, mas que já o fizeram⁹². Não obstante o significativo aumento de empresas que incorporam as práticas de “responsabilidade social”, tal incorporação não é, certamente, homogêneo e tranquilo. A difusão das práticas de RSE se dá de acordo com a correlação de forças sociais e políticas de cada lugar e situação e, por isso, deve ser tratada, não como um “fato” ou uma “coisa”, mas como um processo, que avança ou retrocede conforme a conjuntura. Assim, mesmo que haja atualmente um consenso ativo no meio empresarial, pelo menos no plano do discurso, sobre a importância social ou estratégica (em termos de lucro) de adotar iniciativas sociais privadas, muitas empresas, que inicialmente se recusam a adotar tais práticas, acabam entrando no mecanismo da RSE pela via “coercitiva”. O conservadorismo histórico do empresariado brasileiro é, assim, um empecilho para o fortalecimento da prática “socialmente responsável”.

Como se trata de promoção de ações sociais voltado para beneficiar as classes e grupos dominados, a prática da RSE é contraditória e nos impõe uma série de indagações. É evidente, por exemplo, que a partir da citada intervenção houve uma diminuição substancial da utilização da força de trabalho infantil em Franca. E que os alunos da Fundação Bradesco são favorecidos com uma educação gratuita e socialmente referenciada. Mas o que queremos enfatizar no decorrer do presente trabalho é que a promoção privada de programas sociais está ligada com a necessidade do “mundo” empresarial obter o consentimento das classes e grupos subalternos, enaltecendo sua “função social” e ocultando os elementos antiéticos próprios da empresa privada. O empenho da empresa em se tornar “cidadã” é, muitas vezes, uma resposta para melhorar a sua imagem após estar envolvida em algum escândalo, garantindo a adesão de empregados, acionistas, consumidores e da comunidade em geral. Essas são duas faces da mesma moeda: (i) a emergência da RSE no Brasil conecta-se com as estratégias da burguesia de (re)construir sua hegemonia em um momento de profundas mudanças políticas e econômicas; porém (ii) esse processo é realizado de modo adaptado às formas de obtenção do lucro corporativo e de fortalecimento do marketing institucional. Passemos agora para a análise deste segundo aspecto para depois aprofundamos no primeiro.

Na literatura apologética, é comum a ideia de que a RSE está atrelada a um comprometimento da empresa com o comportamento ético nos negócios visando o desenvolvimento social e econômico. Uma ação “socialmente responsável” das empresas deve envolver, segundo tal literatura, as seguintes *frentes*: difusão de valores e atuação

⁹² Paoli (2005, p. 401) estuda o caso da Fundação Abrinq que concede o selo “Empresa amiga da criança”. A Fundação concentrou sua campanha pelo direito das crianças em setores acusados de exploração do trabalho infantil (como carvão, cana-de-açúcar, tabaco laranja e calçados), sendo que muitas empresas acostumadas a seu uso estão agora certificadas, até mesmo operando e apoiando programas voltados para crianças.

transparente; promoção de políticas que melhorem as condições de trabalho e investimento no desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados; efetivação de práticas de preservação do meio ambiente; seleção de fornecedores segundo critérios éticos e ambientais; respeito aos consumidores, oferecendo qualidade nos produtos e serviços e transparência na propaganda; garantir lucros aos acionistas dentro das restrições legais; promoção de programas que visem o desenvolvimento da comunidade onde atua; fortalecimento da livre concorrência de mercado, evitando práticas de monopólio e oligopólio, *dumpins* e formação de trustes e cartéis.

E, assim, se faz e refaz a história do capitalismo. Uma história de mistificação e de constante troca de gato por lebre. De repente, a empresa capitalista, o símbolo da propriedade privada (dos meios de produção), mediadora na geração de desigualdades econômicas e políticas, se torna a protagonista que porá fim em todas as contradições. Todavia, indagamos qual o tipo de “comportamento ético” se pode esperar de uma organização cujo lucro nasce da expropriação de trabalho não pago? E que a condição atual para ela cumprir sua função social de gerar lucros e riquezas é reestruturar seus processos produtivos que resultam em aumentos de exploração e de desemprego? E como falar de melhora das condições de trabalho se a tendência é o reverso, isto é, a precarização? Por que falar contra a formação de trustes, cartéis e monopólios se se minimizou a regulação da concentração e centralização de capital? E, enfim, como reivindicar transparência se a própria existência da empresa depende de mecanismos que mistificam a realidade?

A RSE, como um inovador mecanismo ideológico, procura abrir caminhos para a presença ampliada do empresariado nas definições políticas das ações sociais. Por isso, deve atuar em todas as frentes possíveis, sendo que cada empresa define sua intervenção abarcando um ou mais dos elementos acima enumerados. No caso, o Bradesco procura, segundo sua auto-apresentação, trabalhar em todas as frentes a partir da estruturação de sua proposta de “responsabilidade social” em três grandes pilares: *finanças sustentáveis* (com iniciativas como inclusão bancária, utilização de critérios socioambientais nas análises de concessão de crédito e oferta de uma diversificada gama de produtos socioambientais, abrangendo linhas de crédito, investimentos, cartões, seguros, títulos de capitalização e previdência); *gestão responsável* (com ações pautadas por uma Política de Responsabilidade Socioambiental, valorização e desenvolvimento dos funcionários e melhoria do ambiente de trabalho e preservação do meio ambiente); e *investimentos socioambientais* (apoio no desenvolvimento humano no que tange a educação, meio ambiente, cultura e esporte, por meio da Fundação

Bradesco, do Programa Finasa Esportes, da Fundação Amazonas Sustentável e de outras ações)⁹³ (BRADESCO, 2008).

A empresa, como se vê, procura desenvolver uma ampla política e cultura de “responsabilidade social” voltada tanto para o “público externo” como para o “interno”. Mas isso é feito mesclando o discurso da “sustentabilidade” com a perspectiva de lucro. No item “finanças sustentáveis”, por exemplo, o “Banco do Planeta” se propõe a aumentar a base de clientes, principalmente nas regiões não bancarizadas, no intuito de “atender a todos, sem discriminação”, além de “democratizar produtos e serviços bancários” (BRADESCO, 2008, p. 13). Tudo se confunde: o que é veiculado como democratização e função social do Banco deveria ser concebido como uma oportunidade lucrativa e de expansão dos negócios. De fato, a RSE possui uma função pragmática para as empresas, sendo uma ação quase que indispensável para as grandes corporações por constituir uma “estratégia de mercado”, um “diferencial de competitividade”. A ação social empresarial retorna, assim, ao espaço da rentabilidade mercantil e isso se expressa na linguagem e fórmulas utilizadas para motivar a adesão das empresas, como “valor agregado à marca”. Os procedimentos de gestão empresarial são utilizados não apenas na construção e manutenção dos programas e projetos desenvolvidos mas, também, nas propostas instrumentais de medição quantitativa de seus resultados, o que confere argumento de legitimidade tanto mais forte quanto mais a base de generosidade for organizada como uma empresa. Isso mostra como a racionalidade econômica dos interesses privados deve comandar bem mais a ação empresarial do que o compromisso ético com a sociedade (PAOLI, 2005, p. 395).

Marketing social, fortalecimento da marca e produtos, fidelização dos clientes, atração de investimentos, isenção fiscal, ganho de produtividade etc., são alguns dos argumentos utilizados por intelectuais e entidades (como Instituto Ethos, Gife, Cebds etc.) no intuito de convencer as empresas a abraçarem ativamente a causa da RSE. “Nestas ênfases, as realizações do trabalho social viram 'produtos' cujo público é formado pelos acionistas e consumidores” (idem, ibidem). Porém, pensamos ser mais do que isso, pois tais realizações se tornam mercadorias, cujo valor de troca está “agregado” junto ao valor dos produtos e serviços oferecidos pela “empresa-cidadã”. Seu valor de uso consiste em tornar “ético” o negócio da empresa. Retornamos, assim, ao circuito do fetichismo das mercadorias, cujo fetiche reside no fato de que a racionalidade e atuação (“responsável” e “sustentável”) empresariais podem acabar com as contradições e desigualdades sociais.

⁹³ Ver anexo 2.

Novos “nichos de mercado” são criados para comercializar produtos certificados por selos de “consciência sócio-ambiental” e presentes nas prateleiras dos supermercados, nas lojas de roupas e de eletrodomésticos, shopping centers etc. A promoção de programas sociais e de preservação do meio ambiente torna-se um negócio lucrativo. No caso do Bradesco, este oferece produtos de capitalização com finalidades específicas e atributos que lhes conferem “caráter social”. A partir da reserva financeira de seus clientes, o Banco utiliza parte dos recursos captados com esses produtos para investir em projetos sociais e ambientais⁹⁴. Em 2008, foram comercializados mais de 1,390 milhão desses títulos de capitalização sendo que, sob o signo do investimento social, o Bradesco consegue levantar capital para fazer rentáveis transações financeiras. Além disso, as ações do Bradesco integram o Índice de Sustentabilidade Dow Jones, da Bolsa de Valores de Nova York, e o Índice de Sustentabilidade Empresarial, da BM&FBovespa, criados para reunir as empresas que têm ações nessas bolsas e oferecem algum tipo de ação de “responsabilidade social e ambiental”. Tudo isso é envolvido pelo discurso que o perfil dos clientes e acionistas se modificou na medida em que os ganhos financeiros devem ser conectados com medidas de “sustentabilidade”. Entretanto, mais do que uma modificação voluntária por parte dos clientes e acionistas, acreditamos que esse perfil é cotidianamente forjado e induzido pela mídia e demais aparelhos (públicos ou privados) que enaltecem a ideologia de “desenvolvimento sustentável”.

Com a RSE, as empresas comprometidas, antes de tudo, com o aumento de seu capital, lançam as ações sociais e ambientais para o circuito mediado pelo dinheiro e pelo processo de reificação. O mercado humanizado pelos analistas financeiros, que lhe atribuem sentimentos e estados de “mau humor”, “felicidade” ou “tranquilidade”, agora também adquiriu “consciência cidadã”. Produtos com selos de “consumo consciente”, títulos de capitalização com “caráter social”, venda e compra de cotas de emissão de CO2 entre países etc., nos evidenciam como o mercado vem mediando as diversas ações sócio-ambientais realizadas por empresas, o que coisifica tais ações e reforça o poder do capital.

A ação social empresarial também parece fazer parte não só das operações de lucro, mas também da afirmação de poder social sobre as comunidades em que atua, sobre as relações de trabalho que contrata e sobre as causas que abraça. Se assim for, esse movimento desloca, pouco a pouco, parcelas e territórios sociais para o campo de seus interesses, um movimento silenciado pela intenção e pelo ato original de

⁹⁴ Dentre os programas beneficiados pelos títulos de capitalização do Bradesco estão: a Fundação SOS Mata Atlântica (voltada para o reflorestamento e proteção da Mata Atlântica), Fundação Amazonas Sustentável (desenvolve programas e projetos de conservação ambiental e “desenvolvimento sustentável”), Instituto Ayrton Senna (dedicado a implementar tecnologias sociais focadas na diminuição das desigualdades) e Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (hospital oncológico de referência no Brasil). Disponível em <http://www.bradesco.com.br/rsa/>. Acesso em fev. de 2010.

fundação de uma nova consciência empresarial cidadã, solidária e responsável, intenção que ampara sua reivindicação de reconhecimento como parcela da sociedade civil (PAOLI, 2005, p. 394).

No Brasil, tal movimento se configurou numa fase de intensas mudanças políticas e econômicas, de implantação do neoliberalismo, tendo um papel essencial para fundamentar discursos e posicionamentos nos embates políticos no que tange ao papel do Estado e à questão social, num momento em que a organização do consenso se formava sobre novas bases. Em momentos e movimentos como esse, os “intelectuais”, isto é, os dirigentes políticos, são fundamentais para a organização da cultura (modo de ser, viver e sentir) e para a produção de uma racionalidade ligada a um determinado grupo ou classe social. Sob a ótica da hegemonia capitalista, o empresariado é o “intelectual” mais bem acabado, isto é, orgânico à burguesia.

Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria etc.). Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar essa atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa (GRAMSCI, 2006, v. 2, p. 15-16).

Empresário não é sinônimo de capitalista: os executivos e administradores, na maioria das vezes, não são proprietários, e vice-versa. Os empresários são, em verdade, organizadores do capital e ocupam um papel determinante no processo de produção e reprodução ampliada do capital, que os vinculam de maneira indissociável à classe dos capitalistas (BIANCHI, 2001, p. 31). Com o advento da RSE, o empresariado obtém legitimidade para atuar, direta e sistematicamente, sobre a questão social, imprimindo a sua racionalidade às formas de resolução dos problemas sócio-ambientais. Consegue organizar a “confiança” dos acionistas, consumidores, funcionários, governos e, enfim, da sociedade em geral. Constitui-se um movimento “molecular” que perpassa pelas mais diversas esferas e instituições, arrastando “mentes” e “corações” para a adesão à privatização e à racionalização técnica da intervenção social.

A disseminação de novos valores é certamente a “frente” de atuação mais presente nas práticas de RSE. Na grande maioria dos balanços, sites, publicações periódicas que divulgam as ações de “responsabilidade” das empresas, há um comprometimento claro de difundir a cultura da RSE para os “públicos” que elas têm contato. No caso do Banco

Bradesco, a noção de “governança corporativa” procura estabelecer uma prática “segura”, “ética” e “transparente” (principalmente em relação às informações) para a Organização, assegurando a confiança de clientes, acionistas e investidores. Em relação aos fornecedores, que são cerca de 3,5 mil de produtos e serviços, o Banco, segundo a sua auto-apresentação, os seleciona a partir de critérios técnicos que levam em conta, entre outros fatores, o cumprimento com as obrigações tributárias e trabalhistas e o compromisso com a “responsabilidade sócio-ambiental”⁹⁵. Estabelece parceria e diálogo com ONGs como Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, o Instituto Ethos, o Instituto Akatu e a Fundação SOS Mata Atlântica, com quem desenvolve produtos bancários. Em relação aos seus trabalhadores, ou os chamados “colaboradores”, é fomentado um trabalho de “conscientização” e mobilização, a partir de treinamentos direcionados a todas as áreas que englobam conceitos ligados à sustentabilidade, e treinamentos específicos, como, por exemplo, Ética, Finanças Sustentáveis, Normas SA8000 (avalia as condições de trabalho) e ISO 14001 (diretrizes para gestão ambiental dentro das empresas), Língua Brasileira de Sinais (Libras) etc. (BRADESCO, 2008). Dessa maneira, seus funcionários podem incorporar os valores do Banco, inclusive com a afirmação de que são “colaboradores”.

O compromisso de propiciar aos colaboradores oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo, em um ambiente saudável e seguro, em que há clareza quanto aos seus compromissos e objetivos, está expresso nas diretrizes da Política de Gerenciamento dos Recursos Humanos da Organização Bradesco, cujas premissas relacionam-se à defesa e à proteção dos Direitos Humanos, Direitos da Criança e direitos Fundamentais do Trabalho, além de melhoria da qualidade de vida, respeito à diversidade e dignidade do ser humano, estímulo à criatividade, promoção do desenvolvimento e aperfeiçoamento das potencialidades técnicas e comportamentais e prioridade de oportunidades para o crescimento profissional (BRADESCO, 2008, p. 46).

Mas não foram esses os princípios que orientaram o Bradesco quando enxugou o número de funcionários por agência no processo de automação do trabalho bancário, sobretudo a partir dos anos 1980⁹⁶. Além disso, a ideia de conceber o funcionário como um

⁹⁵ Disponível em www.bradesco.com.br/rsa/. Acesso em mar. de 2010.

⁹⁶ A fala de Ana Lucia de Camargo, da Secretaria de Formação Sindical do Sindicato dos Bancários de São Paulo e ex-funcionária do Bradesco, é ilustrativa: “Na década de 1980, era tudo manual. Em 1982 [aproximadamente], o Bradesco foi um dos pioneiros nisso, eles começaram a implantar o sistema [de informatização]. Eu falo porque eu estava no Banco, eu era bancária nessa época. Em 1982, eu entrei no Banco e, em 1983, nós já estávamos no sistema implantado na agência. Isso em uma agência, por exemplo, de 120 pessoas, naquela época, que era uma média de uma agência do Bradesco, na década de 1990, passou para umas 50 [pessoas]. Hoje se você for ver, dependendo da agência, você acha umas 25. Então a categoria teve [uma redução], desde a década de 1980, muito em função da informatização e da mudança da rotina do trabalho [...]”. Segundo o próprio Bradesco, ele foi o primeiro banco brasileiro a usar um computador, há quase 40 anos, e foi também a empresa que inaugurou a internet no País, tecnologias imprescindíveis para o processo de “reestruturação” nos bancos, que possibilitaram garantir crescentes as taxas de lucro aos banqueiros, por um lado, e o distanciamento dos bancários do controle de seu processo de trabalho, por outro. Sobre o assunto ver Jinkings (1995).

“colaborador” tenta ocultar sua condição de trabalhador assalariado, o que define em última instância a sua existência, escamoteando os conflitos e interesses de classe. Esse discurso “colaboracionista” de classe tende a tornar, na subjetividade do trabalhador, o interesse do capital em interesse universal, corroborando para a desorganização da classe trabalhadora. Com a RSE, as empresas e seus aparelhos de “responsabilidade social” desorganizam, mas organizando. A atribuição de uma “moral” inquestionável à “empresa-cidadã” lhe confere poder para lutar contra os sindicatos combativos, considerados subversivos e contra o bem comum (e, por isso, devem ser eliminados) e, além disso, é fonte de legitimidade para dar direção nos processos e decisões políticas. No caso brasileiro, o conceito de RSE se fortaleceu em um momento em que o empresariado precisava, por um lado, dar soluções e saídas à crise política da década de 1980 e, por outro, ganhar a adesão ao projeto neoliberal que começava a ser implantado no começo dos anos 1990. A prática da RSE foi, nesse sentido, uma forma de assimilar as reivindicações por maior justiça social e preservação ambiental, tão presentes e vivas nos movimentos surgidos no período de transição, mas que perderam suas potencialidades de transformação social, ao serem ressignificadas pelas ações de institutos empresariais, ONGs e demais aparelhos do “terceiro setor”.

Os caminhos para a constituição da hegemonia de uma classe são múltiplos e perpassam por todas as esferas da vida social. Mas, seguindo os passos de Gramsci, a hegemonia, em uma sociedade capitalista, se constitui privilegiadamente na sociedade civil, onde os aparelhos e organismos privados garantem a elaboração e sistematização do consentimento de grupos e classes sociais. Nos anos 1980 e 1990, a formação de novas organizações no interior da sociedade civil, o “terceiro setor”, buscou desenvolver um novo padrão de tratamento aos aspectos da questão social. No Brasil, uma das iniciativas pioneiras desse fenômeno foi a criação do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) com o objetivo de “aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum”.

No final dos anos 80, intensificou-se o debate internacional sobre a relativa incapacidade do Estado de atender a todas as demandas sociais e a necessidade de fortalecimento da sociedade civil. Ampliou-se a difusão dos conceitos de terceiro setor e responsabilidade social empresarial. No Brasil, crescia a consciência do empresariado sobre a necessidade de promover transformações sociais, muito além do assistencialismo. Nesse sentido, o GIFE é uma rede sem fins lucrativos que reúne organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, que investem em projetos com finalidade pública⁹⁷.

⁹⁷ Disponível em: <http://site.gife.org.br/ogife.asp>. Acesso em abr. de 2010.

O GIFE, que tem o Bradesco como associado e patrocinador⁹⁸, promove uma série de eventos, cursos, publicações que ensinam como construir programas de investimento social privado e que fazem constante referência sobre a importância do fortalecimento do “terceiro setor” ou da chamada “sociedade civil organizada”. Mas, até onde é possível identificar acriticamente “terceiro setor” e sociedade civil? Tal identificação seria, na verdade, assumir a perspectiva teórica e ideológica de organizações como o GIFE e a Fundação Bradesco, além da própria grande mídia, que mistificam o real ao esconder os processos concretos que levaram a constituição de um novo modelo de intervenção social. Mas, esse entendimento só é possível se afastarmos as concepções idílicas de sociedade civil e recuperar a perspectiva de Gramsci como um espaço de contradições e lutas sociais, se contrapondo, portanto, à idéia de “terceiro setor”. A articulação entre a RSE e “terceiro setor” constituiu um dos pilares na fundamentação da hegemonia neoliberal no Brasil. Como parte do projeto de classe burguês, procurou desarticular uma concepção própria das classes subalternas e logrou consolidar um discurso e uma linguagem orgânica à classe dominante, configurados, por exemplo, na confusão entre sociedade civil e “terceiro setor” que encobre processos e apaga matizes. Assim, enquanto as classes subalternas não conseguem se organizar autonomamente nem se libertar dos projetos antagônicos, a classe dominante ganha “frentes” na guerra de posição, aumentando seu poder de organizar a sociedade em geral.

Esse processo teve a participação ativa do Estado que, sob a égide neoliberal, transforma, ao máximo, as formas de resolução ou de apaziguamento dos problemas sociais para a iniciativa privada. No Brasil, o fortalecimento e a expansão do “terceiro setor” tiveram lugar de destaque durante os dois governos FHC. O esforço sistemático de criar um “espaço público não-estatal” integrava o projeto neoliberal de “Reforma do Estado”, imposto pela necessidade de desregulamentar e liberar a acumulação do capital, o que provocou a destruição de conquistas e benefícios sociais e trabalhistas. A atuação social do Estado deveria ser privatizada ao máximo. O aumento da desmobilização dos grupos e classes sociais – causado por múltiplos fatores mas onde a ideologia do “terceiro setor” e da RSE mostram sua eficácia histórica – levou a (maior) precarização dos serviços públicos e a abertura de um rico espaço antes não (tão) apropriado pelo capital, fazendo disso um negócio lucrativo.

⁹⁸ “A Fundação Bradesco é uma das patrocinadoras do 6º Congresso sobre Investimento Social que acontece até sexta- feira, 9, no Rio de Janeiro. Promovido pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), que tem a Fundação Bradesco e o Banco Bradesco como associados, o evento deve reunir cerca de mil lideranças nacionais e internacionais ligadas ao campo social, que discutirão o impacto do investimento social privado na realidade brasileira. Um dos temas de maior destaque e que será discutido durante o Congresso é o papel do investimento social nas Olimpíadas do Rio de Janeiro frente ao movimento econômico gerado por eventos esportivos de proporção mundial”. Disponível em <http://www.bancodoplaneta.com.br/site/>. Acesso em maio de 2010.

Intensificou-se o investimento na construção de escolas, universidades e hospitais privados, o patrocínio de projetos culturais, a utilização de convênios médicos e de previdência também privados etc. A assistência social deveria se dar nos espaços estritos das ONGs, fundações e institutos empresariais.

Ao contrário das teses de que o Estado se enfraquecia, ele se torna o principal agente na implementação das políticas neoliberais, educando o consenso a partir de associações e organismos “privados”. Esse movimento se traduziu também em formas jurídicas: em 1999, as ONGs foram regulamentadas legal e oficialmente sob o nome de OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), na lei 9.790. Um amplo debate sobre esse espaço “público não-estatal” se estabeleceu, presente na mídia, governo e universidades, e encabeçados pelo ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Bresser Pereira (o que mostra a relação direta e estratégica entre a reforma do Estado e o “terceiro setor”), e pela então primeira-dama Ruth Cardoso, responsável pelo Programa Comunidade Solidária. O Estado, nesse período, realizou um nítido esforço para pulverizar movimentos e organizações políticas, na tentativa de enquadrá-los na burocracia de ONGs e OSCIPs e de converter suas reivindicações em programas sociais. Tal processo pretendia retirar do trabalhador o seu direito universal em relação às políticas sociais estatais e, ao transferir para o âmbito privado a execução de tais políticas sociais, precarizou e focalizou (não universalizando) a ação social estatal, além de criar um novo ramo lucrativo para as empresas (Montaño, 2002). A atuação das entidades do “terceiro setor” vieram, assim, no sentido de desarticular os conflitos políticos e sociais, convertendo-os em projetos filantrópicos e serviços especializados. As ONGs, que surgiram no Brasil em um momento de efervescência política (fim da ditadura) como parceiras dos movimentos sociais, se tornaram, em geral, organizações burocratizadas, famintas por recursos (públicos e privados) e, por isso, precisam apresentar graus de eficiência e resultados como se fossem uma empresa⁹⁹. Em muitos casos protagonizados por ex-exilados e militantes, as ONGs se tornaram um novo ramo profissional especializado que, “apoiadas, em boa parte, por fontes de financiamento

⁹⁹ Segundo Fontes, o surgimento das ONGs possibilitaram a separação entre o serviço prestado e a população alvo, entre o assessor da organização e sua base social, o que acelerou a rotação que transformava militante em emprego, os serviços profissionais prestados poderiam e – deveriam – ser remunerados conforme o mercado, segundo as condições de pagamento dos movimentos sociais ou, caso mais freqüente, através da orientação para obtenção de recursos junto a agências financiadoras. Novas especializações técnicas se definiam como a de formuladores de projetos e a de agenciadores de recursos, nacionais e internacionais. Pela mesma brecha em que a filantropia se imiscuia em militância, nesse deslizamento da “luta social” para estar “a serviço de”, desaparecia do horizonte a contradição entre fazer filantropia, ser militante e ser remunerado de maneira mercantil por essa atividade (FONTES, 2006, p. 347).

internacional, deveriam provar não estarem coligadas a partidos ou a projetos políticos, limitando a sua atuação a demandas específicas” (FONTES, 2006, p. 343).

Com a expansão do discurso e da prática do “terceiro setor”, consolidou-se uma tendência na sociedade atual de negar as ações e reflexões políticas de caráter coletivo, antes desenvolvidas principalmente pelos partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais, substituindo-as pela atuação social desenvolvida no espaço restrito das ONGs, instituições filantrópicas e institutos empresariais. Em relação à educação, por exemplo, houve uma diminuição substancial dos espaços de construção de um processo educativo na perspectiva das classes subalternas; espaços que são cada vez mais acoplados à lógica do capital e que antes possuíam uma perspectiva anticapitalista. Isso acaba dando legitimidade a iniciativas como a do programa educacional do Bradesco (e sua Fundação), que ao oferecer educação gratuita, se propõe a exercer uma função que inicialmente é do Estado (no sentido estrito), tornando-se um educador. O que lhe confere, inclusive, legitimidade para intervir na rede pública de ensino, por meio do Programa “Educa+Ação”, criado pelo Bradesco e a sua Fundação para desenvolver a capacitação de professores coordenadores pedagógicos e diretores de escolas públicas, com o intuito de alfabetizar crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e “elevar o padrão educacional dos alunos”, a partir de parceria com as Prefeituras.

No final de 2006, a Fundação Bradesco tomou uma importante decisão estratégica. Após reflexões internas, entendeu que era seu dever dar uma contribuição mais direta para a melhoria da qualidade da educação pública brasileira. Diante do grave quadro de deficiência do ensino, especialmente nas regiões mais pobres do País, assumiu para si a responsabilidade de partilhar o conhecimento em pesquisa de metodologia, a gestão, a capacitação de educadores, materiais didáticos pedagógicos e avaliação, acumulado ao longo de mais de 50 anos de existência (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2008, p. 40).

A etapa piloto do projeto, que durou até o fim de 2008, teve o investimento de R\$ 1,5 milhão aportado pelo Bradesco. Em 2009, envolveu 61 escolas de oito cidades da região do Vale do Ribeira, do município de Embu, no Estado de São Paulo, e de Angélica e Ivinhema, no Mato Grosso do Sul, beneficiando cerca de 3.000 alunos. Desde a criação do programa, já foram formados 229 educadores, envolvendo mais de cinco mil alunos, sendo que as escolas participantes recebem a mesma formação de professores e o material didático utilizado nas escolas da Fundação Bradesco. O movimento hegemônico assume aqui um caráter molecular que aos poucos assume proporções imensas: os educadores acabam sendo multiplicadores do modo de fazer educação próprio da Fundação. Combate-se o fortalecimento de um processo educacional voltado para as camadas populares em que “a

metodologia, a gestão, a capacitação de educadores, materiais didáticos pedagógicos e avaliação” são construídos distantes da esfera público-estatal. Não há aqui apologia ao Estado, mas o sistema público de ensino poderia, de acordo com os avanços nos impasses e conflitos sociais, configurar um tipo de educação que privilegiasse a formação de uma concepção de mundo própria das camadas subalternas e que se instalasse de modo universal.

O Bradesco e sua Fundação formam, nesse sentido, um único e complexo aparelho privado de hegemonia, o qual forma consciências e opiniões, influencia indivíduos, grupos e governos, desarticula projetos antagônicos e promove o projeto da fração de classe que é representante. O banco, detentor de capital-dinheiro, pode não apenas participar do controle sobre a economia e sobre as outras frações do capital, mas dissemina um modo de viver e sentir determinado pela mediação da forma dinheiro, ainda que seja maquiado pelas bandeiras de “sustentabilidade” e “responsabilidade social”. Tal disseminação se faz não apenas por meio de suas propagandas, relatórios etc., mas também na sua prática que procura expandir a necessidade dos serviços e produtos bancários a toda a população¹⁰⁰. Já a Fundação Bradesco organiza o consenso entre as classes populares de forma capilar por meio de suas unidades escolares, que elaboram ativamente um tipo de educação que pode abranger todas as gerações locais: da educação infantil à alfabetização de adultos, dos programas de educação profissional de nível médio à formação inicial e continuada. Momentos que criam o terreno ideológico onde os indivíduos envolvidos pensam a sua existência e incorporam valores e concepções que são, em geral, opostos aos interesses às classes as quais pertencem.

¹⁰⁰ A citação de João Bernardo é decisiva: “a empresa é também aparelho ideológico. Ao mesmo tempo em que, dos grandes meios de comunicação, dos filmes de cinema e de televisão, é excluída a atividade dos trabalhadores, mostrados apenas na sua faceta de consumidores, as grandes empresas editam incontáveis publicações periódicas destinadas à doutrinação do pessoal e lançam campanhas de publicidade, visando, não a venda de produtos, mas a difusão de teses políticas e sociais” (BERNARDO, 1991, p. 168).

CAPITULO III

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E HEGEMONIA NA FUNDAÇÃO BRADESCO

Tendência ao conformismo no mundo contemporâneo, mais ampla e profunda do que no passado: a estandardização do modo de pensar e de atuar assume dimensões nacionais ou até mesmo continentais (GRAMSCI, 2007, v. 3, p. 260).

3.1 IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO NA FUNDAÇÃO BRADESCO

A capacidade e o modo de organizar a influência da Fundação Bradesco sobre a sociedade brasileira apresentam uma força que pertence apenas a uma minoria dos muitos e difusos aparelhos ideológicos. A imagem e o poder do Banco Bradesco assegura à Fundação força social e econômica necessária para uma intervenção sistemática e legítima sobre questões relativas à educação e ao meio ambiente. Este fato se evidencia no aumento progressivo do valor investido pela Fundação, que em 2009 foi de aproximadamente R\$ 237,76 milhões e, também, no número de parcerias estabelecidas: órgãos estatais (secretarias de ensino, exército, polícia militar), ONG's (Fundação Mata Atlântica, Alfabetização Solidária), empresas multinacionais (Microsoft, Aban Informatics, Cisco, Intel etc.), Bovespa, Canal Futura (das Organizações Globo), Massachusetts Institute of Technology etc.

As quarentas escolas distribuídas por todos os Estados brasileiros e Distrito Federal, que oferecem educação infantil, ensinamentos fundamental e médio, educação profissional técnica, formação inicial e continuada e educação de jovens e adultos¹⁰¹, se instalam em geral - segundo a própria Fundação - em bairros mais pobres e, por isso, causam consideráveis impactos sociais no local onde atuam. A instalação de uma unidade da Fundação Bradesco significa a promoção de educação gratuita e socialmente referenciada a uma região carente¹⁰²,

¹⁰¹ Ver Anexo 4, sobre o atendimento geral da Fundação Bradesco em 2009.

¹⁰² Como exemplo de seu reconhecimento social, a Fundação Bradesco foi selecionada, em 2007, como estudo de caso da John F. Kennedy School of Government da Harvard Business School. Segundo a Fundação Bradesco a "escola de negócios da Universidade de Harvard, nos EUA, estudou e reuniu um conjunto de razões pelas quais considerou a instituição um exemplo de qualidade, coerência e eficácia em investimento social". Entre outros fatores, os pesquisadores destacaram "a relação cuidadosa (baseada em respeito e confiança) entre educadores e educandos, a ênfase aos valores de cidadania e o incentivo à autonomia dos alunos na construção de um conhecimento consistente explicam por que as escolas da Fundação Bradesco possuem índices tão satisfatórios de aprovação. O estudo, apresentado por Christine W. Letts, diretora associada para Educação Executiva, também contou com a participação da professora Rita Hauser, de Prática de Filantropia e Liderança em Organizações sem Fins Lucrativos" (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2007, p. 29). Além disso, a Fundação Bradesco ganha, todos os anos, dezenas de prêmios e certificados como reconhecimento público de seu trabalho.

o que pode mudar, inclusive, o olhar dos agentes públicos sobre tal região, que passa a receber mais atenção. Por isso, não seria um equívoco concordar com parte da afirmação, a seguir, feita pela própria Fundação:

As escolas da Fundação Bradesco representam importante referência sociocultural nas comunidades onde estão inseridas. Ao oferecerem educação de qualidade para crianças e adolescentes, em regiões normalmente carentes desse tipo de serviço, elas acabam por gerar demandas comunitárias, despertando o interesse de participação também dos pais, mães e demais pessoas que habitam o entorno das unidades. Hoje são 300 mil pessoas cadastradas para participar de suas atividades. Atender tantos interessados exigiria mais duas redes físicas do tamanho da que a Fundação Bradesco dispõe hoje (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2008, p. 36).

Os meios para envolver os indivíduos e famílias nas regiões onde a Fundação está presente são diversos. Em 2009, a Fundação realizou mais 431 mil atendimentos gratuitos em diversos segmentos de atuação, dos quais 108.825 mil alunos em suas escolas próprias. Porém, o alcance da ação social da Fundação Bradesco atualmente extrapola os limites de suas 40 escolas: hoje são atendidas outras regiões, próximas ou distantes, por meio dos programas de voluntariado, da educação à distância, dos Centros de Inclusão Digital, dos cursos técnicos gratuitos, programas de capacitação de professores da rede pública e ações de inclusão digital de deficientes digitais¹⁰³. A Fundação Bradesco se propõe, conforme sua auto-apresentação, a

investir no mais sustentável modo de promoção do ser humano: a educação de qualidade, único instrumento por meio do qual um indivíduo consegue superar a si próprio, ampliar horizontes e elevar aspirações pessoais e profissionais, exercendo o seu direito legítimo a uma cidadania plena. A formação de um País melhor, economicamente mais pujante, ambientalmente mais responsável e socialmente mais justo, pressupõe, como condição, que as novas gerações tenham acesso a boas oportunidades educacionais (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2007, p. 5).

A educação foi o caminho escolhido pelo Bradesco para intervir sobre as contradições sociais e isso lhe confere lugar privilegiado para organizar a formação da clientela atendida pela Fundação. Educação não se restringe à formação meramente escolar, pois abrange também a formação moral, política e ideológica dos indivíduos. Por isso, não cabe aqui pensar a educação como um campo neutro, sem compromissos políticos, deve ser entendida e concebida a partir da perspectiva de classe: veicula e defende uma determinada visão de mundo e um modo de viver específico, sendo, por isso, objeto de disputa entre projetos classistas. Devemos nos perguntar, assim, se os programas educacionais da Fundação são de interesse ou não do público a quem são direcionados, isto é, as classes subalternas. Em outras palavras, ainda que os indivíduos pertencentes dessas classes usufruam de certos benefícios oferecidos pela Fundação, indagamos se lhes são oferecidos instrumentos para que

¹⁰³ Disponível em: <http://www.fb.org.br/Institucional/AcoesComunitarias/>. Acesso em mar. de 2010.

consigam entender o porquê de sua condição de existência e que possam, organicamente, elaborar uma concepção de mundo própria que os conduzam, de modo consciente, a subverter e destruir toda forma de subalternidade. Conforme discutiremos, não encontramos sinal algum dessa perspectiva, uma vez que o que está posto é um projeto educacional construído a partir da ideologia do próprio Bradesco, que por meio de sua Fundação difunde um corpo bem estruturado de valores e racionalidades que legitima a sua prática social.

Entendemos que os processos pedagógicos e educativos são meios de expansão de uma determinada ideologia, isto é, de “uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 2006, v. 1, p. 98). Ideologia entendida, nesse sentido, não como “falsa consciência” ou “aparência”, mas como constituidora do real, de práticas políticas determinadas; o que significa que as ideologias têm força e peso material, que a destruição de uma ideologia não se dá, pura e simplesmente, no plano do discurso, das ideias: o que está em jogo é a base social/material que a sustenta (DIAS, 1996, p. 19). A ideologia da RSE, por exemplo, nasce no discurso de intelectuais e de dirigentes empresariais, que encobre contradições e as relações de exploração própria da empresa capitalista, mas que se torna prática concreta, “se faz vida”, tão logo é demandada pelo contexto político. Também não é uma simples “aparência” os valores de “sustentabilidade” elaborados e difundidos pela Organização Bradesco, que se traduzem em práticas concretas: reorganiza por meio da “governança corporativa” os processos administrativos e gerenciais do banco a partir das necessidades do capital financeiro, além de fundamentar os trabalhos pedagógicos e as atividades e operações desenvolvidas pela Fundação.

Em 2007, a Fundação Bradesco começou a utilizar cadernos feitos a partir de material reciclado. Foram investidos R\$ 702.737,21 na aquisição de 309.558 unidades. Outros R\$ 74.337,96 foram aplicados na compra de 592.680 lápis (pretos e de cor) produzidos com madeira de reflorestamento. As 13.968.440 merendas distribuídas ao longo do ano tomaram como base 99 tipos de cardápios sustentáveis. Além de utilizar muitos produtos da horta escolar própria e de respeitar o conceito de educação alimentar continuada, o preparo das refeições aproveita integralmente os alimentos (talos, folhas, cascas e água de cozimento), melhorando o valor nutritivo, reduzindo o lixo e o impacto ambiental (BRADESCO, 2007).

Na cotidianidade, o exercício concreto (como esse citado) daquilo que se discursa é essencial para garantir uma aparente coerência entre teoria e prática: aqui a ideia de “sustentabilidade” se configura em ações bem definidas. Porém, na relação entre cotidiano e vida social, uma série de mecanismos ideológicos trabalha no intuito de apagar as contradições e determinações sociais, tendo a educação um papel de destaque. Por isso, ela é espaço de embate entre projetos hegemônicos, que são conformados pelas contradições de

classe, ou seja, no capitalismo, o embate se dá entre dois grandes projetos antagônicos, dois “conformismos”¹⁰⁴ fundamentais: liberalismo e marxismo, que reivindicam para si o papel de artífices (da possibilidade) de construção da sociedade (DIAS, 2006). Tais projetos oferecem o terreno político onde movimentam as classes e grupos sociais e se configuram em práticas e discursos, racionalidades e subjetividades. Assim, mesmo que seja um processo contraditório o fato da Fundação Bradesco oferecer uma educação considerada socialmente de qualidade e que traga benefícios reais às classes dominadas, a contradição se explicita no próprio movimento de sua atuação que reafirma, por exemplo, de modo mais ou menos maquiado, valores e concepções próprios do pensamento liberal, como “desenvolvimento sustentável”, empregabilidade, formação para o mercado etc. Em um dos relatórios anuais da Fundação Bradesco, há, por exemplo, um item sobre os programas profissionais de Formação Inicial e Continuada, intitulado sugestivamente de “Preparando para a empregabilidade”, que diz:

Em 2008, o curso de HTML também passou a ser disponibilizado para deficientes visuais. Ao proporcionar-lhes conhecimentos para criação de páginas na internet, o programa oferece uma oportunidade de profissionalização para inserção no mercado de trabalho ou empreendimento de um negócio próprio (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2008, p. 17).

A mistura de filantropia, adornada pela questão da inclusão de deficientes visuais, com o discurso da empregabilidade mostra o caráter “bem intencionado” da Fundação, mas oculta os condicionamentos históricos que estão por trás da construção desse discurso: a ideia de empregabilidade transfere ao indivíduo a responsabilidade de ser demitido ou de não ser contratado, impõe aos trabalhadores a necessidade de se adaptarem às exigências do mercado e de se “qualificarem” frente às novas tecnologias empregadas nos processos de trabalho, sobretudo, para aqueles que disputam uma vaga no mercado de trabalho formal. O individualismo vem mascarado pelo empreendedorismo e o mercado é naturalizado tão logo é assumido como lócus do desenvolvimento individual e social. A questão da inserção social sempre vem mediada pelo mercado, o que apaga os caminhos e as formas de questionar a “exclusão” socioeconômica pela via política. Com isso, a Fundação Bradesco tenta assimilar os grupos e classes que participam de seus programas, procurando inculcar seu projeto e, o êxito de sua atuação, favorece a desarticulação de formas de resistência e organização política.

¹⁰⁴ “Trata-se hoje de luta entre 'dois conformismos', isto é, de uma luta pela hegemonia, de uma crise da sociedade civil” (GRAMSCI, 2007, v. 3, p. 260). “Somos conformistas de algum tipo de conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte?” (idem, 2006, v. 1, p. 94).

Por meio de sua Fundação, o Bradesco ganha legitimidade para organizar um tipo de educação a partir de sua visão própria de sociedade, não necessariamente a que ele diz defender, pois quando se trata de RSE estamos no terreno onde a regra é a "distância entre intenção e gesto", ou seja, entre discurso e prática: os interesses econômicos e financeiros das Organizações Bradesco são opostos à formação de um país "economicamente mais justo" ou até mesmo de uma "cidadania plena", tão propalada nos relatórios da Fundação. Um exemplo. O processo neoliberal de liberalização e desregulamentação financeira que, na década de 1990, aumentou o poder dos bancos e de todo o capital financeiro foi o mesmo processo que privatizou parte das funções do Estado, inclusive a área social, e agravou as desigualdades econômicas. O já precário sistema público de proteção social (educação, saúde, previdência, assistência) se deteriorou ainda mais na mesma medida em que houve o fortalecimento das iniciativas das organizações privadas, lucrativas ou não. Nesse momento, se expande o conceito e a prática da "responsabilidade social empresarial", a fórmula política encontrada pelo empresariado para intervir sobre a questão social. A Fundação Bradesco é uma das iniciativas pioneiras desse tipo de prática no Brasil e nasceu primeiramente com o caráter meramente filantrópico, isto é, do "sonho" do fundador do Bradesco, Amador Aguiar, de implantar escola gratuita em todos os Estados do Brasil. Com a difusão da RSE, a Fundação vem expandindo substancialmente sua atuação na medida em que deixou de ser filantropia e passou a ter um caráter mais sistemático e orgânico ao (mais recente) projeto de intervenção social do empresariado. Contudo, nem mesmo sob a ótica da concepção liberal-democrática, pode nos levar a concluir que esse projeto do empresariado procura o fortalecimento da "cidadania", uma vez que luta não para a expansão dos direitos e do espaço público de participação política¹⁰⁵, e sim pelo individualismo, pelos interesses imediatistas do mercado e para a resolução privada dos problemas sociais.

3.2 EDUCAÇÃO INTEGRAL OU CINDIDA?

"Um projeto de educação integral"¹⁰⁶. Esta é a frase de apresentação presente no site da Fundação Bradesco para sintetizar sua (auto-proclamada) tarefa de promover educação a partir de "um conjunto de princípios educacionais e éticos que orientam ações pessoais e

¹⁰⁵ Não estamos aqui fazendo uma apologia à "cidadania" e ao "Estado de direito", já que nossa perspectiva propõe a construção de outras formas de organização política. Nosso intuito, aqui, é só mostrar a contradição da prática da Fundação com o próprio discurso.

¹⁰⁶ Disponível em: <http://www.fb.org.br/institucional>. Acesso em abr, de 2010.

coletivas na condução do projeto maior que é a formação e profissionalização de milhares de brasileiros, nos mais diversos recantos do país”¹⁰⁷. “Educação integral” no sentido de que a Fundação procura formar para a “cidadania” e para o trabalho; que promove ensino capaz de abarcar todas as gerações de uma família “carente” de educação: em 2009, foram 108.825 mil alunos distribuídos nos níveis de Educação Básica – da Educação Infantil ao Ensino Médio, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos e Formação Inicial e Continuada. Soma-se a isso mais de 200 mil usuários da escola virtual, que promove educação à distância e semipresencial a partir de um “menu” com mais de 100 cursos¹⁰⁸, e, ainda, mais de 100 mil atendimentos nos Centros de Inclusão Digital, desenvolvido para oferecer acesso às novas tecnologias da informação aos moradores do entorno das escolas da Fundação (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2009a).

No entanto, ainda que a Fundação promova um amplo programa de educação, qual o caráter real desta iniciativa? É possível atribuir o epíteto “integral” à educação proposta pela Fundação Bradesco? Ou, mesmo, é possível desenvolver um projeto de educação integral na sociedade contemporânea?

Antes de tudo, uma educação integral deve visar à formação de indivíduos integrais e omnilaterais, que lhe permitam desenvolver suas múltiplas capacidades e dimensões humanas, valorizando a autonomia moral e intelectual desses indivíduos. Para isso, deve-se romper a determinação estrutural que cinde a formação humana em duas: uma voltada para o trabalho manual, outra para o trabalho intelectual¹⁰⁹. Cisão esta que é potencializada no capitalismo, sendo condição *sine qua non* para o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Tendência que decorre da necessidade de simplificar o processo de produção de forma a tornar o capital independente do trabalho – ainda que contraditoriamente. Tal cisão tem implicações diretas sobre os processos e sistemas educativos desenvolvidos na sociedade capitalista.

No início da industrialização e urbanização, houve a necessidade de expandir a educação, sobretudo escolar, no intuito de adaptar a massa de trabalhadoras (advinda, principalmente, da vida rude do campo) a uma tendência modernizadora e às novas formas de produção e de vida. Contudo, enquanto nesse período alguns arautos do liberalismo (e de uma parte da burguesia então revolucionária) hasteavam a bandeira da escola universal e

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www.fb.org.br/Institucional/FundacaoBradesco/QuemSomos/>. Acesso em abr. de 2010.

¹⁰⁸ Disponível em: <http://www.ev.org.br/Paginas/Home.aspx>. Acesso em abr. de 2010.

¹⁰⁹ A rigor não existe trabalho estritamente manual ou estritamente intelectual. Nas palavras de Gramsci, “Não há atividade humana qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens* (2006, v. 2, p. 52-53).

obrigatória, os capitalistas industriais afastavam os trabalhadores (e seus filhos) da escola¹¹⁰, pois esta representaria um roubo à produção (SAVIANI, 1996, p. 160) e à propalada “liberdade de trabalho”. Afinal, quem produziria mais-valia se os trabalhadores estivessem na escola, preocupados com a própria formação?

No entanto, com o desenvolvimento das contradições de classe e o consequente fortalecimento dos organismos de representação dos trabalhadores, expandiu-se a educação escolar para todas as classes sociais, mas de forma não menos contraditória. Isso porque a divisão engendrada no capitalismo entre trabalho manual e trabalho intelectual conformou, em suma, dois grandes modelos educacionais: um para as classes dominantes e outro para as massas. O primeiro voltado, sobretudo, para a formação intelectual e, o segundo, destinado à escolaridade básica e, na medida em que há prosseguimento, se restringe a determinadas habilitações técnicas e profissionais (SAVIANI, 1996, p. 159). Esse quadro se modifica de acordo com as forças políticas e sociais de cada época e país; porém, o que cumpre enfatizar aqui é como a ruptura histórica entre trabalho manual e trabalho intelectual, ocorrida no interior do processo produtivo, determinou a separação entre a educação intelectual e geral e a educação profissional e técnica. Assim, enquanto a primeira se tornou cada vez mais encargo do sistema escolar, distanciada do mundo do trabalho, a segunda foi inicialmente organizada no interior do próprio aparelho produtivo, sobretudo nas fábricas que originaram organizações e escolas de tipo especial (id., ib., p. 161), ou seja, um ensino voltado diretamente para as demandas da produção industrial.

Sob uma perspectiva mais ampla e historicamente abstrata da realidade, podemos afirmar que o tipo de educação, técnica e geral, desenvolvida em uma dada sociedade depende, em última instância, do modo como os homens produzem e reproduzem as condições e os meios materiais necessários à vida (MARX & ENGELS, 1977, p. 26-7), o que nos remete à problemática que envolve as relações entre estrutura e superestrutura. Por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas (materiais e imateriais) oferece a medida para conteúdos e práticas educativas, sendo que, no caso da educação profissional, a formação do trabalhador dependerá do modo de organização do processo de trabalho; por outro lado, as

¹¹⁰ Segundo Marx, a grande indústria provocou a “obliteração intelectual” dos jovens da classe trabalhadora na medida em que foram artificialmente transformados em simples máquinas de fabricar mais-valia. Isso forçou, em meados do século XIX, “o Parlamento inglês a fazer da instrução elementar condição obrigatória para o emprego ‘produtivo’ de menores de 14 anos em todas as indústrias sujeitas às leis fabris. O espírito da produção capitalista resplandecia vitorioso na redação confusa das chamadas cláusulas de educação das leis fabris, na falta de aparelhagem administrativa, que tornava frequentemente ilusória a obrigatoriedade do ensino, na oposição dos próprios fabricantes contra essa obrigatoriedade e nas suas manhas e trapaças para se furtarem a ela” (MARX, 2006, p. 457). Nesse momento, era mais evidente e escancarada a real “responsabilidade” que o capital possui com a educação e a sociedade.

relações sociais de produção consolidadas em uma sociedade determinam qual o tipo de educação cada classe social terá acesso e como essa dinâmica se modifica de acordo com as contradições geradas.

No plano concreto, a proposta de escola unitária de Gramsci surge como alternativa, não para resolver a dualidade estrutural que se reflete no processo educacional, mas para promover um ensino que tenda a destruir, ainda que no devir, a cisão entre mão-de-obra e intelecto, por meio de um ensino que unifique formação técnica e manual, bem como formação geral e humanista. A abrangência seria universal, isto é, aberto para todas as classes sociais. O princípio educativo que conduziria o processo de aprendizagem seria o trabalho, no sentido mais geral de atividade criadora da realidade humana e do desenvolvimento social, que unificaria teoria e prática, ensino técnico e ensino geral, de forma orgânica, até se tornarem um só corpo. A formação dos indivíduos a partir da categoria trabalho forneceria o “ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo, para a compreensão do movimento e do saber” (GRAMSCI, 2006, p. 46). Isso conduziria a uma crítica às formas capitalistas de trabalho: o trabalho assalariado, abstrato, produtivo, que produz alienação, fetichismo e estranhamento e são, contraditoriamente, formas de negação do próprio trabalho. Os fenômenos concretos e sua historicidade dariam vida ao processo de aprendizagem, que articularia as múltiplas dimensões humanas: artes, política, trabalho, cultura, esporte, filosofia etc.

Com isso, podemos afirmar que a proposta de educação unitária é a que melhor se aproxima da educação integral (cuja realização não é possível na sociedade contemporânea), sendo que a primeira (unitária) aponta para a necessidade de construção da segunda (integral). Porém, em relação a nossa análise empírica, a formação desenvolvida pela Fundação Bradesco está longe de assemelhar-se com os preceitos da escola unitária. Vamos nos deter, nesse momento, na análise da relação educação e trabalho no ensino de nível médio, que é um momento de mediação não apenas para a vida adulta mas, sobretudo, para o mundo do trabalho. Segundo a própria Fundação, o ensino médio por ela oferecido visa

superar a dicotomia entre conhecimento geral e específico, entre ciência e técnica na construção do conhecimento, as escolas promovem diversos momentos de formação e estudo, desenvolvidos pelas equipes da Instituição, desencadeando ações para que a cultura técnica e a geral sejam incorporadas plenamente pelos alunos e pelos educadores, tendo em vista a melhoria das condições de ensino e aprendizagem¹¹¹.

¹¹¹ Disponível em: <http://www.fb.org.br/Institucional/SegmentosEducaionais/EnsinoMedio/>. Acesso em abr. de 2010.

Apesar de que no *plano do discurso* o ensino oferecido se aproximar, em alguns sentidos, com as propostas da escola unitária de superação da dicotomia entre o conhecimento geral e científico e o conhecimento específico e técnico, isso não condiz com a estrutura educacional da Fundação Bradesco. Primeiramente, a própria educação de nível médio é cindida em duas: educação básica de nível médio e educação profissional técnica de nível médio. Mesmo que os alunos que se formam na primeira sejam os mesmos que ingressam na segunda, não há uma ligação orgânica entre ambas. Existe, sim, um rompimento no tempo e no espaço, uma ruptura no processo pedagógico que se desdobra na velha e forjada separação entre conhecimentos gerais e específicos. Em relação à educação profissional – que se organiza nos eixos tecnológicos de recursos naturais, de controle de processos industriais, de informação e comunicação e de gestão e negócios –, toda estrutura curricular dos cursos são voltados para a habilitação específica, como podemos comprovar na descrição dos cursos da Fundação. No eixo tecnológico de recursos naturais, é oferecido o curso técnico em agropecuária, que é descrito da seguinte forma:

O curso Técnico em Agropecuária busca oferecer aos alunos uma formação técnica dinâmica e atualizada, visando acompanhar os avanços tecnológicos, gerenciais e mercadológicos demandados pelo agronegócio nacional. Objetivo: Habilitar profissionais em nível técnico para a elaboração, implementação e monitoramento de projetos agropecuários, bem como o manejo de sistemas de produção animal, vegetal e agroindustrial e para a gestão de empreendimentos agropecuários e agroindustriais¹¹².

Ainda que os cursos ocorram nas fazendas da Fundação Bradesco com o intuito de estabelecer uma conexão entre teoria e prática, os cursos se restringem ao debate de conhecimentos específicos e quando é ampliado a discussões mais gerais, não busca estabelecer os nexos com a historicidade dos fenômenos e práticas sociais. No curso “*in company*” oferecido aos trabalhadores do Grupo Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool, em Catanduva e Itapira (SP), foi formatado um projeto educacional de formação técnica profissional com ênfase na cadeia produtiva da cana-de-açúcar que, a pedido da própria empresa, ensinasse o uso das tecnologias agrícolas e agroindustriais disponíveis. Caso a Fundação almejasse construir uma educação unitária, os conhecimentos ditos específicos, como a produção da cana-de-açúcar, a produção vegetal e agroindustrial, gestão do empreendimento agrícola, seriam abordados juntamente com o debate sobre as conseqüências sociais e ambientais devido à expansão da cana, os interesses políticos e econômicos envolvidos, a exploração brutal dos bóias-frias no corte da cana e a expulsão de trabalhadores

¹¹² Disponível em: <http://www.fb.org.br/Institucional/SegmentosEducativos/EducacaoProfissional/EPTNM/TecnicoAgropecuaria>. Acesso em abr. de 2010.

no interior das usinas, devido a implantação de sistemas informatizados na produção de açúcar e álcool. A ruptura entre conhecimentos específico e geral¹¹³ se desfaria, suscitando reflexão e consciência na prática dos alunos que, aqui, são funcionários do Grupo Virgolino. Ao tratar de questões concretas que fazem parte da vida cotidiana desses alunos, tal processo pedagógico evidenciaria, por exemplo, o fato de a Justiça do Trabalho de Itapira condenar o Grupo Virgolino a pagar indenização de R\$ 1,7 milhão por terceirização ilícita do corte de cana¹¹⁴. Contudo, o fato de que o ensino profissionalizante seja ministrado nos ambientes de trabalho do próprio Grupo dificulta ainda mais uma contextualização teórica-política da prática laboral dos alunos. O ensino se volta para um caráter efetivamente tecnicista e pragmático, voltado para atender demandas específicas da produção. Isso também se patenteia no curso técnico em administração, do eixo tecnológico em gestão e negócios:

O curso Técnico em Gestão objetiva a formação de pessoas, com foco no desenvolvimento de competências, habilidades, espírito empreendedor e no uso de tecnologias de informação, para lidar com a gestão como fator primordial para o sucesso da empresa e das demais organizações existentes na sociedade, levando em conta as profundas transformações pelas quais passa o mundo do trabalho. Objetivo: Promover qualificação profissional em gestão, através do desenvolvimento de competências e habilidades que permitam a realização de trabalhos que elevem o padrão das organizações, melhorando as condições de vida e de trabalho na sociedade¹¹⁵.

Como é patente nesse e em outros textos produzidos pela Fundação, sua proposta de formação se dá pelo desenvolvimento de competências, isto é, de certos conhecimentos, habilidades e atitudes que são identificados para o exercício de determinada função. O aspecto pragmático do sistema de competências se traduz na rapidez que ele pode se adaptar às inovações do mercado, de forma a adequar a formação do trabalhador às mudanças produtivas e tecnológicas. O quadro em que se difundiram os princípios de processos educacionais baseados nos sistemas de competência é o de incremento tecnológico no processo de trabalho, de flexibilização da produção e multifuncionalidade dos trabalhadores, que exige rapidez de ajustamento da força de trabalho aos processos produtivos que estão em constante mudança.

¹¹³ Nossas considerações foram feitas, principalmente, a partir da coletânea de “Trabalho de Conclusão do Curso Técnico Agrícola com Ênfase na Cadeia Produtiva da cana-de-açúcar”, desenvolvidos por alunos-trabalhadores do curso em questão.

¹¹⁴ “A 2ª Turma de desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região manteve a condenação das empresas do grupo Virgolino ao pagamento de R\$ 1,7 milhão por dano moral coletivo, decorrente de condições impróprias de higiene e segurança de 235 cortadores de cana. A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo e a Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool foram condenadas em 1ª instância pela Justiça do Trabalho de Itapira a pagar a indenização milionária, juntamente com a obrigação de encerrar a terceirização no corte de cana e respeitar os termos da Norma Regulamentadora (NR) nº 31, que regula o meio ambiente de trabalho rural”. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2135773/tribunal-mantem-condenacao-da-usina-virgolino-ao-pagamento-de-r-1-7-milhao>. Acesso em: abr. de 2010.

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.fb.org.br/Institucional/SegmentosEducativos/EducaoProfissional/EPTNM/TecnicoGestao/>. Acesso em abr. de 2010.

A própria Fundação se propõe a moldar seus cursos a essas mudanças, de modo a incorporar os novos conteúdos e parâmetros exigidos. Além disso, estabelece parcerias para ajustar sua educação profissional aos processos desenvolvidos diretamente pela empresa. Além da parceria com o Grupo Virgolino, a Fundação estabeleceu parceria com a Cisco Systems, líder mundial em redes para a internet, de modo a oferecer o treinamento da empresa dentro da Fundação, para 3 a 4 mil pessoas/ano, enfatizando conteúdos formulados por uma empresa específica.

Todos os cursos são planejados e ajustados de acordo com as análises das demandas do mercado presentes nas localidades onde se situam as escolas da Fundação¹¹⁶. O curso técnico em eletrônica, por exemplo, tem ênfase em automação e controle e foi montado em Gravataí devido às demandas da cidade, um pólo industrial eletroeletrônico com foco em automação onde estão presentes fábricas da GM, Pirelli, DGCOM, Autos (de automação) etc. Isso distancia ainda mais da construção de uma escola unitária que deve ser “formativa” e “desinteressada” (GRAMSCI, 2006, v. 2, p. 33), não ligada aos interesses imediatistas do mercado. Não que a formação voltada para o conhecimento de trabalhos e ocupações específicas seja prescindível, devendo seguir, inclusive, o desenvolvimento das forças produtivas para não cair na obsolescência; porém o que problematizamos é promover a reprodução e a educação para certas frações das classes trabalhadoras aos moldes dos interesses do capital.

Também os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) “são oferecidos tendo por base a demanda regional e necessidades da comunidade local, com programas flexíveis, que permitem alterações curriculares de acordo com a realidade do mercado de trabalho”¹¹⁷. O programa de FIC objetiva preparar jovens e adultos com diferentes níveis de escolaridade para o exercício de uma profissão, a partir de um portfólio com mais de cem cursos que cobre as seguintes áreas profissionais: gestão, imagem pessoal (moda e embelezamento pessoal), indústria (elétrica, eletrônica e tecnologia gráfica), informática, lazer e desenvolvimento social, turismo e hospitalidade (serviços de turismo, hospedagem e alimentação), agropecuária (incluem cursos com técnicas de inseminação artificial). São cursos de rápida duração, que variam entre 20h e 200h.

116 Segundo Vicente Vilalta Zanuy, do Setor de Educação Profissional da Fundação Bradesco, no processo de planejamento dos cursos técnicos, “fazemos uma análise da região e por isso nossa idéia de aprimorar esse processo. Um aprimoramento do processo de análise de mercado por conta de novas demandas que surgem nas localidades”. Dessa forma, as demandas do mercado “determinam a abertura, o fechamento e a adequação dos cursos”.

¹¹⁷ Disponível em <http://www.fb.org.br/Institucional/SegmentosEducaionais/EducaoProfissional/FICTpage.htm>. Acesso em abr. de 2010.

O trabalho é, sem dúvida, um instrumento decisivo para o exercício de cidadania. Em mercados cada dia mais baseados no conhecimento, a formação profissional consiste em pré-requisito, de tal modo que não dominar determinadas competências prejudica o acesso às melhores oportunidades profissionais. Pensando nisso, a Fundação Bradesco criou uma linha de Formação Inicial e Continuada (FIC), na qual oferece programas de atualização e qualificação de indivíduos com diferentes níveis de escolaridade. São mais de 100 cursos livres, cuja finalidade é ensinar um ofício, proporcionando aos alunos aumentar sua renda e melhorar sua qualidade de vida. Uma das inovações mais importantes é o alto nível de flexibilidade dos programas da FIC. Em sua concepção, eles são planejados para se adequar tanto à restrita disponibilidade de tempo de alunos, que normalmente trabalham durante todo o dia, quanto às diferentes vocações econômicas regionais e suas respectivas necessidades de mão-de-obra qualificada (BRADESCO, 2008, p. 17).

De fato, como no sistema capitalista de produção é por meio da mediação do mercado que se desenvolve a sociabilidade entre os indivíduos, isso obriga os trabalhadores a venderem sua força de trabalho para conseguir exercer minimamente sua “cidadania”. Aqui no sentido burguês de cidadania, como o exercício dos direitos civis, políticos e sociais. Contudo, tal possibilidade não é garantida se considerarmos o movimento do capital que, para sobreviver, necessita criar um exército de desempregados. Os cursos de formação inicial e continuada, como os da Fundação Bradesco, podem até ajudar um trabalhador a obter uma ocupação, mas não são determinantes para aumentar as taxas de empregados. Tais cursos são voltados para o exercício de funções subalternas na hierarquia das qualificações do trabalho, como auxiliar administrativo, auxiliar de cabeleireiro, monitores de informática, recepcionista, atendente, empregada doméstica etc., sendo, em geral, direcionados para áreas profissionais “fluidas”, isto é, dependem da contração ou expansão da economia. Por isso, a palavra “cidadania” é sempre empregada no sentido abstrato e impreciso, constituindo num conceito “guarda-chuva” que abrange tudo que, à princípio, é benéfico à sociedade: direito de ir à escola, fazer trabalhos voluntários, votar, andar de bicicleta (e não de carro), pagar impostos, reciclar o lixo. Entretanto, a Fundação Bradesco insiste no discurso que sua missão é:

Formar um cidadão criativo, produtivo e empreendedor e, sobretudo, capaz de aprender a aprender para inovar sempre, tem sido uma preocupação constante da Fundação Bradesco no campo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRADESCO, 2008).

Adjetivar a palavra “cidadão” afasta, de certa forma, a conotação abstrata. Porém isso é feito buscando nos valores liberais os conteúdos dessa adjetivação. O indivíduo “criativo”, “produtivo” e “empreendedor” deve (em tese) garantir sua empregabilidade. Tal concepção joga para a responsabilidade individual o peso das questões sociais. O individualismo se define na noção de empreendedor, que deve ser um profissional liberal disposto a ser competitivo no mercado, aproveitando as oportunidades que este lhe oferece. A

mediação para o desenvolvimento individual e social é, mais uma vez, feita pelo mercado. Isso é contra os princípios da educação unitária e, em longo prazo, de uma educação integral. Esta deve dar condições para que cada “cidadão” possa tornar-se “governante”, “assegurando a cada governado o aprendizado gratuito das capacidades e da preparação técnica geral necessária a essa finalidade” (GRAMSCI, 2006, v.2, p. 50). Mas esse processo não se realiza dentro da lógica do mercado que afirma o individualismo e a concorrência em detrimento da visão de coletividade, a “exclusão” em detrimento de uma participação efetiva na política. A autonomia moral e intelectual dos alunos deve ser um caminho para sua formação da consciência de classe, já que se somos “conformistas de algum conformismo” que se aprenda a ver e a compreender o mundo de acordo com a concepção de sua própria classe.

Nessa perspectiva, ainda que o modelo educacional desenvolvido pela Fundação seja socialmente reconhecido como de qualidade, principalmente quando comparado com o sistema de ensino público, tal modelo está longe de constituir, aos olhos das classes subalternas, um instrumento de promoção de uma formação “integral”, conforme se propõe a Fundação. Primeiro, porque seria um idealismo considerar que a educação por si só conseguiria tal proeza desconsiderando todas as determinações estruturais que impedem a emancipação política e ideológica das classes e grupos subalternos. Segundo, ainda que um aluno da Fundação Bradesco consiga “superar a si próprio, ampliar horizontes e elevar aspirações pessoais e profissionais” (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2007, p. 5), só o consegue dentro de certos limites, já que recebe uma educação que o impede de estabelecer os nexos que o faça tomar consciência da classe ou grupo a que pertence e a integrar uma força política, participando ativamente da construção de uma nova sociedade onde possa desenvolver as múltiplas dimensões de sua individualidade. É comum encontrar na fala dos gestores e nos documentos da Fundação o objetivo de formar indivíduos críticos. Todavia, a formação oferecida pela Fundação Bradesco não pode estabelecer mais do que algumas críticas contingenciais que mistificam o movimento reprodutor das desigualdades efetuado pelo capital, de cuja fração hegemônica, o capital financeiro, o Bradesco é um representante. Funcional ao capital, a Fundação Bradesco só pode oferecer uma educação que legitime, de modo indireto ou direto, a expansão da classe a qual pertence e a perpetuação da própria estrutura de classes. Nessa perspectiva, a educação desenvolvida pela Fundação Bradesco se insere no circuito das relações e operações de hegemonia, isto é, a capacidade de uma classe organizar o consenso ativo das frações dominadas, por meio do poder da ideologia e da formação da consciência.

3.3 O CONCEITO DE "SUSTENTABILIDADE" NO PROCESSO PEDAGÓGICO

O conceito de "desenvolvimento sustentável", ligado indissociavelmente à RSE, é amplamente defendido pelo Bradesco que procura difundir-lo e aplicá-lo em sua prática cotidiana: desde a gestão dos negócios financeiros e bancários aos projetos sociais. Segundo a organização, "desenvolvimento sustentável" é a

Estratégia de desenvolvimento da atividade econômica, em sintonia com as demandas e questões sociais e a utilização consciente dos recursos disponíveis no meio ambiente. Busca satisfazer as demandas do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades¹⁰⁵.

Essa acepção se pauta na definição da ONU, que citou o termo "desenvolvimento sustentável" pela primeira vez em 1987, no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Na Fundação Bradesco, "sustentabilidade" é o princípio que tem direcionado os conteúdos programáticos e as práticas pedagógicas dos programas de educação desenvolvidos, a partir das seguintes diretrizes:

Diretrizes da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável

1. Promover e aprimorar a qualidade da educação: a formação continuada — aquisição de conhecimentos, competências e valores — como forma de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.
2. Adaptação de currículos: do ensino infantil ao profissional, a educação deve se voltar ao desenvolvimento de conhecimento, ideias e valores necessários para construção de um mundo sustentável.
3. Aumento da consciência acerca da sustentabilidade: gerar o entendimento, mobilização local, nacional e global pelo desenvolvimento sustentável.
4. Educação da força de trabalho: formação contínua de profissionais a fim de acelerar a adoção de novos padrões de produção e consumo (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2008, p. 7).

A educação é vista pela Fundação como o caminho para formar uma consciência social e ambiental, base para a criação de um "mundo sustentável". Os valores relativos à "sustentabilidade" estão presentes já nos primeiros anos da vida escolar das crianças no ensino infantil, estendendo-se para os demais programas de educação. Na educação básica, os alunos realizam experimentos concretos de preservação ambiental, a partir da inserção transversal do tema meio ambiente no ensino dos diversos componentes curriculares. São envolvidos em projetos de intervenções comunitárias relacionados à plantação de mudas, campanhas de conscientização, ação voluntária na recuperação de áreas degradadas, conservação de recursos naturais e diminuição de impactos na natureza.

A unidade de Bagé (RS) desenvolveu um projeto para *reaproveitar* as cinzas do carvão mineral. Os alunos de oitava série de Laguna (SC) realizaram um estudo para a *proteção do bioma* onde vivem os botos. Os de segunda série de Marília (SP),

ajudados por seus professores, pesquisaram alternativas para *recuperar a mata ciliar* do rio do Peixe. Estudantes de Vila Velha (ES) criaram moda e arte a partir do *lixo reciclado*. Meninos e meninas da unidade de Irecê (BA) investigaram a causa e propuseram soluções para *reduzir o assoreamento* do leito do rio São Francisco. Com o apoio de universitários do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), os alunos da escola de Canuanã (TO) desenvolveram um *biopesticida* para eliminar o carrapato em bois (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2007, p. 23, grifos nossos).

Os princípios e valores do “desenvolvimento sustentável” estão presentes não apenas na educação infantil, fundamental e média, mas também, em seus programas de educação profissional. Cabe dizer que se a educação escolar geral está mergulhada numa trama de reprodução e disputa ideológicas, isso também não é falso no caso da *formação profissional*. Esta abarca não apenas o ensino de conhecimentos técnicos, mas também momentos de construção da consciência. Ou seja, a educação profissional deve ser, antes de mais nada, entendida como uma unidade entre técnica e política. Assim, a formação para o trabalho além de compreender conteúdos científicos e profissionais, elementos técnicos para o desenvolvimento de habilidades específicas, também comporta uma determinada visão de mundo capaz de modelar o trabalhador, técnica e ideologicamente, aos imperativos do processo produtivo¹¹⁹. Nesse sentido, a educação profissional é um lócus de disputa de hegemonia, que deve procurar formar um determinado “tipo de trabalhador”, com um determinado “nexo psico-físico”, que se encaixa ao projeto de uma classe social fundamental.

Atualmente, o trabalhador se depara, mais e mais, com os preceitos da produção “sustentável” e do consumo “consciente”, impondo-lhe uma série de valores e costumes estranhos a ele, uma vez que ele não é o motor dos desastres ecológicos e sociais. No entanto, a necessidade e a responsabilidade de adotar práticas “sustentáveis” são impostas de forma homogênea para todos: da dona-de-casa que lava a calçada com água da mangueira aos grupos agrícolas que implantam sistemas de irrigação em que maior parte da água expelida se evapora (na plantação de soja, por exemplo). Nesse sentido, o tema da “sustentabilidade” oculta várias determinações ao co-responsabilizar todos pela preservação ambiental. E quando é utilizado como princípio norteador das práticas pedagógicas de um programa de formação profissional gera implicações de ordem político-prático na medida em que o tema é forjado a partir de um contexto específico e serve a determinados interesses.

¹¹⁹ É ilustrativa a fala do responsável pelo Setor de Educação Profissional da Fundação Bradesco, Vicente Vilalta Zanuy: “Nossa formação não técnica. Além da técnica, é cidadã. Nós temos a formação de nosso profissional, um profissional consciente, não só como cidadão, mas também com consciência ambiental. [...] Nós não estruturamos os nossos cursos de forma conteudista, mas contextualizada. É analisar o contexto socioeconômico, analisar o processo de formação das associações [...], a questão ambiental. Todas as possibilidades de contribuir para o crescimento sustentável da própria região. Nós formamos o técnico, mas o que ele pode oferecer quando ele se forma para aquela região?”.

O conceito de “desenvolvimento sustentável”, que reivindica o crescimento econômico pautado na preservação ambiental e na inclusão social, surge concomitante ao espraiamento do neoliberalismo e da “reestruturação produtiva”. Estes devem ser vistos como uma unidade indissolúvel, uma mesma processualidade (DIAS, 1999) que encerra uma intensa luta de racionalidades e concepções de mundo. O discurso e a prática do “desenvolvimento sustentável” serviram, desde a sua origem, para legitimar essa processualidade ao atenuar e ocultar a truculência gerada pelas necessidades de valorização do capital. Na mesma medida em que a bandeira de “sustentabilidade” era mais e mais hasteada, expandia-se o movimento de intensificação e “precarização” do trabalho e desregulamentação dos direitos sociais. Na produção, a “sustentabilidade” forjou um discurso unificador do interesse “comum” que se encaixa perfeitamente aos princípios do *toyotismo*: economia de material, tempo e espaço, limpeza do local de trabalho e reciclagem de lixo, produtividade etc. Deve-se levar em conta que “os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis em outro” (GRAMSCI, 2007, v. 4, p. 266). Por isso, a necessidade – como lembra a Fundação Bradesco – de educar a força de trabalho para “acelerar a adoção de novos padrões de produção e consumo” envolvidos, cada vez mais, pelos preceitos da “sustentabilidade”. Mas quais são as implicações de se eleger esse conceito como princípio mediador de processos pedagógicos?

Primeiramente, “desenvolvimento sustentável” é um conceito “ideológico”, no sentido de encobrir o real – o que não implica o apagamento de seu papel de construtor do real. Defendido pelas grandes empresas e por diversos países capitalistas, o sucesso e a rápida difusão do termo “desenvolvimento sustentável” se deveu, em grande medida, ao fato de indicar um desejo tão geral como o indicado sem precisar muito seu conteúdo nem o modo de levá-lo à prática (NAREDO, 2007). A inconsistência e imprecisão do conceito constituíram uma série de debates sobre “sustentabilidade” que, na maioria das vezes, deixava ileso a discussão sobre a “insustentabilidade” do modo capitalista de produção. Marx, na investigação dos fundamentos econômicos do capitalismo, demonstrou a imbricação entre o movimento de valorização do capital e a destruição ambiental.

Todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apóia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2006, p. 571).

O intercâmbio entre natureza e homem – em uma palavra: trabalho – é condição ineliminável da existência do segundo, indispensável para satisfação das necessidades humanas, já que seu fim é a criação de valores de uso. Contudo, no capitalismo, não importa a utilidade de um produto ou objeto, mas sim o seu valor de troca. Ou seja, na sociedade produtora de mercadorias, as necessidades humanas estão subsumidas aos imperativos de valorização do capital, isto é o valor de troca deve se realizar antes do valor de uso. Trabalho e natureza, fonte de toda e qualquer força produtiva, são utilizados e destruídos sempre que for preciso para a efetivação do circuito de produção de valor; por isso, há uma imbricação entre exploração e expropriação dos trabalhadores e a destruição da natureza e da biosfera. Politicamente, os efeitos da devastação ambiental são primeiramente transferidos para os países e classes mais pobres, retardando ao máximo os efeitos sobre o modo de vida dos proprietários de capital.

Na esfera do ambiente natural, o capital representa uma barreira, ou mais exatamente uma ameaça premente para a humanidade, mas não para o capital em si. No plano econômico, o capital transforma as poluições industriais, bem como a rarefação e/ou a degradação de recursos, como a água e até o ar, em “mercados”, isto é em novos campos de acumulação. Em domínios como os das repercussões da decodificação do genoma ou no dos OGMs, vemos estratégias de dominação econômica e política sem precedentes em sua forma e seus objetivos, acompanhadas por ‘apostas’ tecnológicas cegas, de uma irresponsabilidade social total¹²⁰. Frequentemente, seu motor é a satisfação do “valor acionário” demandado por investidores institucionais e pelos mercados de ações (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 5).

A hegemonia do capital financeiro tem agravado ainda mais a força destruidora da produção capitalista, uma vez que a essência rentista da finança faz acelerar o processo de extração de sobretrabalho a qualquer custo. As medidas políticas que visavam desenvolver os mercados financeiros (a “globalização financeira”) ampliaram, consideravelmente, a variedade de ativos financeiros e a diversidade das esferas de valorização do capital rentista ao preço de um esgotamento acelerado “do trabalhador e da terra” (idem, ididem). Porém, esses fatos estão longe de se instalarem nos discursos e relatórios sobre o “desenvolvimento sustentável”, construídos pela ONU, ministérios do meio-ambiente, organizações ambientais

¹²⁰ Mais à frente, os autores afirmam que “Passo a passo, o agricultor é submetido, há trinta anos na Europa (e muito antes nos Estados Unidos), a uma nova fase de expropriação. Seu objetivo é a instalação de um imenso dispositivo tecnológico e institucional destinado a pôr fim ao que sempre tinha parecido um processo imutável, isto é a manutenção do controle dos agricultores sobre suas reservas de sementes. Trata-se de proibir aos agricultores o plantio de parte dos grãos que colhem, tanto pela lei internacional (a da proteção pela OMC do patenteamento sobre o vivente) quanto por uma técnica de transgênese - batizada pela Monsanto pelo nome explícito e já célebre de Terminator - que permite produzir um grão (e, em breve, muitas outras sementes) estéril, que não pode ser novamente plantado. As conseqüências previsíveis em caso de sucesso do capital financeiro são de uma gravidade incomensurável nos países pobres com uma forte população camponesa” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 5).

etc., que deixam ileso, sobretudo, a questão da propriedade privada que dá ao capital o direito de utilizar (e pilhar) a natureza a seu favor.

Tampouco, isso é objeto de debate do programa de educação profissional da Fundação Bradesco. Como não poderia deixar de ser, a Fundação difunde a mesma concepção de desenvolvimento e mudança social que o Banco. A questão da “sustentabilidade” perpassa por seus quatro cursos de educação profissional, agropecuária, administração, informática e eletrônica. Isso se traduz inclusive em experimentos e trabalhos de conclusão de curso, como estudos relacionados à plantação, irrigação e perdas da cana-de-açúcar do curso de agropecuária, ou à construção de uma lixeira automatizada (que separa o lixo para a reciclagem) do curso de eletrônica. Essas e outras iniciativas levam a Fundação Bradesco pressupor colaborar para a “construção de respostas efetivas para os três pilares da sustentabilidade: o econômico, o ambiental e o social” (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2007, p. 5). No entanto, indagamos que sustentabilidade é possível na ordem do capital?

Conforme estamos problematizando, a produção capitalista, para incrementar o lucro, se revela, tendencialmente, uma produção ilimitada de mercadorias. Tal tendência está na base do esgotamento dos recursos naturais e da geração de detritos a um ritmo inaudito na história humana. A regulação do mercado pela concorrência obriga as diversas empresas, dos diferentes ramos, a incrementar o ritmo de rotação de capital, o que implica na geração de produtos de curta vida útil e de novos produtos em quantidades sempre crescentes, além de produzir desperdícios e detritos a ritmos não recicláveis (FOLADORI, 2001). Nesse sentido, se não é possível afirmarmos a existência de uma “sustentabilidade ambiental”, tampouco podemos falar em “sustentabilidade econômica” em uma ordem onde a tendência a crises econômicas é um elemento normal e não estranho ao sistema. Este é organizado a partir da ação dos capitalistas individuais que, na busca incessante pela maximização do lucro, além de procurar desconsiderar os efeitos depreciativos de sua produção sobre o meio ambiente, são levados a escoarem ao máximo seus produtos no mercado, não tendo nenhuma preocupação com a economia global. Isso gera, de tempos em tempos, crises de superprodução de mercadorias e, principalmente, de capitais (o que leva a falência e fechamento de empresas, perda de meios de produção, destruição de mercadorias etc.). Nos períodos de crise, a produção é significativamente diminuída, sendo que as camadas populares são as mais penalizadas, pois estão mais vulneráveis aos efeitos das recessões econômicas, como a queda dos salários e o aumento do desemprego. Dessa forma, é também um absurdo falar em “sustentabilidade social”, haja vista que a acumulação capitalista, que tende a aumentar a proporção do capital constante em relação ao capital variável, é responsável pelo desemprego

em massa e pela formação do exército industrial de reserva¹²¹ (o qual se torna indispensável para pressionar os salários para baixo). Assim, a própria questão social - tão debatida pelos agentes do "terceiro setor" - é posta pelo movimento de valorização do capital, sendo, inclusive, "insuprimível nos marcos da sociedade onde domina o modo de produção capitalista" (NETTO; BRAZ, 2008, p. 139).

3.4 DECADÊNCIA IDEOLÓGICA E "RESPONSABILIDADE SOCIAL"

De acordo com a discussão que estamos tecendo, o programa de educação profissional desenvolvido pela Fundação Bradesco não busca a construção e a difusão de um processo pedagógico próprio das classes subalternas - para quem é dirigido o programa -, em que o trabalho seria a categoria que articularia as diversas nuances de tal processo. Ao revés, reproduz a alienação e o fetiche, presente na sociedade capitalista, que fazem com que a força produtiva do trabalho apareça como força produtiva do capital, impedindo que o trabalhador se conceba como a célula efetiva de toda riqueza social, ou seja, é ele que dá materialidade a toda e qualquer sociedade. Tal processo tem raiz no que Marx denominou de fetichismo da mercadoria:

O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtores do trabalho. [...] Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos (MARX, 2006, p. 94-95).

A reificação das relações entre os indivíduos se expande na medida em que a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e penetra todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo, articulando uma indução comportamental que permeia a totalidade da existência dos agentes sociais particulares (NETTO, 1987, p. 86). Entretanto, como seria de se esperar, a

¹²¹ É importante apontar que a demanda de força de trabalho pode aumentar ou diminuir de acordo com o nível de acumulação. Assim, a demanda por força de trabalho só cai, se a taxa de acumulação for inferior à taxa de crescimento da produtividade do trabalho. Numa palavra, o desemprego em massa não resulta do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais de produção capitalistas (NETTO; BRAZ, 2008, p. 134).

articulação entre as determinações da vida social sobre o cotidiano dos indivíduos não é mencionada pela Fundação.

Se o Planeta é a casa maior de todos nós, a comunidade na qual se vive é o quintal dessa casa, o pedaço mais próximo, onde são criados e mantidos os vínculos mais fortes, as relações mais cotidianas de convivência na vizinhança, no trabalho e na escola. Tão importante quanto assumir responsabilidade pelo bem-estar do Planeta é também fazê-lo pela comunidade. Na condição de referência sociocultural nas comunidades onde atua, a Fundação Bradesco se sente co-responsável pelo desenvolvimento delas, beneficiando-as não apenas com programas de educação mas também com ações que procuram inserir a escola em sua vida de forma a mobilizá-la para questões relacionadas à qualidade de vida dos seus habitantes (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2007).

O tom bem intencionado desse fragmento, retirado de um relatório da Fundação Bradesco, pode ludibriar qualquer leitor desatento à funcionalidade das práticas que o texto expõe e teoriza. O mero foco no fortalecimento de “comunidades” – conceito que, dessa maneira utilizado, homogeneiza as diferenças e apaga os conflitos –, por meio do investimento privado, pode constituir aparentemente uma concepção eficaz e “inocente” de mudança social, mas que esconde processos e determinações que impedem qualquer transformação substantiva da situação da clientela atendida, isto é, as camadas populares. É certo que, para qualquer organização que busque a elevação moral e intelectual de tais camadas, não se pode descartar a necessidade de se trabalhar no interior da “comunidade” e das “relações cotidianas”. Mas esse trabalho deve se desenvolver no sentido de quebrar o caráter imediatista, heterogêneo, superficial e pragmático próprio da cotidianidade, revelando como esta se insere em uma realidade maior, que a determina e a estrutura. Assim, embora o cotidiano seja o substrato de toda ação política que se quer fazer hegemônica, urge denunciar seu caráter para patentear como que, na imediaticidade da vida social, se universalizaram os processos peculiares ao modo de produção capitalista, que se encontram na base do mistério da forma mercadoria e dominam toda a organização social¹²² (NETTO, 1987, p. 88).

Contudo, é de interesse da Fundação que as questões relativas ao “bem-estar do Planeta” e da “comunidade” se concretizem em práticas restritas às mudanças imediatas da vida cotidiana, varrendo as resistências ao capital na organização da vida social. Esse tipo de concepção tem gerado uma subtração de agentes e organismos próprios dos dominados na disputa pela direção de processos e forças políticas, cujo embate se transforma em resultados

¹²² “A planificação global – aqui necessariamente vertical e burocrática – cobre a vida como um todo: da distribuição (destruição) ecológica ao conteúdo do lazer, do controle da mobilidade da força de trabalho ao continuum instrução formal/informal. A organização capitalista (monopolista) da grande indústria moderna modela a organização inteira da sociedade macroscópica, impinge-lhe os seus ritmos e os seus ciclos, introduz com a sua lógica implacável o relógio de ponto e os seus padrões em todas as micro-organizações” (NETTO, 1987, p. 87).

e determinações que se impõe de modo sistêmico e macro. O “Planeta” se torna, mais e mais, espaço exclusivo do movimento do capital.

Em uma economia global caracterizada por empresas que buscam a sustentabilidade na gestão dos seus negócios, os jovens também precisam estar afinados com esse princípio de atuação. Competência técnica é — e sempre será — imprescindível. Mas o que vai distinguir os profissionais são valores cada vez mais cultuados. No mundo do trabalho, como ética, tolerância, respeito ao outro, amor ao Planeta e responsabilidade social (BRADESCO, 2007).

Na tarefa efetuada pela Fundação Bradesco de educar o trabalhador, a questão técnica se funde com uma política voltada para o consenso, integradora da expressão e do protesto social. A política voltada ao “bem comum”, na forma de ética, tolerância, respeito, amor e responsabilidade, apaga toda forma de conflito e espírito combativo dos trabalhadores, uma vez que os problemas sociais são tratados como frutos da corrupção e desrespeito individual ao “Planeta” e ao “outro”, e não pelo movimento corrosivo do capital. Devem-se ignorar as causas socioeconômicas da degradação social e ambiental, assim como os desdobramentos de classe, pois agora todos devem trabalhar em benefício de todos. Não há aqui espaço para antagonismos inconciliáveis. A partir dessa perspectiva, a Fundação Bradesco afirma que sua atuação

valoriza os espaços de diálogo, respeita as diferentes formas de cultura e estimula os alunos a elaborarem o conhecimento a partir de sua realidade local sem, no entanto, deixar de lado a conexão com o global, tão necessária no mundo interconectado em que vivemos (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2008, p. 4).

Entretanto, a conexão entre o “global” e o “local” é feita de modo a defender as micro-ações (sobretudo aquelas ligadas à “ética” e preservação ambiental), desenvolvidas pelos alunos em seu cotidiano, como se elas pudessem fazer frente ao metabolismo de reprodução capitalista, de natureza exploratória e destrutiva. E isso é ocultado no momento em que a articulação entre o “local” e o “global” é feita a partir do ponto de vista do “local” e não da totalidade social. A partir dessa, evidenciar-se-ia as múltiplas mediações que dão dinamicidade, movimento e conexão entre vida social e vida imediata e que garantem a reprodução de ambas. Evidenciar-se-ia as múltiplas determinações e relações que “se implicam e se explicam estruturalmente” (NETTO, 1987, p. 84) e ordenam a divisão da sociedade em classes, ou seja, fundam e procuram legitimar os conflitos e contradições sociais.

Cumprе assinalar que conceber o cotidiano como espaço único de atuação social não é uma visão só e própria da Fundação Bradesco, mas de uma concepção que surge com as teorias pós-modernas e refletem sobre os debates a respeito do “terceiro setor”, da RSE e do “desenvolvimento sustentável”. A unidade entre teoria acadêmica (pós-modernismo) e prática

sociopolítica (como a da Fundação Bradesco) é dada pela funcionalidade de ambas de ocultar a estreita relação entre vida cotidiana e vida social. No âmbito das ciências sociais, a pós-modernidade significou uma fonte de legitimação, por meio de pesquisas e de uma vasta produção bibliográfica, dessa nova forma de intervenção social e ambiental, que prescindiram da perspectiva de totalidade e de classe social no entendimento da sociedade e dos fenômenos sociais surgidos recentemente (como os “novos movimentos sociais”, as ONGs etc.). Essa guinada ideológica no interior das ciências sociais e humanas significou, em verdade, uma reatualização da decadência ideológica da burguesia no momento de reorganização capitalista, cujo caráter truculento (sobretudo, para as camadas populares) deveria ser escamoteado.

O processo de decadência ideológica ganha expressão também nos processos educativos e conteúdos pedagógicos. Na Fundação Bradesco, os princípios educativos da “sustentabilidade” e da “responsabilidade social” escondem e mitigam as contradições do desenvolvimento capitalista. E isso se torna ainda mais grave à medida que tais princípios vêm adornados com um véu de preocupação socioambiental: apresentam a discussão da destruição do meio ambiente e das mazelas sociais e propõem soluções, mas se calam quanto ao movimento destrutivo do capital; além disso, as soluções apresentadas são, na grande maioria, pautadas em iniciativas individuais, imediatas e cotidianas, não atacando o cerne da questão. Contudo, o processo de decadência ideológica ganha contornos ainda mais claros nos projetos de educação financeira e fiscal desenvolvidos pela Fundação.

Gerir recursos com responsabilidade sem dúvida contribui para uma vida mais sustentável. Por isso, a educação financeira não poderia deixar de ser um dos temas abordados pela Fundação Bradesco com professores, pais e alunos.

Afinal, a Instituição atua em sintonia com a premissa da Organização Bradesco de possibilitar cada vez mais o acesso de pessoas aos serviços bancários de maneira socialmente responsável, educando para o uso eficiente e sustentável das finanças.

Tendo isso em vista, desde 2006, desenvolve o projeto *Educar Bovespa*, em parceria com a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo. A iniciativa tem como objetivo estimular uma cultura de uso consciente do dinheiro, com ênfase na formação de poupança e patrimônio (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2009b, p. 55).

Nessa passagem, é patente o nexo ideológico entre a Organização Bradesco e sua Fundação: ambas empenhadas em elaborar uma formação moral intermediada pela ligação dos valores de “responsabilidade social” com os valores da esfera financeira. Como se fosse possível atribuir algum tom de responsabilidade a uma esfera que é, por essência, parasitária. Onde o fetichismo se completa: não apenas as relações entre indivíduos são reificadas, mas é um espaço onde, aparentemente, se faz dinheiro com dinheiro, escondendo a formação do valor na esfera da produção. Porém, uma vez mais, não se trata de contestar a “insustentabilidade” do capitalismo e suas formas de fetiche, mas de fundar, segundo a

Fundação, “uma cultura de uso consciente do dinheiro, com ênfase na formação de poupança e patrimônio”. Cultura utilizada no sentido amplo, como modo de sentir, pensar e agir. Uma cultura em que o mercado e o dinheiro são formas naturalizadas, inerentes ao próprio ser social. Uma cultura da bolsa de valores e do capitalista financeiro, que deve poupar dinheiro, fazer patrimônio e, de forma “consciente”, aplicar em ações. Uma cultura que, em 2009, esteve presente em 36 escolas da Fundação Bradesco e em contato com 10.473 alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Médio, além de 327 pais de alunos.

Professores devidamente capacitados como multiplicadores incentivam os alunos a refletirem sobre questões financeiras, integrando-as ao currículo por meio do tema transversal “Trabalho e Consumo”, na Educação Básica, e de “Gestão Financeira”, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Os mesmos temas são tratados com os pais (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2009b, p. 55).

As questões financeiras, que são próprias da sociedade capitalista onde o capital-dinheiro parece ganhar independência, são postas como universais para estudantes que estão em plena formação moral e intelectual. Aqui, o processo educativo da Fundação Bradesco evidencia seu *irracionalismo*, ao enfatizar uma formação voltada para o mercado financeiro em detrimento da “formação de uma cultura humanista capaz de envolver mais que as expressões imediatistas das conjunturas” (NETTO, 2002, p. 93). E é tão mais irracionalista quanto mais tenta transformar, mistificando-a, a condição do homem no capitalismo em uma condição humana geral e universal (LUKÁCS, s./d., p. 47).

A referida reatualização da decadência ideológica da burguesia não significa, em momento algum, o enfraquecimento da direção ideológica da mesma. Ao contrário, sua decadência ideológica é um momento próprio da constituição da hegemonia burguesa que se faz por meio da fetichização da realidade social e que, em tempos neoliberais, se expressa, entre outras formas, na multiplicação dos institutos e fundações empresariais e no fato de que as noções de RSE e de “sustentabilidade” tenham se tornado “senso comum”. Se atualmente o fetiche e a alienação estão sendo vividos como uma questão humana absolutamente universal (LUKÁCS, 2008, p. 100), não se pode concluir que esse processo constitui apenas um reflexo mecânico do fortalecimento do capital na organização da vida social, mas é também, e sobretudo, fruto de um movimento de intensa disputa ideológica que cria o terreno para a ação das formas de manipulação e de obtenção do consenso. Nesse ínterim, a educação tem lugar privilegiado uma vez que participa ativamente na subjetivação de projetos e concepções de mundo, pois ainda que a alienação e o fetiche tenham raízes na estrutura econômica, tais formas são reproduzidas nas nuances do processo educativo.

3.5 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: MANUTENÇÃO E MUDANÇA

Nas palavras da própria Fundação:

Com a decisão de instalar suas escolas prioritariamente em regiões carentes do ponto de vista socioeconômico, a Fundação colabora na construção de respostas efetivas para os três pilares da sustentabilidade: o econômico, o ambiental e o social. Ao oferecer ensino básico, médio e profissionalizante de qualidade para crianças, jovens e adultos, contribui para prepará-los para o empreendedorismo e os desafios do mercado de trabalho. Ao educá-los a partir dos valores de respeito ao outro, à diversidade e ao Planeta, ajuda a formar cidadãos conscientes do seu papel ambiental. E ao interagir com as comunidades beneficiadas por sua atuação, aprende a conhecer suas necessidades e a apoiá-las na busca de soluções para os seus problemas (2007, p. 5).

O trabalho "molecular" desempenhado pela Fundação lhe confere posição privilegiada na formação da consciência de indivíduos oriundos das classes subalternas: "interagir com as comunidades", "conhecer suas necessidades" e "apoiá-las na busca de soluções para seus problemas" constitui um processo que lhe atribui legitimidade de intervenção, de modo que sua atuação ganha um caráter aparentemente orgânico e as "soluções" apresentadas são tidas como soluções da racionalidade própria dos dominados e não dessa "nova" racionalidade capitalista. "Nova" não no conteúdo, que continua sendo formatado pelo modo capitalista de produção e dominação, mas na forma que, na tentativa de esconder o "capitalismo de rapina", a truculência do capitalismo financeirizado e da política neoliberal, assimilou uma série de bandeiras de movimentos anti-capitalistas e foram ressignificadas e, no discurso hegemônico, ganham a forma de "cidadania", "sustentabilidade" e "responsabilidade social". Categorias que mediam o processo pedagógico da Fundação Bradesco e, sob o ponto de vista da totalidade social, mediam o adestramento político-ideológico dos grupos e classes dominadas. São formas ideológicas contemporâneas que tem emprestado o "cimento mais íntimo à sociedade civil e, portanto, ao Estado" (GRAMSCI, 2006, v.1, p. 375). A atuação da Fundação Bradesco é expressão do novo rearranjo de dominação política que se desenhou nas últimas décadas, que sem abrir mão dos mecanismos de coerção, sofisticou as formas de obtenção do consenso, num contexto que Estado e sociedade civil estreitaram os laços de cumplicidade na defesa extensiva da implantação do programa neoliberal¹²³.

¹²³ É claro que esse processo não se desenvolveu sem resistências e contradições: muitos movimentos sejam dos trabalhadores ou de outros grupos subalternos se organizaram para tentar fazer frente contra a onda de ofensiva demandada pelas necessidades do capital. Apesar de que muitos movimentos sociais têm mantido uma atuação combativa, uma parcela significativa das organizações dos trabalhadores foi cooptada pela lógica capitalista, processo mais visível entre os partidos e centrais sindicais que antes tinham um compromisso declarado com a transformação social.

As determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular da totalidade social. Mais especificamente, influencia a educação no sentido que é atribuído a ela o papel de assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução do sistema. No sentido amplo do termo educação, trata-se de uma questão de “internalização”, pelos indivíduos, da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com as expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas. Enquanto a internalização conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano, embora de modo algum sejam permanentemente abandonadas (MÉSZÁROS, 2008, p. 43-44). O contrário representaria a morte do “centauro maquiavélico”.

A educação não é um processo imediato mas, sim, mediato. Assim, se um processo pedagógico corrobora ou rompe com o processo de reprodução social, isso só pode depender de quais mediações serão eleitas no processo de conhecimento da realidade. No caso da Fundação Bradesco, as categorias “cidadania”, RSE e “sustentabilidade” acabam contribuindo não só para a mistificação das contradições sociais, mas devem, também, promover a incorporação de um específico modo de viver, sentir e ver o mundo, um novo “ethos” exaltador da solidariedade pluriclassista, das micro-ações e da “cidadania” burguesa, a qual constitui o limite da sociabilidade e da participação política no contexto atual. Esse movimento, graças ao poder econômico do Bradesco, envolve as diferentes esferas da sociedade brasileira que têm, direta ou indiretamente, contato com os materiais pedagógicos, propagandas, relatórios, eventos etc. desenvolvidos pela Fundação; mas tem impacto particular sobre os estudantes e o restante da clientela atendida por esta.

Segundo sua auto-apresentação, o projeto educacional da Fundação tem o objetivo de

Criar seres inventivos e descobridores. Formar mentes capazes de criticar e de não aceitar tudo o que se lhes impõe. Essas duas idéias de Piaget sintetizam o propósito educacional da Fundação Bradesco, cuja consecução se orienta por uma proposta pedagógica elaborada em 1998, dois anos depois do lançamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A partir dela, foram criadas, em 2004, diretrizes educacionais e referenciais curriculares que, além de servir como parâmetros para objetivos de ensino, conteúdos, métodos e indicadores de avaliação, inspiram também a elaboração e escolha dos materiais didáticos (BRADESCO, 2007).

No que tange ao programa de educação profissional promovido pela Fundação Bradesco, além do programa de formação inicial e continuada, é oferecida educação técnica de nível médio, que segue o modelo de ensino técnico vigente no Brasil: ambos conformados pela tendência capitalista de separar saber prático e saber teórico, isto é, a formação

profissional e técnica é divorciada da formação geral, tornando a primeira em “simples” aprendizado de técnicas segmentadas e demandadas pelo mercado de trabalho e, a segunda, em um ensino abstrato, longe das aplicações concretas e práticas da vida cotidiana. Tal dualidade foi agravada pelas reformas educacionais durante o governo FHC, que procurou adequar a educação às exigências dos organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial¹²⁴, e à dinâmica da economia mundializada.

As reformas educacionais dos anos noventa têm sua expressão máxima na referida Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394/1996 (e o Decreto 2.208/1997 que regulamenta a educação profissional) que mesmo decretando no Art. 1, § 2º que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”, instituiu e, ao mesmo tempo, ampliou – em relação à LDB anterior – a independência da educação básica em relação à educação profissional. A conexão entre ambas não passou de uma preconização “bem intencionada”, pois não houve a definição de ações e políticas concretas para isso. Ao revés, ignorou as propostas de alguns movimentos sociais e organismos de representação de trabalhadores que pautavam contra a dualidade entre formação profissional e educação básica, e direcionou, ainda mais, o tipo de educação para cada classe e estrato social: às classes dominantes e aos estratos médios, uma educação geral, básica e superior, voltada para a formação de dirigentes (empresários, políticos, burocratas etc.); às parcelas “inferiores” das classes trabalhadoras, educação técnica e profissionalizante por meio de cursos aligeirados e baratos, atendendo demandas de “qualificação” específica. As ETF's e CEFET's foram, com isso, um dos primeiros alvos da reforma educacional, já no PL 1603/96, que tratava do ensino profissional e técnico, sob a justificativa que a manutenção desse sistema envolvia altos custos e que esse seria um “trampolim” para a universidade, não para o preenchimento das vagas de trabalho de nível técnico¹²⁵. A proposta era voltar essas escolas para a profissionalização de caráter unicamente instrumental, como as demais instituições de ensino tecnoprofissional (MARTINS, 2000).

¹²⁴ Dentre os pressupostos do Banco Mundial adotados pelas políticas de educação brasileira, destaca-se “a redução do papel do Estado no financiamento, a busca intencional e sistemática de mecanismos de diversificação das fontes de financiamento por meio de várias facetas da privatização, a redução dos direitos como resultado da substituição da concepção de universalidade pela concepção de equidade, a utilização do conceito burguês de competência para justificar pela natureza a seletividade e a contenção do acesso, o atendimento aos pobres como forma de justiça social tratando ‘igualmente’ os diferentes e assim aumentando e cristalizando as diferenças, estratégia regada com o molho da lógica da mercadoria, que privilegia os privilegiados, e exclui cada vez mais os excluídos, mantendo-se e fortalecendo-se a hegemonia do capital” (KUENZER, 2007, p. 73).

¹²⁵ “Esse projeto traz como consequência o descomprometimento do MEC em relação às escolas técnicas federais, provavelmente a experiência mais bem sucedida de organização do nível médio a qual contém os germens de uma concepção que articula formação geral de base científica com o trabalho produtivo, de onde poderia ser originar um novo modelo de ensino médio unificado e suscetível de ser generalizado para todo o país” (SAVIANI, 1997, p. 216).

Com o governo Lula, mesmo havendo um fortalecimento das escolas técnicas federais, a promessa de campanha petista de integrar o ensino médio à formação para o trabalho não saiu do papel. O governo revogou o referido Decreto n. 2.208/97 e lançou outra lei específica para a educação profissional, o Decreto 5154/2004, mas se fez omissa a respeito de uma revisão profunda e orgânica da LDB, lançada pelo governo anterior. De uma proposta potencialmente consistente de integração entre educação básica e profissional, articulando-se os sistemas de ensino federal e estaduais, passou-se à fragmentação, iniciada internamente no próprio Ministério da Educação. Um sintoma desse processo foi a reestruturação do MEC, que colocou a política do ensino médio na Secretaria de Educação Básica, separando-a da política de educação profissional. Na prática, corroboraram a compreensão de que a educação profissional técnica de nível médio deva ser oferecida simultaneamente e ao longo do ensino médio, mantendo a independência e não a integração entre os ensinos. Não obstante as declarações favoráveis à integração, a política de educação profissional processa-se mediante programas focais e contingentes, como Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e do Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Além disso, a manutenção da validade das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional, após a edição do novo decreto, dá continuidade à política curricular do governo anterior, marcada pela ênfase no individualismo e na formação por competências voltadas para a empregabilidade (FRIGOTTO et al, 2005).

Se a forma de organização do sistema educacional é objeto de disputa entre os diversos grupos e classes sociais, é porque tal sistema é um momento privilegiado de operar a expansão e o fortalecimento de determinados projetos sociais em detrimento de outros. É evidente que as reformas e medidas mais recentemente implementadas nos governos FHC e Lula não seriam capazes de acabar com a dualidade estrutural entre saber e fazer, ainda que buscassem uma integração real do ensino médio ao profissional. Contudo, mesmo que as mudanças superestruturais não possam resolver, no interior da ordem, a realidade estrutural, não podemos desconsiderar em hipótese alguma a vontade decidida de tais governos em desenvolver um projeto educacional que favoreça uma ou outra classe e, em consequência, a ruptura ou continuidade das determinações estruturais. Tais governos, cada um desenvolvendo a seu modo ações muitas vezes contraditórias e em situações específicas, longe de instituírem uma política sistêmica contra-hegemônica ao movimento do capital, foram assimilados e adequados a esse movimento. A atual política educacional é reflexo e reprodutora desse processo que reafirma as contradições estruturais geradas pelo e no modo

capitalista de produção, que promove a dissociação entre mão e mente, prática e teoria, trabalho e educação. É nesse sentido que a educação para o trabalho no Brasil tem, nos últimos vinte anos, procurado se ajustar às necessidades dos novos métodos de produção e das inovações tecnológicas, o que acaba endossando o processo de reprodução do capital ao fazer isso acriticamente e sem buscar a partir disso o fortalecimento da classe trabalhadora¹²⁶.

Esse caráter é visível nos relatórios da Fundação Bradesco:

A estrutura curricular desses cursos [de educação profissional técnica de nível médio] procura assegurar estreita relação entre o mundo do trabalho, o conhecimento e a cidadania, com o objetivo final de formar o *cidadão criativo, produtivo e empreendedor*, além de estimular nos alunos o desejo de aprender constantemente (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2009a, p. 4, grifo nosso).

A noção de cidadão oferece o eixo da formação defendida pela Fundação Bradesco. Em torno desse eixo, gira os demais atributos que devem ser interiorizados pelo profissional formado na Fundação. Conjugado com a idéia de empreendedor, patenteia-se como a questão da cidadania está mediada pelos interesses do mercado e do individualismo, que fundamentam a sociabilidade burguesa. Aqui, é pressuposto basilar que indivíduo precede ontologicamente a sociedade, de modo que cada um será vai depender do seu esforço e desempenho individual (TONET, 2009). A defesa e o fortalecimento de coletividade, como cerne para se pensar as questões relativas às transformações sociais, são apagadas em favor do desenvolvimento do indivíduo singular. O “cidadão empreendedor” somado à idéia de “produtivo” torna-se a noção mais bem acabada do indivíduo no capitalismo – onde produtivo é o produtor de mais-valia.

Em relação ao adjetivo “criativo”, este é próprio de um tempo em que a produção é “flexível” e o trabalhador, ao contrário do “gorila amestrado” apregoado pelo padrão fordista, é reconhecido não mais pela capacidade física, mas, também, pela sua inteligência, criatividade e habilidade organizacional, uma vez que os capitalistas compreenderam, a partir das resistências do trabalho contra a domesticação fordista/taylorista, que “podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtualidades da inteligência” (BERNARDO, 1996 apud ANTUNES, 1999, p. 45). O ideário da produção “flexível” também se expressa nos documentos da Fundação na passagem: “estimular nos alunos o desejo de aprender constantemente”. Porém, embora seja exigido ao trabalhador que se atualize constantemente e que este seja mais ouvido, sobretudo em relação a soluções organizacionais, isso não significou – como temos

¹²⁶ Isso não se trata apenas de um movimento presente nas escolas técnicas do governo ou da iniciativa privada, como a Fundação Bradesco, mas também está nas escolas de centrais sindicais. Ver, por exemplo, Souza (2006).

defendendo – uma requalificação do trabalho. No caso da atualização permanente do trabalhador, deve-se observar que estamos caminhando nos marcos da empregabilidade, uma idéia que mistifica o problema real ao transferir o problema do desemprego para a não qualificação dos trabalhadores. A causa do problema fica intacta uma vez que a própria “vítima” é culpabilizada, enquanto que a noção de “qualificação”, mais do que solução, se torna, ela mesma, problema. Isso à medida que objetamos se é possível uma qualificação real do trabalho na ordem do capital ou se a idéia de adestramento (técnico e político) corresponde melhor à realidade. A pretensa sofisticação da formação do “novo” trabalhador não resultou no aumento do controle por parte deste do processo produtivo, nem intelectual, nem materialmente. Ao revés, ampliou-se sua desqualificação como trabalhador coletivo e apêndice do sistema informacional (DIAS, 2006, p. 107).

Entretanto, não é assim que entende a Fundação Bradesco a qual define seu programa de educação profissional técnica de nível médio como “cursos de formação e aperfeiçoamento profissionais” e o programa de formação inicial e continuada como “cursos de atualização e qualificação” profissional (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2008, p. 7). Tal pretensão vai na contramão do processo de desqualificação da força de trabalho no capitalismo que, mais e mais, tem suas potencialidades e virtudes materializadas nas máquinas modernas (o sistema informacional), o que fortalece o poder do capital perante aos trabalhadores. Ocultar esse fato tem implicações diretas para a classe trabalhadora, pois sua formação profissional é um elemento de peso nas negociações com e embates contra o capital. Mas não cabe à Fundação evidenciar as formas de subsunção do trabalho ao capital, mas sim mistificá-la: seus cursos são veiculados como um instrumento de formação e requalificação nos marcos da empregabilidade. A Fundação Bradesco entende que sua ação propicia formação profissional para indivíduos e grupos sociais que, devido suas condições de vida, não tiveram acesso à educação dominante, o que se reflete, inclusive, nos tipos de cursos que são oferecidos: voltados para ocupações que integram, em geral, os lugares mais baixos da hierarquia salarial e social. E se partirmos do ponto de vista histórico, perceberemos que os elementos apontados como “qualificadores” do trabalho são, em verdade, elementos que prescindem da formação do trabalhador, tornando-o supérfluo à produção capitalista e vulnerável ao movimento do capital.

Nessa perspectiva, cabe explicitar que o processo de “qualificação”/“requalificação” se constitui, essencialmente, num mecanismo de desvalorização da força de trabalho, no sentido de que as transformações das forças produtivas implicam, no capitalismo, na destruição do valor de uso da força de trabalho. A capacidade produtiva autônoma dos

trabalhadores é devastada com as transformações dos instrumentos de produção e das formas de organização do trabalhador coletivo. Desse modo, a luta de classes toma a “forma” de desvalorização da força de trabalho na medida em que esta condição torna-se necessária à elevação da produtividade do trabalho. Isso implica, necessariamente, numa crescente deterioração dos meios de subsistência necessários à reprodução do trabalhador, ao mesmo tempo em que se acelera o desenvolvimento das forças produtivas. E como a reprodução da força de trabalho é dada em relação à depreciação dos meios de subsistência, os investimentos diminuem: com a introdução de novas tecnologias e as mudanças nos processos de trabalho, bem como a adequação da força de trabalho a esse processo (isto é, a subsunção real do trabalho ao capital), já não se coloca como necessidade a formação continuada dessa força de trabalho, no seu conjunto (AMARAL, 2001). Isso nos evidencia o quão ineficaz é a iniciativa da Fundação que procura (pretensamente) garantir a “cidadania” de parte de sua “clientela” a partir da formação profissional, em um momento em que essa formação é cada vez mais prescindível.

Cumpramos assinalar, ainda, que a polivalência do trabalhador e a mediação do processo de trabalho pelas inovações tecnológicas, elementos que supostamente são usados como exemplos de requalificação do trabalho, estão, em verdade, longe de constituir um sintoma contemporâneo da produção capitalista. A revolucionária base técnica da indústria moderna transforma continuamente as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho e, com isso, transforma constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade. Isso “exige, por sua natureza, *variação* do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos. Entretanto, reproduz a velha divisão do trabalho, com suas peculiaridades rígidas”. A multifuncionalidade do trabalhador, possibilitada pela maquinaria, conjugada com a divisão do trabalho não representa um elemento qualificador do processo laboral. Ao contrário, constitui em uma contradição que elimina toda a solidez e segurança da vida do trabalhador, mantido sob a constante ameaça de se tornar supérfluo, e que se patenteia “no desgaste sem freios das forças de trabalho e nas devastações da anarquia social” (MARX, 2006, p. 552). Daí a necessidade “de substituir o indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial, pelo indivíduo integralmente desenvolvido, para o qual as diferentes funções sociais não passariam de formas diferentes e sucessivas de sua atividade” (idem, *ibidem*, p. 553). Para Marx, um momento importante desse processo é justamente a articulação e a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático. Tal ensino tentaria quebrar a tendência capitalista de separar

trabalho manual e trabalho intelectual, apontando sempre para a formação integral do indivíduo. Cabe lembrar que, no entanto,

Não há atividade humana qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 2006, v. 2, p. 52-53).

Essa citação de Gramsci, que denuncia a impossibilidade de romper totalmente a dimensão intelectual do trabalho com sua dimensão manual, reflexiona como os indivíduos sempre estão contribuindo para a manutenção ou para a modificação de uma concepção do mundo. Mészáros (2008), diante da mesma citação, afirma que pode não ser apenas uma ou outra categoria, mas ambas simultaneamente. Qual das duas será mais acentuada dependerá da forma como as forças sociais conflitantes se confrontam e defendem seus interesses alternativos importantes¹²⁷. Entretanto, lembramos que nenhum processo de manipulação, por mais forte e inexorável que ele seja, não se dá de maneira monolítica e sem resistência. Ou seja, não pode, nem poderia se desenvolver, sem ser de forma contraditória: o indivíduo ou organização que contribui para manter uma ordem, pode também contribuir para modificá-la. Nesse sentido, uma investigação fecunda – que foge aos propósitos desse texto – seria, por exemplo, identificar qual a forma de recepção das idéias de “sustentabilidade” e “cidadania” pelos estudantes da Fundação Bradesco; ou em que medida há aceitação ou rejeição da idéia de RSE pelas frações das classes subalternas que são atendidas pelos projetos sociais, mas que sentem na pele a dominação do capital; ou, até mesmo, analisar se os benefícios trazidos à clientela, como a própria questão da educação, podem ser revertidos ou não a favor da construção de um projeto próprio dos dominados.

No entanto, o que pretendemos enfatizar com esse trabalho é como as classes dominantes vêm, de modo sistemático, criando e hegemonizando as formas de internalização da concepção de mundo (neo)liberal, enquanto que os organismos dos trabalhadores e de todas as classes subalternas abrem mão de desenvolver uma educação que rompa com a lógica do capital. Os conteúdos políticos que formam o eixo de programas educacionais como o da Fundação Bradesco, no caso a “cidadania” e a “sustentabilidade”, expressam a criação de uma racionalidade própria do projeto de legitimação da ordem estabelecida, que deve ser

¹²⁷ Mészáros acrescenta que “a dinâmica da história não é uma força externa misteriosa qualquer e sim uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real, na linha da ‘manutenção e/ou mudança’ [...] de uma dada concepção do mundo que, por conseguinte, atrasará ou apressará a chegada de uma social significativa” (2008, p. 50).

incessantemente reproduzida. “Racionalidade de classe que se faz história e que obriga às demais classes a pensar-se nessa história que não é delas” (DIAS, 1996, p. 34). Racionalidade cuja difusão é organizada de modo inaudito e que se assenta, cada vez mais, no discurso manipulatório e mistificador da “responsabilidade social”. Racionalidade que ganha expressão e concreticidade na atuação da Fundação Bradesco, aparelho que “organiza”, por onde atua, membros das classes populares. Por meio da lógica e do aparelho constituídos pelo Bradesco, sua clientela pode expressar seus interesses imediatos, porém não podem fazê-lo com seus projetos, uma vez que essa lógica e aparelhos foram construídos para realizar outra racionalidade (idem, *ibidem*, p. 38).

A iniciativa da Fundação Bradesco é expressão da capacidade da classe dominante de subordinar e coordenar as classes antagônicas: o capital conquista “frentes” na guerra de posição ao organizar as formas de intervenção social e, mais do que isso, articula a formação da identidade e consciência dos subalternos, a partir de mecanismos que procuram internalizar a sua concepção de mundo. Se todo processo educativo é um ato político, isto é, de disputa por hegemonia, a formação profissional deve não só preparar o trabalhador para as novas necessidades produtivas, mas também interiorizar no trabalhador certos valores, subjetivar questões objetivas. Se a tendência à desqualificação do trabalho ganhou ânimo renovado graças ao desenvolvimento da microeletrônica, urge enfatizar o caráter político no processo de educação do trabalhador. Seja para pensarmos um ensino fundamentado no projeto das classes trabalhadoras, seja para denunciar iniciativas como a Fundação Bradesco, cujo programa de educação profissional é, antes de tudo, um programa de formação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XIX, era comum o ofício de capturar escravos fugidos, atualmente extinto. Esse era o trabalho que Cândido Neves exercia para poder sustentar a família quando seu primeiro filho nasceu. Nessa ocasião, há tempos ele não prendia escravo fugido algum e se encontrava, juntamente com sua esposa, em um estado de pobreza quase que absoluta, de modo que um pouco antes da criança nascer, eles foram expulsos de casa – graças aos aluguéis atrasados – e não tinham sequer o que comer. Pensavam, inclusive, em entregar o filho à “roda dos rejeitados”. Mas a agonia de Cândido Neves começou a passar quando ele reconheceu na rua a mulata Arminda, uma escrava fugida cujas descrições estavam em um anúncio que oferecia uma alta quantia de dinheiro pela sua captura. Cândido Neves não pensou duas vezes, seguiu-a até conseguir prendê-la. A escrava reagiu com vigor e tentou lutar contra o homem que a segurava pelos pulsos. Aos gritos, ela lhe disse que estava grávida e que faria qualquer coisa para não ser entregue ao seu dono. Mas Cândido Neves não se sensibilizou. Ao contrário, estava sorridente e pensava apenas no filho. E à medida que se aproximava da casa do senhor, Arminda resistia e lutava mais. Até cair, finalmente, no corredor da casa do senhor o qual, ali mesmo, pagou Cândido Neves. Instantes depois, ambos presenciaram as dores da escrava que, após algum tempo de luta, abortou.

Essa é a sinopse do conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis, que mostra o antagonismo inconciliável entre os interesses de um pai, que sustenta a família com a captura de escravos, e de uma mãe que, para ter seu filho em liberdade, foge de seu senhor. Pensamos ser essa metáfora interessante para podermos refletir sobre a atuação da Fundação Bradesco: no limite, os interesses defendidos pela Fundação Bradesco são diametralmente opostos aos interesses dos estudantes que ela forma. No sentido de que sua educação está voltada para defender os interesses e a ideologia da classe que a Fundação representa e, em consequência, para a manutenção de sua “clientela” na subalternidade, de forma a promover as condições em que os “escravos” não se sintam como tais. Subalterno não é apenas dominado, mas aquele que vê e concebe o mundo com os olhos dos dominantes. Nessa perspectiva, ao procurar conformar a subjetividade de seus alunos, a Fundação contribui para a desarticulação de um projeto e uma visão de mundo própria das classes desses alunos, ao mesmo tempo em que corrobora para a constituição de “um novo espírito capitalista”, que exalta a sociabilidade vigente, impondo-a como única e natural.

Conforme assinalado, organizar um programa de educação profissional significa construir ativamente o momento de formação do trabalhador: formação em sentido amplo, em que técnica e política se fundem num nexos inexorável. Assumir isso significa que os princípios político-pedagógicos mediadores da Fundação Bradesco têm um compromisso com a realidade social: “cidadania”, “sustentabilidade”, “responsabilidade social”, “empregabilidade” etc. são mediações de uma bem estruturada concepção ideológica e filosófica, que pode reunir discursos aparentemente diversos, mas que constituem, no fundo, uma versão renovada dos princípios fundados no individualismo e no mercado como espaço de sociabilidade por excelência. Nesse ínterim, nega-se realizar um processo educativo que ofereça aos alunos compreender o mundo onde eles vivem, as condições de existência deles, os condicionamentos e desafios que eles enfrentarão ao concorrerem, por exemplo, uma vaga no mercado (da força) de trabalho. Ocultam que esse mercado é restrito, por ser posto e determinado, de modo quantitativo e qualitativo, pelo capital: qualitativamente, tende a prescindir da formação do trabalhador ao fundar uma organização da produção baseada no sistema de máquinas; e, de modo quantitativo, o capital põe ao seu dispor um exército industrial de reserva, um contingente ineliminável de desempregados, que enfraquece os trabalhadores e suas organizações. Mas esse educando, que está prestes a colocar sua força de trabalho à disposição do mercado, deve voltar seus esforços para ser “empregável” e não para contestar o que está posto.

No caso da Fundação Bradesco, só em 2009, ela participou ativamente da construção da subjetividade de mais de 108 mil alunos. Mas a ação da Fundação sobre as classes subalternas apenas tem sentido e força no conjunto das ações dos outros inúmeros aparelhos privados de hegemonia, num movimento que se desenvolve de forma difusa e molecular. A amplitude e a eficácia desse movimento expressam a capacidade da classe dominante de organizar moral e intelectualmente a sociedade, de conformar o consenso. E, exatamente nessa perspectiva, que podemos denominar tais aparelhos de “partidos”, “num sentido amplo e não formal” (GRAMSCI, 2007, v. 3, p. 253). As múltiplas ações desses “partidos” não estão desconexas entre si, soltas na realidade, mas ganham unidade na defesa, direta ou indireta, da ordem do capital. Capital aqui concebido como universal abstrato, cujo movimento e expansão têm determinado, cada vez mais, a existência e o sentido da vida dos indivíduos espalhados ao redor do globo.

O combate a essa ordem, a qual está assentada na assimetria estrutural entre as classes, deve envolver a organização dos grupos subalternos nos mais diversos aparelhos (sindicatos, partidos, mídia, escolas, movimentos sociais etc.). Contudo, para enfrentar a força

e a unidade do capital, faz-se necessário a constituição de um partido político que seja capaz de coordenar as diversas ações dos demais aparelhos e, sobretudo, conferir coerência e articulação entre elas. Um partido que deve assumir a perspectiva da construção de uma visão de mundo, nova e total, que desconstruindo a anterior, se coloque como o horizonte no qual a nova racionalidade possa instalar-se. Deve colocar-se como referência para a totalidade social e apresentar, de forma laica e imanente, como projeto de universalidade (DIAS, 1996, p. 11). O partido deve ser o anunciador e organizador de uma reforma intelectual e moral, de forma a promover a elevação civil e cultural das camadas populares, o que significa criar o terreno para um novo desenvolvimento de uma vontade coletiva nacional-popular. A formação dessa vontade deve se formar essencialmente de baixo para cima, à base da posição ocupada pela coletividade no mundo da produção (GRAMSCI, 2007, v. 3). Em outras palavras, o trabalho, a partir de sua dimensão coletiva e social, oferece, ao mesmo tempo, a base para uma sociabilidade emancipada e o fundamento de uma nova concepção de mundo. O partido, como direção consciente, deve ser a expressão de uma classe que se encontra num momento ético-político, que se põe como dirigente dos demais grupos subalternos e como unidade onde deve se soldar as demais bandeiras progressistas (como aquelas ligadas ao gênero, raça, sexualidade etc.).

Na luta pela superação da ordem, a sociedade civil põe-se como espaço privilegiado das lutas sociais e dos conflitos de classes, em uma disputa que envolve a construção de racionalidades capazes de oferecer formas de inteligibilidade do real. Nesse contexto, desvendar os mecanismos da classe burguesa que buscam, velada e incessantemente, convencer as camadas populares a aderir a seus projetos, se torna imprescindível. A discussão sobre a RSE e o “desenvolvimento sustentável” não é alheia a essa questão, uma vez que sua prática está ligada à reafirmação do poder social do capital e à reorganização da intervenção social e política do empresariado diante ao movimento neoliberal. Por meio de tais programas, o empresariado consegue apropriar das reivindicações e necessidades das classes populares, de educação, saúde, assistência etc., de forma a amenizar as contradições vividas por essas classes e a reduzir a possibilidade de agitação social e política. Um nítido movimento de apassivamento das classes subalternas, a despeito ou não da intenção de seus agentes, se delinea dia-a-dia nas práticas de institutos e fundações empresariais, ONGs, instituições filantrópicas etc. Com isso, cala-se vozes dissonantes, contem-se revoltas, impede-se a desordem. No entanto, tenta-se calar o incalável. Pois, não obstante que atualmente os aparelhos de organização das classes trabalhadoras estejam

capitulando diante a ordem do capital, as contradições do sistema não deixam de se expandirem e se aprofundarem.

Passamos por um momento crítico e que, talvez, seja um momento de “reinvenção”. Não uma reinvenção do tipo pós-moderna. Mas no sentido de repensarmos as próprias práticas, linguagens e formas de atuação política. Gramsci, em seu tempo, procurou entender porque a revolução italiana foi derrotada. Procurou não apenas nos fatores “exógenos” à organização política dos trabalhadores, como a ditadura fascista, o americanismo e fordismo, as práticas reformistas, mas também os fatores internos como o centralismo burocrático, o corporativismo burocrático, a coerção sobre os trabalhadores etc. A presente dissertação procurou revelar alguns mecanismos de domesticação e cooptação das camadas subalternas. Mas isso diz respeito aos caminhos do antagonista. Urge repensar e revitalizar as práticas da classe trabalhadora. Um movimento sindical voltado mais e mais ao corporativismo e uma prática partidária enraizada nos vícios do pragmatismo eleitoral são sintomas de regressão na luta pela superação do capitalismo. Não há aqui a defesa irresponsável pelo fim do partido no sentido clássico, como uma organização universal capaz de aglutinar e organizar a classe trabalhadora em sua diversidade. Mas se estamos numa fase do capitalismo qualitativamente nova, a formação de uma vontade coletiva e a passagem para o momento ético-político, exige a revisão de nossas práticas. O sentimento atual de desamparo e revolta é generalizado e não há um processo político substancial, por parte dos dominados, que consiga elaborá-lo e retirá-lo da esfera estritamente individual. A ausência desse processo abre brecha para a intervenção educativa e política das empresas.

REFERÊNCIAS

1) Livros, capítulos de livros e artigos:

ABREU, H. **Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

ALMEIDA, L. F. Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional na atual fase de internacionalização do capitalismo. **Lutas sociais**, São Paulo, n.1, 1996.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Tradução dee Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

AMARAL, A. S. Qualificação profissional, sociedade civil e desidentidade de classe: os desafios para o sindicalismo. **Outubro**, São Paulo, n. 5, p. 29-45, 2001.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ANGELI, J. M.; TOITIO, R. D. Produção, reestruturação produtiva e educação profissional: no contexto de crise do capitalismo. In: **Anais da XXII Conferência Anual - International Association for Critical Realism**, Niterói, 2009.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** 12. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 7 ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1973.

BELLUZZO, L. G. M. **Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política**. 2. ed. São Paulo: Bial, 1987.

BERNARDO, J. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

BERTERO, J. F. Os novos proletários do mundo na virada do século. **Mediações**, Londrina, v. 6, n. 2, 2001.

BERTERO, J. F.; ANGELI, J. M. Educação politécnica ou educação política nas condições atuais do trabalho. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 102, ano IX, nov. 2009. Disponível em <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/8591/4811>>. Acesso em: dez. 2009.

BIANCHI, A. **Hegemonia em construção: a trajetória da PNBE**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. BOBBIO, N. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. Tradução de M. A. Nogueira e C. N. Coutinho. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BRAGA, R. A vingança de Braverman ou a "outra face" do trabalho informacional. **Outubro**, São Paulo, v. 15, p. 121-149, 2007.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

BRENNER, R. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão? **Outubro**, São Paulo, n. 3, 1999.

CANO, W. Notas sobre o imperialismo hoje. **Crítica Marxista**, n. 3, 1994. Disponível em <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/sumario3.html>> Acesso em: jan. 2009.

CARCANHOLO, M. D.; BARUCO, G. C. Pós-modernismo e neoliberalismo: duas facetas ideológico-políticas de uma pretensa nova era. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 21/22, p. 132-145, jun. 2009.

CARCANHOLO, R. Marxismo e Economia - Entrevista com Reinaldo Carcanholo. In: **Odiario.info**, agosto 2001. Disponível em <<http://rcarcanholo.sites.uol.com.br/Textos/EntrevistaparaODiario.pdf>> Acesso em: mar. 2010.

CARDOSO, C. F. **Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento**: a visão de um historiador. s./d. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_mesa1.htm> Acesso em: abr. 2010.

CARDOSO, R. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E. et al. **3º Setor: desenvolvimento social sustentável**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 7-12.

CÁRIO, S. et al. Discutindo a tendência declinante da taxa de lucro em Marx. **Textos de Economia**, Florianópolis, n. 4, p. 24-40, jun. 1987.

CESAR, M. J. **Empresa-cidadã**: uma estratégia de hegemonia. São Paulo: Cortez, 2008.

CHESNAIS, F. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. _____. **Praga: estudos marxistas**. São Paulo: Hucitec, 1997. n. 3.

_____. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.) **Finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. "Ecologia" e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica marxista**, n. 16, 2003. Disponível em <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16chesnais.pdf>> Acesso em: abr. 2010.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COX, R. W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, S. (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

DEL ROIO, M. Gramsci e a educação do educador. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 311-328, set./dez. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a03v2670.pdf>>. Acesso em: fev. 2010.

DIAS, E. F. **A liberdade (im)possível na ordem do capital**. 2 ed. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999. Textos didáticos, n. 29.

_____. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: Dias, E. F. et al. **O outro Gramsci**. 2 ed. São Paulo: Xamã, 1996, p. 09-80.

_____. **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006. (Série Polêmicas, 4).

DUMENIL, G.; LÉVY, D. O imperialismo na era neoliberal. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 18, 2004.

FAUSTO, R. Abstração real e contradição: sobre o trabalho abstrato e o valor. In: _____. **Marx: Lógica e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERNADES, R. C. O que é o Terceiro Setor? In: IOSCHPE, E. et al. **3º Setor: desenvolvimento social sustentável**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 25-34.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E.; ARCEO, E. (Org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

FINELLI, R. O "pós-moderno": verdade do "moderno". In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOLADORI, G. As relações capitalistas para o comportamento humano em face de seu ambiente. In: FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Tradução de Marise Manoel. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 163-201.

FONTES, V. O imperialismo: de Lênin aos dias atuais. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 17, 2008.

_____. **O imperialismo tardio: expropriações, trabalho, política e cultura**. s./d. Disponível em <http://netx.u-paris10.fr/actuelmarx/cm5/com/M15_Socia_Fontes.pdf>. Acesso em: jan. 2008.

FORD, H. **Os princípios da prosperidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Freitas de Bastos, 1967.

FRIGOTTO, G. et al. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, outubro 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf>> Acesso em: maio 2010.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense. 1982.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na Civilização do Automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRACIOLLI, E. J.; TOITIO, R. D. A Responsabilidade Social Empresarial como aparelho de hegemonia. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 21/22, p. 166-178, 2009.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v. 1.

_____. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 2.

_____. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3.

_____. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 4.

HABERMAS, J. A nova intransparência. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 18, 1987.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. s./d. Disponível em <<http://www.ufsm.br/gpforma/1senafe/biblioteca/Principiosda.pdf>>. Acesso em: abr. 2010.

IANNI, O. A crise dos paradigmas na sociologia: problemas de explicação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 5, n. 3, São Paulo, p. 90-100, jun. 1990. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_13/rbcs13_05.htm>. Acesso em: maio 2009.

JINKINGS, N. **O mister de fazer dinheiro: automatização e subjetividade no trabalho bancário**. São Paulo: Boitempo, 1995.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LÊNIN, V. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução de Leila Prado. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LUKÁCS, G. O processo de democratização. In: LUKÁCS, G. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971/ organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 83206.

_____. **La crisis de la filosofía burguesa**. Ediciones elaleph.com. s./d.

_____. Marx e o problema da decadência ideológica. In: COUTINHO, C. N. (Org). **Marxismo e Teoria da Literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

MARTINS, M. F. **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?** Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MARX, K. **A questão judaica**. 6. ed. São Paulo: Centauro, 2007.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Trad. de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. El proceso del trabajo. In: **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**. México: Siglo Veintiuno; Editores, 1971. (Tradução livre).

_____. **Manuscritos económicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, v. 1.

_____. _____. Livro I. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, v. 2.

_____. _____. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s./d.

_____. _____. **O Capital - Livro I Capítulo VI (inédito)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de J. C. Bruni e M. A. Nogueira. 6.ed. São Paulo: HUCITEC, 1987.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. 10. ed. São Paulo: Global, 2006.

MESZAROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONAL, I. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In: COUTINHO, C. N. & TEIXEIRA, A. P. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 189-200.

MONTANO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES NETO, B. R. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MOTA, A. E. Prefácio. In: CESAR, M. J. **"Empresa-cidadã": uma estratégia de hegemonia**. São Paulo: Cortez, 2008.

NAPOLEONI, C. **Lições sobre o Capítulo VI (inédito) de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NAREDO, J. M. Sobre el origen, el uso y el contenido del término "sostenible". **Revista Herramienta**, n. 36, out. 2007. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-36/sobre-el-origen-el-uso-y-el-contenido-del-termino-sostenible>> Acesso em: mar. 2010.

NETTO, J. P. "Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade". In: PINASSI, M. O. & LESSA, S. **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, J. P.; FALCÃO, M. C. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 64-93.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. A acumulação capitalista e o movimento do capital. **Economia política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 124-141.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2006.

OFFE, C. Trabalho: a categoria sociológica chave. In: OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, F. O terciário e a divisão social do trabalho. São Paulo: **Estudos Cebrap**, n. 24, 1978.

_____. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Org.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: Nedic, 1999.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 373-418.

PINASSI, M. O. Da miséria ideológica à crise estrutural do capital: uma reconciliação histórica. **Margem esquerda**, São Paulo, n. 4, p. 141-154, out. 2004.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Paiva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RAMOS, C. A. Hegel e o moderno conceito de sociedade civil. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 20, n. 26, p. 39-54, jan./jun. 2008.

RIFKIN, J. Identidade e natureza do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, E. et al. **3º Setor: desenvolvimento social sustentável**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p.13-24.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura do O Capital de Karl Marx**. Tradução de César Benjamim. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

SANTOS, A. O. **Marx, Engels e a política de partido na I internacional**. Londrina: Editora UEL, 2002.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

_____. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. et al. (Org.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, F. L. G. Uma breve reflexão sobre as harmonias administrativas de Frederick W. Taylor a Taichii Ohno. In: SILVA, D. A.; MARRACH, S. A. **Maurício Tragtenberg: uma vida para as ciências humanas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. p. 209-237.

SOUZA, J. S. Os descaminhos das políticas de formação/qualificação profissional. In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SOUZA, A. T. Sobre "Americanismo e fordismo" de Antonio Gramsci. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 5, p. 45-69, jul./dez. 1991.

TAUILE, J. R. **Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

TAUILE, J. R.; FARIA, L. A. E. As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx. **Revista de Economia Política**. vol. 19, n. 1, jan/março 1999.

TONET, I. **Democracia ou liberdade?** Maceió: EDUFAL, 1997.

_____. **Marxismo e educação**. 2009. Disponível em <[http://web51.hosting.xpg.com.br/xpg2.0/0/i/v/ivotonet/arquivos/MARXISMOE EDUCACAO.pdf](http://web51.hosting.xpg.com.br/xpg2.0/0/i/v/ivotonet/arquivos/MARXISMOE%20EDUCACAO.pdf)> Acesso em: maio 2010.

2) Documentos

BRADESCO. **Relatório de Sustentabilidade**. 2008, 2009.

FUNDAÇÃO BRADESCO. **Relatório de atividades**. 2007, 2008, 2009b.

_____. **Síntese de Atividades**. 2009a.

_____. **Trabalho de Conclusão do curso técnico agrícola com ênfase na cadeia produtiva da cana-de-açúcar: Educação profissional técnica de nível médio**. 2009.

3) Sítios virtuais

www.bradesco.com.br

www.fb.org.br (Fundação Bradesco)

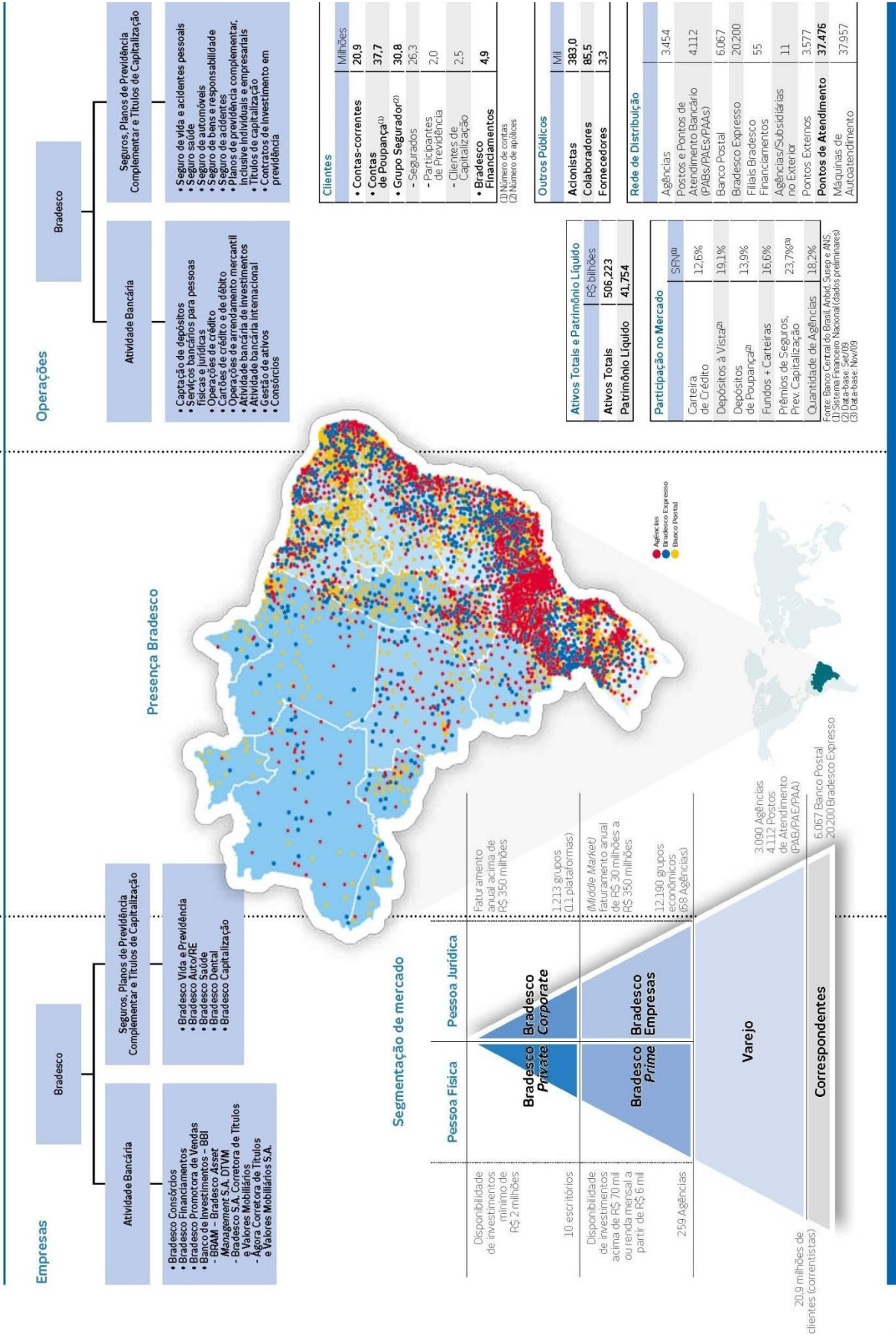
www.filantropia.org

www.ideiasocioambiental.com.br

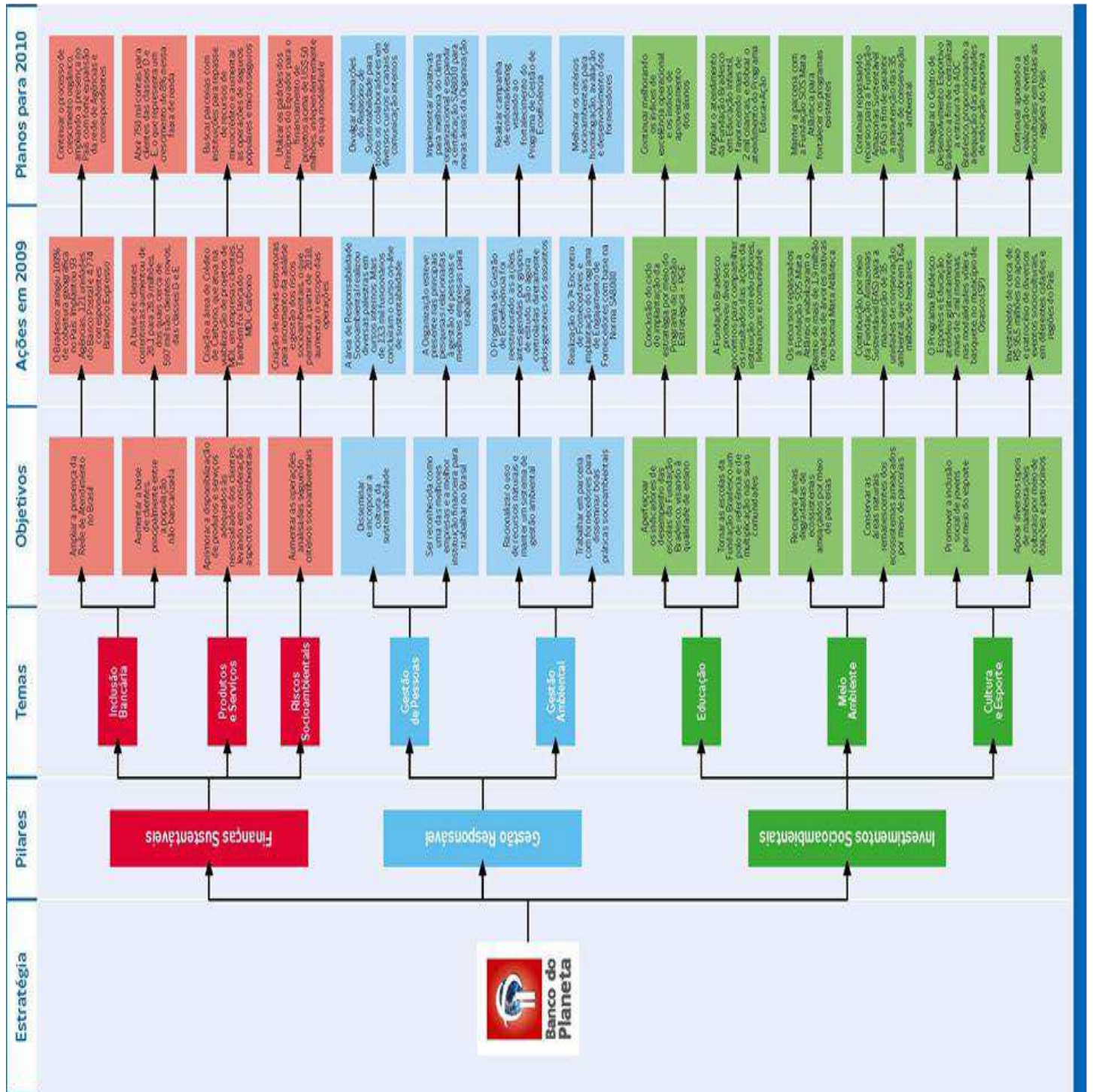
ANEXOS

| | |
|--|------------|
| Anexo 1 | 158 |
| Perfil da Organização (Bradesco, 2009, p. 2). | |
| Anexo 2 | 159 |
| Pilar de sustentabilidade do Banco Bradesco (Bradesco, 2009, p. 7). | |
| Anexo 3 | 160 |
| Investimentos socioambientais (Bradesco, 2009, p. 54). | |
| Anexo 4 | 161 |
| Atendimento geral da Fundação Bradesco em 2009 (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2009, p 68). | |
| Anexo 5 | 162 |
| Balço patrimonial da Fundação Bradesco, 2009 (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2009, p. 95). | |
| Anexo 6 | 163 |
| Entrevista com Vicente Vilalta Zanuy (Setor de Educação Profissional - Fundação Bradesco) | |
| Anexo 7 | 170 |
| Entrevista com Ana Lucia de Camargo, da Secretaria de Formação Sindical do Sindicato dos Bancários de São Paulo. | |

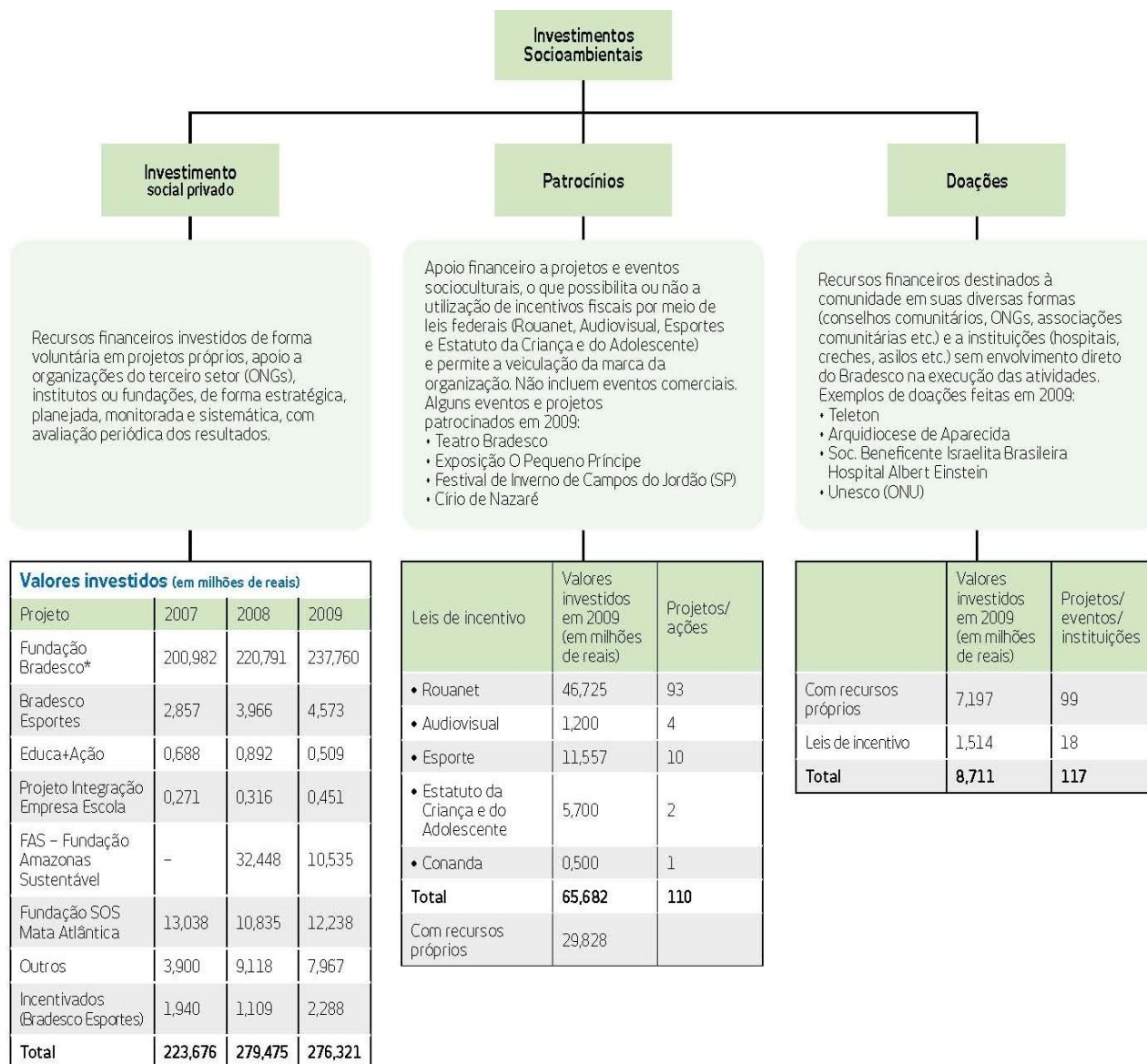
Anexo 1



Anexo 2



Anexo 3



Anexo 4 Fundação Bradesco – Atendimento Geral em 2009.

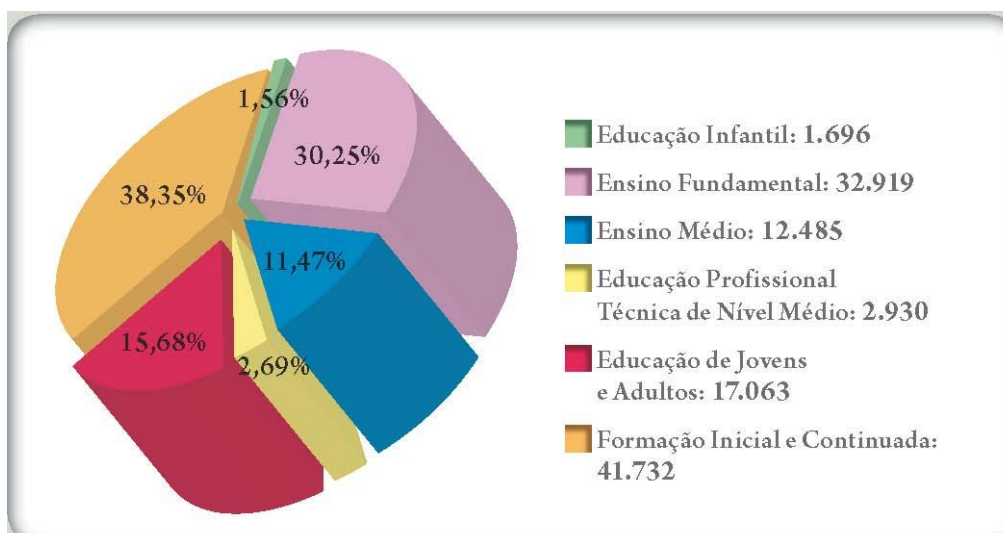
Distribuição de alunos por segmento / nível de ensino.

| | Nº DE ALUNOS | % SOBRE O TOTAL |
|--|----------------|-----------------|
| Educação Básica | 50.030 | 11,58 |
| Educação de Jovens e Adultos | 17.063 | 3,95 |
| Formação Inicial e Continuada | 41.732 | 9,66 |
| SUBTOTAL | 108.825 | 25,19 |
| Educação a Distância (CIDs e Escola Virtual) | 323.112 | 74,81 |
| TOTAL DO ATENDIMENTO | 431.937 | 100% |

Perfil dos alunos

| | % EM RELAÇÃO AO TOTAL |
|---|-----------------------|
| Alunos da Comunidade | 91,05 |
| Funcionários e Filhos de Funcionários da Organização Bradesco | 8,95 |
| TOTAL | 100,00 |

Atendimento em 2009 por segmento de ensino



Anexo 6

Entrevista com Vicente Vilalta Zanuy (Setor de Educação Profissional - Fundação Bradesco), concedida em 06/01/2010.

1) Como são elaborados os programas de formação profissional da Fundação Bradesco?

Zanuy: EPT [Educação Profissional Técnica] ou FIC [Formação Inicial e Continuada]?

2) EPT.

Zanuy: Sempre há a questão de pesquisa de mercado. Nós estamos aperfeiçoando essa pesquisa de mercado. Futuramente estaremos usando outras formas de pesquisa de mercado. De 2001 para cá, a orientação é sempre que as escolas observem as demandas. Então um exemplo: uma escola que eu acompanho, Gravataí, em que nós temos [o curso técnico em] eletrônica. O que foi visto lá 1999, 2000, 2001, na implantação do curso técnico em eletrônica em Gravataí: qual é a condição da cidade? A cidade é uma cidade que tem um pólo industrial e esse pólo industrial é automotivo. E todas as empresas instaladas estão em decorrência desse pólo industrial.

3) Tem uma fábrica da...

Zanuy: Da GM. A GM é uma das grandes, mas tem também a Pirelli, DGCOM, a Autos que é de automação. Na verdade a gente não pode focar a GM como um ponto convergente. Ela é importante naquele contexto sim, mas existe toda uma realidade em volta dela que é de manutenção ao pólo industrial eletroeletrônico. Inclusive a Associação Brasileira de Engenharia Eletroeletrônica classifica a região de Ponta Grande, Porto Alegre e Caxias como um APL (Arranjo Produtivo Local) de eletroeletrônico com foco em automação. Então não é por conta da GM. É por conta de uma característica regional que tem um foco industrial. Lá tem também a primeira fábrica de micro chips do país. Ela foi instalada há dois anos, se não me engano, e inaugurada em abril do ano passado.

4) O local também é definido em cima dessa pesquisa de mercado?

Zanuy: Na verdade nós definimos em cima da localização das escolas. A escola conserva a característica regional e nós definimos o curso por conta disso. Como nós temos cinco fazendas com certeza não seria um curso técnico em eletrônica nas fazendas. Nas fazendas são os cursos técnicos em agropecuária. Temos [...] cursos técnicos em agropecuária nas fazendas. Isso não impede que possa ter outros cursos técnicos, porém a característica primeira nas fazendas é curso técnico em agropecuária. No caso aqui em Osasco, nós temos o curso técnico em administração e em informática. Estamos próximos de São Paulo onde o pólo de tecnologia de informação e comunicação é muito grande. São Paulo é uma cidade imensa. Então temos o curso técnico em informática para atender as demandas da região. Osasco é a segunda região mais industrializada do Estado de São Paulo. Ela está abaixo somente de São Bernardo, do ABC. Essa região também [...] tecnologia da informação e comunicação. E no caso o curso técnico em administração, nós temos o Banco e não é só isso. A administração está envolvida em todos os setores da economia. É um curso que se mantém atual sempre por conta disso. E nas outras localidades é a mesma coisa. Observa-se as demandas na região e nós fazemos [...]. Fazemos uma análise da região e por isso nossa idéia de aprimorar esse processo. Um aprimoramento do processo de análise de mercado por conta de novas demandas que surgem nas localidades.

5) E daí para abrir o curso o fundamental são as demandas do mercado?

Zanuy: Isso determina a abertura, o fechamento e a adequação dos cursos. Nós temos também um curso que foge da característica da escola que é um curso *in company* que é uma demanda que foi suscitada por uma empresa. O Grupo Virgolino de Oliveira [S/A Açúcar e Alcool] suscitou o curso técnico agrícola com ênfase na cadeia da cana-de-açúcar. Então nós customizamos um curso para a empresa, para atender os funcionários da empresa. Nós atendemos em Catanduva, vinculada a escola de Marília, e em Itapira, vinculada à escola de Campinas. Conheci um pessoal no Fórum [Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, ocorrido em novembro de 2009], lá de Itapira, que se interessou pela Fundação Bradesco depois de uma palestra que nós demos, principalmente depois desse curso agrícola em [...]. Dentro dessas demandas que observamos no mercado local, a gente se interessa num curso de técnico em eletrônica por conta de uma característica regional. Então vamos ver o que a legislação fala sobre isso. A legislação estabelece algumas regras para a instalação desse curso. Então aqui [no documento do MEC “Educação Profissional e Tecnológica: Legislação Básica – Técnico de Nível Médio”] os princípios norteadores da educação profissional. No artigo 3, referência com a articulação com o ensino médio, respeito aos valores éticos, políticos e estéticos... isso daqui você tem que ler. Ele te dá a fundamentação todinha da educação profissional. Você tem que ler esse parecer. Desenvolvimento de competência para laborabilidade; flexibilidade, interdisciplinaridade e profissionalização. Ele traz os perfis dos profissionais em conclusão de curso; a profissão permanente dos cursos e currículos. Por isso que eu te falo: tem sempre que estar observando porque tem atualizar, tem que atualizar... Temos que fazer uma atualização no plano de curso e no currículo do curso técnico em eletrônica. Então atualizamos hoje o material didático, o plano de curso. O início do curso foi de 2001, então nós temos que atualizar para 2009. Muito mudou. De repente não mudamos os nomes das disciplinas, mas mudamos os conteúdos que enfocam as mudanças que existiu no mundo. Aí o documento tem que ser submetido. Sem a autorização do plano de curso, o curso técnico não pode funcionar. Funciona idêntico a um curso de nível superior. Você tem que ter uma proposta. Só que é uma proposta de um curso superior é com o MEC. Aqui é com os respectivos conselhos estaduais. Então o plano de curso com os respectivos projetos pedagógicos [...]. Nós temos que ter uma justificativa, um objetivo, tudo ligado à região. Temos que ter perfil profissional de conclusão, orientação curricular, aproveitamento de conhecimentos anteriores. Critério de avaliação. Instalações e equipamentos [...]. Tudo isso tem que constar no projeto [...]. A gente submete isso, observam nossa vontade de estruturar o curso e as demandas locais, sempre observando as necessidades regionais e as demandas locais. Para estruturar o curso, temos que montar todo esse processo. E na montagem do processo nós temos que justificar o porquê nós estamos instalando o curso. No caso específico de Gravataí é fácil: eu tenho pólo industrial voltado para automação, eletroeletrônico voltado para automação, então eu tenho um curso técnico em eletrônica que tem foco em automação. Então fica fácil a abertura do curso lá. Isso acontece com informática, administração e agropecuária. Fica fácil a gente entender [a partir das] demandas locais e regionais.

6) Há algum viés teórico-metodológico que serve de guia para a elaboração dos cursos?

Zanuy: Nós nos guiamos pela legislação, pelas diretrizes estabelecidas pela legislação. Referenciais curriculares também. Todas do MEC. E nós acabamos criando os nossos também, buscamos os desenvolvimentos dos nossos. Atualização de algumas orientações e criação de outros.

7) Pergunto porque você deu alguns “passos” como a questão do professor como facilitador e não como detentor do conhecimento...

Zanuy: Eu não sou pedagogo, eu sou engenheiro. Então algumas questões pedagógicas fogem do meu domínio, da minha área específica. Mas tudo segue o construtivismo sócio-interacionista. Então dentro dessa linha, a gente segue todo o perfil tentando adotar não só [...], mas institucional. É claro também que, principalmente na educação profissional, profissionais que são do mercado e não acabam tendo também essa formação. E nós, nos momentos de reunião, nós fazemos a formação deles em serviço. Inclusive nós agora temos um planejamento inicial em que um grupo de profissionais aqui vai para a escola e faz um trabalho em lócus passando todas as orientações. Tudo que a gente observou em fóruns, seminários... Tudo que a gente viu na educação profissional a gente tenta passar. Não a todo momento é claro, mas em cortes ou trabalho específico. Inclusive o grupo está em reunião agora com uma consultora [pedagógica] que vai auxiliar a gente nesse momento, de direcionar o trabalho no setor [de educação profissional] e que é o que vai nortear todos os outros planejamentos durante o ano. Então as pessoas recebem essa formação.

8) Como é a dinâmica dos cursos? Aulas presenciais, laboratórios, visitas técnicas etc.

Zanuy: Todas as aulas são presenciais. A educação profissional, a princípio, é toda presencial. Só não é quando ela é feita em associação com a educação à distância. Mas a educação profissional por si só é toda presencial. E ela tem que garantir um mínimo de horas de cada um dos segmentos. Aqui tem uma tabela da legislação que foi mantida pelo catálogo. Os cursos que antes era da área da agropecuária hoje são do eixo dos [...] são de 1200h. Os da área da indústria, que hoje são do eixo de controle e processos industriais, são 1200h. Os de administração, que hoje são do eixo de gestão e negócios, são 800h. Na área da informática, que é do eixo de informação e comunicação, nós temos 1000h. Isso tudo é mínimo. Quer oferecer mais que 800h para administração pode, não pode oferecer menos. Quer oferecer mais para eletrônica pode, não pode oferecer menos. Quer oferecer 1000h para informática pode, não pode oferecer menos. E agropecuária é a mesma coisa.[...] Todos os anos nós revisamos as nossas orientações [pedagógicas]. É um processo contínuo da equipe junto com a gerência [...].

9) A questão das aulas teóricas e práticas...

Zanuy: Isso varia bastante. Todos os nossos cursos têm muita prática. Só que dependendo da característica do curso. A prática é feita ou em sala de aula ou em laboratório específico. Por exemplo, um laboratório específico [tem o curso de] eletrônica. Você não consegue transportar todos os equipamentos para uma sala de aula. Você adéqua com kits, mas kits também nem... Então isso faz com que a gente tenha um ambiente específico. Nós temos dois laboratórios de eletrônica. Um focado mais para um ambiente de automação pesada e programação. E outro para eletrônica e mecânica. Porque a gente também tem a parte mecânica, de procedimentos mecânicos. Então todo trabalho é desenvolvido também pela prática nesses laboratórios. Nós temos em sala de aula, a teoria; e a parte prática, em laboratório. Também temos teoria no laboratório. Os laboratórios [de informática] são todos equipados com computadores. E nós podemos usar os outros ambientes da escola também que tem computadores disponíveis para poder trabalhar. Isso é muito flexível. Se o laboratório da comunidade de informática não estiver sendo usado e o professor marcar, aí vira um recurso, um recurso audiovisual. Nós temos um recurso que é disponível para toda escola e ele pode marcar: “- Pode usar a sala na sexta-feira a noite?”, “- Não”, “- Então eu vou fazer uma atividade, uma aula teórica no laboratório de informática”. Ele passa slide, alguma atividade, um simulador, um programa de automação... isso no caso da eletrônica. Nas outras escolas, no caso de informática, eles já têm um notebook em sala de aula. Então, toda prática, todo o curso é prático. Ele tem a parte teórica, mas vai desenvolvendo a prática também. Então toda parte de programação é feita em lócus: o professor com retroprojeter e com seu notebook e os

alunos com seu notebook também. Pergunta: Por que o aluno de eletrônica não tem notebook? Porque a eletrônica não se faz somente com programação. Ela tem uma parte de programação que é mínima, mas ela se faz de equipamentos. [...] É um curso diferenciado por [causa de] vários equipamentos. Então não dá para disponibilizar um por aluno. [...] O curso de administração também tem suas práticas em sala de aula, o desenvolvimento em sala de aula, por conta de atividades mais focadas não em equipamentos, mas em projetos, em estudos de caso... E muitos deles, todos esses alunos, não só do curso de administração, todos podem fazer atividades externas com visitas, palestras, colaborar com as atividades práticas. Em agro, as fazendas já têm o campo para isso.

10) Como funciona a formação continuada do educador, mencionada no site da Fundação Bradesco?

Zanuy: A nossa formação continuada funciona durante os projetos de planejamento, fazemos oficinas, atividades com ele em que nós temos a formação em serviço. Mas também temos a escola virtual a possibilidade formação [...]. Mas também nós temos mais de 300 cursos na escola virtual. Podemos ter não apenas os profissionais da escola, mas como nós mesmos. Então, o curso de HTML, por exemplo, estruturamos um curso de HTML há dois anos para a comunidade, para os DV's (deficientes visuais). HTML com acessibilidade. Nossos DV's querendo página de internet. Eu acho que [...] não é para visualizar a tela, mas eles ouvem e [...] perfeitamente. Então, para fazer esse curso, os profissionais daqui tiveram que estudar o curso de HTML. Então nós estudamos o [...] de HTML, nos estruturamos com o grupo de apoio, eles criaram a comunidade entre os vários instrutores das escolas que foram fazendo o curso com a gente e auxiliando... A gente também [estava] na montagem desse curso, dando dicas e orientações porque são profissionais de TI. Então a gente trabalha muito dessa forma com um ambiente colaborativo. Algo que de alguns anos para cá, para as discussões educacionais, umas usam mais outras menos, mas o ambiente colaborativo é muito forte na Fundação Bradesco. Sempre que tem algo para ser socializado, a gente socializa e desenvolve num trabalho colaboração. Então o treinamento dos instrutores ou monitores de classe numa determinada ferramenta: fazemos uma estrutura onde o pessoal de TI oferece os profissionais que conhecem e acompanham [...]. São quatro ou cinco profissionais. Criamos um fórum, criamos um espaço para que a gente possa desenvolver isso e fazer o treinamento de nossos colaboradores. Nesse ambiente de colaboração. É desse jeito que a gente atua. É lógico que existe os treinamentos internos que ocorre todo ano, um deles até em parceria com o banco, porque é importante a gente participar desses treinamentos. Daí já é um pessoal interno.

11) Há o acompanhamento dos alunos egressos que foram para o mercado?

Zanuy: Sim, há um encontro de egressos todo o ano.

12) Mas há um acompanhamento em relação ao mercado?

Zanuy: Tudo isso vem desde o início do curso. Isso não acontece só quando ele é egresso. [...] o trabalho no curso técnico, como alunos, os orientadores profissionais, já tem a estrutura do trabalho focada para a inserção dos alunos no mercado. Nós não temos estágio obrigatório, principalmente, [...] por conta da legislação. O estágio no Brasil não é obrigatório. Faz o estágio o aluno que se interessar por fazer. Se quiser arrumar um emprego nós temos as qualificações intermediárias, em módulos. Se eles quiserem se inserir no mercado não precisa fazer estágio porque senão ele fica preso a esse formato, por uma demanda por um estágio, sendo que ele está trabalhando e ele já tem uma qualificação para o mercado. A partir do primeiro módulo. Então como o nosso estágio não é obrigatório, 99% dos cursos nas escolas que oferecem, existe um trabalho de busca de estágios, parcerias com empresas, um rol bem grande de empresas em cada localidade, onde os alunos são inseridos. [...] Com a Fundação

Bradesco, as empresas se identificam muito. Eles acabam efetivando. Eles efetivam nas empresas e dão prosseguimento. Se por um acaso um dos nossos alunos estiver disponível para o mercado de trabalho, com certeza que nos encontramos que ele comparece na escola - muitas vezes, as escolas fazem um levantamento de quantos egressos estão trabalhando nas duas, três últimas turmas. E tem [por exemplo] uns quarenta que não estão trabalhando. Então que ações nós vamos desenvolver? O que falta para ele entrar no mercado? O que está acontecendo com os cursos que eles fizeram e com o mercado hoje? O que podemos analisar? “Ah nós temos uma demanda tal”. Então ele pode ser convidado a fazer um curso da FIC. [...] Eles podem até, num desses encontros, ampliar a rede de contatos dele. Muitas vezes você que é ex-aluno, e não está trabalhando, e eu que sou outro ex-aluno, eu não sei que você não está trabalhando. Mas a gente se encontra nesses encontros de egresso: “- O que você está fazendo?”/ “- Minha empresa está precisando, manda seu currículo para mim”. Fora isso, ocorre a feira que nós participamos com os projetos onde são convidados gestores. Esses gestores observam e acabam conhecendo o trabalho de nossos alunos e muitas vezes contratando. Temos caso que o estágio estava terminando numa empresa, e num encontro de gestores, um gestor apareceu lá: “- Que bom o seu trabalho, me manda um currículo”. Saiu do estágio e foi para efetivado na outra [...]. Nossa empregabilidade, dependendo do curso, [gira] em torno de 94%. Isso na área. Dependendo do curso é 70%, 80%. Temos até 100%. Depende da área. Mas muitas vezes os alunos não querem trabalhar. É o momento deles. Alguns, por exemplo, querem seguir uma carreira acadêmica. Então, o objetivo dele é fazer um curso técnico em eletrônica, fazer um mestrado, fazer um doutorado. A pesquisa está na universidade. Ele está fora da área? Não. [...].

13) Como funciona o ensino técnico nas fazendas?

Aqui [nas fazendas] nós atendemos a comunidade [ou seja, os cursos técnicos em agropecuários são voltados para a comunidade e não para os próprios alunos da Fundação]. Por quê? Porque aqui não há educação básica. Nessas fazendas não há educação básica, a gente atende a comunidade. É feito um processo seletivo, uma prova. Mais para atender a comunidade. A comunidade não para os cursos técnicos do ensino médio. Porque lá não tem ensino médio. Tem todo um processo diferenciado para atender essa comunidade. E lá eles fazem a prática concomitante com o horário de aula. Então determinado dia tem prática e não teoria. Como eletrônica e diferente de informática, porque informática tem que fazer tudo junto por conta dos notebooks.

14) Você mencionou que no primeiro módulo do Curso Técnico em Informática o aluno já é qualificado como analista de sistema. E nos outros módulos?

Zanuy: Nós temos o curso de web design mobile Inclusive eu não vi nenhum curso técnico em informática até hoje melhor que o da Fundação Bradesco. Pode ser igual mas melhor não. E em relação a mobile eu não conheço nenhum curso que ofereça. Pode ser que exista. Até por conta do custo de todo equipamento. Então, profissionais e custo de equipamentos para disponibilizar, é muito alto. É uma característica desse curso. O segundo módulo ele se forma, tem a qualificação em web design, e análise e desenvolvimento mobile. Onde não trabalho com a plataforma fixa, trabalha também com a plataforma móvel, com dispositivos móveis. E nós temos uma característica de governança TI. Não conheço nenhum curso que tenha isso. [...] É bem diferente. O profissional é formado para o mercado no mais atual [...]. São ferramentas de gestão em TI. Não conheço nenhum curso que faça. Todo ano a gente muda isso. A gente busca o que é de novidade. Tenho depoimentos de alunos de eletrônica e informática que entraram na universidade e não têm dificuldade alguma de ir até o sexto ciclo, muitas vezes, até o último ano, e eles vão levando com tranquilidade, só com os

conhecimentos do curso técnico. [...] Os [alunos] que entram no mercado levam com tranquilidade os cursos de informática, administração, eletrônica, tranquilamente.

15) E quanto às parcerias da Fundação Bradesco?

As parcerias em cursos ou em parcerias pedagógicas, de ferramentas, profissionais. Por exemplo. Nós temos parceria com a Cisco, que oferecemos curso para mais de 20 mil pessoas/ano. [Ou melhor] nós temos mais de 20 mil escritos, mas nós não conseguimos atender todos eles. Chegamos a atender em torno de 3 a 4 mil [pessoas/ano] em todas as escolas [...]. A gente oferece o treinamento da empresa dentro da Fundação Bradesco. Treinamento da Cisco [...] da Academia Cisco, certificado e legalizado. Então é uma parceria. E esse treinamento Cisco? Quando tínhamos um módulo de rede dentro do curso técnico em informática, esse curso da Cisco garantiu. Então nós oferecemos para os nossos alunos esse curso da Cisco. Presencial. Ele tem uma metodologia semi-presencial, mas nós o oferecemos presencial. Porque todo curso técnico até o momento é presencial.

16) Os cursos vão para além de um viés técnico? Você diria que envolve a formação de visão de mundo?

Sim, com certeza. Por isso, eu te falei você tem que ler o parecer 16, porque a gente fundamentou tudo em cima do Parecer 16 de 1999. Quando você fala do viés, artigo 3 que fala dos princípios mostra muito bem: fala de flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização, desenvolvimento de competências, [...], respeito aos valores estéticos, políticos e éticos. Nossa formação não técnica. Além da técnica, é cidadã. Nós temos a formação de nosso profissional, um profissional consciente, não só como cidadão, mas também com consciência ambiental. [...] Nós não estruturamos os nossos cursos de forma conteudista, mas contextualizada. É analisar o contexto socioeconômico, analisar o processo de formação das associações [...], a questão ambiental. Todas as possibilidades de contribuir para o crescimento sustentável da própria região. Nós formamos o técnico, mas o que ele pode oferecer quando ele se forma para aquela região? [...] Lógico tem seu conteúdo, mas o foco não é o conteúdo. O foco é na contextualização, na interdisciplinaridade, no desenvolvimento de competências e habilidades para a laborabilidade.

Eu que sou um profissional tenho que ler [o Parecer 16], porque muitas vezes você entende tudo o que está acontecendo agora, do que foi orientado. Para fazer a orientação, foi feito um estudo antes, que é o parecer. Isso aqui é fantástico ler. A gente ler duas, três, dez, quinze vezes... “Ah, temos uma dúvida! As competências profissionais são gerais ou específicas?” isso gera uma pesquisa. [...] Nosso trabalho tem que estar bem subsidiado pelo [...], isso vai refletir na qualidade. O nosso trabalho não é quantitativo, existe o trabalho quantitativo, não posso negar. Mas ele é focado na qualidade o que a gente oferece na comunidade. Quando a gente oferece um técnico para o mundo do trabalho, no momento em que ele sai, a gente tem que ver a responsabilidade da FB na formação dele. Como cidadão, como profissional, como uma pessoa que vai futuramente construir família, que vai possivelmente liderar equipes e transmitir todo esse conhecimento e essa competência que ele tem no mundo do trabalho. Essa é a maior preocupação que a gente tem. Por isso que é investindo no grupo [de professores e pedagogos] com muita frequência, realmente com consultores, profissionais como [...] Prof. José Pastori, sumidade em educação profissional. Quando a Globo chama para falar de profissões, é ele. É ele consultor de uma maiores empresas do país quando se fala em tendência em profissionalização. Também Prof. Cordão, que é um dos conselheiros mais antigos relacionado à educação. [...].

17) Como você avalia os resultados da educação profissional da FB?

Os resultados são sempre positivos, embora que as nossas expectativas [gostariam] que fossem mais positivos. Nós temos sempre um resultado positivo, porque nossa empregabilidade é alta, nossa taxa de evasão, embora nós consideramos alta, é menor do que a do Brasil. Nós fizemos essa pesquisa, taxa de evasão no Brasil está em torno de 30%, a nossa não chega a 15%, no geral. A nossa meta na educação profissional é baixar para 10% e, se possível, zerar a evasão. Isso o que a gente espera, o que a gente busca sempre. Então os resultados são sempre positivos. Empregabilidade alta, tanto de alunos quanto de egressos; taxa de evasão abaixo da normal, dos cursos do Brasil inteiro; evolução com as parcerias, as empresas estão mais próximas da educação profissional. E esse é o momento da educação profissional. O governo está atualmente investindo em educação profissional e a gente observa que as empresas estão se sensibilizando para isso. E elas estão buscando profissional. É o momento da educação profissional mesmo. Muitas vezes, é mais interessante fazer um curso de educação profissional com inserção rápida no mercado, do que tentar fazer um curso universitário. Pode ser deixado para um outro momento, para uma outra etapa da vida, dependendo das condições sociais. Nosso público é carente e muitas vezes as políticas de acesso ao curso superior, não se comprova com a manutenção num curso superior. Então é um problema: o aluno tem acesso, beleza; mas como ele se mantém lá? Aí a gente encontra depois um adulto que não tem ou não concluiu a universidade, tem trinta anos e não tem profissão. Acredito eu que com a educação profissional técnica de nível médio, tende a corrigir essa situação, porque o nosso jovem, principalmente os carentes, que ao entrar numa universidade tem como se manter. A educação profissional como um todo [provoca] esse avanço [...].

Anexo 7

Entrevista com Ana Lucia de Camargo, da Secretaria de Formação Sindical do Sindicato dos Bancários de São Paulo, concedida em 07 de janeiro de 2010. Abaixo há a transcrição de apenas alguns fragmentos de toda a entrevista.

[...]

Ana Lucia: Na década de 1980, era tudo manual. Em 1982 [aproximadamente], o Bradesco foi um dos pioneiros nisso, eles começaram a implantar o sistema [de informatização]. Eu falo porque eu estava no Banco, eu era bancária nessa época. Em 1982, eu entrei no Banco e, em 1983, nós já estávamos com o sistema implantado na agência. Isso em uma agência, por exemplo, de 120 pessoas, naquela época, que era uma média de uma agência do Bradesco, na década de 1990, passou para umas 50 [pessoas]. Hoje se você for ver, dependendo da agência, você acha umas 25. Então a categoria teve [uma redução], desde a década de 1980, muito em função da informatização e da mudança da rotina do trabalho, [...] você tem toda uma discussão de qualidade e no processo de trabalho. E terceirização também. Tudo isso acoplado: tem informatização, tem a mudança de processos; você tem a terceirização, [...] você tira da planta alguns serviços como a compensação que pode ser terceirizada e [também] todo o processamento. Então o bancário passa a ser um vendedor. O que ele está fazendo ali? Vendendo produtos. O que na década de 1980 não era tão desse jeito. Você vendia produtos sim, mas não era o objetivo principal. Trabalhava-se com serviços. Hoje tudo isso foi informatizado. Se você pegar o Bradesco [como exemplo], tinha uma listona, que a gente chamava de corintiano (não me pergunte porque era corintiano), com todos os saldos e lançamentos da conta do cara. O bancário ia lá começava a ticar, fazia conta, quer dizer para ver o saldo da sua conta atualizado tinha que [...]. Hoje, on line, você vê na hora que você fez um saque na outra agência. Então olha a diferença de processo. Quando eu falo em processo de trabalho, é muito profundo isso. Não é só informatizar. A informatização possibilitou isso, mas quando você tira todos os serviços de retaguarda dentro de uma agência, ou deixa pouquíssimos serviços de retaguarda, você não vai ter o reaproveitamento das pessoas em outros lugares. Aí vem a terceirização: você bota um monte de terceirizados, ganhando menos da metade do que ganha um bancário, com menos seguridade, para essa pessoa fazer o serviço. Muitas vezes a pessoa não tem um mínimo de qualificação inclusive para fazer isso. Então você desmonta toda uma lógica de trabalho e monta outra. Foi isso que culminou na década de 1990.

1) E isso enfraqueceu os próprios sindicatos.

Ana Lucia: É, nós tínhamos muitos sindicalizados. As assembleias eram feitas em [...]. Hoje é feito em uma quadra. Retomou de alguma forma o movimento. Mas na década de 1990, era muito difícil com as ondas de demissões. Tinha algumas estratégias que as pessoas vinham até você [ou melhor, ao sindicato] porque tinha algum convênio ou alguma coisa, mas não pela luta. Muitas vezes eles não viam o sindicato como uma interlocução em relação ao banco. Hoje ainda é difícil, mas a partir de 2003, 2004, começamos a retomar esse movimento também aqui dentro. Aumentando a sindicalização e uma certa estabilização também de emprego. Porque hoje você tem também tudo novo, você demite e ele admite. Tem corte [mas] é diferente. Agora com os processos de fusões que estão acontecendo do ano passado para cá, a perspectiva é mudar também o trabalho, porque você tem uma sobreposição de postos, uma sobreposição de agências. Nós estamos tentando minimizar ao máximo. Os sindicatos estão lutando muito para minimizar os problemas das fusões. Tanto que nós estamos com atividade na rua em pleno janeiro.

[...]

2) Qual da diferença entre a visão do trabalhador e a do patronato sobre a “responsabilidade social”?

Ana Lucia: O trabalhador não precisa usar a questão da responsabilidade social como marketing. Vou te dar um exemplo concreto disso. Nós temos uma proposta de cooperativa habitacional, para o trabalhador poder ter uma casa própria. E nós temos uma cooperativa financeira. Essa nossa cooperativa financeira iniciou com a discussão dos pontos [de atendimento dos bancos]. Por exemplo, em Vargem Grande, região da zona sul [de São Paulo], uma pessoa para poder pagar uma conta ela tem que ir para uma lotérica, ela anda quase 5 km. Em média 5 km, para poder pagar uma conta em uma lotérica. Em São Paulo, uma cidade grande, que tudo é grande, que você fala que tem tudo em todos os lugares. [Mas] não tem. Porque não interessa ao banco abrir uma agência lá em Vargem Grande paulista. O sindicato começa a discutir a questão dos pontos de atendimento. Isso é uma questão de responsabilidade social também do banco. Porque se o banco tem estrutura para isso... ele criou o correspondente bancário. Por que foi criado o correspondente bancário? Para que uma lojinha na esquina poder receber a conta. Você tira a [...] e joga para a lojinha da esquina. Isso não interessa para o sindicato. Porque muitas vezes a pessoa não tem capacidade nem de entender [...]. A proposta inicial do governo era ter ponto de atendimento aos cidadãos em vários locais. Os bancos utilizam isso para colocar [agências] nos melhores pontos. E não utilizam isso para colocar nos pontos necessários. O sindicato faz essa discussão através dessa cooperativa financeira. Você vê a diferença. Estamos discutindo responsabilidade social e tomando atitudes. Porque estamos discutindo com aquelas pessoas uma cooperativa de crédito lá dentro. Que eles possam ter esses pontos de atendimento, mas que geram renda naquele lugar. Em contrapartida, a faculdade [do sindicato] pode mandar nossos pesquisadores para estudarem esse processo lá. [Para] melhorar a vida daquele cidadão. Então o olhar do trabalhador sobre essa questão de responsabilidade social é diferenciada. Porque o banco acaba usando como marketing. O Banco Real pode trabalhar com a terceira idade. [Mas] trabalha com um público mínimo. Não que não seja importante, é importante. Mas eles podem fazer muito mais, considerando a abrangência no território nacional e, também, o lucro deles. O que eles lucram com tarifa... só o que eles tiram de tarifa daquele coitado, trabalhador, que tem que andar 5 km para pagar a sua continha de luz, ele não tem débito automático. Normalmente essas pessoas que estão à margem, elas não têm conta, não tem conta corrente, se tiver uma poupança é muito. Mas como estamos em um país onde não tem a prática de ter poupança, ele vai ter uma [conta] poupança para que? Para pagar tarifa. Então essa pessoa tem toda essa dificuldade. E nós tentamos fazer a discussão de outra forma: com esse cidadão pode ser melhor atendido. Como esse cidadão não precisa pagar aquela tarifa exorbitante, já que muitas vezes só a tarifa que os bancos cobram dos clientes paga a folha de pagamentos. É um absurdo isso. Eles estão lucrando horrores. E isso é responsabilidade social. Deu para entender a diferença do olhar do trabalhador quando a gente tenta discutir um pouco isso? Então tem vários assuntos. Quando a gente discute, por exemplo, a questão da mulher. Da mulher no mercado de trabalho, do negro no mercado de trabalho. Os bancos têm 12% de negros no mercado de trabalho. A sociedade tem em torno de 37, 40% [de negros no mercado de trabalho]. Que se dizem negros, porque se você tiver um outro olhar sobre o censo, tem pessoas que não se dizem negras [e essa percentagem pode aumentar]. Os bancos discriminam aquelas pessoas. Então nós conseguimos, por exemplo, que o Ministério Público de São Paulo fizesse uma diligência para dentro dos bancos e eles obrigaram os bancos a fazerem uma pesquisa sobre a diversidade. Nós provamos por A + B nessa pesquisa – o banco teve que fazer essa pesquisa e nós acompanhamos enquanto Confederação Nacional dos Bancários – nós provamos na pesquisa que existe discriminação. Não só em relação aos negros, mas também em relação aos deficientes. O banco tem condição de colocar deficientes dentro dos

bancos porque já é um lugar que você pode adequar mais facilmente. Porque você pôr um ônibus ou um canteiro de obras para absorver essas pessoas precisam... Os bancos alegam que essas pessoas não têm qualificação. Por que não investir em qualificação dessas pessoas? Então, os sindicatos tentam adequar todos os ambientes, todo sindicato, para trazer essas pessoas para os nossos cursos de qualificação.

3) Então, quanto mais acima na hierarquia do banco, quanto maior é a presença de homens brancos?

Ana Lucia: Exatamente. A mulher negra deficiente não tem lugar nenhum. Esses 12% estão escondidos, pois não estão nas agências. Se você entrar na maioria das agências bancárias, [os funcionários] não são negros. Fazem parte do pessoal de retaguarda, estão entre o pessoal do centro administrativo. Isso foi provado pela pesquisa [da Febraban]. [...].

4) Houve algum banco que convidou o sindicato para desenvolver algum programa de RSE?

Ana Lucia: Você pode procurar o projeto Travessia. É uma iniciativa do sindicato e no início dele nós trabalhamos com o Banco de Boston. É um projeto que trabalho com educação de rua para criança que está em situação de rua. Então pega aquela criança, organiza minimamente a vida dela, tira a certidão de nascimento, procura os pais, e vai fazendo essa educação de rua. Porque a criança em situação de rua, além de estar em risco eminente de várias coisas, ela muitas vezes não tem mais contato com a família. Então, o Travessia faz essa educação de rua. Isso no início, [a parceria] foi com o Banco de Boston, hoje, foi absorvido pelo Itaú. Eu não sei como está isso, porque teve várias mudanças [...]. [O projeto] começou na década de 1990.